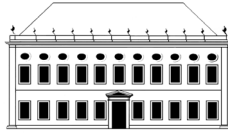


Pedro Falcão



Ílvio Lima
e o Desporto

(Página deixada propositadamente em branco)



D O C U M E N T O S



COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.com>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

PRÉ-IMPRESSÃO

António Resende

Imprensa da Universidade de Coimbra

EXECUÇÃO GRÁFICA

Norprint

ISBN

978-989-26-0023-9

ISBN DIGITAL

978-989-26-0206-6

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0206-6>

DEPÓSITO LEGAL

306915/10

Pedro Falcão



Ílvia Lima
e o Desporto

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

Introdução	9
1.ª Parte – Reflexões de Sílvio Lima sobre o Desporto	13
Conclusão.....	79
Bibliografia	83
2.ª Parte – Artigos de Sílvio Lima sobre o Desporto em <i>O Primeiro de Janeiro</i>	87
Reflexões Críticas Sobre O desporto	89
A Natação e o Cerco de Lisboa no século XIV	90
Natação e Marcha – Notas Soltas	92
Natação e Filologia	93
Desporto e Castidade.....	95
Desporto e Pátria	97
Desporto e Sociedade.....	99
Desporto, Reflexo de Defesa Vital.....	100
Desportista e Espectador de Desporto	102
Desporto e Individualização	103
Desporto e Automobilismo	104
Portugal e a Natação.....	106
Eça de Queiroz e o Ciclismo	107
Desporto e Trabalho I	109
Desporto e Trabalho II	110
O Desporto e a Guerra.....	111
Desporto e Guerra I	113
Desporto e Guerra II	114
Desporto e Pacifismo.....	116
O Desporto, o Estádio e a Guerra.....	117
Desporto e Guerra	118
“Esta Bela Palavra... o Desporto”	119
Desporto, Mocidade e Velhice	121
A Guerra e os Desportos.....	122

O Desporto e a Guerra – Reparos Alegres ao Dr. Agostinho de Campos.....	123
Desportos Intermitentes.....	125
Natação, Inverno e Endurecimento.....	126
Desporto a Três Dimensões.....	127
Desporto e Criminalidade.....	129
O Desporto e a Guerra.....	130
Ramalho Ortigão, o Desporto e o Império.....	131
“Paul Reynaud, o Desporto e a Guerra”.....	133
Desporto, Guerra e Vida.....	134
A Natação e o “Apelo da Água”.....	135
A Natação, o Desporto e o Medo.....	137
Natação e Piscina I.....	138
Natação e Piscina II.....	139
Natação e Piscina III.....	140
Natação e Cultura.....	142
O “Sono Hibernar” da Natação.....	143
O Desporto e a Exposição do Mundo Português.....	144
Preconceitos Desportivos I.....	145
Preconceitos Desportivos II.....	147
Preconceitos Desportivos III.....	148
A Ociosidade, O Ócio e o Desporto.....	149
O Desporto, Ócio Inteligente.....	150
O Desporto e o Endurecimento I.....	152
O Desporto e o Endurecimento II.....	153
O Desporto e a Beleza I.....	154
O Desporto e a Beleza II.....	155
O Desporto e a Beleza III.....	156
Desporto e Ciência.....	157
Desporto e Economia.....	159
Desporto, Alegria e Disciplina.....	160
Reflexões Sobre Natação I.....	161
Reflexões Sobre Natação II.....	162
Reflexões Sobre Natação III.....	163
Reflexões Sobre Natação IV.....	165
Reflexões Sobre Natação V.....	166
Desporto e Trabalho.....	167
O Ciclismo e o Desporto.....	168
O Espírito Desportivo e a Vida.....	169
Valores Desportivos.....	171
O Medo, o Desporto e o Rei D. Duarte.....	172
A Pedagogia da Coragem e o Desporto.....	173
Desporto e Convivência.....	175
Desporto e Razão.....	176
O Desporto, Oficina de Beleza.....	177
O Desporto e a Mulher I.....	178
O Desporto e a Mulher II.....	179
O Desporto e a Mulher III.....	180
O Desporto e a Mulher IV.....	182
Medicina Desportiva.....	183

Desportos Femininos	184
Coração e Desporto	186
Coração e Futebol.....	187
Desporto e Patologia	188
Desporto e Totalidade	190
Desporto e Cultura	191
Desporto e Natação	192
Futebol e Toureio I.....	194
Futebol e Toureio II.....	195
A Escola do Desporto.....	196
O Desporto e o “Gentleman”.....	198
Caça e Caçadores.....	199
Desporto e Economia I.....	200
Desporto e Economia II.....	202
Desporto – Espectáculo	203
Desportos por Procuração	204
Desporto e Linguagem.....	206
Desportos na Montanha I.....	207
Desportos na Montanha II.....	208
Desportos na Montanha III.....	210
Os Homens-Peixes	211
A Piscina da Figueira	212
Epicurismo Desportivo.....	214
O Direito Desportivo	215

(Página deixada propositadamente em branco)

INTRODUÇÃO

Há homens que, apesar de toda a adversidade que a vida – o destino? – lhes reserva, conseguem, por extraordinária força de vontade e riqueza interior, superar os obstáculos, redobrando forças para continuar. Em cada contrariedade vêem um desafio que os motiva ainda para viverem cada momento com maior intensidade, desfrutando com inexplicável prazer – apesar das vicissitudes e contrariedades – situações adversas, como um louvor à vida.

A vida de Sílvio Vieira Mendes de Lima é disso exemplo elucidativo. Um característico espírito crítico, aliado a uma lucidez intensa como raio fulgurante, impulsionou o seu modo ético de viver a vida e de perspectivar o mundo.

A polémica com o Estado Novo e a Igreja católica, personificados respectivamente em António de Oliveira Salazar e no Cardeal Gonçalves Cerejeira, o abandono a que foi votado após o seu afastamento compulsivo, por questões políticas, da Universidade de Coimbra, que, retirando-o do convívio com os seus alunos e do contacto directo com a Universidade, foi um golpe rude na sua vida, com que “pagou” a sua lucidez e coragem, esclarecem-nos sobre a força de vontade que teve sempre em continuar a viver, lutando pela defesa e divulgação dos seus ideais.

Todo o escritor espelha na sua obra muito de si. Uma personalidade resoluta, fervilhante de ideias, e a vasta erudição que desde cedo demonstrou possuir, fizeram de Sílvio Lima um escritor polígrafo. Pensador atento à realidade e aos problemas do seu tempo, estendeu a sua reflexão a múltiplas áreas da cultura humana. A sua personalidade reflecte-se, com o mesmo entusiasmo, a mesma capacidade analítica e racional, adepto da cartesiana “clareza e distinção das ideias”, em toda a sua obra. Homem de fortes e inalienáveis convicções pautou a sua vida não apenas pelo exercício

da actividade docente universitária mas também pela intervenção na vida pública por meio dos seus escritos, suscitando em relação a determinados assuntos, tal como desejava, a polémica. Amante do debate livre das ideias e da análise objectiva dos problemas, sempre em favor da verdade, que, segundo ele, ardentemente se procura mas dificilmente se encontra, procurou despertar para diferentes problemáticas os espíritos adormecidos e dogmaticamente acomodados, criticando a incompetência e infecundidade de muitos “pseudo-intelectuais” do seu tempo, lutando, ainda, contra preconceitos enraizados na sociedade da época, querendo, primordialmente, transformar mentalidades e renovar atitudes.

Conseguiu, de modo admirável, conciliar na maior parte das suas obras, a racionalidade com o fulgor e a exaltação que só uma paixão intensa consegue expressar. Paixão com que abraçou, como se de uma causa se tratasse, a defesa incondicional de valores como a Verdade, a Justiça, o Bem, a Tolerância, a Liberdade, pela afirmação da dignidade humana e contra todas as formas de autoritarismo, intolerância, fanatismo e dogmatismo, político ou religioso. A sua vida pessoal acabou por ser extraordinária e negativamente marcada, devido à expressão intrépida e indelével desse espírito crítico e antidogmático que se reflectiu permanentemente na sua obra e na sua postura perante a vida.

O homem era, para ele, o ser concreto – “o homem de carne e osso”, aquele que conosco se cruza diariamente nas ruas, que vive e sofre, que trabalha e que ama – e não um ser abstractamente considerado. Encontramos, assim, no seu pensamento e na forma de ser e de estar no mundo alguma afinidade com as concepções dos grandes pensadores existencialistas Ortega y Gasset e Miguel de Unamuno que, certamente, o influenciaram.

Foi a 6 de Janeiro de 1993, com 88 anos de idade, que faleceu em Coimbra, na mesma cidade que o viu nascer, aquele que foi um dos espíritos mais brilhantes e pedagogo exemplar da vetusta universidade dessa cidade, “um humanista, um idealista, um democrata no sentido profundo da palavra”¹.

¹ Em carta de Sílvio Lima a António Sérgio, datada de 10/12/1953. Referida em: Torgal, Luís Reis, “Um Homem Humilde mas Livre na sua Investigação - Sílvio Lima e a sua correspondência no Processo da Pide/DGS”.

Nascido em 5 de Fevereiro de 1904, foi em Coimbra que Sílvio Vieira Mendes de Lima viveu toda a sua vida e desenvolveu grande parte do seu percurso intelectual e académico, como estudante, professor universitário, investigador, ensaísta e literato. Não confinou a sua reflexão ao restrito espaço da erudição académica, alargando o seu pensamento à análise de diversificados temas, na ânsia intérmina de compreender e descobrir a resposta a questões que, relacionadas com o Homem, eram, para ele, verdadeiramente importantes. A diversidade de temas que abordou nas obras que editou e nos escritos publicados em muitos jornais e revistas expressa também a sua qualidade de autor não só naturalmente dotado de uma vasta e firme cultura, como também detentor de uma desmedida curiosidade intelectual.

(Página deixada propositadamente em branco)

1.^a PARTE

**REFLEXÕES DE SÍLVIO LIMA
SOBRE O DESPORTO**

(Página deixada propositadamente em branco)

I

Foi Sílvio Lima, em Portugal, o primeiro professor universitário a dedicar os seus estudos – de carácter filosófico, sociológico e psicológico – ao desporto, domínio menosprezado na época por se considerar que os jogos desportivos eram matéria supérflua não devendo, por esse facto, ser objecto de uma investigação séria, muito menos a nível universitário. Sílvio Lima propõe-se então desenvolver uma filosofia do desporto para exactamente demonstrar que, pelo contrário, o desporto, quando apoiado em bases científicas, tem, acima de tudo, uma função pedagógica importante, ao promover a formação integral dos indivíduos. A sua inegável dimensão formativa, manifesta-se não só a nível biológico e físico, como também a nível social, estético e ético.

Tal como esclarece no artigo com que iniciou a sua colaboração periódica em “O Primeiro de Janeiro” – em 27 de Janeiro de 1939 – o seu objectivo era desenvolver uma reflexão crítica que relacionasse o desporto com os múltiplos e complexos aspectos que constituem as vivências humanas, perspectivando o homem como realidade concreta que “se integra e condiciona num dado momento histórico e numa certa morfologia social”. Por esse motivo, e não só, o desporto é, para Sílvio Lima, uma actividade que pela repercussão dos problemas que levanta, urge analisar metodicamente e com imparcialidade.

O desporto, na sua conceituada opinião, deve relacionar-se com a Sociologia, a Psicologia, a Arte, a Moral, a Religião, a Ciência, a Filosofia, a Política, a Economia e, sobretudo, a Pedagogia. O estudo e organização do desporto, tendo em conta o seu valor formativo, deve, por isso, interessar não apenas ao desportista mas também ao político, ao economista, ao so-

ciólogo, ao filósofo, ao psicólogo, ao pedagogo, ao cientista, ao artista, ao religioso, ao moralista.

A sua esperança era poder criar uma discussão mais ampla e uma reflexão livre de preconceitos sobre o desporto, elevando-o mesmo ao nível dos estudos científicos e superiores, de modo a permitir uma prática desportiva mais racionalizada e com carácter experimental.

Foi também Sílvio Lima quem, pela primeira vez no nosso país, relacionou a actividade desportiva com a Arte, apresentando um esboço de uma concepção estética que, contudo, acabou por não sistematizar e completar. Esforçou-se, igualmente, por demonstrar o valor económico do desporto, contra “vozes” que apregoavam a inutilidade e o carácter pernicioso da actividade desportiva. Foi também pioneiro nesse domínio.

É sobretudo a partir de 1937, que Sílvio Vieira Mendes de Lima orienta a sua reflexão filosófica para o desporto, domínio em relação ao qual, ao longo de alguns anos, expôs o seu pensamento em diversos escritos que estimulam, mesmo na actualidade, a reflexão não só no âmbito específico do desporto, tendo igualmente significativas repercussões em diferentes dimensões culturais da vida humana.

Não é de estranhar que Sílvio Lima tenha dedicado os seus estudos a este domínio e a tê-lo como objecto de uma reflexão crítica profunda, porquanto ele próprio justifica a sua atitude afirmando que “para o verdadeiro espírito crítico tudo que existe no mundo é susceptível de ser filosofado, de ser “mentado”, de ser objecto de cogitação. Só o frívolo julga que há temas “leves” e temas “profundos”. Ora tudo é – ou susceptível de o ser – profundo para quem sabe aprofundar tudo. O superficial não reside nas coisas; reside no espírito mediante o qual se olham e se penetram as coisas (...)”². Efectivamente, o seu interesse era alcançar um conhecimento cada vez mais completo e profundo da realidade humana, entendendo que o desporto está, na verdade, relacionado com todas as manifestações superiores do homem e pode contribuir para o aperfeiçoamento humano, tendo, por isso, uma importante função humanizadora e pedagógica. Ele próprio justifica o valor da sua obra ensaísta dedicada ao desporto, afirmando: “Em Portugal o desporto tem sido presa

² Sílvio Lima, “Filosofia da Gorjeta”, Diário de Lisboa de 11/05/1938.

de sólidos estudos médico-higiénicos. Faltava analisá-lo “filosoficamente” integrando-o dentro da linha geral do viver humano. (...) O desporto é uma questão grave (grave, quer dizer, etimologicamente, pesada) que só parece leve aos de cabeça leve como o sabugo e o algodão (...). Na “casa de Júpiter” nada existe de frívolo; a própria frivolidade é coisa séria para os que dela se abeiram com olhos investigadores”³.

O pensamento de Sílvio Lima sobre o desporto, representa, acima de tudo, uma atitude corajosa de enfrentar o sistema vigente na época, insurgindo-se contra o decreto de 1932, que regulamentava a Educação Física nos liceus, proibindo a prática dos jogos como instrumento formativo. Com efeito, esse decreto valorizava sobretudo a Ginástica como forma de Educação física que deveria ser ministrada nas escolas primárias e secundárias do país: a Ginástica de Formação, como era designada e que seria a base de toda a educação física, consistia em ginástica respiratória e ginástica de extensores para desenvolver respectivamente, a respiração e os movimentos. O Programa de Educação Física delineado neste Decreto-lei, negava aos desportos e jogos desportivos, enquanto variantes da Educação Física, qualquer valor formativo, proibindo mesmo a sua prática nas escolas por serem considerados antieducativos. Segundo a ideologia que orientava esse Programa, o desporto não contribui de modo adequado para o desenvolvimento físico e moral dos jovens, nem constitui por si mesmo, uma escola de disciplina ou de solidariedade humana. Nega-se, portanto, ao desporto a sua potencialidade de contribuir para a formação cívica dos cidadãos, como Sílvio Lima, nas suas obras e de modo tão convincente, irá defender. Assim, é decretado que não pode o Estado apoiar e auxiliar a prática desportiva por ser, do ponto de vista educativo, uma prática prejudicial ao indivíduo e à sociedade.

Atacando sistematicamente o desporto, encarado como actividade maléfica, afirma o Decreto: “A formação precede sempre a aplicação e é preciso ter em conta que o homem só se realiza em toda a sua plenitude física aos vinte e cinco anos. Deve ter-se em conta que é nesta idade que se ultimam os últimos processos de ossificação. Eis porque nas escolas primárias e

³ Sílvio Lima, “Desportismo Profissional – desporto, trabalho e profissão”, 2.^a edição, Lisboa, 1987, p. 3.

secundárias os desportos devem ser afastados com toda a energia, porque os organismos infantis depauperados não os suportam sem graves perigos (...). A natação, o remo e a equitação, com a devida formação que os preceda, ninguém lhes contesta o valor utilitário e os benefícios higiênicos de aplicação. Não podem contudo ser aceites os desportos anglo-saxónicos e os jogos atléticos, bem como os desafios e “matches” em geral, especialmente os de foot-ball, visto ser nulo ainda o seu papel educativo, e cujos malefícios são óbvios. A educação física não visa a formar atletas. Toda a educação física que visa a esta finalidade é uma educação às avessas. Os atletas marcam a decadência dos grandes povos. Grécia e Roma dos atletas são precisamente a Grécia e Roma da decadência. (...) Os desportos não são um meio de aperfeiçoamento individual, mas antes de deformação física, quantas vezes de perversão moral. (...) Os desportos como fim só alcançam a deformação física, e não raras vezes a perversão moral, e como meio de ajudar o aperfeiçoamento integral do indivíduo falseiam totalmente o seu objectivo. Sob o ponto de vista moral e social, pois, os desportos são uma prática funesta, desvirtuando toda a obra educativa e consciente formação”⁴. É assim neste contexto de hostilidade e desprezo pelos desportos que, por reacção e crítica, se desenvolverão as reflexões de Sívio Lima sobre a temática do desporto, afirmando o seu valor cultural e humano.

II

A referência que Sívio Lima sempre apresenta nos seus escritos, no sentido da valorização do desporto, é a da cultura helénica que, associando na mesma tarefa formativa o desenvolvimento do espírito e do corpo, concebia o desporto como um dos instrumentos de formação integral do Homem. Explica que na Grécia, o desporto não era compreendido unicamente pelo exercício físico, tendo também uma dimensão religiosa, enquanto forma de homenagear os deuses e uma importante dimensão estética: o desporto era também arte, afirma Sívio Lima. Os conhecimentos que possuía daquela

⁴ Decreto n.º 21110 de 4/04/1932. Cf. Diário do Governo – 1.ª Série, 16/04/1932.

cultura e a admiração que por ela nutria, estão na base da sua concepção sobre o desporto, considerando-o actividade pura e desinteressada; e só desse modo o desporto se pode constituir como um factor determinante de formação humana e ter valor como actividade cultural.

Sílvio Lima critica, por isso, a prática irracional do desporto, realizada de forma inconsciente, indisciplinada e desregrada, porque para ele o verdadeiro desporto é humanista e racional e deve ser sempre orientado por sólidos conhecimentos científicos e exercido sob vigilância médica. Daí o valor que atribui aos exames médico-desportivos a que todo o desportista se deve submeter antes de se entregar ao esforço físico que a maior parte dos exercícios desportivos exigem.

Variados temas de interesse desenvolve Sílvio Lima, ao reflectir sobre o desporto. Destacamos aqui alguns deles que, julgamos, continuam na actualidade a ser objecto de referência para quem, de modo consciente e sério, pretenda ainda compreender o sentido e o valor do fenómeno desportivo: a defesa da individualização da prática desportiva; a promoção do desporto feminino; o conceito do desporto extensível a todas as idades, enquanto actividade não exclusiva da juventude; a função regeneradora e integradora do desporto para o delinquente e criminoso; o carácter terapêutico do desporto para certas patologias; o desporto como ocupação saudável e útil do lazer, permitindo, ao mesmo tempo, a sublimação de energias latentes e reprimidas, principalmente nos jovens; a importância do desporto no aumento da produtividade no trabalho, permitindo o relaxamento do trabalhador o que, de certo modo, torna evidente o valor económico do desporto; a necessidade de regulação jurídica da actividade desportiva com a consequente responsabilização dos agentes desportivos; a necessidade da institucionalização de uma medicina desportiva. Encontramos ainda nos seus escritos, a relação do desporto com a beleza e a castidade, a mocidade e a velhice, a coragem e o medo, a guerra e o pacifismo, assim como uma abordagem minuciosa e crítica a diferentes modalidades desportivas. São estes, entre outros, os temas centrais da sua teoria sobre o desporto.

O que sobretudo é admirável na concepção de Sílvio Lima é a função pedagógica que atribui ao desporto; este constitui verdadeiramente uma

“escola” de democracia e de educação cívica. O desporto prepara para a vida em sociedade, principalmente os jogos que implicam o confronto entre equipas, promovendo nos indivíduos, o desenvolvimento da cooperação, da solidariedade, da tolerância, da responsabilidade e da capacidade de iniciativa. Criam hábitos de autodisciplina, de obediência consciente às normas do jogo e de audácia combativa. Todas estas qualidades são, para o Professor Lima, necessárias à convivência social. Também a dimensão ascética do desporto, que incute nos jovens qualidades de índole espiritual, promovendo o autodomínio e ajudando a modelar o carácter, é realçada por Sílvio Lima.

Apresenta, ainda, uma “pedagogia desportiva da coragem”, pretendendo com isso destruir preconceitos que afastam os jovens do desporto. É possível também pela educação, atenuar o medo que sentem pela prática de alguns dos exercícios desportivos.

Dois aspectos são também dignos de relevo como alvo do “olhar” crítico de Sílvio Lima: um primeiro aspecto é a defesa incondicional do desporto amador e conseqüente menosprezo pela profissionalização do desporto: critica o exibicionismo no desporto, transformado em espectáculo, por culpa sobretudo dos espectadores e da imprensa que acabam por estimular de forma exacerbada, a vaidade do desportista e a profissionalização da sua actividade e também dos clubes que fomentam a comercialização do desporto, convertidos em empresas na busca excessiva de lucro. Perdem-se, com isso, as funções humanizadora e formadora do desporto. No entanto, na sua opinião, os clubes desportivos são indispensáveis porque têm importantes funções a desempenhar ao nível da organização e controlo da prática desportiva; outro aspecto, é a crítica de cariz social e político que apresenta explicitamente nos seus textos, a propósito dos benefícios da prática desportiva para o trabalhador. Enfrenta, numa atitude destemida, característica da sua personalidade, a estrutura social e política do seu tempo, marcada pela ideologia autoritária e fascista do Estado Novo. Aponta então, em alguns dos seus textos, a necessidade de se construir uma sociedade mais justa, mais equilibrada, em que os trabalhadores possam ter melhores condições de trabalho e qualidade de vida. Critica, sobretudo, o sistema capitalista de produção e exploração.

III

Mantendo o mesmo espírito ensaísta, que assumiu como forma de reflexão e de análise crítica dos diversos temas que abordou, publicou em 1937 a sua primeira obra dedicada aos temas desportivos, “Ensaaios sobre o Desporto”, que surgiu como um “diamante na inexistente literatura desportiva portuguesa”⁵, enfrentando com coragem e sabedoria, pelo seu conteúdo objectivo, aquele decreto governamental de 1932, onde se considerava que “os desportos estão fora do génio do povo português”.

Em carta pessoal enviada a João C. Boaventura, responsável pela reedição, em 1987, desta “obra clássica da literatura desportiva portuguesa”⁶, o autor dos “Ensaaios...” explica: “Organizei-os desta forma: logo na primeira página de cada ensaio formulo uma temática, a que se segue uma problemática com a respectiva dialéctica e finalmente uma conclusão crítica que fica sempre aberta porque não se trata de estabelecer uma dogmática. Isso seria contra o espírito daquilo a que se chama ser um verdadeiro ensaio”⁷. E, adivinhámos também, ser contra o espírito do próprio autor, crítico, questionante, problematizador, polémico, aberto sempre ao diálogo e à discussão de novos e diferentes temas, antidogmático por natureza, na busca incessante de outras e novas verdades. Seguiram-se, na mesma linha de pensamento, as obras “Desporto, Jogo e Arte” (1938) e “Desportismo Profissional – desporto, trabalho e profissão” (1939). Complementando esta sua trilogia dedicada ao desporto e desenvolvendo as suas reflexões filosóficas nesse domínio, Sílvio Lima publicou, ao longo de cinco anos e com uma periodicidade regular, na rubrica “Desportos” de “*O Primeiro de Janeiro*”, vários artigos entre Janeiro de 1939 e Novembro de 1943.⁸

⁵ Boaventura, J.C. Nota Explicativa, introdutória à obra, “Ensaaios sobre o Desporto”, 2.^a edição, Lisboa, 1987, p. 4.

⁶ Boaventura, J.C. Nota Explicativa, introdutória à obra, “Ensaaios sobre o Desporto”, 2.^a edição, 1987, p. 6.

⁷ Sílvio Lima, citado em Nota Explicativa, introdutória à obra, “Ensaaios sobre o Desporto”, 2.^a edição, Lisboa, 1987, p. 6.

⁸ Todos estes artigos se encontram na 2.^a Parte desta obra. Eles constituem um elemento essencial para compreender o pensamento crítico-filosófico de Sílvio Lima sobre o desporto.

Nos anos de 1942 e 1943 proferiu ainda algumas conferências dedicadas ao tema do desporto. Assim, realizou no dia 20 de Outubro de 1942 uma conferência integrada nas comemorações do 20º aniversário da fundação da Associação de Futebol de Coimbra, no salão nobre da União dos Grémios, subordinada ao título, “Desporto e Cultura”. Nela defendeu o amadorismo desportivo, discordando da ideia de Gregório Marañon, médico endocrinologista espanhol, sobre a ineficácia e inutilidade do desporto.⁹ Também realizou no Clube dos Fenianos Portuenses, a convite do Feminino Atlético Clube – que inaugurava oficialmente os seus cursos de ginástica feminina – uma conferência com o tema, “Valor e desvalor do Desporto”, na noite de 7 de Novembro de 1942, tendo nela defendido que “um povo saudável é um povo de poderoso valor económico” e que “o verdadeiro desporto é multidimensional: isto é, atende à idade cronológica, ao perfil tipológico, à profissão, ao estudo biológico e ao determinismo sexual de cada jogador.”¹⁰ Na mesma conferência Sílvio Lima defendeu igualmente a prática do desporto feminino, partindo do pressuposto de que a mulher se vai emancipando e que é possível conciliar o trabalho do lar, a profissão e o desporto, servindo-lhe esta actividade como instrumento de educação físico-moral. Ainda realizou, no dia 19/01/1943, uma conferência na Figueira da Foz, a convite do Ginásio Clube Figueirense, com o título “Desporto e Trabalho”.¹¹

Também na Revista brasileira “Anhemi”, em 1951, Sílvio Lima escreveu o artigo, dedicado à análise da actividade desportiva, “Esporte de 30 dias – As Ideias do Desporto e o Desporto das Ideias”,¹² onde mostra a relação entre a cultura grega e o desporto, entre a actividade racional e a educação física, defendendo que não é por acaso que o desporto surgiu na Grécia Antiga. Por isso afirma ele naquele escrito, “A Grécia foi, a um só tempo, o berço da razão e do desporto. (...) A razão nasce e cresce num povo desportivo; o desporto nasce e cresce num povo racional, (...) porque a razão e o desporto, longe de se repugnarem um ao outro como dados

⁹ Cf. O Primeiro de Janeiro de 21/10/1942.

¹⁰ Cf. O Primeiro de Janeiro de 7/11/1942 e 8/11/1942.

¹¹ Cf. O Primeiro de Janeiro de 19/01/1943.

¹² Anhemi, Vol. III, n.º 9, Agosto de 1951, pp. 584 a 587.

contraditórios, são duas partes componentes e inseparáveis do mesmo todo humano: o corpo e a alma, o somático e o psíquico, Diόνisos e Apolo”. Sílvio Lima defendia que a razão e o desporto são partes constituintes, dinâmicas, da totalidade funcional que constitui a vida humana. Devemos, segundo ele, encarar o desporto não apenas como actividade mecânica, dependente exclusivamente de aspectos fisiológicos, mas fundamentalmente como actividade racional, disciplina científica que implica “mesura” e sanidade mental. Já com 80 anos, ainda Sílvio Lima se interessava pelas questões desportivas, tendo participado num Seminário de Educação Física promovido pela Associação de Profissionais de Educação Física da Região Centro, subordinado ao tema, “A Terminologia em Educação Física”. Este foi um dos temas que Sílvio Lima privilegiou, sobretudo nas reflexões que desenvolveu nos artigos de “O Primeiro de Janeiro”, relacionando desporto e linguagem, com a pretensão de clarificar correctamente os termos com que devemos abordar as diversas questões que se nos colocam.

IV

Sílvio Lima analisou o desporto na sua relação com a ordem social e política, defendendo que, para além dos benefícios de carácter biológico, estético e ético que gera, o desporto é, primacialmente, um poderoso agente de democratização social; a prática desportiva facilita a aprendizagem da vivência democrática em sociedade, constituindo-se como uma verdadeira “escola” permanente de democracia em que “as portas são largas e estão sempre abertas para todos”¹³, onde o prestígio ou os méritos de cada indivíduo, enquanto desportista, são determinados pelo esforço individual, isto é, “pelas qualidades pessoais, adquiridas laboriosamente mercê dum esforço individual, livre, paciente e disciplinado”.¹⁴

Interessa realçar como esta perspectiva se opunha à ordem social e política estabelecida na época, apresentando o desporto como actividade

¹³ Sílvio Lima, “Ensaio sobre o Desporto”, 2.^a edição, Lisboa, 1987, p. 8.

¹⁴ Sílvio Lima, Ob. Cit., p. 7.

democrática e democratizante, palavras vãs numa sociedade em que o poder político ditatorial cada vez mais e impunemente se impunha aos cidadãos, coagindo-os na sua capacidade de iniciativa e impedindo a liberdade de expressão. As ideias defendidas referem exactamente o pensamento oposicionista de Sílvio Lima face a essa política ilegítima do Estado Novo. O desportista é homem que se faz a si mesmo e depende de si próprio, das suas capacidades individuais, da sua força de vontade e espírito de sacrifício, não dependente, portanto, da pertença a uma determinada classe social, da riqueza ou da submissão cómoda e interesseira a uma ideologia política. É, de acordo com o pensamento de Sílvio Lima, em maioria, o povo que se entrega às actividades desportivas, é ele que se esforça e afirma a sua férrea vontade e é, sobretudo, do humilde homem do povo, que surgem os vencedores nas provas desportivas.

Se a actividade desportiva é, por natureza, selectiva, no entanto, o próprio carácter democratizante e universalista do desporto moderno, permite-nos, segundo Sílvio Lima, distingui-lo do desporto medieval. Na Idade Média, as classes populares não tinham acesso às actividades desportivas – como por exemplo, a braçaria, a péla, a falcoaria, os torneios – sendo apenas os nobres que, por direito, participavam nelas. Pelo contrário, o desporto moderno é, na sua opinião, galvanizador das massas, contribuindo, por isso, para um maior e mais frutífero contacto entre as diferentes classes sociais e não só. O desporto promove também uma benéfica e desejável aproximação das diferentes raças, culturas, credos religiosos ou políticos. O desporto é, assim, uma actividade que permite estreitar os vínculos de solidariedade entre os homens.

V

Há, para o Professor Lima, uma estreita relação entre o desporto e o trabalho. Este, se for regulado por leis humanas, não escravizadoras, também poderá, tal como o desporto, disciplinar, tonificar, rejuvenescer a alma e o corpo. Ao reflectir sobre esta temática, Sílvio Lima criticava, sobretudo, aqueles que consideravam o desporto como actividade inútil e económica-

mente infecunda, contrapondo-lhe o trabalho como actividade superior, na medida em que o trabalho é produtivo, criando sempre algo que perdura no tempo, como realidade independente do trabalhador que o produziu, enquanto o desporto, com uma utilização efémera, não é produtivo. Sílvia Lima discorda, pois, para ele, o desporto é um verdadeiro instrumento de “pedagogia política”, representando uma forma de descarga de energias primitivas, anti-sociais e a-sociais, inerentes à natureza humana, sendo uma forma de “catarsis”. Através dele, o homem “purga-se” do seu “selvagemismo natural”. Além destes benefícios de carácter social, o valor biológico da actividade desportiva representa também um valor económico inquestionável em qualquer sociedade, defende Sílvia Lima. A vitalidade e a saúde que o desporto desenvolve e revigora, devem ser encaradas também sob o ponto de vista económico e não apenas fisiológico, numa perspectiva social e não apenas individual. Desse modo o desporto não pode ser considerado, enquanto desempenha uma função social e vital, como actividade infecunda do ponto de vista económico. Se o jogo robustece e valoriza a raça, como é que será estéril economicamente? – questiona Sílvia Lima. A actividade desportiva é por ele encarada como um serviço que é prestado socialmente e, como todos os serviços, tem a sua utilidade e fecundidade.

Para além destas considerações, qual é efectivamente a produtividade do desporto quando comparado com o trabalho? O desporto produz economicamente? – Para Sílvia Lima, a resposta a estas questões é fulcral para compreender também o valor económico do desporto. Os únicos factores de produção são, como nos esclarece, a terra, o trabalho e o capital; ora, sendo assim, o desporto não se pode considerar um agente de produção porque não produz directamente qualquer matéria de valor económico, ao contrário do trabalho, mas contribui para o sustento e progresso da máquina económica. O desporto deve ser, em si mesmo, actividade desinteressada e não-lucrativa. No entanto, o jogo desportivo interessa à economia de um Estado, sobretudo como indústria e como espectáculo. Quer o próprio desportista quer os clubes, mobilizam capitais, estimulando, comercial e industrialmente, o mercado económico. Como espectáculo que é, o desporto galvaniza multidões, mobilizando, com isso, fortes interesses económicos.

Na opinião deste professor de Coimbra, partilhada na actualidade por diversos psicólogos, pedagogos e profissionais do desporto, o jogo, quando bem orientado é também, incontestavelmente, um poderoso auxiliar do trabalho; tem uma função ortopédica, correctiva em relação a muitos dos “vícios”, físicos e mesmo morais e psicológicos, desencadeados pela actividade profissional. O jogo tem igualmente uma relevante e indefectível função cooperativa que pode, de modo determinante, atenuar o choque existente entre as diferentes classes profissionais, promovendo a solidariedade e a convivência entre todos os seus membros. Cada trabalhador, defende Sílvio Lima, é moldado espiritualmente pela classe profissional a que pertence e assim forma uma consciência individualista, um “espírito de classe” específico; surge a intolerância perante as diferenças que caracterizam o modo de viver e de ser dos membros de outras e diferentes classes profissionais e o mundo é perspectivado apenas numa óptica unilateral e, portanto, sectária. Isto resulta, em grande parte, da especialização profissional, fruto da divisão do trabalho processada ao longo de séculos de humanidade. Desse modo o desporto poderá também contribuir para formar e clarificar uma mentalidade democrática e universalista, aproximando os indivíduos pertencentes a diferentes classes profissionais.

Apesar destas reflexões, Sílvio Lima não considera o desporto, como actividade superior do homem que, por si, substituísse o trabalho humano, porque o desporto só é louvável e só pode adquirir valor verdadeiramente humano conjuntamente com o trabalho. A prática desportiva dissociada do trabalho é indesejável, porque se pode apresentar como prática parasitária e prejudicial tanto para a sociedade como para o desenvolvimento da personalidade do indivíduo sendo, nesse sentido, inútil e estéril.

O desporto pode também representar, e muitas vezes, uma fuga ao trabalho, negando, desse modo, a sua dimensão ética. Para Sílvio Lima esta atitude é a negação do verdadeiro desporto. Só o trabalho lhe confere valor humano e social. Defende então, que o desporto deve, por um lado, ser uma actividade de relaxamento depois do trabalho realizado e, ao mesmo tempo, actividade que prepare o espírito, estimulando psicologicamente cada indivíduo para o trabalho que posteriormente terá de realizar, isto é, praticando desporto cada um poderá sentir-se mais descansado e estimula-

do para o exercício contínuo da sua profissão, entregando-se ao trabalho com maior motivação. A prática de um desporto seria então, uma pausa recuperadora e estimulante entre dois momentos distintos de trabalho que cada um, no exercício da sua profissão, realiza.

Segundo Sílvio Lima, não é o jogo que excita os jovens e lhes retira a concentração no trabalho, como alguns críticos do desporto queriam, na época, fazer crer, porque o verdadeiro desporto – não aquele que é feito sem regras e sem orientação, sem disciplina – tem mesmo um carácter terapêutico com efeitos tónico-calmantes. Não são os jogos, defende Sílvio Lima, que contribuem para as alterações ao nível do sistema nervoso, prejudiciais ao comportamento, mas sim as próprias condições sociais desumanas em que vivem os trabalhadores e a que se sujeitam no exercício da sua profissão. Quer a mecanização das técnicas profissionais, quer a falta de salubridade e de disciplina em que trabalham, quer, ainda, a situação de pobreza em que vivem – vegetando em casebres infectos, mal alimentados, mal enroupados – é que conduzem, de modo negativo, à exaustão psicológica e física de quem trabalha. Sílvio Lima conclui então a sua argumentação afirmando que o verdadeiro desporto é um auxiliar da profissão porque, como uma espécie de cura médica, serve de recreio ao trabalhador, afastando-o momentaneamente das necessidades e exigências da profissão. Desenvolve, e a propósito das relações do desporto com a profissão, uma reflexão mais profunda e marcante, do ponto de vista social e político, sobre a problemática das condições de trabalho.

Não é, segundo Sílvio Lima, o critério da inutilidade e esterilidade económica que permite distinguir desporto e trabalho, mas sim o carácter doloroso e penoso do próprio trabalho, sendo o desporto considerado como actividade estimulante e agradável. Ora, o que é fundamental é poder transformar o trabalho numa actividade desejada por ser agradável e, para isso, torna-se necessário transpor a agradabilidade do desporto para o trabalho, fazendo com que este se torne atraente e deixe de ser encarado com sacrifício, sendo compreendido e vivido como prazer que voluntariamente se procura. Para Sílvio Lima, este será o desejo de todo o político inteligente. Para conseguir este desejável intento é necessário que o trabalho se torne mais humano, atendendo às necessidades do trabalhador, e que este se consciencialize que

o seu trabalho obedece a uma “salutar lei vital” e sinta que, trabalhando, adquire um prémio justo pelo seu trabalho. Desporto e trabalho não são, no juízo de Sílvio Lima, inconciliáveis mas, sim, tarefas complementares.

VI

Apresenta-se Sílvio Lima, em 1942, como um defensor da emancipação da mulher na sociedade, chegando mesmo a designar o século xx como o “século da mulher”, uma vez que é neste século que se assiste à valorização do estatuto da mulher nas sociedades ocidentais. Ao referir-se à mulher portuguesa na sua relação com o desporto, defende Sílvio Lima que a emancipação da mulher, na sociedade portuguesa, pode afirmar-se pela prática desportiva. Não tem sentido que o desporto seja uma actividade exclusivamente masculina. Pelo desporto pode então a mulher afirmar as suas qualidades e verdadeiras capacidades, consciencializando desse modo a sociedade para o seu real valor e atenuando a discriminação sexual de que é vítima. E, sendo assim, o desporto tem de ser visto como elemento fundamental na formação não só física, como também intelectual e ética, não apenas do homem como também da mulher.

É também contra os preconceitos da época que Sílvio Lima assume nos seus escritos desportivos a defesa do desporto feminino, dedicando a esse tema uma parte substancial das suas reflexões filosófico-desportivas. Existia, na sociedade portuguesa da época, alguma reserva quanto à prática do desporto pela mulher e Sílvio Lima descreve-nos mesmo alguns dos argumentos mais críticos relativamente a esse fenómeno. Assim, esclarece-nos que determinadas críticas apontam o desporto como causa de deformações físicas na mulher e de graves modificações estruturais e funcionais, como por exemplo, ao nível da estrutura óssea, do funcionamento das glândulas endócrinas, dos órgãos reprodutores, da musculatura torácica, abdominal e pélvica e também ao nível do sistema nervoso, levando a actividade desportiva à ruína da própria mulher.

Outras críticas, baseando-se em dados estatísticos, querem provar que existe uma diminuição da fertilidade nas mulheres que praticam desporto.

Para Sílvio Lima a interpretação dos dados estatísticos pode tornar-se num exercício difícil e perigoso, porquanto os factos sociais são demasiado complexos para se interpretarem e conhecerem unicamente em função desses dados. Aceita que há desportos, mais violentos e com maior grau de exigência de esforço, que poderão provocar deformações estruturais e funcionais na mulher, causando mesmo infecundidade. Mas, como nos elucida, não poderemos apenas atribuir ao desporto essas deformações, porque outros factores, até de ordem sociológica, poderão também ser a sua causa. E a mulher deverá, igualmente, praticar exercícios desportivos mais adequados à sua natureza e constituição.

Assim, sendo o desporto um instrumento de aperfeiçoamento físico, de robustecimento orgânico e mesmo até, uma escola de humanismo, com que legitimidade pode a mulher ser impedida de o praticar? – questiona Sílvio Lima. Daí a valorização que atribui à prática feminina do desporto. Torna-se pois necessário, na sua opinião, lutar contra os vários preconceitos que negam à mulher o direito de praticar desporto. Segundo eles, caberia à mulher apenas as funções de esposa e mãe e o desporto contribuiria tão somente para a sua masculinização pervertendo, desse modo, a sua natureza feminina e pondo em risco, sobretudo, a sua função de reprodutora. Querendo justificar-se com razões de ordem fisiológica, psicológica, ética e sociológica, esses preconceitos são realmente, no entendimento de Sílvio Lima, o fruto de uma mentalidade sectária e masculinista enraizada na sociedade portuguesa da época. Pelo contrário, defende ele, o desporto é um útil instrumento de robustecimento biológico da mulher, se for orientado racional e cientificamente e praticado metodicamente e com moderação.

VII

Tratando de outra temática e com a mesma preocupação de rigor que o caracteriza, Sílvio Lima procura definir e distinguir correctamente desporto e “espectarismo”. Não devemos confundir o espectador de desporto com o desportista. Na sua fundamentada opinião, entende que muito jovem se julga desportista apenas porque, como espectador sempre presente, assis-

te da bancada e dá palmas a qualquer prova desportiva ou simplesmente porque, sendo assinante de revistas de desporto conhece de cor os nomes dos maiores campeões mundiais. Mas para Sílvio Lima, o espectador de desporto, pode mesmo ser não-desportista ou até antidesportista. Defende que, para bem do desporto, o ideal seria o “espectadorismo” ser o ponto de partida para a prática desportista. Cremos que Sílvio Lima pretende com este argumento, alertar para a necessidade de motivar os jovens para a prática desportiva, sensibilizando-os para a importância do desporto como prática salutar de vida. Pode, deste modo, a sociedade fazer com que, sobretudo os jovens, deixem de ser meros espectadores curiosos e se tornem desportistas activos e participantes.

VIII

Partindo do pressuposto de que o desporto existe para o homem e não o homem para o desporto, defende Sílvio Lima a individualização no desporto, entendendo que a prática desportiva deve ser diferencial, hierarquizada e desenvolvida progressivamente, atendendo à diferenciação dos sexos, da idade e das aptidões individuais. Sendo o desporto um instrumento de valorização psicofísica, deve atender às necessidades concretas e às possibilidades reais de cada indivíduo em particular, tendo em conta os diferentes aspectos somáticos, psíquicos e sociais de cada desportista. A diferença de idade e de sexo, a capacidade de resistência ao esforço, a capacidade física e muscular, a resistência nervosa, o tipo mais adequado de alimentação, são apenas alguns dos factores a ter em conta na preparação do jovem atleta. É necessário criar um “desporto por medida” afirma Sílvio Lima parafraseando o pedagogo Edouard Claparède, isto é, qualquer prática desportiva deve ser ajustada a cada caso concreto. Nesse sentido, Sílvio Lima entende que o desporto tem necessariamente de pressupor o conhecimento exacto de leis biopsíquicas e análise racional dos meios técnicos que se possam adequar mais correctamente à especificidade de um indivíduo. Na realidade, o desporto deve ter um carácter científico-experimental, que passe pelo conhecimento rigoroso e o mais completo

possível da complexa natureza humana, de modo a promover naquele que pratica uma determinada actividade desportiva, o homem concreto e não um ser abstracto, o equilíbrio orgânico total. Deve, segundo Sílvio Lima, constituir-se uma ciência do desporto, fundada na consciência de que não há desportos mas desportistas.

Na sequência destas ideias, Sílvio Lima realça a importância da prática do desporto nas diferentes idades. A dissertação deste tema, revela, de algum modo, a perspectiva futurista, a visão lúcida, que tem, nessa época, da problemática do desporto. Desenvolvendo o tema, afirma que há vulgarmente uma visão falsa sobre as relações entre o desporto e a idade, julgando erroneamente a prática desportiva como exclusiva da juventude. No entanto, assegura-nos Sílvio Lima, o desporto é para todas as idades, porque devemos ter consciência de que não só se faz desporto porque se é novo mas também é-se novo porque se faz desporto. Contudo, há desportos para cada idade, e por isso é necessário adaptar o desporto à idade do praticante ou adaptar a idade à prática de um desporto. Sílvio Lima tem consciência de que nem todos os desportos poderão ser exercidos por todos os indivíduos e em qualquer idade; afirma que há desportos que, pela sua impetuosidade e esforço físico exigido, pelas suas repercussões físico-orgânicas, apenas deverão ser praticados pelos mais jovens, como por exemplo a natação de competição, o futebol, a maratona, o boxe, entre outros; mas há desportos, menos exigentes em termos de desgaste físico, que podem facilmente adaptar-se a idades mais maduras, como por exemplo, a marcha a pé, o golf e a pesca. Defende o professor conimbricense que a prática do desporto ajuda, deste modo, a combater a velhice precoce e a manter um certo dinamismo vital e mesmo algum vigor da mocidade, criticando sobretudo o imobilismo a que alguns se entregam por apenas julgarem não ter já idade para se exercitar desportivamente, acelerando assim a aproximação da velhice. Relativamente às diferenças entre sexos, defende, então, que se devem adequar os exercícios desportivos às características específicas da mulher, atendendo aos seus caracteres diferenciais anatómicos, sexuais, emotivos e volitivos. Por isso, desportos menos duros, como a natação, o ténis, o ciclismo de passeio e a dança, são os que melhor se adaptam aos caracteres femininos. Cada indivíduo apresenta um perfil

característico peculiar, com uma constituição física e mental particulares. Por isso Sílvia Lima entende que a função primordial do treinador ou do professor de jogos no estádio, é essencialmente a de detectar as aptidões de cada um e orientá-lo para a prática de um determinado desporto, mais adequado à expressão dessas suas aptidões. Quer dizer, é tarefa do bom educador realizar com sabedoria, a individualização do desporto, porque o desporto não constitui um fim em si mesmo, mas um meio de valorização individual e colectiva.

Podemos assim constatar que, na concepção de Sílvia Lima, a individualização da prática desportiva se relaciona directamente com esta tridimensionalidade do desporto – idade, sexo e aptidões individuais. Esquecer essas três dimensões é, na opinião do Professor Lima, transformar o desporto numa prática rígida, irracional e perigosa. Em suma, nesta perspectiva, não devemos analisar o desporto sem atender, de modo racional e científico, às características do desportista. Cada desportista constitui um problema pessoal, um “caso clínico” distinto e cada desporto tem as suas exigências específicas.

É então no contexto da individualização da prática desportiva que Sílvia Lima realça a utilidade e a necessidade da Medicina Desportiva. Ele critica sobretudo a atitude geral, expressão de uma estreita mentalidade nacional, que desvaloriza o desporto, considerando que não merece uma abordagem científica por, em comparação com outras áreas consideradas culturalmente superiores como o trabalho, a economia, a ciência, a arte, a ética, a política e a sociologia, não ser uma actividade séria, mas apenas uma forma de diversão para a juventude. E reforça a sua posição relativamente a esta problemática quando defende a elevação do desporto ao nível dos estudos superiores, tendo como referência uma tese de doutoramento em Direito, apresentada em 1934 na Universidade de Montpellier, por Jean Azéma, dedicada ao estudo das relações entre o Direito e o Desporto. Reforçando a sua posição, questiona lucidamente, porque não deverá, então, ser tomado como sério e nobre tudo o que se prende com os interesses psicofísicos da juventude. Esta interessa-se pela prática desportiva e entrega-se-lhe com gosto, embora a maior parte das vezes, de modo descomedido, sem disciplina e praticando os exercícios sem qualquer orientação ou controlo. Por isso e

porque através do desporto se cria e desenvolve, na sua douta opinião, o futuro da própria “grei”, urge desenvolver estudos médico-desportivos que contribuam para estruturar racional e cientificamente o desporto. E Sílvio Lima entende mesmo que o próprio Estado deverá responsabilizar-se pela organização do desporto, não se alheando do movimento desportivo, verdadeiro fenómeno social emergente na época.

IX

Ao abordar o tema das relações do Direito com o desporto, Sílvio Lima, firmando-se na tese de doutoramento atrás referida, entende que os jogos desportivos levantam constantemente subtis problemas de ordem jurídica, pelo que, preconiza, deve existir uma regulamentação do direito desportivo, sujeitando os desportistas, tal como as Associações desportivas, a um tríplice código, disciplinar, civil e penal, responsabilizando-os pelos seus actos. É que um jogador por imperícia, negligência ou brutalidade, afirma o Professor Sílvio Lima, pode, consciente ou inconscientemente, violar as regras do próprio desporto que pratica podendo, com isso, infligir danos ao seu adversário, que podem mesmo levá-lo à morte ou também lesar o próprio espectador. Em caso de ocorrerem acidentes, voluntários ou não, por parte do jogador, onde começa e onde termina a culpabilidade do agente? Qual o grau de culpa e qual a sanção a aplicar? Poderá o jogador ver atenuada a sua responsabilidade só porque esses actos ocorrem como consequência directa do próprio jogo? – Estas e outras inúmeras questões exigem, na perspectiva de Sílvio Lima, uma organização jurídica do desporto, fundada num cuidadoso exame analítico por parte dos juristas.

X

Defende também Sílvio Lima que o desporto é estruturalmente mais uma actividade espiritual que corporal, encerrando, acima de tudo e em tudo, uma “alma”. Isto é, não podemos compreender o desporto apenas na

sua dimensão fisiológica ou mecânica: o futebol não se pode reduzir aos pontapés na bola nem a equitação a coisa “bruta” de cavalos e a natação a uma cadeia de saltos e mergulhos na água. Toda a actividade desportiva encerra, em si mesma, uma dimensão espiritual, uma “alma”, que transcende o simples mecanismo e automatismo dos actos imediatos que se praticam.

Há, segundo Sílvio Lima, uma cisão inaceitável, porque incompreensível, entre o desportista e o intelectual, ignorando-se ambos mutuamente, cada um desprezando a actividade do outro, fruto do desconhecimento que têm quer da vida desportiva quer do trabalho intelectual. Não têm consciência, uns e outros, de que o desporto é cultura, enquanto actividade especificamente humana. O verdadeiro desporto deve fundar-se no conhecimento científico da complexa natureza humana. A dimensão espiritual do desporto, manifesta-se, segundo Sílvio Lima, nos seguintes aspectos: o desporto, tal como a ciência e a arte, pressupõe uma organização racional, uma disciplina crítica e um método. A alma do desporto está, então, na racionalidade intrínseca do próprio desporto. É a razão que lhe confere espiritualidade, tornando-o numa actividade humana superior; o desporto implica sempre desenvolvimento, criação, dinamismo construtivo do próprio eu, encarnado no desportista: este não é um autómato nem um animal a domesticar; o desporto deve ser genético, funcional, progressivista, representando um processo orgânico de evolução; o desporto produz hábitos, mecanismos, “reflexos condicionados” mas, ao mesmo tempo, é a superação de tudo isso porque implica uma vontade lutadora, uma superação contínua do “eu”; o desporto é um meio de libertação do espírito; este, por natureza, deixa-se, muitas das vezes, enredar nas exigências materiais e apetências corporais. O desporto tem uma “alma”: consiste na sagesa, que conduz ao autodomínio, à prudência, tenacidade, confiança, atenção, respeito, solidariedade, ousadia e tolerância; o desporto é “soberania do espírito” e implica ascese, pretendendo criar o perfeito cidadão, como ente racional e personalidade moral.

Exemplifica com o exemplo do povo grego que, na Antiguidade, valorizando a atitude racional também atribuiu enorme importância à prática desportiva. Na cultura grega, a razão foi considerada deusa inspiradora e orientadora do desporto. Partilhando dessa mesma ideia, defende então

que o desporto deve ser uma prática orientada e regulada racionalmente, tornando-se, desse modo, em obra de ciência e arte.

Num tempo em que o desporto e a Educação Física não eram ainda valorizados como acto cultural, pelo menos no domínio escolar e em certos meios ditos culturais, sobrepondo-se acima deles a actividade intelectual, conclui: “Ensinemos o intelectual a compreender e ... a amar o desporto, a ver nele obra de ciência e arte; e por sua vez, ensinemos o desportista a compreender e... a amar a vida mental, a ver na ciência e na arte maravilhosos exercícios desportivos, já que a ciência e a arte são afinal a alma radiosa do verdadeiro e humano desporto”¹⁵

XI

Ao abordar a temática do *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda a Sela*, do rei D. Duarte, Sílvio Lima analisa em termos psicológicos, o medo como factor inibidor da prática desportiva. Sendo natural como reacção defensiva psicofisiológica, baseada no instinto de conservação inerente a todo o animal, sendo também resultado duma aprendizagem sociocultural, o medo, que pode ter no homem normal as mais variadas manifestações – perturbações musculares, viscerais, respiratórias, emocionais, circulatórias, glandulares, mentais – pode, por uma esforço da vontade esclarecida pela razão, ser superado. Sílvio Lima entende que o sentimento de medo é incutido pela educação desde a infância. Para ele, o tipo de educação que, na cultura portuguesa, sobrevaloriza as atitudes intelectual e ascética em detrimento da cultura física e que não desenvolve no jovem atitudes de autonomia e coragem, incute o medo na consciência de cada um, criando inibições comportamentais.

Esta análise pode consciencializar-nos para a necessidade de se constituir uma pedagogia que valorize a cultura física e que acabe com o culto do medo que é, segundo o autor, o maior obstáculo para o desenvolvimento da prática desportiva.

¹⁵ Sílvio Lima, “Ensaio sobre o Desporto”, 2.ª edição, Lisboa, 1987, p. 29.

Após estas considerações, D. Duarte é referido, então, “como o eloquente professor nacional da energia físico-moral, como o doutrinário por excelência do atrevimento luso (...), como o português que mais fina e profunda consciência teve da pedagogia desportiva”.¹⁶ No entender de Sílvio Lima, o nosso Rei D. Duarte tinha já clara consciência de que a Pedagogia em geral, não só a desportiva, deve os seus fundamentos à Psicologia. Adepto convicto desta teoria – apresenta-nos por isso o exemplo de D. Duarte – Sílvio Lima, espírito sempre aberto a novas concepções e práticas educacionais, sempre pronto a realizar novas experiências, obriga-nos a reflectir, interrogando-se: “Como doutrinar o moço sem conhecer a sua alma? Como fazer horticultura sem conhecer as plantas? Como fazer cirurgia sem conhecer anatomia? De que servem as normas, os avisamentos, as técnicas, os programas, os exemplos, se o pedagogo não está previamente no segredo das molas secretas e obscuras que movem o espírito do pupilo?”.¹⁷ Sílvio Lima reforça ainda esta concepção defendendo que deve o mestre aprender também com o aluno. Pedagogia moderna e inovadora para a sua época, sem dúvida.

Baseando-se nas considerações pedagógicas de D. Duarte é, certamente, a sua concepção pedagógica que Sílvio Lima nos quer transmitir. Considerando que a doutrinação – o que designamos actualmente por prática educativa – pressupõe três elementos fundamentais, o doutrinador, o doutrinado e a matéria a doutrinar, Sílvio Lima lembra que D. Duarte valoriza primacialmente, o aluno a doutrinar; estamos perante o que designamos, na actual linguagem pedagógica, por pedagogia centrada no educando. Não é por acaso que Sílvio Lima considera o *Livro da Ensino de Bem cavalgar toda a sela*, de D. Duarte, como sendo o primeiro tratado português de pedagogia desportiva.

Como “pedagogo” e “psicólogo”, D. Duarte – diz-nos Sílvio Lima – teve consciência de que um dos maiores impedimentos à prática desportiva, é o medo e por isso, a sua obra, é a exaltação do atrevimento e da coragem, sem os quais dificilmente se poderá ter êxito no desporto.

¹⁶ Sílvio Lima, Ob. Cit., p. 37.

¹⁷ Sílvio Lima, Ob. Cit., p. 38.

Tendo em conta este fenómeno psicológico, o Rei D. Duarte defende, contra qualquer concepção pre-determinista ou biologista da constituição da natureza humana, a necessidade de corrigir o ser natural de cada indivíduo, acreditando que isso se consegue realizar pela ciência educativa e a força de vontade.

Neste sentido, explica Sílvio Lima, devemos conhecer o temperamento, a maneira própria de ser do desportista de modo a actuar com eficiência na sua preparação e a motivá-lo para a prática do desporto, actuando metodicamente na sua orientação e de acordo com as suas características pessoais. É a defesa, como vimos antes, da educação individualizada aplicada à pedagogia do desporto.

Ninguém é naturalmente incapacitado para a prática de um desporto; é necessário, no entanto, querer praticar e depois aprender as técnicas, adquirir os conhecimentos que permitam realizar eficientemente essa prática. Aquele que desanima, que, amedrontado, vacila sem confiança nas suas capacidades, deve atender à seguinte fórmula, proposta pelo Rei D. Duarte na sua obra: “Não desanimes! Quer! Quer sempre! Procura saber! Se quiseres e bem souberes, poderás”. Este o lema que, segundo Sílvio Lima, pelo seu valor motivador, deveria ser colocado na sala de honra de todos os clubes desportivos portugueses.

Defende também a ideia, acertada, de que um dos meios de vencer o medo é a prática contínua, o treino, que permite adquirir experiência e desenvolver as capacidades necessárias à realização de determinado exercício.

É a razão que nos permite distinguir, numa dada situação, o perigo real do perigo ilusório e nos pode fazer compreender como é, a maior parte das vezes, absurdo o medo que sentimos.

XII

Sílvio Lima relaciona, na sua obra, as atitudes moral e científica com a atitude desportiva, esclarecendo as analogias que existem entre elas. Na sua opinião, o progressivo aperfeiçoamento ético e a pesquisa científica da

verdade são encaradas, respectivamente pelo moralista e cientista, como exercícios ginástico-desportivos. Para Sílvio Lima, o adversário com que nos confrontamos – qualquer que seja o domínio de confronto – beneficia-nos mais do que nos prejudica, e isso porque cada um se desenvolve e realiza à custa do outro que o confronta e do próprio esforço.

Para Sílvio Lima, o mal que nos tentam infligir redundando em nosso bem e, principalmente para o moralista, o mal é pretexto para fazer “ginástica moral” pois cada investida do mal, com que temos de lutar, põe à prova a nossa virtude, a nossa estrutura ética.

Sílvio Lima entende, deste modo, que no mundo, tanto o mal como o bem podem contribuir para um progressivo aperfeiçoamento moral de cada um de nós, porque o mérito da virtude cresce na razão directa do incremento do mal. Se o esforço para vencer o mal e praticar o bem é imenso e doloroso e exige de nós sacrifícios extremos, maior será o valor do bem por nós praticado. Após estas constatações, estabelece Sílvio Lima uma analogia entre o moralista e o jogador, porquanto ambos são homens das “coisas difíceis”. Assim também no jogo o triunfo é tanto mais valioso quanto maior for a dificuldade em vencer o adversário.

Segundo Sílvio Lima, a competição é característica fundamental do desporto. Nesse sentido o desportista compete com os outros, tentando superá-los e vencê-los, hetero-emulação, ou compete consigo mesmo, auto-emulação, tentando superar-se a si mesmo, num processo de progressivo aperfeiçoamento de capacidades. Também a atitude moral, tal como o desporto, implica estes dois aspectos: a luta contra o mal e as agressões do imoralista – os adversários – e a luta contra as tentações, as tendências naturais, para se superar a si mesmo e afirmar com plenitude o seu ser ético. Para o moralista a virtude não é um dado adquirido para sempre, tal como para o desportista a vitória, mas sim o resultado de um processo de ascensão espiritual ininterrupta.

Para o Professor Lima, a adesão de cada um à virtude ou ao desporto deve ser um acto livre e desinteressado e, na realidade, é isso que confere valor inexcedível quer à moral quer ao desporto.

Mas existem igualmente semelhanças entre o desporto e a ciência. O cientista, na busca da verdade, “embrenha-se na densa, emaranhada

floresta do real”,¹⁸ isto é, tem de enfrentar as resistências que a natureza, com a sua complexidade, lhe impõe, tentando vencer o erro e a ignorância. São estes os temíveis adversários que, como um ginasta, o cientista deve vencer. E, assim como o desportista revitaliza o corpo graças à resistência do antagonista, assim o cientista revitaliza o intelecto graças à resistência da natureza. Vemos que, para Sílvio Lima, a atitude perante o adversário, que exige determinadas qualidades e que se estima pelo sacrifício, pelo esforço interior e individual que cada um faz para vencer as resistências adversárias – e adversas – superando-se, ao mesmo tempo, a si próprio e que implica uma espécie de jogo ou de ginástica, física e mental, constitui um dos elementos fundamentais de aproximação do desporto às actividades moral e científica. Outro elemento será o objectivo a atingir: vencer, tornando-se consagrado e campeão (o desportista), praticando o bem (o moralista) ou alcançando a verdade (o cientista). A competição marca de igual modo aquelas diferentes mas semelhantes atitudes: o confronto com o outro ginasta ou jogador para o desportista, a luta contra o mal, para o moralista e a luta contra o erro e o desconhecido, para o cientista.

Tal como o desportista necessita de ter dons ou aptidões inatas, que aplica na sua prática desportiva, o cientista recorre a capacidades que, de algum modo, são-lhe também inatas, como o “génio inventivo” útil e necessário na formulação das hipóteses com que tenta, a priori, encontrar explicações e estabelecer leis.

A ciência é um desporto, defende ainda Sílvio Lima, porque recorre, para formar os seus conhecimentos, a um jogo de ideias; o nobre exercício de reflectir exige uma luta de ideias entre si e por isso, afirma, devemos considerar a alma como um “ginásio invisível”. O desportista deve aplaudir e aceitar a crítica, porque conhece, melhor que ninguém, o valor do exercício físico: ora, a crítica é também uma forma de exercício, o “exercício mental das ideias”. O crítico é o “pugilista” da razão, das ideias, exercendo desse modo uma ginástica mental.

Outra semelhança da ciência com o desporto encontra-a Sílvio Lima no carácter interminável do labor científico, que nunca está completo e acabado

¹⁸ Sílvio Lima, “Desporto, Jogo e Arte”, 2.ª edição, Lisboa, 1987, p. 15.

mas, pelo contrário, elabora-se continuamente no processo incessante de busca da verdade, tendo o cientista a lúcida consciência do carácter aproximativo das suas teorias e das leis com que conceptualiza os fenómenos que estuda. Estas são também características do desportista. Também ele procura ultrapassar as metas já por si alcançadas, os objectivos já concretizados, superando-se constantemente nas suas conquistas, tentando ir sempre mais além. E para isso quer manter a agilidade do corpo e treina com regularidade as suas capacidades.

XIII

Sílvio Lima reflecte também sobre as pretensas relações entre o Jogo e a Arte, numa perspectiva inovadora, analisada pela primeira vez em Portugal.

Será o jogo uma arte? – Será a arte um jogo? São estas as questões a que Sílvio Lima responde, começando por caracterizar a actividade lúdica que se expressa no jogo. Este é, em primeiro lugar, uma actividade livre: depende, para se realizar, apenas da vontade de cada jogador e da sua obediência voluntária às regras do jogo. E, na medida em que essas regras são apenas convencionais, são reformáveis, podendo ser revogadas pelo acordo dos próprios jogadores. A liberdade de cada jogador é ainda mais nítida, de acordo com Sílvio Lima, se tivermos em conta o jogo individual. Neste, cada indivíduo pode imaginar e criar, só para si, determinadas normas: há uma autonomia total, em que o jogador é simultaneamente legislador, executor e juiz de si próprio.

O jogo tem igualmente uma significativa dimensão simbólica, porque, jogando, entramos no domínio do imaginário e do fictício. A realidade, explica Sílvio Lima, serve unicamente de ponto de partida e de referência para o exercício lúdico do jogo. Ela fornece apenas o pretexto sensível com que o jogador constrói mentalmente o seu jogo. Embora o Professor Lima esclareça que com a expressão “jogo” refere tanto o jogo infantil como o do adulto, recorre ao exemplo da criança e à sua visão simbólica e sincrética da realidade, para exemplificar, de modo mais claro, as suas asserções. Pelo jogo, brincando, a criança entra no mundo imaginário do “faz de conta”

e a realidade é “afinal” o que ela quer que seja: uma simples cadeira ou qualquer outro objecto podem “ser” um barco, combóio ou avião. Por isso o mundo do jogo é, para Sílvia Lima, o mundo da ilusão, do engano, do imaginário e do irreal. Mas é uma ilusão de que o próprio jogador tem consciência, embora aja como se nela crescesse, encarando o jogo como algo de real e de fantasioso ao mesmo tempo.

A propósito destes considerandos, Sílvia Lima defende ainda, numa perspectiva psicológica e, cremos, sob a influência do psicólogo suíço Jean Piaget, o valor do jogo, enquanto instrumento que permite conhecer mais profundamente a estrutura psíquica infantil.

Defendendo que o jogo não é uma profissão, mostra-nos que o jogador encara o jogo pelo jogo e não pretende, mediante a actividade desportiva, produzir um objecto exterior que seja comercialmente rentável, o que não quer dizer que a actividade não seja economicamente útil. Para explicitar o seu pensamento, Sílvia Lima distingue “económico-produção” de “económico-serviço” ou “económico-utilidade”. O jogo, apesar de não ser economicamente produtivo, serve a sociedade e o indivíduo, presta-lhes um serviço e, nesse sentido, é útil e se é útil, tem valor económico. Então o jogo é não-utilitário, se o compreendermos no sentido “económico-produção”, mas concluímos que é útil se o tomarmos no sentido de “económico-serviço”.

Sempre com a preocupação de definir com exactidão os termos, para clarificar a linguagem, Sílvia Lima explica-nos que sendo o jogo uma actividade desinteressada necessita, no entanto, do interesse do jogador sob pena de não se realizar: há sempre um interesse no jogo, da parte do jogador, mas não é um interesse pecuniário ou busca de lucro material – interesse económico – mas simplesmente um interesse psicológico, que resulta de uma atracção mental, uma apetência pelo jogo. Este será, assim, uma actividade desinteressada – porque o jogador não deve jogar para ganhar dinheiro – mas realizada com um interesse, porque o ser humano orienta sempre a sua acção por finalidades ou interesses. Como está longe dos nossos dias a perspectiva de Sílvia Lima! No entanto, seria útil reflectirmos, actualmente, sobre ela e talvez o desporto se pudesse tornar realmente em actividade de desenvolvimento espiritual, contribuindo de modo mais positivo para a formação integral de um homem são – de corpo e alma – e

de uma sociedade equilibrada e verdadeiramente humana, onde a busca de lucro material – fomentada por uma mentalidade materialista e economicista – cedesse lugar e desse prioridade à afirmação de valores fundamentais para uma convivência humana mais solidária, concedendo justamente ao desporto uma função importante nesse processo de humanização.

Estabelecendo uma comparação entre a arte e o jogo, Sílvio Lima pretende demonstrar, em seguida, que o jogador e o artista se identificam, ou seja, há na arte uma espécie de jogo, apresentando, embora de modo sucinto, uma concepção estética. Como o jogo, a actividade artística é pura, desinteressada e não-utilitária, tendo nela própria a sua finalidade. O artista, como o jogador, não visa a produção de uma obra de que venha a auferir lucros materiais, não é esse o seu objectivo primordial. O artista realiza a obra de arte por amor à arte, não por finalidades extrínsecas à arte; é simplesmente o prazer estético que ele procura satisfazer. Tal como o jogo a arte é então desinteressada sob o ponto de vista económico, mas interessada sob o ponto de vista psicológico. Pelas mesmas razões, já apontadas em relação ao jogo, a arte é não-utilitária mas não inútil porque serve o artista, satisfazendo os seus interesses ou necessidades psicológicas. Para além disso, mesmo sem ser a finalidade intrínseca da arte, as obras produzidas artisticamente poderão ser também objecto de consumo, atribuindo-se-lhes um valor económico e, também desse modo, a arte é útil.

Prosseguindo com as analogias entre o jogo e a arte, Sílvio Lima refere o carácter, intencional e revolucionário da arte que, tal como o jogo, é actividade autónoma. O artista rejeita as atitudes conformistas e não se submete, de modo acrítico, a tradições e regras que possam oprimir a sua actividade criadora.

A arte é, por essência, expressão e implica, por isso, comunicabilidade: a obra realizada necessita de se tornar pública e ser compreendida, pressupõe sempre um espectador que a avalie. Apesar de ser obra única e original, que tem em si a marca pessoal do artista, a obra de arte tem uma dimensão social e universal na sua compreensão. E tal como o jogador – que pode alterar para si ou de acordo com outros, as regras do jogo – o artista é livre de criar, construindo um mundo, que à semelhança do mundo do jogo, é simultaneamente real e irreal, ilusório, mas com existência própria; o mundo

estético é na sua irrealidade um mundo tão real como o mundo físico. Ao criar esse mundo fantástico e imaginário o artista, tal como o jogador ao jogar, expande e satisfaz os seus desejos. Sílvia Lima defende, como os psicólogos da escola psicanalítica, a função catártica da arte porque “traumatizado pela vida, o artista interioriza-se na obra; evade-se do real pela porta do belo; realiza uma fuga”.¹⁹ Deste modo encontramos ainda aqui uma semelhança entre a arte e o jogo: o jogador e o artista têm consciência de que o mundo em que entram é ilusório, e deixam-se “sonhar” interiorizando esse mundo sem, no entanto, perderem a consciência do mundo real externo. Ambos sonham acordados e esta actividade onírica tem uma função terapêutica fundamental para o seu equilíbrio psíquico e físico.

Estabelecendo algum parentesco entre o jogo e a arte, pelas características que têm em comum, Sílvia Lima esclarece, em seguida, que o jogo em si mesmo não pode ser classificado de “artístico” ou “não-artístico” mas é susceptível de tornar-se arte; só o jogador, através de uma tendência criadora e executando com perfeição a sua actividade, pode dar ao jogo uma forma estética, transfigurando-o em obra de arte. Sendo assim, Sílvia Lima, distingue o “jogo simples”, que implica o puro exercício físico, o “jogo-arte” e “produção-artística-jogo”, o produto artístico, a obra de arte propriamente dita. Nesse sentido, o “jogo-arte” não é necessariamente uma obra de arte. O “jogo-arte” é aquele em que se manifesta beleza. O povo grego, segundo Sílvia Lima, foi o mais sensível à beleza dos jogos desportivos, tendo esculpido em estátuas e eternizado, como obra de arte, as atitudes de consagrados desportistas em diferentes modalidades. A dança é um exemplo da passagem do simples jogo a obra de arte, “pois não serão verdadeiras obras de arte (como o são, por exemplo, uma pintura de Goya ou uma tragédia de Racine) certas danças simbólicas guerreiras, certas danças nupciais, certas danças religiosas, certas danças cinegéticas, certas danças funerárias, certas danças agrícolas”²⁰ Uma das notas caracterizadoras da obra de arte é a duração, poder perdurar no tempo e existir de modo a-espacial e a-temporal, guardando para sempre o momento de inspiração

¹⁹ Sílvia Lima, “Desporto, Jogo e Arte”, 2.^a edição, Lisboa, 1987, p. 29.

²⁰ Sílvia Lima, Ob.Cit., p. 31.

criadora do artista. Utilizando este critério da “duração” para qualificar a obra de arte, teríamos então de negar ao jogo esse atributo. O jogo não transcende o tempo, dura só momentaneamente enquanto se joga. Depois tudo termina com o fim do jogo. Mas Sílvio Lima, destro em analisar e responder a questões problemáticas, não fosse ele um espírito ensaísta por excelência, consegue ultrapassar esta dificuldade, no sentido de corroborar os seus argumentos. Devemos, na sua avalizada opinião, distinguir entre “perduração-valor” – o valor intrínseco da obra – e “perduração-matéria” – a duração temporal da obra, enquanto realidade material. Não é por perdurar materialmente ao longo dos tempos que a obra de arte se distinguirá do jogo. A perduração material da obra de arte, nada tem a ver com a arte em si; o que define verdadeiramente a obra de arte é o seu valor intrínseco. Em defesa da sua tese, Sílvio Lima exemplifica do seguinte modo: “Suponde filmada a “Morte de Asa” de Grieg na interpretação pantomímica de Isadora Duncan. A “duração-valor” da obra de Isadora ganhou – mediante o cinema – “a duração-matéria”. Já não morre, quer no sentido material, quer no sentido propriamente estético: perdura”.²¹

Retomando, à luz da Psicologia Infantil, o exemplo da criança – como fez anteriormente em relação à caracterização do jogo – Sílvio Lima reafirma o valor da actividade lúdica no desenvolvimento infantil, porque pelo jogo a criança desenvolve capacidades, forma-se “sonhando”, imaginando. A capacidade inventiva da criança leva-a a construir histórias, muitas vezes contraditórias ou confusas, mas que têm algo de artístico. E Sílvio Lima realça o valor estético de alguns desenhos infantis, comparando-os, pela sua ingenuidade e realismo, aos desenhos da arte primitiva. Nas suas brincadeiras, ao imitar a vida dos adultos, a criança encena comportamentos e atitudes, “dramatiza” a acção. Pela actividade lúdica – jogando, brincando – a criança cria uma realidade estética que não é desprezível mas a que, pelo contrário, devemos prestar atenção se queremos conhecer mais profundamente a estrutura mental infantil. Por outro lado, compreender o comportamento inventivo da criança poderá ajudar-nos a conhecer exactamente a génese da arte, enquanto actividade exclusivamente humana. Sendo, muitas das

²¹ Sílvio Lima, Ob.Cit., p. 33.

vezes, as histórias infantis interpretadas pelos adultos como mentiras, o professor de Coimbra esclarece que a criança não mente consciente e voluntariamente, mas inventa, cria histórias em que acredita realmente e pretende transmitir aos outros como reais e verdadeiras. Justificando esta tese, Sílvio Lima cita Jean Marie Guyau, quando afirma que a mentira da criança é o primeiro exercício da imaginação, a primeira invenção, e ao mesmo tempo o germe da arte

Sílvio Lima conclui que na actividade infantil podemos identificar facilmente o “jogo simples”, na variedade imensa de actividades físicas praticadas pela criança – jogo da cabra-cega, corrida, salto, por exemplo; podemos igualmente discernir na sua actividade lúdica manifestações de “jogo-arte” – como por exemplo, desenhos, encenações dramáticas ou aventuras romanescas. Mas será capaz a criança de criar obra de arte? De transformar o “jogo-arte” em “produção-artística-jogo”? O autor responde negativamente sublinhando que falta à criança, para chegar a esse nível artístico, maturidade reflexiva do espírito, o conhecimento de processos técnicos e a consciência crítica e lógica.

Retomando a questão central do seu ensaio – é a arte um jogo? – Sílvio Lima é conclusivo quando responde que a arte é mais do que o jogo, está acima dele; o mundo da arte, refere, “é um mundo espiritual, onde a sede e a fome de harmonia, de claridade mental, de construção e de cultura são mais profundos e complexos que no mundo do jogo”.²² Pela arte o homem realiza-se de forma mais perfeita e completa, encontrando-se a si mesmo na sua interioridade e afastando-se voluntariamente do “atrito ruidoso da vida social e empírica”. Pela arte, o homem capta intuitivamente o Todo, formando-se uma união íntima entre a alma individual e a alma do universo: nesse sentido, a arte tem um profundo valor transcendental. Deste modo, Sílvio Lima afirma a superioridade da arte, que não se pode reduzir ao puro jogo; isso seria empobrecer, destruir o carácter excelso da actividade estética. Raras vezes o jogo se eleva à produção de obra de arte, tarefa essencial da criação artística.

²² Sílvio Lima, Ob. Cit., p. 37.

Isto não quer dizer que a arte e o jogo se devam manter e sejam compreendidas como realidades compartimentadas e absolutamente independentes. Há, segundo Sílvio Lima, certo ludismo na produção da obra de arte. As diversas actividades humanas só podem ser concebidas de modo interdependente, numa unidade que é, afinal, o reflexo da unidade do espírito humano que, presentificando-se materialmente, em todas elas se manifesta, porque “o mesmo homem, que faz a arte e o bem e que investiga a verdade, é o que joga”,²³ defende Sílvio Lima.

Certo das suas afirmações conclui que, por esse motivo, tornam-se evidentes as afinidades ou analogias entre a arte e o jogo, como entre o jogo e a ciência e o jogo e a moral. Não se reduzindo aqueles domínios uns aos outros, sendo esferas distintas, a sua interpenetração justifica-se exactamente pela unidade do espírito humano.

Critica directamente a perspectiva psicanalítica que tendo dado um contributo importante para o conhecimento dos processos mentais e emocionais que esclarecem a génese do processo da produção artística e das funções da actividade criadora – a arte é sublimação, autoprojecção do eu, libertação e refúgio, afirmação da personalidade – não explica, no entanto, a obra de arte enquanto produto independente da estrutura psíquica do seu criador. A obra estética tem um valor real em si mesma, pelo qual julgamos o valor do artista.

XIV

Sílvio Lima dedica também a sua reflexão crítica à análise das relações entre o jogo, a guerra e o pacifismo. Pode considerar-se a guerra um desporto, e o desporto como uma guerra? – É esta a temática de novo ensaio, que nos conduz à questão complexa do valor que pode ter o desporto como instrumento do pacifismo internacional. É especialmente relevante o modo como Sílvio Lima se propôs analisar as relações entre o desporto

²³ Sílvio Lima, Ob. Cit., p. 38.

e a guerra e o contributo do desporto na consolidação do pacifismo, no contexto histórico em que, na Europa, eclodiu a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com o ensaísta, a guerra é a negação do próprio humano, do legal, do jurídico, do cristão. O desporto verdadeiro implica o respeito pela vida e pelas regras do jogo e, nesse sentido, respeita o humano. Praticar desporto habitua o desportista ao risco, à audácia reflectida e disciplinada, ao perigo, mas nunca à morte. Por isso, Sílvio Lima entende que a guerra não é, nem nunca poderá ser, um desporto, sobretudo porque o desporto implica o respeito sagrado pela vida e é, assim, a negação total da guerra. A morte – se provocada na pessoa de outrem – anula o desporto. Pode haver morte no desporto, mas a morte não é intrínseca ao desporto. Ela acontece por acidente ou descuido e não propositadamente, de forma voluntariamente provocada. A guerra será, portanto, a negação total do desporto, apesar de alguns críticos teimarem em encontrar e realçar as semelhanças entre eles. Num artigo de 1940, publicado em “O Primeiro de Janeiro”, Sílvio Lima refere-se especificamente ao desporto cinegético, que serve de exemplo a esses críticos que identificam no desporto em geral, atitudes guerreiras e pretendem assim demonstrar que, afinal, o desporto nem sempre valoriza a vida, mas também causa a morte. Sílvio Lima explica então que a sua tese sobre o desporto e a guerra, assenta unicamente no plano do humano – o desporto é, primordialmente, o respeito pela vida humana – independentemente de considerações de ordem biológica ou animal. Sendo assim e de acordo com a sua lógica, responde à questão formulada, defendendo que a vida humana é mais respeitável do que a vida da perdiz, porque é necessário distinguir o humano do simples animal. Por outro lado, devemos ainda ter em conta que o homem, como carnívoro, necessita de se alimentar para sobreviver e a caça é, entre outras, uma forma lúdica de adquirir esse alimento. Referindo-se ainda à caça de animais que não são mortos pelo caçador e que são depois conduzidos aos Jardins Zoológicos ou enviados para os circos, Sílvio Lima conclui que a sua tese sobre o desporto em geral, como negação da morte e de carácter pacifista, não é renegada pelos argumentos da crítica contra os desportistas cinegéticos.

Ele entende que o desporto, contrariando a guerra, constitui-se como instrumento humano de pacifismo, sendo verdadeiramente um “seminário” de

educação cívica, escola de respeito e solidariedade humanos, pressupondo a convivência fraterna e democrática entre os desportistas. Todo o jogo requer adversários mas, na verdadeira prática desportiva, o adversário é, não um inimigo a abater, mas, pelo contrário, um “camarada”, um “colaborador”, um complemento sem o qual não existiria jogo. Do antagonismo que existe entre os jogadores que se enfrentam nasce, afinal, a dinâmica do jogo. Sem essas duas forças opostas em confronto não haveria competição, não haveria efectivamente jogo. O adversário é ao mesmo tempo, o “fiscal” que controla e orienta a acção desportiva do seu antagonista permitindo o desenrolar ordenado, equilibrado, da actividade desportiva. Mas essa fiscalização é implícita à organização do próprio jogo sendo aceite por consenso entre os jogadores, de acordo com o “fair-play”. Estas características inerentes ao desenrolar do jogo deviam, na opinião do professor conimbricense, ser extrapoladas para a vida social – nacional e internacional – criando, desse modo, uma sociedade pacifista e mais solidária, respeitadora dos valores cívicos fundamentais. Para o estabelecimento do pacifismo, entende Sílvio Lima, devem concorrer outros meios para além do desporto, como a escola, a família, o templo, a oficina, o sindicato, porque essa atitude pacifista resulta acima de tudo, de uma criação racional, de uma disciplina ético-jurídica, de uma vontade esclarecida e crítica.

Há, segundo Sílvio Lima, quem declare que o desporto, não sendo guerra, prepara indirectamente para ela, satisfazendo desejos e estimulando tendências de luta; o jogo pode ser considerado como um combate simulado, levando cada jogador a encarar o adversário como “inimigo” a vencer. O desporto também forma capacidades militares nos indivíduos, como o endurecimento, disciplina, coragem, audácia, decisão, autodomínio, vontade, a resistência física, podendo prepará-los, assim, para a guerra. No entanto, para Sílvio Lima, as qualidades enunciadas não têm necessariamente de ser postas ao serviço da guerra. O desportista tanto pode aplicar as suas qualidades ao serviço do bem e da sociedade como pode utilizá-las em favor do mal e contra a humanidade. E, convicto da verdade das suas asserções em favor da valorização do desporto como instrumento útil de pacifismo, concorda que o desporto pode, nalguns casos, ser utilizado como arma ofensiva e degenerar nas mãos de pessoas incultas e de determinadas ideologias, mas

isso não destrói o valor formativo, social e humano do desporto, porque resulta sim da demagogização de que a actividade desportiva é vítima.

Deste modo, defende Sílvio Lima que, para evitar aqueles malefícios, deve o desporto ser orientado racionalmente e posto ao serviço da paz humana e da colectividade. O desporto, esclarece ainda, não anula completamente os instintos combativos do homem mas com séria e racional orientação, poderá dar-lhes outra direcção, pondo-os ao serviço da fraternização humana e da promoção da paz. O aproveitamento do desporto como preparação física para o combate militar depende, comenta Sílvio Lima, da orientação ideológica que se imprimir ao desporto. No entanto, defende que as qualidades desenvolvidas nos indivíduos pelo desporto podem e devem ser postas ao serviço da guerra em caso de extrema necessidade, ou seja, em situação premente de defesa nacional.

Para além destas considerações, o professor de Coimbra admite, apesar de tudo, que pode haver uma utilização metódica da disciplina desportiva como instrumento educador da disciplina guerreira e, desse modo, o desporto, que se diferencia da guerra, pode, contudo, ser uma preparação para a guerra. Afirma que na disputa do jogo, tal como na guerra, a vitória ou derrota do grupo está dependente da unidade e do desempenho de funções de todos os elementos do grupo. Isso exige então que cada jogador se responsabilize pelo desempenho da sua função no grupo e a necessidade de cada um tentar dar um esforço máximo, exigido pelo grupo. Mas ao contrário da guerra, a derrota no desporto – tal como a vitória – dependente do desempenho do grupo, deve ser aceite alegremente, sem amargor ou ódio ao adversário. É essa a exigência do “fair-play” desportivo. Onde se pôde constatar esta maior proximidade entre o desporto e a guerra foi sobretudo na sociedade medieval em que, tal como nos elucida Sílvio Lima, a caça constituía para o fidalgo cavaleiro um treino permanente para a guerra, permitindo manter sempre desenvolvidos e activos os reflexos militares. E Sílvio Lima relata ainda como exemplo, a resistência da Finlândia face aos ataques russos, durante a Segunda Guerra Mundial; para ele, pode considerar-se a prática do esqui como um “permanente ginásio” de treino militar. Explica que o finlandês, ao praticar desde a infância o esqui, adapta-se com maior facilidade ao terreno, conhecendo melhor os meandros das florestas e de-

envolvendo aí a capacidade de orientação espacial. Indica também outros desportos cuja prática pode facilitar a preparação do futuro soldado: o futebol, por exemplo, pressupõe uma disciplina rigorosa, da qual depende, em grande parte, a vitória da equipa; o cricket, permite treinar e desenvolver a atenção, pressupõe no jogador a capacidade de concentração mental, a voluntária imobilização muscular, o domínio das emoções e a preparação racional do golpe. Que o desporto pode constituir-se como instrumento pedagógico da orgânica militar é comprovado ainda pelo exemplo, a que Sílvio Lima recorre, da batalha de Waterloo em que os ingleses, sob o comando de Wellington, conseguiram reprimir os ataques dos franceses às ordens de Napoleão, acabando por vencer. Sílvio Lima explica essa vitória pela preparação militar dos soldados ingleses, moldada por uma formação desportiva adquirida na escola inglesa de Eton – o Kings College, junto ao rio Tamisa na região de Buckingham – cujos alunos se destacaram pela exímia preparação desportiva e pelos resultados obtidos no remo, futebol e cricket. É que pelo desporto cada indivíduo treina-se na luta contra os obstáculos e avalia as suas próprias capacidades, adquirindo autoconfiança.

O que, acima de tudo, caracteriza a atitude do soldado no campo de batalha e determina o seu bom desempenho, é a coragem. Conclui, por isso, que a prática dos exercícios desportivos, juntamente com uma educação adequada, ajuda a despontar, nos indivíduos, a atitude de coragem tão necessária na guerra. Há desportos que facilitam o contacto com o perigo e o risco, a proximidade com a morte, constituindo-se, por isso, como verdadeiras “escolas de coragem”.

No entanto, para Sílvio Lima, uma das funções importantes do desporto, sobretudo em situação de guerra, é a de poder contribuir para o estabelecimento da paz. Na sua opinião, a guerra só se compreende – mas não se justifica – como um esforço violento de imposição de uma nova ordem no mundo e a paz tem de lhe suceder necessariamente, sob pena de destruição da própria humanidade. Entende, por isso, que os períodos de declínio e de morte cedem lugar, tarde ou cedo, à construção de uma nova sociedade, um novo mundo, onde a vida e a paz prosperam. É deste modo que Sílvio Lima reconhece valor ao desporto, porquanto ele poderá contribuir para o estabelecimento dessa nova ordem mundial, baseada na esperança e na

construção de renovados projectos. Ele defende então que, tal como é historicamente comprovado por factos, após um período de guerra violenta, sucede, como afirmação vital de um povo, uma “renascença desportiva”.

Ainda influenciado pelo período de guerra, em 1941, Sílvio Lima realça o espírito desportivo que, entende ele, é o mesmo espírito com que devemos enfrentar e superar tudo o que de bom ou mau a vida nos oferece. O que exactamente caracteriza esse espírito desportivo é a serenidade, a par do espírito crítico e moral, que permite ao desportista encarar com a mesma atitude altiva e imperturbável, as derrotas e vitórias, no jogo e na vida. Para Sílvio Lima é este espírito que permite ao homem superar o seu inferior instinto animal.

O combate guerreiro é uma espécie de jogo violento e duro, que produz no jogador, enquanto soldado, a mesma excitação psicofísica que sente ao jogar. Mas, verdadeiramente, o desporto é cavalheiresco, civilizado, obedece ao “fair-play”, e implica uma ética: é uma actividade honrosa e não criminosa. A guerra é a negação do humano, não conhece lei moral ou jurídica e mesmo em casos extremos, para defesa do território contra o ataque de agressores, é sempre um mal a evitar. Pelo contrário, o desporto só se afirma como tal enquanto tem uma dimensão humanista, isto é, respeitando as leis do jogo e a vida humana. No desporto pressupõe-se a igualdade dos jogadores, atendendo às suas diferenças em relação ao sexo, idade, peso, número, por exemplo. Os participantes têm à partida as mesmas condições, de acordo com as regras previamente definidas para a realização da prova desportiva. Na guerra, ao contrário, a desigualdade pode ser um poderoso elemento de vitória: a inferioridade do adversário – a inferioridade do armamento, a desigualdade numérica de efectivos – é um trunfo a explorar e não constitui obstáculo moral nem traz problemas de consciência aos beligerantes. No desporto o jogador sabe, diz Sílvio Lima, que o jogo, podendo ser combativo e ter alguma dureza, não é uma guerra, uma luta onde se vence agredindo ou matando o adversário, mas uma brincadeira que ele próprio toma como séria. Mesmo o animal distingue, por instinto, o simples jogo da luta real ou da agressão. Explica-nos o Professor Sílvio Lima que o gato quando brinca ou se diverte com o homem encolhe as suas garras. Quando o cão brinca, este não crava propositadamente os dentes na nossa mão.

Para Sílvio Lima, um dos aspectos decisivos em que o desporto se distingue da guerra é então o facto daquele, complementando o trabalho de outras instituições sociais e políticas, poder ser um valioso instrumento de pacifismo nacional e internacional. O exemplo dos jogos olímpicos gregos reflecte esta verdade. Quando se realizavam, as cidades gregas estabeleciam tréguas entre si – a paz olímpica – e a coroa de louros e o ramo de oliveira – símbolos da paz – eram os prémios dos vencedores. A propósito, Sílvio Lima demonstra-nos que o pacifismo não representa uma atitude covarde de fuga à guerra; pelo contrário, o pacifista é um herói. Não fomenta a guerra, teme-a – como toda a gente – e procura evitá-la utilizando todos os possíveis meios jurídicos e éticos, com o intuito sério de instituir a paz universal. A atitude nobre do pacifista mostra que, com o intuito de promover a fraternidade entre os povos, ele, afinal, é um guerreiro... da paz; não ficando indiferente perante o morticínio provocado pela fúria desenfreada da guerra, utiliza serenamente as suas “armas” com o único objectivo de estabelecer a paz. O pacifista é, para Sílvio Lima, o símbolo da ordem que resulta da imposição da razão esclarecida sobre o instinto cego e selvagem. Na impossibilidade de evitar a guerra, o pacifista defende que esta se deve desencadear atendendo a determinadas condições de humanidade e com a consciência de que o objectivo primordial da guerra deve ser alcançar a paz.

XV

Em novo ensaio – *cristianismo físico, cristianismo moral* – quer Sílvio Lima provar que existem estreitas relações entre o desporto, a moral e a religião, afirmando-se aquele como auxiliar indispensável do cristianismo. Por isso, o verdadeiro cristão deve amar o desporto. Se a antropologia cristã valoriza essencialmente o espírito, desfavorecendo o corpo, este estudo, afirma Sílvio Lima, é, basicamente, a exaltação do corpo que alberga em si o espírito. Sendo a religião e a moral reinos de espiritualidade e de exaltação da prática do bem e da virtude, não devem, no entanto, desprezar o corpo; um corpo mais fortalecido, mais robusto e sadio, pode albergar em

si o espírito, numa unidade saudável. Exemplifica referindo que o exercício da virtude requer do homem virtuoso um coração forte para enfrentar serenamente o mal.

Ainda no seguimento da sua argumentação, Sílvio Lima mostra que o corpo deve ser encarado por todo o verdadeiro cristão como um templo sagrado que encerra em si a alma e onde, segundo S. Paulo, “habita o Espírito Santo”. O corpo humano é também obra de Deus. Como pode então o cristão, interroga-se Sílvio Lima, sem perigo de pecado, menosprezar o templo do corpo? Revigorar o corpo, torná-lo mais robusto, mais saudável e embelezá-lo – o que se consegue através do exercício físico desportivo – são também formas de homenagear Deus e manifestar respeito e amor pela sua obra. Para Sílvio Lima, a beleza física exterior reflecte a harmonia interior, a beleza moral e espiritual e, sendo assim, a valorização do corpo e o amor pela beleza exterior do corpo representam, também, modos de respeitar e dignificar a pessoa humana, ao mesmo tempo que satisfazem a aspiração natural do homem pela contemplação estética, na procura do belo. A visão do exterior, sensível, transporta-nos ao espiritual, o inteligível, através de um processo dialéctico que nos introduz na mais elevada esfera do ser humano: a sua interioridade. E sendo assim, não será legítima a associação do desporto com a moral e a religião, já que aquele ajuda a fortalecer o corpo, a desenvolver a graciosidade e a harmonia das formas? – propõe ele à nossa reflexão.

Esclarece-nos que os jogos gregos estavam associados à religião e realizavam-se em homenagem aos deuses. O desporto era, portanto, divinizado e tinha o patrocínio de deuses como Apolo ou Hermes. Também os gregos, povo desportivo por excelência, tiveram como ideal a conjugação do elemento estético e ético, a beleza e o bem reunidos numa mesma unidade, sinónimo de perfeição.

Sílvio Lima reafirma a importância dessa conjugação: a beleza física, sendo efémera, constitui a manifestação exterior da beleza interna, moral, que é eterna. E implicitamente podemos aqui deduzir, novamente, o valor do desporto como actividade privilegiada que contribui para formatar essa beleza corpórea e, ao mesmo tempo, ajuda a desenvolver espiritualmente cada ser, tornando-o mais humano.

Relacionando *desporto e ascese*, noutro dos seus ensaios, Sílvio Lima propõe a sua tese: o verdadeiro desporto é humano, racional e científico e, por isso, não ignora a fisiologia, a psicologia, a pedagogia e a sociologia, caracterizando-se também como atitude de ascese físico-moral.

A ascese, termo de conotação religiosa, é para o autor deste ensaio estrutural e funcionalmente desportiva; ela é mesmo, na sua opinião, a raiz em que se funda o desporto humano. É que, por uma análise etimológica do termo em si, de origem grega, verificamos que “ascese” significa “exercício”, “esforço”, “tensão”, “combate” e está relacionado com um regime especial, associado ao treino do atleta, que exigia, na antiguidade greco-romana, uma rígida disciplina psicofísica para a prática do atletismo. O asceta era o atleta que, explica-nos Sílvio Lima, se preparava, se treinava, para competir nos jogos ou para exercer a vida militar. O desporto, defende, é tarefa árdua e severa que exige esforço, seriedade, disciplina e método e algum heroísmo ao desportista. E Sílvio Lima cita o estóico Epicteto, que numa das suas obras descreve o regime ascético que os desportistas deviam seguir para vencerem as provas nos jogos olímpicos. A prática desportiva exige, como constata Sílvio Lima, o “trabalho do indivíduo sobre o próprio indivíduo” tendo o desportista de se auto-refrear, de se torturar mas, ao mesmo tempo, com alegria, coragem e fé, na esperança de alcançar a meta desejada. Sendo a virtude e a ascese, na realidade, características das atitudes moral e religiosa, são elas que conferem também valor educativo e ético ao desporto. Toda a nobre actividade humana exige a ascese. O trabalho científico, explica-nos Sílvio Lima, exige do cientista determinadas virtudes como a procura de objectividade, o respeito rigoroso pelos factos, a paciência, o desinteresse, o escrúpulo da verdade, a tolerância e a humildade, entre outras. Também a verdadeira política, deve ser uma actividade ascético-moral. O homem político, defende Sílvio Lima, tem de tornear um conjunto de interesses particulares e limitações ao exercício da sua actividade, mas deve sobretudo nortear a sua acção por um ideal: agir em nome da pátria e da “grande família humana”, do homem “cidadão do mundo”. O político tem de consciencializar-se de que a política deve estar ao serviço da moral.

A arte é igualmente uma actividade humana com dimensão ascética, porque ela espiritualiza o homem, liberta-o dos interesses imediatos, das

exigências práticas do quotidiano, com que a vida vai condicionando o agir e o pensar de cada um.

Mas, em relação ao desporto a ascese é mais do que o simples esforço, sacrifício físico e autocontrolo do desportista. Isso é apenas, diz-nos Sílvio Lima, condição necessária da realização do verdadeiro desporto, mas não suficiente. No desporto – sobretudo nos jogos colectivos – a ascese compreende também o “fair-play”, jogo leal, sério e puro, arredado de qualquer interesse exterior ao próprio jogo e que o possa, de modo negativo, condicionar. Sem ele não há verdadeiramente desporto. Seguindo um dos princípios fundamentais da moral kantiana, também Sílvio Lima entende que a liberdade consiste na obediência à lei que a nossa própria razão define para si como necessária. Desse modo, o jogador, aceitando racionalmente as leis do jogo e obedecendo-lhes, adere livremente a elas sem condicionalismos exteriores à sua própria consciência. Esta consciencialização, da parte do desportista, da necessidade de disciplinar a sua acção, de respeitar o outro, respeitando as regras por que todos, no jogo, se regulam, confere, segundo Sílvio Lima, verdadeiro valor educativo, cívico, ao desporto. Qualquer violação consciente e propositada dessas regras será uma falsificação moral do jogo e por isso, na sua opinião, o desportista que desrespeita as regras do jogo não só se degrada eticamente como atraiçoa a lealdade dos outros que com ele jogam. Quanto mais inteligente for um indivíduo maior será a sua aceitação das regras do jogo, mais facilmente ele compreenderá que a disciplina dos jogadores – a parte – constitui a base estrutural do funcionamento equilibrado do jogo – o todo – e maior será a sua adesão ao “fair-play”: Sílvio Lima baseia esta sua asserção em experiências, segundo as quais existe uma correlação positiva entre a inteligência geral dos indivíduos e a aptidão para o jogo colectivo.

O jogo colectivo – e o desporto em geral – são também um bom meio de disciplinar a rebeldia, a anarquia, o entusiasmo e o individualismo próprios da juventude, sem necessidade de reprimi-las pela força ou pelo autoritarismo.

Um outro sentido do “fair-play” está relacionado com a responsabilidade de cada jogador, inerente à cooperação que necessariamente deve existir entre todos os membros do grupo. Assim, o indivíduo deve integrar-se na

equipa, anulando o seu individualismo em favor da harmonia do todo e contribuir, ao mesmo tempo, com o máximo do seu esforço individual para a concretização dos objectivos do grupo. A responsabilidade das vitórias ou das derrotas é de cada um, mas essencialmente de todos. As vitórias e as derrotas são colectivas: há, segundo Sílvio Lima, no domínio do grupo desportivo – como noutros – uma unidade múltipla ou multiplicidade uma que define fundamentalmente a coesão grupal que é factor essencial para que, em conjunto, se possa alcançar o triunfo.

A última acepção que Sílvio Lima atribui ao termo “fair-play”, relaciona-se com a força de vontade permanente que o jogador deve ter para alcançar e manter a vitória, porque esta não é definitiva, sendo necessário, por isso, um contínuo aperfeiçoamento de qualidades individuais que apenas se consolidam por um esforço disciplinado do desportista. Mais uma vez encontramos assim esclarecido o carácter ascético do desporto, como um caminhar para níveis de perfeição cada vez mais superiores e por um autodomínio do indivíduo sobre si próprio.

XVI

Sílvio Lima, fundamentando-se na leitura do *Livro da Montaria* de D. João I, com a pretensão de demonstrar a actualidade do pensamento aí delineado, desenvolve uma reflexão sobre o desporto na Idade Média, partindo das seguintes questões: – Qual o papel do desporto ao longo do período dedutivo-silogístico medieval? E qual teria sido o seu papel numa outra mentalidade cultural europeia que não o autoritarismo escolástico?

Segundo o Professor Sílvio Lima, o desporto medieval – o torneio, a bracharia, a altanaria e a montaria – foi simultaneamente exercício preparatório e compensatório das guerras contra os mouros, destacando-se basicamente dois objectivos: primeiro, o desporto servia de treino para a guerra, contribuindo para a manutenção da agilidade e virilidade do corpo; em segundo lugar, o desporto era um passatempo dos nobres cavaleiros, que exibiam com satisfação a sua coragem e destreza, nas diversas actividades em que participavam.

Sublinhando a necessidade da prática do desporto assentar em sólidos conhecimentos técnicos, baseados sobretudo na experiência e numa observação crítica e realista dos factos – sem os quais não há desporto racional – Sílvio Lima crê encontrar esse experimentalismo, a par de um evidente espírito crítico – muito afastado da cultura livresca, abstracta e teórica da época – na obra de D. João I. É que D. João I relata ter recorrido aos conhecimentos práticos de muitos “monteiros”, cujos ensinamentos determinaram o modo como redigiu o livro. Deste modo, todo o seu conteúdo se baseia na autoridade da experiência concreta dos factos e não – como era apanágio da época – no autoritarismo teórico-dogmático dos textos. O livro expressa saberes técnicos – fundamentados na experiência dos monteiros – sujeitos a revisões, à crítica que possibilitasse acrescentar sempre novas ideias, resultantes de novas experiências. A autoridade do Rei submeteu-se à autoridade do conhecimento prático daqueles que, embora de uma classe social inferior, aprenderam e testaram, directamente no “terreno”, as técnicas da montaria. D. João I teve consciência que a experiência é a autoridade máxima no desporto e por isso defende, na obra que escreveu, a importância e superioridade da prática em relação à teoria. É sobretudo essa valorização da experiência que Sílvio Lima admira no *Livro da Montaria*. A autoridade em que se devem fundamentar os jogadores é a mesma que teve D. João I: o saber positivo da experiência, filtrado pela atitude crítica da razão. Também no desporto a autoridade máxima terá de ser a experiência; deve-se ter em conta os conhecimentos dos técnicos e jogadores experimentados para regular o desporto. Na perspectiva de Sílvio Lima, o verdadeiro espírito desportivo e a atitude científica estão, assim, patentes no *Livro da Montaria* de D. João I, que se norteou por um ideal pedagógico, apresentando as “matérias” que o “jogador” de montaria deve conhecer. São regras que permitem orientar, com conhecimento de causa, a actividade desportiva que era, entre outras na época medieval, a montaria. A leitura desta obra, defende Sílvio Lima, permite-nos constatar a função pedagógica do desporto como escola de preparação científica, que prepara o espírito para o experimentalismo.

Mas a questão central é a de saber se o desporto promoveu ou não uma mentalidade experimentalista na Idade Média. Esclarece que, nesse perío-

do, o desporto foi uma escola de experimentalismo mas apenas dentro do próprio desporto, apresentando como exemplo desse espírito experimentalista, não só D. João I como D. Duarte, ao escrever o *Livro de Ensinança de Bem Cavalgar Toda a Sela*. Os ensinamentos, resultantes da mentalidade cultural e desportiva que animou aqueles dois espíritos, podem-se aplicar a qualquer desporto e em qualquer época.

Caracterizando a mentalidade medieval, em que dominava o autoritarismo aristotélico-escolástico, o saber livresco impunha dogmaticamente a verdade, o raciocínio silogístico-dedutivo regulava um pensamento puramente abstracto, que recusava o saber prático, demonstra Sílvio Lima que o espírito experimental não se conseguiu impor. O trabalho racional resumia-se a comentários – redundantes – às verdades já definidas, para toda a eternidade, por Aristóteles.

Neste contexto, defende Sílvio Lima que na mentalidade experimental do desporto medieval encontrava-se, latente, a génese de um “experimentalismo crítico”. Se o ambiente cultural europeu tivesse sido outro, menos voltado para o saber teórico e menos dogmático, o experimentalismo discreto existente no desporto poder-se-ia ter alargado a outras áreas culturais.

Segundo Sílvio Lima, o *Livro da Montaria* do nosso Rei D. João I abarca, com as suas observações, estudos e orientações, domínios vários como os da zoologia, geografia, meteorologia, botânica e psicologia, para além do contributo que, como vimos, fornece aos desportistas. Por isso, Sílvio Lima entende que esse livro é um dos escritos medievais que mais devem interessar ao historiador da literatura, ao cientista e ao desportista.

XVII

É na obra “Desportismo Profissional – desporto, trabalho e profissão”, que Sílvio Lima se propõe analisar as relações que existem entre o desporto, as organizações clubistas e a vida profissional, temas que, quanto a ele, contêm eminente valor pedagógico, social, económico e político.

Nesta obra pretende Sílvio Lima responder às seguintes questões que são, para ele, cruciais: - é o desporto uma profissão ou poderá tornar-se

uma profissão, sem se negar a si mesmo como desporto? É o desporto inimigo da profissão?

O trabalho é, na sua opinião, uma forma de dignificar e desenvolver a personalidade de cada um não tendo, por isso e apenas, uma função económica e produtiva na sociedade humana. No entanto, qualquer profissão tem um carácter utilitário, tendo como objectivos a produção de mercadorias que integrem o mercado de trabalho, baseado na lei da procura e oferta, e a prestação de serviços. O jogo desportivo, pelo contrário, tem em si mesmo a sua finalidade, enquanto exercício desinteressado e não utilitário. O desporto, por essência, deve ser apecuniário, defende o professor conimbricense. Há no entanto aqueles desportos que classifica como “indirectamente pecuniários”, como a caça ou a pesca, cujos desportistas poderão, de algum modo, ter proveito económico obtendo rendimentos materiais com o produto da sua actividade. Mas para Sílvio Lima não é esse o objectivo fundamental do pescador ou do caçador, mas sim a fruição pura do desporto em si e por si.

Na opinião de Sílvio Lima, o desporto é um exercício luxuoso que só se pode exercer tendo uma profissão. Esta é condição necessária da realização daquele porque, defende, a prática da actividade desportiva pressupõe meios económicos que só a actividade profissional pode fornecer. Em suma, o trabalho deve necessariamente preceder o desporto, criando as condições materiais necessárias para o seu exercício. Deve por isso o desportista ter previamente uma profissão que seja o seu sustento e lhe permita não só enfrentar economicamente a vida mas também exercer, desafogadamente, a prática desportiva.

Sílvio Lima defende que a História Universal da Civilização nos mostra que o desporto pelo desporto só brota num estado cultural já avançado. Para o homem primitivo a caça ou a pesca eram verdadeiramente trabalho, determinado pela necessidade básica da sobrevivência, e não diversão ou actividade desportiva. Mas a transição do nomadismo para a vida sedentária e a consequente alteração de actividade económica, que passou a ser a agricultura – e com ela, a domesticação dos animais – traduziu-se, diz Sílvio Lima, numa melhoria das condições materiais de vida daquele homem e, consequentemente, na elevação do nível cultural dessas sociedades. De sim-

ples colector passou a produtor de alimentos, criando abundância. Florescem então a arte, a política, a ciência e o desporto, como actividades superiores, embora supérfluas. Mas essa superfluidade constitui, para o Professor Lima, o conteúdo necessário da cultura humana que não pode prescindir dessas actividades tornando-as, por isso, necessárias. São as actividades vulgarmente consideradas supérfluas – principalmente pela mentalidade materialista e mercantilista, que predomina nas nossas sociedades – que permitem ao homem, segundo Sílvio Lima, elevar-se acima do animal e manifestar, no mundo, a sua dimensão espiritual, a sua “alma”. Não devemos, por isso, reduzir tudo no mundo apenas ao interesse pecuniário.

Continuando a sua argumentação, na mesma obra Sílvio Lima afirma então o carácter contraditório, absurdo e imoral da expressão desportismo profissional, recusando-se a aceitar a ideia da profissionalização de qualquer actividade desportiva. A profissionalização implicaria a remuneração do desportista e a finalidade do exercício desportivo não deve ter carácter económico. Quais as repercussões morais, para o próprio indivíduo e para a sociedade, de tal remuneração? – questiona.

Fazendo referência uma vez mais à cultura helénica, que segundo Sílvio Lima será sempre nossa mestra em cultura desportiva, esclarece que a vitória do desportista era perspectivada como valor espiritual e não material, de modo apecuniário. O que tinha importância, para o desportista, era a glória e a honra de triunfar nas provas em que participava. Por isso, talvez com uma convicção premonitória em relação aos nossos dias, afirma Sílvio Lima que sendo o prémio pecuniário, o desporto transforma-se em guerra dando lugar ao ódio, à ganância frenética, ao lucro egoísta.

Porque então surgiu, já nessa época, a profissionalização no desporto?

Revela-nos o Professor Lima que foi, sobretudo, devido à comercialização do desporto, com tudo o que isso tem de negativo: a ganância, a corrupção, o suborno, a procura do lucro, à custa do esforço dos desportistas, contribuindo para o seu desequilíbrio físico e moral e renegando a espiritualidade que caracterizava os desportos gregos. Com a comercialização do jogo, o único objectivo a alcançar é a vitória, não se atendendo a meios correctos para atingir esse fim. Diz Sílvio Lima que é exigido ao organismo do atleta mais esforço passando a utilizar técnicas e a ser treinado de acordo com

um espírito económico e não educativo. A própria atitude desportiva, que, como sempre defende Sílvio Lima, deve ser desinteressada, desaparece e o jogador torna-se corrupto, não obedecendo, muitas das vezes, às regras do “fair-play”. Mas Sílvio Lima defende que, no verdadeiro desporto, a derrota ou a vitória não são importantes e um grupo desportivo não deve lamentar a derrota num campeonato, se ela for justa de acordo com essas regras.

Sílvio Lima apresenta-nos, em seguida, quais, na sua opinião, devem ser as funções do clube desportivo: disciplinar, coordenar e orientar o desporto. E especifica essas funções: – a direcção e administração técnicas do desporto local; – solicitar o auxílio do médico e do higienista; – apelar à ajuda financeira e legislativa do Estado. O acompanhamento médico dos atletas, é um dos pontos relevantes que Sílvio Lima defende acerrimamente. Os clubes devem, na sua opinião, coordenar racionalmente o desporto, considerando-o como exercício humanístico e não como forma de exibicionismo humano. A fórmula “desportismo profissional”, não é, portanto, aceitável uma vez que subentende que os clubes deveriam remunerar os seus atletas, transformando-se numa empresa e os jogadores em seus funcionários, tendo a prática desportiva como profissão. O mercantilismo que caracteriza o desporto profissional anula os aspectos pedagógicos e humanísticos que devem presidir à prática desportiva, contribuindo apenas para o exibicionismo público e comercialização do desportista. Este é encarado, nessa perspectiva, como mercadoria rentável que se pode, desumanamente, trocar e vender. Os clubes têm também muita responsabilidade na promoção da comercialização do desporto: eles tratam os atletas como se fossem mercadoria, trocando, alugando ou vendendo os jogadores. Análise deveras actual, como se constata.

E Sílvio Lima dá-nos o exemplo do boxe que, devendo ser um exercício desportivo apocuniário e não utilitário, encarna a profissionalização do desporto na sua dimensão mais negativa. Servindo-se do modelo americano, mostra-nos que a batalha desenrola-se não apenas no ringue entre atletas que procuram alcançar a glória do triunfo e, sobretudo, enriquecer à custa dessa sua actividade, mas também entre os espectadores que, por terem feito as suas apostas, se mostram indiferentes à fadiga, ao sangue e à dor dos pugilistas servindo-se deles para especulações económicas e incitando-os para a luta.

Ao considerar o desporto apenas como espectáculo, enquanto “coisa que se paga para ser exibida e gozada”, o espectador dos jogos favorece esse exibicionismo-profissionalismo do desportista e recusa ao desporto, aquilo que verdadeiramente o eleva enquanto actividade formadora do homem: a espiritualidade apolínea e a dimensão humana. Para Sílvio Lima, o desporto-espectáculo, que suscita o exibicionismo do jogador perante o espectador, é um dos defeitos mais degradantes do desporto contemporâneo, estimulando também a profissionalização do desportista. Ele próprio constata que a remuneração do desportista pelo serviço prestado perante um público transforma o desporto em especulação pecuniária, negócio à procura de lucro, negando-se, assim, o sentido puro do desporto. O espectáculo que o desporto proporciona deve ser encarado, como defende Sílvio Lima, à maneira helénica, quer dizer, somente como acto cultural. O “espectadorismo”, afirma ainda, tem de deixar de ser o sustento do profissionalismo no desporto. Isto, sabemos-lo nós, será impossível de concretizar nos tempos actuais e mesmo a crítica que Sílvio Lima faz da mercantilização do desporto e dos atletas – mais actual hoje do que noutros tempos – é, nos nossos dias, recusada, porquanto as “sociedades por quotas”, sob a forma das contemporâneas “Sociedades Anónimas Desportivas”, são o sustento dos grandes clubes, com o objectivo de adquirir, no menor prazo possível, o maior lucro pecuniário.

Podendo ser benéfico para a economia nacional, no juízo crítico de Sílvio Lima, é por o desporto se ter transformado num verdadeiro espectáculo, com a conseqüente mobilização de interesses económicos, que surgiu o desportismo profissional, que para ele constitui uma degeneração inaceitável do verdadeiro desporto. Por isso, Sílvio Lima defende de modo pertinaz que o desporto nunca poderá ser uma profissão, a não ser que se negue a si mesmo como exercício desportivo. Na sua essência, o desporto deve ser amador e não profissional.

Por tudo isto deve então o estádio desempenhar, na opinião do Professor Sílvio Lima, duas funções primordiais: ser, antes de tudo, uma verdadeira escola de desporto – e não um teatro – onde os atletas, sempre sob apoio médico (o professor de Coimbra insiste sempre nessa necessidade) se exercitarão, desenvolvendo individual ou colectivamente as suas reais

capacidades; ser um “templo” onde os espectadores “como fiéis devotos”, assistirão às provas desportivas como se fossem “ofícios sacros”, perante as quais deve haver, antes de tudo, respeito e solenidade, não violência ou ganância. Apenas o treinador ou professor de desporto deve ser remunerado pelo seu serviço. É o ensino que é pago, não o desporto em si, enquanto manifestação cultural e actividade de desenvolvimento físico e espiritual.

XVIII

O desporto, na perspectiva de Sílvio Lima, contribui de igual modo para atenuar a mecanização da vida moderna nas cidades, a automatização dos indivíduos que vivem nos grandes centros, afastados da natureza e cumprindo uma rotina diária, com uma vida “artificial” e pouco saudável, em resultado da crescente expansão dos efeitos provocados pela revolução industrial. Criticando esse modo de vida, cada vez mais desumano e aproveitando também para criticar o próprio sistema político que lhe está subjacente, aponta então, com coragem e lucidez e contra a mentalidade vigente na época, alguns dos males da civilização industrial e tecnológica: “De dia para dia o homem parece afastar-se cada vez mais da natureza e das suas leis fenoménicas; a “revolução industrial”, nas duras mãos do glúton imperialismo capitalístico, dir-se-ia ter tido como objectivo supremo a mecanização totalitária do biológico, a redução do homem a simples peça neutra, sem personalidade diferencial nem iniciativa. Automatização, mecanização, industrialização, superprodução frenética, cidades tentaculares (...), oficinas monstras, bairros sobrepopoados, vida artificial, anti-higiénica e antimoral. Pois bem. O jogo desportivo (...) rapta, por momentos, o homem à cidade; remergulha-o na madre-natureza, banha-o de luz, de cor, de vento, de oxigénio”.²⁴ Apesar destas constatações, Sílvio Lima entende que a tecnologia tem igualmente aspectos positivos e vantajosos para a sociedade e vida humanas. As técnicas aplicadas à industrialização favorecem o

²⁴ Sílvio Lima, “Desportismo Profissional – desporto, trabalho e profissão”, 2.^a edição, Lisboa, 1987, p. 26.

trabalho, permitindo não só o aumento de produtividade e a redução do esforço do trabalhador no processo de produção, como também o libertando-lhe mais tempo livre para se poder dedicar a actividades que ultrapassam o âmbito restrito da profissão, como a arte, a ciência, a religião e o desporto. No contexto do seu pensamento e como afirmação do seu espírito crítico e, na época, considerado revolucionário, sempre em defesa das classes de menores posses e em favor da dignificação do humano, afirma com convicção: “As técnicas industriais, desde que libertas do cesarismo capitalístico, oferecem ao obreiro maiores ócios ou lazeres. Redução das horas de labor, aumento de salários, contratos colectivos de trabalho, férias pagas, assistência social, (...) o homem (...) pode entregar-se agora a outras funções que não as meramente económicas: artísticas, religiosas, morais, científicas, desportivas. A arte, a ciência, o desporto, deixam de ser “luxos”, monopólios, privilégios; fazem-se direito; democratizam-se; tornam-se o pão quotidiano de todas as bocas humanas”.²⁵ Além da defesa do carácter terapêutico e relaxante do desporto em relação ao exercício da profissão, o professor universitário de Coimbra assume a defesa da democratização do desporto e, conseqüentemente, a ideia – muito em voga na actualidade – do desporto “para todos”, sem distinção de classe ou de raça e sem atender ao estatuto social de cada um. Nota-se também como Sílvia Lima nos alerta para a pertinente questão – que deve ser permanentemente repensada – das relações, sempre inseguras e actuais, entre o desporto, a política e a situação económica das sociedades.

XIX

Abordando um outro tema bastante actual – a violência no desporto – Sílvia Lima, contra a objecção de alguns, quer demonstrar-nos que a prática desportiva não se opõe, por natureza, ao exercício de qualquer profissão havendo, pelo contrário, entre elas, estreita colaboração, como referimos antes. Defende então que não há qualquer contradição entre as exigências

²⁵ Sílvia Lima, Ob.Cit., p. 26.

das técnicas profissionais – a concentração de energias, a disciplina, a atenção, a serenidade racional – e o verdadeiro desporto. Também este é, por natureza, uma actividade racional, disciplinada, metódica, orientada. Sendo assim, só as atitudes primitivas, irracionais, que manifestam a fúria bruta dos instintos, favorecem a violência. Esta não é adstrita ao jogo em si e é mesmo sua mortal inimiga.

Insurge-se Sílvio Lima contra a ideia de que o desporto gera violência. Na sua opinião, não se deve confundir a virilidade própria do jogador com a violência, pois ser robusto e impetuoso no jogo não implica necessariamente ser violento. A violência é, segundo afirma, uma força indisciplinada e irracional, ao passo que o jogo – tendo sempre presente o ideal desportivo grego-clássico – surge como uma harmonia estruturada com base na racionalidade, no equilíbrio, serenidade e auto-domínio. Admitindo que o instinto combativo é inato na natureza humana, torna-se necessário, defende ele, que o pedagogo desportista oriente os jovens desportistas de modo a formarem em si o autodomínio que lhes permita sublimar aquele instinto.

A violência existe não ao nível do verdadeiro desporto – o apolíneo, racional, clássico e ordenado – mas sim quando existe corrupção no próprio desporto e este é conduzido por mãos inexperientes e incultas. Nesse sentido defende com convicção, que a violência é extrínseca ao verdadeiro desporto e que contribui para o seu próprio descrédito. Deve, por isso, ser energeticamente afastada do desporto.

No seguimento desta reflexão, o Professor Sílvio Lima relaciona também, nos seus escritos, o desporto com a delinquência, a criminalidade e a deficiência. Reafirmando o valor do desporto como escola formadora de homens sãos, livres e disciplinados, defende que, principalmente o jogo colectivo, obrigando ao cumprimento de regras, poderá ser benéfico no sentido de corrigir a delinquência, afirmando-se, assim, como inegável promotor do pacifismo e da ordem pública. Sílvio Lima discrimina o que, segundo vários críticos, poderá tornar atraente a prática do desporto para o criminoso. São, na sua opinião, alguns dos vícios inerentes aos jogos desportivos e que, na realidade, são uma deturpação do verdadeiro desporto. Por exemplo, podem os jogos mais violentos, como o boxe, satisfazer a natureza impetuosa e violenta do criminoso, servindo, desse modo, para extravasar energias

reprimidas; também poderá o criminoso encontrar no jogo uma satisfação lúdica egoísta, como tarefa mais fácil de executar do que o trabalho que ele recusa e que exige maior disciplina, método na realização das tarefas e esforço de concentração; também a prática desportiva poderá satisfazer a vaidade do criminoso, narcisista por natureza, permitindo o exibicionismo público; também a procura de lucro fácil poderá levar o criminoso a preferir o jogo, satisfazendo, assim, os seus interesses pecuniários. Na opinião de Sílvio Lima, o melhor processo de anular essa atracção fácil do delinquente pelo jogo, consiste em reformar o próprio jogo, humanizando-o e reforçando a sua função socializadora. Verdadeiramente o que o professor de Coimbra pretende demonstrar é que, para além destes aspectos negativos, pode também o desporto, quando bem orientado racionalmente e disciplinado, promover, com as suas regras, o bom comportamento social, a cooperação, o convívio cívico, contribuindo para reduzir ou mesmo anular tendências agressivas anti-sociais. No contexto do que designa por uma pedagogia criminalística, o desporto será um dos elementos educativos que, juntamente com outros meios, poderá ajudar, em termos psico-orgânico-morais, a regenerar o criminoso. Sílvio Lima recorre ao exemplo dos presídios norte-americanos que não são, como nos esclarece, apenas cadeias penitenciárias mas, principalmente, escolas onde a prática do desporto é utilizada como forma de moralização e regeneração dos delinquentes.

Numa época em que a sociedade portuguesa não estava ainda suficientemente sensibilizada para a problemática social da deficiência, alerta-nos Sílvio Lima, embora de forma ainda imprecisa, para a importância do jogo na recuperação de certas deficiências. A disciplina, a ordem, o “fair-play” que caracterizam a estrutura funcional do jogo, obrigando cada jogador a submeter-se voluntariamente às suas regras, são verdadeiros valores educativos e cívicos, podendo o jogo, desse modo, constituir-se como uma terapêutica eficaz para determinados distúrbios bio-psíquicos. Mas, Sílvio Lima não especifica que tipos de distúrbios poderiam ser, assim, atenuados pelo jogo desportivo. No entanto, este alerta é, quanto a nós, importante pois estimula uma reflexão mais profunda, atenta aos problemas das pessoas com deficiência e à sua possível estimulação assim como à sua integração social através da prática desportiva. Veja-se o exemplo actual dos jogos

internacionais “paraolímpicos” e os movimentos pela integração da pessoa com deficiência na sociedade e no mercado de trabalho, considerado como ser útil e capacitado, apesar da deficiência.

67

XX

Versando novo tema, defende Sílvio Lima que o desporto tem também uma importante função na regulação do comportamento sexual dos adolescentes, contribuindo para a castidade e permitindo uma ocupação útil e saudável dos tempos livres. Na sua opinião, a prática do desporto permite a sublimação dos “sexualtriebe”, canalizando as energias dos jovens. Só isto justifica a importância educativa do desporto, defende Sílvio Lima, acreditando que uma das tarefas prioritárias do educador é precisamente a de promover o desporto como forma educativa de ocupação do ócio escolar. Desse modo, Sílvio Lima entende que o desporto, permitindo a ocupação viril dos ócios individuais e obrigando cada um a disciplinar os seus movimentos e emoções, desempenha um papel importante na complexa evolução moral e sexual do homem.

XXI

Sílvio Lima distingue “ócio” e “ociosidade”, para nos demonstrar que o desporto é uma das boas formas da utilização do ócio, é um modo inteligente de ocupação dos tempos livres. A ociosidade, identificada com a preguiça e o parasitismo, é a má aplicação do ócio. Este é o tempo livre que, bem aproveitado, permite a realização de inúmeras actividades pelas quais superamos a nossa dimensão biológica, animal, e afirmamos a nossa humanidade na sua plenitude.

Com a atitude destemida que sempre o caracterizou, enfrentando o sistema político, Sílvio Lima defende que um dos deveres fundamentais a exercer é exactamente o da democratização gradual do desporto, sendo, para isso, necessário melhorar as condições económicas de vida do traba-

lhador, permitindo-lhe ocupar bem os seus ócios para que não se entregue à ociosidade – mãe de todos os vícios. O ócio, como opina o Professor Lima, constitui uma dádiva geral da civilização moderna e, tal como o trabalho, necessita de ser utilizado com inteligência para bem da própria humanidade, e por isso não se opõe totalmente ao trabalho, pois, pelo contrário, é o ócio que torna mais eficiente o trabalho. Por estas razões, não devemos compreender o desporto, enquanto aproveitamento inteligente do ócio, como um desperdício mas, antes, como concentração positiva de energias, quer dizer, no desporto não há gasto de energias, mas ganho. Não deve o ócio, por isso, ser privilégio de apenas algumas classes sociais. Como ocupação saudável do lazer, preconiza Sílvio Lima, o desporto tende a difundir-se e a valorizar-se universalmente, tornando-se cada vez mais popular entre as classes trabalhadoras. É nesse contexto que Sílvio Lima refere, então, a criação em França, em 1932, quanto a ele revolucionária, de um “Sub-Secretariado de Estado para a Organização dos Ócios e dos Desportos”. Este exemplo, lamentavelmente, não foi seguido nem sequer pensado em Portugal.

XXII

Outro aspecto importante a ter em conta, de acordo com Sílvio Lima, é o fundamento estético do desporto que se manifesta no modo como contribui para o embelezamento e correcção plástica do corpo, favorecendo física e esteticamente cada ser humano e satisfazendo o impulso natural para a beleza, que em todos existe. Tomando como pressuposto que o desporto contribui para o aformoseamento físico, entende que a formosura define-se pela harmonia total do corpo humano, não sendo exclusiva a beleza do rosto. Por isso defende que o desporto contribui para modelar essa beleza física natural. Praticando desporto, de forma racional, isto é, com moderação, desenvolvem-se os movimentos, o equilíbrio da postura corporal, a agilidade, “queima-se” a gordura e modelam-se harmoniosamente as massas musculares. Firmando-se na sua vasta cultura, e como se leccionasse uma lição de História da Arte da civilização grega, afirma que foi em modelos

vivos, nos ginásios helénicos que os grandes escultores gregos se inspiraram, dando assim origem à sua obra. O “estádio” foi, na sua opinião, o berço natural da escultura grega.

O jogo desportivo foi também considerado “oficina” de aformoseamento físico pela mentalidade medieval, apesar da sua tendência maioritariamente ascética. Revela-nos Sílvio Lima que já no *Livro da Ensino de Bem Cavalgar toda a Sela*, D. Duarte recomendava os exercícios físicos como instrumento plástico de beleza.

Crítica sobretudo a nossa civilização por se deixar seduzir unicamente pelas aparências ilusórias, substituindo o culto da beleza natural humana pelo culto do “trapo”, em que os cuidados com o vestuário, com as “toilettes”, substituiu os cuidados a ter com o corpo. Quer dizer, o artifício, a beleza “postiça”, sobrepõe-se à beleza natural, a corpórea. Constatamos como é actual, neste domínio como noutros, o pensamento de Sílvio Lima, estimulando uma reflexão sobre a mentalidade actual que caracteriza o viver social e a nossa cultura em que se dá mais valor à aparência. No entanto, começamos a assistir já, na actual sociedade, a uma maior preocupação com o corpo e a saúde, embora, lamentavelmente, em detrimento da dimensão espiritual.

Para o homem heleno, o vestuário era acessório, como nos elucida Sílvio Lima, e esse homem desenvolvia a formosura física graças aos jogos desportivos. A beleza natural, sabia ele, adquire-se sobretudo praticando desporto. E Sílvio Lima valoriza principalmente os desportos ao ar livre, como forma de rejuvenescimento e de aformoseamento.

XXIII

Uma das modalidades desportivas que Sílvio Lima privilegia é, sem dúvida, a natação por considerá-la um desporto que contribui para a formação integral de cada indivíduo, realizando a síntese de todos os outros desportos. Define a natação como o prolongamento rectilíneo da marcha terrestre, porque, para ele, a natação seria uma espécie de “marcha aquática”, entendendo que é tão lastimoso não saber nadar como não saber andar. E exemplifica mostrando que se um viajante se deparar, no seu caminho,

com um rio de águas profundas terá de sustentar a sua marcha, não podendo atravessá-lo caso não saiba nadar e não tenha por perto um barco que o transporte. Neste caso concreto, ele será mais autónomo se souber nadar.

Três importantes aspectos realça Sílvio Lima sobre esta mesma temática. Em primeiro lugar, a natação é, por excelência, o exercício desportivo do homem do povo. É ele que, de modo mais natural e espontâneo, sem medo da água, aprende a nadar. Justifica a sua asserção, explicitando que raro é o homem do povo que, tendo aberto os olhos junto dum rio ou duma mísera corrente, não sabe nadar. Conclui então que o rio, do ponto de vista histórico e psíquico, é um ginásio para o povo, onde a gente humilde pode exercitar-se fisicamente e com prazer.

Em segundo lugar e na sequência daquela perspectiva, Sílvio Lima alerta para a atracção irresistível que a água exerce sobre a imaginação das crianças, explicando esse facto como força instintiva que, desde sempre, actua na determinação do comportamento humano.

Em terceiro lugar, de forma divertida, com o humor também característico da sua personalidade, pretende Sílvio Lima justificar a ideia de que a natação é um desporto óptimo para a mulher, não apenas em termos somáticos, porque melhor se adapta à sua constituição física, mas também em termos psíquicos. A própria natureza teria criado o corpo da mulher para a arte e a ciência do nadar.

Para os clássicos, como nos esclarece Sílvio Lima, a aprendizagem da natação relacionava-se com a aprendizagem das letras. Não saber nadar era considerado tão bárbaro como não saber as letras. Formação física e intelectual simultaneamente, num povo e cultura que valorizavam pedagogicamente uma educação totalizadora, uma “paideia”, de acordo com o princípio de uma “mente sã, num corpo sã”. Por estas mesmas razões Sílvio Lima atribui incomensurável valor à natação. Daí que todo aquele que aprende a nadar, perdendo o medo da água e atirando-se para ela, é como a criança que exercita os primeiros passos no espaço vazio, após inúmeras tentativas de coordenação dos movimentos e de superação do medo. Como explicar então o medo de muitas crianças pela água? - Para Sílvio Lima essa atitude não é natural. Ela é o resultado da educação – “de erros de direcção pedagógica”. Na acertada opinião de Sílvio Lima, o “culto do medo” que conduz à hidrofobia é, em Portugal, um dos maiores obstáculos ao desporto natatório,

tal como, aliás, em relação à prática de outros desportos. Esse medo, que paradoxalmente reprime e paralisa o que de mais espontâneo e arrojado existe no adolescente – que por natureza ama o perigo, procura o risco e quer expandir todas as energias que sente em si – é fruto de preconceitos familiares determinantes do tipo de educação que, no lar, os jovens lusos recebem. Torna-se necessário, defende ele, criar uma pedagogia compreensiva e tolerante, baseada numa atitude mais racional, crítica e experimental, a fim de destruir esse “culto do medo” e o “fanatismo da hidrofobia”, para dar livre curso aos exercícios natatórios, generalizando-os à maior parte da população. Essa pedagogia que defende, passa por ensinar aos pais a importância da prática da natação e mostrar-lhes o valor higiénico, estético, recreativo e social desse desporto. Sílvia Lima descreve com certa ironia essa preconceituosa mentalidade lusa que, sem conhecimentos fundados, menospreza arbitrariamente qualquer actividade desportiva. É necessário desfazer esse medo, essa hidrofobia e, segundo o professor conimbricense, a melhor forma de perder o medo de nadar é abeirar-se da água e, justamente, tentar nadar. A força de vontade e a capacidade de decisão pessoal, assim como a autoconfiança, poderão também ajudar a superar o medo da água, facilitando desse modo a aprendizagem da natação. Para aqueles que têm receio de afogamento, Sílvia Lima é claro e peremptório, quando assegura, com lógica, que a melhor forma de se livrar da morte por afogamento é aprender a nadar. Não admite Sílvia Lima que a natação, tal como é encarada por alguns, seja um exercício perigoso. Pode tornar-se perigoso e fatal – como outros desportos – mas apenas para aqueles que não têm consciência das precauções que devem tomar quando o praticam. Esclarece que há realmente desportos que comportam maior risco do que outros, mas o verdadeiro perigo reside, não no desporto propriamente dito e sim no desportista que se lhe entrega sem o necessário cumprimento de determinadas regras e de forma abusiva. É necessário, então, que a natação, como desporto, seja objecto de uma reflexão metódica e inteligente. Também para aqueles que sentem vontade em aprender a nadar mas não o fazem com medo da troça dos outros e receosos de se tornarem, aos seus olhos, ridículos, Sílvia Lima responde que o ridículo não existe no domínio do desporto; o que, na verdade, se torna ridículo é a recusa em aprender.

Reforçando a sua “campanha ofensiva pró-natação”, como ele próprio define a sua atitude, dedicou alguns dos seus artigos a uma reflexão profunda sobre o uso e a utilidade das piscinas, mostrando quão importantes elas são para facilitar a aprendizagem e a prática da natação. Respondendo aos argumentos de certos críticos que entendiam ser as piscinas um investimento inútil, pelo desperdício de dinheiro que implicariam, sobretudo num país de poucos recursos económicos e com uma situação geográfica privilegiada, situado junto do mar, Sílvio Lima contrapõe que a utilização da piscina, pelo nadador, não substitui totalmente o recurso ao mar e à praia; admite que a água do mar, com uma composição química de valor medicinal indiscutível é, por isso, mais saudável e higiénica. Apesar disso, mar e piscina não são antagónicos mas, pelo contrário, podem complementar-se: a piscina prepara o nadador para, posteriormente, poder nadar, mais seguro, no mar. E apresenta as razões que o levam a defender a utilidade das piscinas: o mar, muitas vezes revolto, nem sempre permite com segurança a prática natatória; as condições meteorológicas também nem sempre são favoráveis – o frio, a chuva, o vento, o nevoeiro, afastam os nadadores; não havendo as piscinas cobertas, no inverno, a natação é impraticável, sendo assim um desporto sujeito e condicionado ao ciclo das estações do ano, tendo que ser interrompido durante vários meses; não é, por isso, um desporto para todo o ano, mas apenas um desporto estival, desporto “intermitente”. Com a utilização da piscina os jovens e os adultos podem, durante o inverno, continuar o treino para manter a sua forma e o nível desportivo que atingiram. A “hibernação” da natação, durante o inverno, adverte Sílvio Lima, é prejudicial para essa prática desportiva que não deve ser interrompida. As piscinas de água quente podem então servir esse fim e contribuir também para a aprendizagem daqueles que, durante o Verão, por variadas razões – doença ou o exercício da profissão, por exemplo – não podem ter acesso à natação. Na sua opinião, a natação praticada desde criança e na água fria, permite também educar os reflexos de defesa contra o frio, preparando o organismo e endurecendo-o para se adaptar a diversas circunstâncias. Esse treino para adaptação do organismo ao frio, afirma Sílvio Lima citando as ideias de Alexis Carrel, desenvolve nos indivíduos as funções adaptativas que a civilização científica foi gradualmente enfraquecendo. Comparativamente aos nossos antepassados e mesmo aos outros animais, o homem

cada vez tem menos defesas naturais e capacidades de adaptação face às alterações das situações. Por isso, o ideal de cada cidade será possuir uma piscina coberta e de água quente para o inverno e de água fria no Verão. Adverte, no entanto, para a necessidade de ter em conta, antes de sujeitar cada indivíduo à água fria, as particularidades fisiológicas de cada nadador porque nem todos poderão aguentar, sem prejuízo para a sua saúde, a frigidez da água.

Continuando a apresentar as suas razões em favor da construção de piscinas no nosso país, demonstra que o mar não permite com tanto à-vontade, como se consegue na piscina, atingir certas “performances” na prática natatória nem é favorável à realização de provas de competição entre diversos grupos. Mas a existência de uma piscina é, sobretudo nas terras do interior, uma necessidade colectiva fundamental. Afastadas do mar, vêem-se também essas terras injustamente privadas da prática desportiva da nataçãõ, se não puderem servir-se de uma piscina. Conclui então que as piscinas não podem ser consideradas coisa supérflua nem a discussão sobre o seu valor e necessidade, desprovida de sentido. Ele acredita que a construção de piscinas constitui uma etapa fundamental no progresso evolutivo da nataçãõ, sendo sinónimo de crescimento global do desporto. Apesar do mar ser uma piscina natural de irrecusável valor, a piscina artificial, segundo Sílvia Lima, não falseia as artes natatórias, sendo, muito pelo contrário, um óptimo instrumento de educação e progresso da nataçãõ; a piscina, mais do que o mar, é, por exemplo, o local propício – o “estádio marinho ideal” - para o ensino e aprendizagem da nataçãõ infantil. Contrariando aquelas críticas, que, na sua opinião, na realidade mais não eram que a expressão da estreita e mesquinha mentalidade existente no nosso país em relação aos assuntos desportivos, Sílvia Lima afirma com lucidez: “Nada mais perigoso para a causa desportiva que a visão unilateral, fanática, cega. Saibamos (esse é o nosso dever de estudiosos) contemplar sempre tudo e todos dentro duma apreensão plurilateral, ampla, global”.²⁶ Este é, sem dúvida, um dos lemas que tão bem caracteriza a personalidade deste autor e que marcou a orientação que deu à sua obra.

²⁶ Sílvia Lima, “O Primeiro de Janeiro” de 21/02/1940: “Desportos Intermitentes”, p. 6.

Sílvio Lima lastimava que, num país de heróis marinheiros, com um longo e nobre passado de conquistas além-mar, se menosprezasse tanto os exercícios físico-desportivos e em especial, a natação. Corroborando a sua rejeição perante tal facto, argumenta no sentido de definir a natação como um desporto supra-histórico que, ao contrário de outros desportos como a falcoaria, o torneio, as canas – próprios da época medieval – transcende o tempo histórico e o espaço geográfico. A par disso, é ainda um desporto de certo modo utilitário, pois, com os seus recursos e possibilidades, constitui uma arma de defesa que cada um pode utilizar na luta pela vida, como, por exemplo, em caso de naufrágio. Segundo Sílvio Lima, os jovens escolares modernos gostam de nadar e querem nadar, reclamando, por isso, não só estádios, mas também piscinas e praias artificiais.

XXIV

Reflectindo sobre outras modalidades desportivas, Sílvio Lima orientou também o seu pensamento para os desportos de montanha, nomeadamente, o esqui e o alpinismo, praticados em Portugal, na Serra da Estrela. Valoriza sobretudo o alpinismo como desporto saudável e de acessível execução enquanto o esqui exige a neve que não é abundante no nosso país. Diz Sílvio Lima que o esqui é, por isso, um desporto de importação já que as condições atmosféricas do país não permitem facilmente a sua prática.

Analisou também o automobilismo, considerando-o, ao contrário de alguma opinião crítica, um desporto. No entanto define-o como um desporto incompleto se comparado com os desportos que ele próprio define como “integrais”, apresentando como exemplos a natação, o ciclismo, a marcha e o remo. Enquanto prática desportiva, o automobilismo não se constitui, na sua opinião, como um exercício global enquanto exercício físico, violando o “princípio da totalidade dos movimentos”, porque o esforço do automobilista é localizado e limitado. Do mesmo modo que recusa as vantagens da especialização profissional, como vimos anteriormente, Sílvio Lima critica a especialização desportiva, defendendo, sim, a actividade desportiva enquanto “exercício total”. Para ele a especialização desportiva – tal como a

especialização do trabalho, pela profissão – é desvantajosa para o homem, tem defeitos que devem ser ultrapassados com actividades físicas que, de modo saudável, sejam orientadas, acima de tudo, para o desenvolvimento global do corpo humano. Apresenta-nos, por isso, e uma vez mais, neste contexto, o exemplo do povo helénico que privilegiava o “pentatlo” como forma desportiva completa, no sentido do desenvolvimento total do corpo, englobando a corrida, o salto em altura, o lançamento do disco e do dardo e a luta.

Desenvolvem-se com alguns desportos, como o automobilismo, apenas determinadas partes corporais e funções do organismo, em detrimento de outras partes. O desporto, defende, deve ser total, deve procurar a harmonização corporal e o equilíbrio orgânico do indivíduo, promovendo a formação integral e harmónica do desportista. Apela, então, para que o desporto actual, sempre orientado pelas ciências biológicas, mantenha essa metodologia “totalizadora” do desporto clássico.

Sílvio Lima dedicou também as suas reflexões ao ciclismo. Além de diversão fácil e barata, quando praticado racionalmente, permite desenvolver a função respiratória, estimular os músculos dos membros inferiores e da bacia, activar as combustões no organismo, desenvolver o sentido do equilíbrio, criar flexibilidade e resistência à fadiga. São estas algumas das vantagens que fazem do ciclismo um magnífico exercício físico, na sua opinião. Referindo-se às origens históricas deste desporto, ensina-nos Sílvio Lima que pela adesão popular que este desporto teve, apesar das várias críticas de que foi alvo, principalmente por parte da literatura – é referenciado Eça de Queiroz como um dos críticos do ciclismo – fundaram-se vários clubes de apoio a esta modalidade desportiva: em 1891, o Clube Velocipedista de Portugal, em Lisboa; em 1893, o Real Velo Clube, no Porto e em 1895, era inaugurado em Algés o Velódromo D. Carlos.

De certa maneira podemos subentender no pensamento de Sílvio Lima a vantagem da utilização da bicicleta como forma de ultrapassar os problemas citadinos do trânsito, da poluição e ruído característicos dos grandes centros urbanos.

Em alguns dos seus artigos desportivos, Sílvio Lima analisa o fenómeno da ascensão do futebol que, na época, começava a ter cada vez mais

adeptos, sobretudo jovens, em detrimento das artes tauromáquicas, já há séculos enraizadas na cultura popular portuguesa. Pretende Sílvio Lima fazer-nos compreender as razões dessa crescente popularidade do futebol. Analisa inicialmente várias hipóteses que pudessem então esclarecer essa diminuição do prestígio do toureio face ao futebol: em primeiro lugar, podemos supor que o jovem, sensibilizado por valores mais espirituais, em relação às gerações anteriores, tem repulsa pelo sangue e pelo sofrimento inútil do touro na arena, considerando o toureio como um barbarismo sem sentido; é também de considerar que no desporto, como em tudo o que é humano – escreve Sílvio Lima – há modas que “a modos se sucedem” fazendo com que os gostos mudem com o mudar dos tempos; outra explicação pode relacionar-se com razões económicas já que, como nos diz, a tauromaquia é um desporto caro, tanto para os espectadores como para os próprios praticantes; também para alguns críticos do desporto, o apreço pelo futebol seria efeito do desprezo da cultura pela nova geração, pouco dada a especulações de carácter intelectual e cultural. Sílvio Lima não crê que seja convincente qualquer uma destas hipóteses, apresentando então a sua explicação: o futebol seduz os jovens simplesmente porque é um exemplo típico de jogo colectivo, que implica o confronto entre equipas, que exige a disciplina, educa para a solidariedade e recorre, para se organizar, a estratégias e tácticas específicas.

Ao referir-se à caça, Sílvio Lima responde aos argumentos de alguns, no sentido de demonstrar que a caça é uma actividade perigosa, provocando múltiplos acidentes. Para Sílvio Lima, os acidentes registados não podem ser imputados ao desporto que é a caça, mas sim à imprevidência e imperícia dos caçadores e, muitas das vezes, à própria fatalidade ou acaso – o determinismo físico dos factos ou interferência de diversas séries causais; depois, acidentes existem também noutros desportos e até mesmo no trabalho, o que não implica necessariamente a sua supressão. É necessário, isso sim, esclarece o Professor Sílvio Lima, desenvolver capacidades nos desportistas como a vigilância, a prudência e o autodomínio.

Em segundo lugar, acusam a caça de causar prejuízos nas terras, principalmente quando o caçador persegue, com fúria, as suas presas. Sílvio Lima responde a mais esta objecção elucidando que existem leis que re-

gulam os locais próprios da caça, não se podendo caçar em todo o lado e defendendo que o não caçar causaria ainda maiores prejuízos, porquanto haveria uma multiplicação das espécies, o que seria prejudicial para as próprias terras.

77

Outra das críticas dirigidas contra a caça, nega qualquer valor económico a essa actividade. Continua o Professor Lima a defender, então, que a caça, como outros desportos, é desinteressada, pura e inutilitária. O caçador gosta de caçar por caçar, porque, sobretudo, goza o exercício que a caça implica com o seu dinamismo. A peça de caça junta-se por acréscimo e não é o lucro ou mesmo a procura de alimento que motiva o caçador. São outros que muitas das vezes em proveito próprio, ficam com o produto da caça e não o caçador.

(Página deixada propositadamente em branco)

CONCLUSÃO

Importa sublinhar, a terminar a análise das reflexões críticas de Sílvio Lima, o valor pedagógico que ele atribui ao desporto.

O desporto é, antes de tudo, “escola” de formação cívica: desenvolve qualidades como a disciplina, a tolerância recíproca e fraternidade; principalmente os jogos colectivos, que implicam a cooperação dos membros da equipa – exigindo a participação ordenada de todos os elementos para o funcionamento do todo, a equipa – têm uma inegável função socializante. Pode-se compreender o jogo como escola que educa o jovem para se integrar na sociedade e se adaptar ao convívio social. Mas Sílvio Lima acrescenta outra nota importante: o desporto cria um convívio democrático entre todos os homens, independentemente da idade, sexo, raça, profissão, riqueza ou ideologia.

O jogo desportivo é também “escola” de cavalheirismo, ajudando a forjar o carácter individual, pela dimensão ética que está subjacente à própria organização interna do jogo. O jogador tem de submeter-se ao cumprimento, correcto e leal, de regras que disciplinam o jogo. A desordem, a indisciplina, a submissão voluntária do “eu” aos instintos, são incompatíveis com o verdadeiro desporto.

Mas o desporto é também, na perspectiva crítica de Sílvio Lima, educação pelo prazer, educação pela alegria. Devemos ter sempre em conta que a prática do desporto, tal como a escola e o trabalho, deve ser atraente sem se tornar em pura diversão ou mero passatempo.

Sílvio Lima encontrou na cultura clássica, como vimos, o modelo ideal do verdadeiro desporto. Para ele, o desporto deve ser sempre obra clássica, racional, científica, humanística, pressupondo ordem, disciplina, equilíbrio.

São estas características que, na sua lúcida visão, devem ser reflectidas pelos jovens lusos, amantes do desporto, para que não se entreguem de forma irreflectida e desregada à prática dos exercícios físicos desportivos. Porque devemos ter sempre presente um princípio subjacente ao pensamento de Sílvio Lima: o desporto é para a vida e não a vida para o desporto.

O Professor Sílvio Lima defende, sobretudo, que o verdadeiro desporto é sinónimo de educação, contribuindo para a formação do homem – formação integral de cada homem concreto, ser individual, ser único – e só tem realmente valor enquanto instrumento de cultura e colocado ao serviço de supremos valores.

O Professor Sílvio Lima orientou as suas reflexões críticas sobre o desporto, para domínios que, actualmente, continuam a merecer da nossa parte um especializado debate e uma profunda e lúcida reflexão, sobretudo porque suscitam problemas de ordem ética, estética, social, política, económica e pedagógica, problemas que a todos os seres humanos dizem directamente respeito.

Alguns testemunhos dão conta do valor e da actualidade da obra de Sílvio Lima sobre o desporto, nomeadamente J. C. Boaventura que afirmou, em 1987: “Sílvio Lima foi, neste século, o primeiro e único catedrático que desceu à análise filosófica e sociológica do desporto, dando-lhe a roupagem digna de que já carecia.”²⁷ e “(...) Reflexões ensaístas como as de Sílvio Lima, permanecem vivas e apostam no futuro. São reflexões de todos os tempos”.²⁸ Surgiu também, em Março de 2003, no “Diário de Coimbra”, no artigo “A História do desporto e de Coimbra escreve-se com Sílvio Lima”, um comentário, pela escrita do professor coimbricense Rui Costa, realçando a importância das reflexões desportivas de Sílvio Lima, em que afirma: “(...) Quem gosta de desporto e quer perceber as actuais correntes do sistema ou da ausência dele, muito ganharia em reflectir conjuntamente com este pedagogo quase desconhecido. Estamos esperançados que (...) Sílvio Lima seja interpretado em toda a sua dimensão sem esquecer a coragem de se

²⁷ Boaventura, J.C. Nota Explicativa, introdutória à obra, “Ensaio sobre o Desporto”, 2.^a edição, Lisboa, 1987, p. 5.

²⁸ Boaventura, J.C. Nota Introdutória à obra, “Desporto, Jogo e Arte”, 2.^a edição, Lisboa, 1987, p. 5.

debruçar sobre temas desportivos, tão amiudadas vezes desvalorizados por quem teria a obrigação e o poder de os dignificar, não fora a distorção dos seus valores”.²⁹

Os temas propostos sobre o desporto nas reflexões do Professor Sílvio Lima, poderão ser sempre aprofundados e interpretados à luz de novas e diferentes perspectivas, suscitando profícua discussão, tal a riqueza, a permanente actualidade e o carácter problemático das questões que levantam.

²⁹ Costa, Rui, em “Diário de Coimbra” de 28/03/2003.

(Página deixada propositadamente em branco)

BIBLIOGRAFIA

- ANÚNCIO da conferência de Sílvio Lima proferida em Coimbra: Desporto e Cultura. *O Primeiro de Janeiro*, 21/10/1942, p. 3.
- ANÚNCIO da conferência de Sílvio Lima proferida no Porto: Valor e desvalor do desporto. *O Primeiro de Janeiro*, 7/11/1942, p. 4.
- ANÚNCIO da conferência de Sílvio Lima proferida na Figueira da Foz: Desporto e Trabalho. *O Primeiro de Janeiro*, 19/01/1943, p. 1.
- COSTA, Rui. A história do desporto e de Coimbra escreve-se com Sílvio Lima. *Diário de Coimbra*, 28/03/2003, p. 16.
- DIÁRIO DO GOVERNO. 1.^a Série, n.º 90, 16/04/1932.
- LIMA, Sílvio. Desporto e Automobilismo. *Diário de Lisboa*, 4/05/1937.
- LIMA, Sílvio. Filosofia da Gorjeta. *Diário de Lisboa*, 11/05/1938.
- LIMA, Sílvio. Esporte de 30 dias – As ideias do desporto e o desporto das ideias. *Anhembí*, Vol. III, n.º 9. Agosto, pp. 584-587, 1951.
- LIMA, Sílvio. *Ensaio sobre o Desporto*. Lisboa. Ministério da Educação e Cultura. Direcção-Geral dos Desportos, 2.^a Edição, 1987.
- LIMA, Sílvio. *Desporto, Jogo e Arte*. Lisboa. Ministério da Educação e Cultura. Direcção-Geral dos Desportos, 2.^a Edição, 1987.
- LIMA, Sílvio. *Desportismo Profissional – desporto, trabalho e profissão*. Lisboa. Ministério da Educação e Cultura. Direcção-Geral dos Desportos, 2.^a Edição, 1987.
- RESUMO da conferência dada por Sílvio Lima – Valor e desvalor do desporto. Um povo saudável é um povo de poderoso valor económico. *O Primeiro de Janeiro*, 8/11/1942, p. 3.
- SILVA, Ferreira da. Sílvio Lima, história de um professor universitário. *Biblos*, n.º LV, pp. XXXV-XLII, 1979.
- SILVA, Ferreira da. *Sílvio Lima. Professor de Espírito Crítico (1904-1993) em Obras Completas de Sílvio Lima*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, Introdução (pp. VI-XIV), 2002.
- TORGAL, Luis Reis. *Estado Novo e vigilância policial na universidade. Os casos de Sílvio Lima e de Joaquim Ferreira Gomes. Ensaio de homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*. Núcleo de análise e intervenção educacional. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra. pp. 91-100, Setembro de 1998.
- TORGAL, Luís Reis. *Um homem humilde mas livre na sua investigação*. Porto. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Separata de: Estudos em homenagem a João Francisco Marques. pp. 475-498. Sem data.

**ARTIGOS DE SÍLVIO LIMA SOBRE O DESPORTO EM
O PRIMEIRO DE JANEIRO**

84

- Lima, Silvio (1939). Reflexões Críticas Sobre O desporto. *O Primeiro de Janeiro*, 27/01/1939, p. 6.
- Lima, Silvio (1939). A Natação e o Cerco de Lisboa. *O Primeiro de Janeiro*, 3/02/1939, p. 3.
- Lima, Silvio (1939). Natação e Marcha – Notas Soltas. *O Primeiro de Janeiro*, 19/02/1939, p. 8.
- Lima, Silvio (1939). Natação e Filologia. *O Primeiro de Janeiro*, 2/03/1939, p. 6.
- Lima, Silvio (1939). Desporto e Castidade. *O Primeiro de Janeiro*, 23/03/1939, p. 6.
- Lima, Silvio (1939). Desporto e Pátria. *O Primeiro de Janeiro*, 1/04/1939, p. 3.
- Lima, Silvio. (1939). Desporto e Sociedade. *O Primeiro de Janeiro*, 4/05/1939, p. 6.
- Lima, Silvio.(1939).Desporto, Reflexo de Defesa Vital. *O Primeiro de Janeiro*, 18/05/1939, p. 6.
- Lima, Silvio. (1939). Desportista e Espectador de Desporto. *O Primeiro de Janeiro*, 3/06/1939, p. 6.
- Lima, Silvio.(1939).Desporto e Individualização. *O Primeiro de Janeiro*, 21/06/1939, p. 6.
- Lima, Silvio. (1939). Desporto e Automobilismo. *O Primeiro de Janeiro*, 6/07/1939, p. 7.
- Lima, Silvio. (1939). Portugal e a Natação. *O Primeiro de Janeiro*, 20/07/1939, p. 7.
- Lima, Silvio.(1939). Eça de Queiroz e o Ciclismo. *O Primeiro de Janeiro*, 4/08/1939, p. 6.
- Lima, Silvio. (1939). Desporto e Trabalho. *O Primeiro de Janeiro*, 24/08/1939,p. 6.
- Lima, Silvio. (1939). Desporto e Trabalho. *O Primeiro de Janeiro*, 5/09/1939, p. 7.
- Lima, Silvio. (1939). O Desporto e a Guerra. *O Primeiro de Janeiro*, 16/09/1939, p. 3.
- Lima, Silvio. (1939). Desporto e Guerra I. *O Primeiro de Janeiro*, 3/10/1939, p. 3.
- Lima, Silvio. (1939). Desporto e Guerra II. *O Primeiro de Janeiro*, 18/10/1939, p. 3.
- Lima, Silvio. (1939). Desporto e Pacifismo. *O Primeiro de Janeiro*, 4/11/1939, p. 4.
- Lima, Silvio.(1939).O Desporto, o Estádio e a Guerra. *O Primeiro de Janeiro*, 30/11/1939, p. 4.
- Lima, Silvio. (1939). Desporto e Guerra. *O Primeiro de Janeiro*, 19/12/1939, p. 3.
- Lima, Silvio.(1939). Esta Bela Palavra... o Desporto. *O Primeiro de Janeiro*, 29/12/1939, p. 3.
- Lima,Silvio.(1940).Desporto, Mocidade e Velhice. *O Primeiro de Janeiro*, 12/01/1940, p. 6.
- Lima, Silvio. (1940). A Guerra e os Desportos. *O Primeiro de Janeiro*, 18/01/1940, p. 3.
- Lima, Silvio. (1940). O Desporto e a Guerra – Reparos Alegres ao Dr. Agostinho de Campos.
O Primeiro de Janeiro,4/02/1940, p. 6.
- Lima, Silvio. (1940). Desportos Intermitentes. *O Primeiro de Janeiro*, 21/02/1940, p. 6
- Lima, Silvio. (1940). Natação, Inverno e Endurecimento. *O Primeiro de Janeiro*, 15/03/1940, p. 6 .
- Lima, Silvio.(1940). Desporto a Três Dimensões. *O Primeiro de Janeiro*, 26/03/1940, p. 3.
- Lima, Silvio. (1940). Desporto e Criminalidade. *O Primeiro de Janeiro*, 12/04/1940, p. 6.
- Lima, Silvio. (1940). O Desporto e a Guerra. *O Primeiro de Janeiro*, 18/04/1940, p. 3.
- Lima, Silvio.(1940). Ramalho Ortigão, o Desporto e o Império, *O Primeiro de Janeiro*, 5/05/1940, p. 4.

- Lima, Silvio. (1940). Paul Reynaud, o Desporto e a Guerra. *O Primeiro de Janeiro*, 17/05/1940, p. 6.
- Lima, Silvio. (1940). Desporto, Guerra e Vida. *O Primeiro de Janeiro*, 2/06/1940, p. 3.
- Lima, Silvio.(1940).A Natação e o Apelo da Água. *O Primeiro de Janeiro*, 6/07/1940, p. 4.
- Lima, Silvio.(1940).A Natação, o Desporto e o Medo. *O Primeiro de Janeiro*, 18/07/1940, p. 3.
- Lima, Silvio. (1940). Natação e Piscina I. *O Primeiro de Janeiro*, 5/08/1940, p. 3.
- Lima, Silvio. (1940). Natação e Piscina II. *O Primeiro de Janeiro*, 15/08/1940, p. 3.
- Lima, Silvio. (1940). Natação e Piscina III. *O Primeiro de Janeiro*, 5/09/1940, p. 4.
- Lima, Silvio. (1940). Natação e Cultura. *O Primeiro de Janeiro*, 17/09/1940, p. 4.
- Lima, Silvio.(1940). O Sono Hibernar da Natação. *O Primeiro de Janeiro*, 3/10/1940, p. 3.
- Lima, Silvio. (1940). O Desporto e a Exposição do Mundo Português, *O Primeiro de Janeiro*, 24/10/1940, p. 3.
- Lima, Silvio. (1940). Preconceitos Desportivos I. *O Primeiro de Janeiro*,7/11/1940, p. 3.
- Lima, Silvio. (1940). Preconceitos Desportivos II. *O Primeiro de Janeiro*, 21/11/1940, p. 3.
- Lima, Silvio.(1940). Preconceitos Desportivos III. *O Primeiro de Janeiro*, 7/12/1940, p. 3.
- Lima, Silvio.(1940). A Ociosidade, O Ócio e o Desporto. *O Primeiro de Janeiro*,19/12/1940, p. 3.
- Lima, Silvio.(1941). O Desporto, Ócio Inteligente. *O Primeiro de Janeiro*, 5/01/1941, p. 6.
- Lima, Silvio.(1941). O Desporto e o Endurecimento I. *O Primeiro de Janeiro*, 22/01/1941, p. 4.
- Lima, Silvio.(1941). O Desporto e o Endurecimento II. *O Primeiro de Janeiro*, 6/02/1941, p. 5.
- Lima, Silvio. (1941). O Desporto e a Beleza I. *O Primeiro de Janeiro*, 23/02/1941, p. 3.
- Lima, Silvio. (1941). O Desporto e a Beleza II. *O Primeiro de Janeiro*, 9/03/1941, p. 3.
- Lima, Silvio. (1941). O Desporto e a Beleza III. *O Primeiro de Janeiro*, 27/03/1941, p. 3.
- Lima, Silvio. (1941). Desporto e Ciência. *O Primeiro de Janeiro*, 10/04/1941, p. 3.
- Lima, Silvio. (1941). Desporto e Economia. *O Primeiro de Janeiro*, 20/04/1941, p. 3.
- Lima, Silvio.(1941). Desporto, Alegria e Disciplina. *O Primeiro de Janeiro*, 5/05/1941, p. 3.
- Lima, Silvio. (1941). Reflexões Sobre Natação I. *O Primeiro de Janeiro*, 22/05/1941, p. 3.
- Lima, Silvio. (1941). Reflexões Sobre Natação II. *O Primeiro de Janeiro*, 5/06/1941, p. 3.
- Lima, Silvio.(1941). Reflexões Sobre Natação III. *O Primeiro de Janeiro*, 19/06/1941, p. 4.
- Lima, Silvio.(1941). Reflexões Sobre Natação IV. *O Primeiro de Janeiro*, 3/07/1941, p. 3.
- Lima, Silvio.(1941). Reflexões Sobre Natação V. *O Primeiro de Janeiro*, 27/07/1941, p. 3.
- Lima, Silvio.(1941). Desporto e Trabalho. *O Primeiro de Janeiro*, 28/08/1941, p. 3.
- Lima, Silvio.(1941). O Ciclismo e o Desporto. *O Primeiro de Janeiro*, 19/09/1941, p. 3.
- Lima, Silvio.(1941).*O Espírito Desportivo e a Vida*. *O Primeiro de Janeiro*, 28/09/1941, p. 3.
- Lima, Silvio.(1941). Valores Desportivos. *O Primeiro de Janeiro*, 9/10/1941, p. 3.
- Lima, Silvio.(1941). O Medo, o Desporto e o Rei D. Duarte. *O Primeiro de Janeiro*, 23/10/1941, p. 3.
- Lima, Silvio.(1941). A Pedagogia da Coragem e o Desporto. *O Primeiro de Janeiro*, 9/11/1941, p. 3.

- Lima, Silvio.(1941). Desporto e Convivência. *O Primeiro de Janeiro*, 27/11/1941, p. 4.
- Lima, Silvio. (1941). Desporto e Razão. *O Primeiro de Janeiro*, 18/12/1941, p. 4.
- Lima,Silvio.(1942). O Desporto, Oficina de Beleza. *O Primeiro de Janeiro*, 8/01/1942, p. 3.
- Lima, Silvio. (1942). O Desporto e a Mulher I. *O Primeiro de Janeiro*, 22/01/1942, p. 3.
- Lima, Silvio. (1942). O Desporto e a Mulher II. *O Primeiro de Janeiro*, 15/02/1942, p. 3.
- Lima, Silvio. (1942). O Desporto e a Mulher III. *O Primeiro de Janeiro*, 1/03/1942, p. 3.
- Lima, Silvio. (1942). O Desporto e a Mulher IV. *O Primeiro de Janeiro*, 15/03/1942, p. 3.
- Lima, Silvio. (1942). Medicina Desportiva. *O Primeiro de Janeiro*, 2/04/1942, p. 3.
- Lima, Silvio. (1942). Desportos Femininos. *O Primeiro de Janeiro*, 23/04/1942, p. 3.
- Lima, Silvio. (1942). Coração e Desporto. *O Primeiro de Janeiro*, 14/05/1942, p. 3.
- Lima, Silvio. (1942). Coração e Futebol. *O Primeiro de Janeiro*, 28/05/1942, p. 3.
- Lima, Silvio. (1942). Desporto e Patologia. *O Primeiro de Janeiro*, 11/06/1942, p. 3.
- Lima, Silvio. (1942). Desporto e Totalidade. *O Primeiro de Janeiro*, 9/07/1942, p. 3.
- Lima, Silvio. (1942). Desporto e Cultura. *O Primeiro de Janeiro*, 23/07/1942, p. 3.
- Lima, Silvio. (1942). Desporto e Natação. *O Primeiro de Janeiro*, 6/08/1942, p. 3.
- Lima, Silvio. (1942). Futebol e Toureio I. *O Primeiro de Janeiro*, 27/08/1942, p. 3.
- Lima, Silvio. (1942). Futebol e Toureio II. *O Primeiro de Janeiro*, 24/09/1942, p. 3.
- Lima, Silvio. (1942). A Escola do Desporto. *O Primeiro de Janeiro*, 29/10/1942, p. 5.
- Lima, Silvio. (1942). O Desporto e o Gentleman. *O Primeiro de Janeiro*, 19/11/1942, p. 3.
- Lima, Silvio. (1942). Caça e Caçadores. *O Primeiro de Janeiro*, 10/12/1942, p. 3.
- Lima, Silvio. (1942). Desporto e Economia. *O Primeiro de Janeiro*, 24/12/1942, p. 3.
- Lima, Silvio. (1943). Desporto e Economia. *O Primeiro de Janeiro*, 14/01/1943, p. 3.
- Lima, Silvio. (1943). Desporto – Espectáculo. *O Primeiro de Janeiro*, 5/02/1943, p. 4.
- Lima, Silvio. (1943). Desportos por Procuração. *O Primeiro de Janeiro*, 18/12/1943, p. 3.
- Lima, Silvio. (1943). Desporto e Linguagem. *O Primeiro de Janeiro*, 11/03/1943, p. 3.
- Lima, Silvio. (1943). Desportos na Montanha I. *O Primeiro de Janeiro*, 3/04/1943, p. 3.
- Lima, Silvio. (1943). Desportos na Montanha II. *O Primeiro de Janeiro*, 7/05/1943, p. 4.
- Lima, Silvio. (1943). Desportos na Montanha III. *O Primeiro de Janeiro*, 3/06/1943, p. 3.
- Lima, Silvio. (1943). Os Homens – Peixes. *O Primeiro de Janeiro*, 24/06/1943, p. 5.
- Lima, Silvio. (1943). A Piscina da Figueira. *O Primeiro de Janeiro*, 5/08/1943, p. 3.
- Lima, Silvio. (1943). Epicurismo Desportivo. *O Primeiro de Janeiro*, 5/10/1943, p. 3.
- Lima, Silvio. (1943). O Direito Desportivo. *O Primeiro de Janeiro*, 25/11/1943, p. 3.

2.^a PARTE

**ARTIGOS DE SÍLVIO LIMA SOBRE O DESPORTO EM
*O PRIMEIRO DE JANEIRO***

(Página deixada propositadamente em branco)

REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O DESPORTO

O desporto em Portugal tem sido apenas objecto de vários estudos médico-higiénicos.

Compreende-se. A Renascença desportiva coeva, pelo seu raio de amplitude e infiltração, não podia furtar-se, mais tarde ou mais cedo, à visão crítica do médico e do higienista. Já que a vaga do desporto se espraia tão alta e larga, importava discipliná-la, classicizá-la, racionalizá-la, isto é, tornar o desporto um processo de formação do homem, assente em bases implacavelmente científicas. Falta, porém, ao desporto luso a sua filosofia, quer dizer, a sua reflexão crítica, que o saiba “integrar” dentro da linha geral do viver humano. Com efeito, o desporto não interessa meramente ao médico e ao higienista; interessa, outrossim, ao político, ao economista, ao artista, ao moralista, ao pedagogo, ao religioso, etc.

Não olvidemos que o homem real se “integra” e se “condiciona” num dado momento histórico, numa certa morfologia social, e que precisamente o desporto tem de ser olhado sob uma multiplicidade de ângulos críticos, que saibam seleccionar o homem com os diversíssimos aspectos do seu complexo viver. Não é o desportista simultaneamente um cidadão e um produtor, e um cumpridor dos ditames da moral, e um patriota, e um seduzido da arte e da beleza? Como analisar e orientar o desporto sem, por exemplo, relacioná-lo com a crepitante questão do trabalho, e portanto com a economia, o salariato, o profissionalismo, o corporativismo?

Que relações existem entre o desporto e a moral cristã?

E entre o desporto e a dinâmica escolar (e dentro desta, a educação dos atrasados e anormais)?

E entre o desporto e a estética? E entre o desporto e a política imperial?

E entre o desporto e a campanha pacifista? E entre o desporto e a diferenciação dos sexos? E entre o desporto e a criminalidade (e dentro desta a regeneração do criminoso)?

Eis um acervo de problemas que, pelo seu volume e repercussão, importa disfiar metodicamente, com bisturi subtil e isento de unilateralismos.

A esta empresa que se me afigura dificultosa, lançou o autor destas linhas os seus modestos ombros.

O Ensaio sobre o Desporto (1937) e o Desporto, Jogo e Arte (1938), representam os meus primeiros esboços críticos sobre a filosofia do desporto contemporâneo; em breve sairá a público um novo estudo: Profissionalismo Desportivo (1939).

Nas colunas do “Janeiro” desportivo, embora em apertada síntese (l’espace l’oblige) irei pouco a pouco apresentando a inquietante problemática do desporto.

Tendo a crer que aos numerosos leitores deste periódico ela saberá suscitar interesse (que não curiosidade volátil), simpatia e que é tudo gosto incomparável da reflexão pessoal, autónoma e séria.

Pois que outro escopo almejará o crítico senão este: provocar o pensamento, despertar a alma de outrem mediante a claridade mental, que jorra da face augusta de Palas Ateneia.

27/01/1939

A NATAÇÃO E O CERCO DE LISBOA NO SÉCULO XIV

A natação não constitui apenas louvável exercício desportivo; é também admirável instrumento de “valor militar”, apto a adaptar-se a todas as modalidades de defesa nacional. Que este seu valor militar (quer na defensiva, quer na ofensiva, quer como agente de ligação), não tenha sido acentuado entre nós, eis um facto que surpreende mormente num país como Portugal, de extensa orla marítima, de rico passado marinheiro e de vasto império colonial. Todo o soldado moderno (seja qual for a sua arma) devia, dentro da sua formação técnica, considerar a arte natatória como um dos seus elementos básicos.

Esfolheemos a história pátria, e vejamos o assédio de Lisboa do século XIV. A frota castelhana romperá as comunicações entre as duas margens do Tejo. Os almadenses, refugiados no seu castelo, aí resistiam há já dois meses às investidas bélicas. Embora os mantimentos bastassem para seis meses, a situação – devido a inópia de água – agravava-se dia a dia. Para poupar a água da cisterna, os assediados mataram as pobres bestas: “lançávamos todas pelas cabeças a fundo contra o mar.” escreve Fernão Lopes. Esgotada a água cisternal, tornara-se mister recorrer ao líquido da alcáçova no qual as mulheres antes do cerco “lavavam as roupas enfundidas, e os trapos dos meninos, a qual era muy verde, e muito suja e jaziam em

ella bestas mortas e caens, e gatos”. Debalde o Mestre de Aviz lhe enviara, como socorro, ligeira barca armada; esta, por azar, fora captada pelos batéis de Castela e aprisionados os seus tripulantes. “Morria já a gente com sede, assi homens como molheres, e moços pequenos.”. Tornava-se urgente avisar Lisboa acerca da situação trágica de Almada; por sua vez, anelava o Mestre, desesperado, comunicar com os heróicos lusos. Mas como estabelecer relações entre as duas margens? É então que um homem de Almada, que viera na frota do Porto, se oferece ao Mestre para levar à outra banda “um recado a nado, se o Mestre o quisesse mandar”. Assim se fez. Audaciosa travessia, de ida e volta, por entre a espessura nocturna, sem luzes orientadoras, crivada de perigos. Conhecidos pelo Mestre os sofrimentos dos almadenses, e verificada a impossibilidade de socorro, decorridos três dias “tornou aquelle homem outra vez com recado” de ser entregue a vila ao Rei de Castela e de serem rejeitadas as cláusulas da sua rendição. Mas antes da capitulação de Almada, refere Fernão Lopes que “primeiro nadou aquelle homem o Rio, que he entre Lisboa e Almada, seis vezes com levar recados, e trazer respostas, e sempre de noite”.

Eis aqui, simples na sua grandeza, o nobre episódio antigo. Quem era “aquele homem de Almada”? Ignora-o a história, mas para o caso tal anonimato não colhe. A acção vale e fulgura por si; no tocante ao homem basta advertir que o estafeta marinho era apenas um bravo português do século XIV, digno de figurar nas tábuas de Nuno Gonçalves.

Outrora, na velha Héliada, Leandro atravessava todas as noites as ondas do Hesponto para ir ao encontro da formosa Hero, que o aguardava na outra margem, de archote na mão. Movia-o o amor, sem dúvida, mas o amor pessoal, misto de espírito e carne. Outro amor – o puro, o impessoal e o ardente amor da Pátria – moveria séculos mais tarde um moço luso a atravessar várias vezes “o Rio, que he entre Lisboa e Almada”, como lançadeira incansável, não já afrontando apenas os perigos das águas, durante a noite espessa, mas outro – sim os graves e traiçoeiros perigos da guerra. Os que têm da natação “um saber só de experiência feito” avaliarão, com justa medida, o heroísmo de tal “performance” como hoje se diz em terminologia desportiva. O primeiro luso, que soube ligar a nado as duas margens do Tejo foi, portanto, um anónimo de Almada, no século XIV.

Travessia, não filha do desporto amável, mas das duras necessidades da guerra e da defesa do torrão pátrio, invadido e talado pelas hostes castelhanas.

Não valerá este episódio como histórica lição doutrinadora do valor militar da natação?

NATAÇÃO E MARCHA (Notas Soltas)

92

Nadar, afinal, é “marchar” ou “andar”... na água! A natação pode definir-se, numa fórmula de verdadeiro humorismo, como o prolongamento “rectilíneo” da marcha terrestre. A natação é a “marcha” aquática, como a marcha a “natação” terrestre.

Não se veja nestas palavras espécie de paradoxo malabarístico, ou gongórico brinco das palavras. A natação moderna, estrutural e dinamicamente hidro-planante, baseia-se sobretudo no exercício do “crawl”.

Ora, o que é o “crawl” senão uma marcha... “rastejante”. O nadador procura “escorregar” sobre a superfície líquida de forma a obter o mínimo atrito corporal: é rastejando, é andando de rojo, é imprimindo às pernas o rítmico movimento da locomoção...terrestre (colocando o corpo em perfeita horizontalidade) que o nadador marcha... na água. O “crawl” deriva do verbo inglês “to crawl”; ora este verbo corresponde ao “ramper” francês, ao “kriechen” alemão, ao “strisciare” italiano, ao “rastejar” português. Com efeito, o crawlista moderno locomove-se como se a água fosse uma superfície sólida, fofo e azul colchão sobre o qual o indivíduo marcha “tão naturalmente” como no cimentado passeio duma artéria urbana. Simplesmente, como aqui a marcha é “horizontal” (e não vertical, como na posição erecta) há que adoptar um mecanismo somático específico, adaptado a essa postura; e esse mecanismo é o da reptação, o do “rastejamento”.

A natação é, pois, uma marcha... que se prolonga na água, e a marcha uma natação...que se prolonga na terra.

Assim como é lastimoso não saber andar, assim é lastimoso não saber nadar. O homem, que não sabe nadar, anda “incompletamente”; aprendeu apenas “uma parte” da marcha ; não se tornou totalmente adulto.

Imaginalis certo passeante que, no seu trajecto, encontra um rio de água fundas, invadeáveis. Se não sabe nadar, ei-lo que tem de suspender a marcha: como há-de atravessá-lo se não tiver à mão um barco que o transporte? Pois bem; o nadador traz sempre consigo (como o caracol a concha) um barco maravilhoso: o seu próprio corpo. Em face da água, que flui musical, fresca e luminosa, o “passeante, o andante” continua a andar... mas na água, nadando. O rio não interrompeu o andar do andante; variou o “elemento”, é certo, porém o andar como andar permaneceu o “mesmo”, apenas tendo variado os meios ou o processo técnico de andar.

A natação devia estar tão casada com a marcha como o calor com a luz, a sombra com o corpo, a alvura com a neve.

Não é sem razão, mas com justo motivo, que o treinador – colocado na margem da piscina – grita para o nadador, pronto a mergulhar no elemento neptúnico:

– “Vamos! Marche!”

Pois que é o “crawl” senão um...rastejar aquático? Um misto de réptil e peixe?

Nada mais interessante – sob o ponto de vista psicofisiológico – que a análise comparativa entre a aprendizagem da natação e a aprendizagem da “marcha” na criança (como é notório, foi o psicólogo Burnside, quem estudou, mediante um rigoroso processo fotográfico, os primeiros movimentos da locomoção infantil).

A mesma alegria feita de audácia e de medo, de ímpeto e de recuo, a mesma ataxia, a mesma incoordenação, a mesma rapidez, a mesma brusquidão. Em certos instantes a criança dir-se-ia que “nada ou tenta nadar... no sobrado: gatinhar”.

E depois que sensação agriçdoce quando o menino – abandonado o firme arrimo dos móveis ou da parede – se lança repentinamente, como gracioso projectil, para o amplo espaço vazio! A criança “faz pino”, o menino “solta-se”, diz o verbo popular. Momento solene, crítico na evolução vital.

Ele recorda ou sugere o abalo emotivo do noviço nas artes notáveis, quando este por fim, sustendo os exhibitórios reflexos de defesa, se atira para a frente, para o tão fascinante como atemorizante “abismo líquido” e voluntariamente, audaciosamente “perde o pé”.

Alegria indivisível (“melhor é experimentá-lo que julgá-lo”) de quem se sente “senhor” da água como a criança – já andante – se sente “senhor” do espaço.

19/02/1939

NATAÇÃO E FILOLOGIA

Pretendo nesta crónica *filológico-desportiva* acentuar que a natação é – entre todos os desportos - o exercício mais democrático, mais popular, mais universal.

Reparemos: o povo no seu verbo expressivo (e quem melhor que a “arraia miúda” sabe expressar-se?) emprega vulgarmente a interessante fórmula “*nadas em...*”.

Por exemplo, nadar em suor, nadar em lágrimas, nadar em sangue, nadar em prazeres, nadar em maré de rosas., etc., etc. Que se possa nadar em suor, compreende-se: existe aqui, sem dúvida, um visível exagero verbal, uma curiosa hipérbole que reforça o traço para mais o carregar e prender a atenção. Mas o elemento *líquido* necessário à natação lá está expresso: o suor, o sangue, as lágrimas; estes elementos são...humores.

Agora, que a qualquer argenteiro, padre de rico, se afirme que ele nada em ouro, eis uma fórmula aparentemente absurda; por isso que o exercício natatório pressupõe o líquido, o in-sólido.

Por outro lado, como nadar em prazeres, em maré de rosas? Claro que o “sentido” destas expressões é figurado, simbólico, poético; mas porque razão, ou razões, a imaginação criadora recorre a tais fórmulas? É porque para o povo nadar é um gozo psicofisiológico enormíssimo; gozo cheio de plenitude, de satisfação ampla, de fartura: *ipso facto* o melhor símbolo dinâmico para traduzir uma vivência de profundo gozo é o que fornece o acto de nadar: depois, só se nada bem em água abundante e funda; por isso “nadar em felicidade” é ser *muítssimo* feliz; “nadar em ouro” é possuir *muítssimo* dinheiro, ser um Cresus.

Dir-se-á agora: mas como se compreende que o povo aplique indiferentemente a qualquer individuo a expressão *nadar em ...*? Será justo afirmar que certo individuo feliz, que não sabe nadar, nada em felicidade?

Se o povo aplica indiferentemente esta fórmula a toda e qualquer pessoa, é porque para o povo nada há mais *democrático*, universal do que a natação.

O nadar é o exercício por experiência do homem do povo. Sob a fórmula “nadar em”, jaz, latente, uma concepção *democrática* da natação.

Por esse Portugal além, raro é o homem do povo que, tendo aberto os olhos junto de um rio ou de mísera corrente, não sabe nadar. Desde o amanhecer da vida, mal desligado ainda das fraldas infantis, já o fedelho dos campos corre deslumbrado, como iriada borboleta para a luz, e em algazarra com os seus iguais, às ocultas da família, para as águas cantantes.

A água (útil, humilde, preciosa e casta, como rezou tão docemente o trovador S. Francisco de Assis) exerce sobre a imaginação das crianças uma atracção irresistível, um sortilégio imenso; dir-se-ia que uma força instintiva, vinda do horizonte longínquo dos séculos passados, para elas, a toda a hora as propulsa, como braço potente. Querem certos psicólogos ver nessa atracção espécie de eco ancestral: a criança na sua evolução biológica individual recapitularia – em ritmo acelerado – a longa evolução da humanidade através dos seus polimórficos estados.

Eis a lei: “A autogenia dum organismo seria o resumo da sua filogenia”. E quem não recorda a famosa teoria evolucionista segundo a qual a vida orgânica teria brotado nas águas quentes dos mares tropicais? O homem – esse bicho tão complexo e estranho – principiaria por ser, “ó maravilha!” simples infusório flutuante...Mas deixemos isso.

Pode afirmar-se sem erro: o medo da água, na criança, é 80% filho da educação; é um temor artificial, fictício, posição; quanto mais próxima do *Naturamensch*, isto é, do homem natural, selvagem, primitivo, está a criança, tanto mais instintivo, tanto

mais espontâneo, tanto mais claro, forte e alegre se desenha o seu impulso para a água, a sua maravilhosa *acquafilia!*

O eterno apelo da água, a voz da natação!

O rio é para a gente do povo – histórica e psiquicamente – o seu primeiro (e nunca esquecido) *gimnásio*. Como não há-de o seu amor por ele reflectir-se na linguagem de todas as horas?

02/03/1939

DESPORTO E CASTIDADE

Quais as relações entre o desporto e a castidade?

Eis aqui um problema, de grande volume pedagógico e rotundo interesse nacional. Notemos em primeiro lugar:

A maior parte (se não a totalidade) dos jogos desportivos realiza-se ao ar livre, ao contacto oxigenado da madre-natureza; o jogador banha-se de luz, de cor; mordem-no o sol e o vento; “ipso facto” o desporto rapta o moço à atmosfera viciosa e viciante dos “meios fechados”; o ar morno e langoroso das tertúlias cede o passo à rajada fina e viril dos “espaços abertos”. Quer dizer, o desporto – quando racional e cientificamente praticado – exerce-se dentro de um quadro *natural, higiênico*, de profundo valor *biológico*.

Em segundo lugar, o desporto constitui um “ócio bem aplicado”, ocupação que permite encher o vazio dos lazeres individuais. A ociosidade é a mãe de todos os vícios, opina a velha sabedoria das nações. Enquanto desportiza, o jogador expende, liberta nos intervalos dos seus trabalhos profissionais a seiva borbulhante do corpo.

A ociosidade arrasta o sedentarismo, e até por sua vez a moleza, a excitabilidade mental, o eretismo imaginativo. Quer dizer, o desporto possui virtudes gerais *tónico-calmantes*; pacifica a imaginação já de si enfebrecida pela trepidante e artificial vida urbana; fatiga e robustece o corpo endurecendo-o.

Em resumo, o desporto constitui um *vazadoiro* (ou “débouché”) para as energias do moço; permite a *sublimação* (como se escreve em estilo psico-analítico) dos “sexualtriebe”.

Será necessário sublinhar agora a importância educativa, escolar, do desporto?

Ramalho Ortigão, no *John Bull*, mostrou com pincel de mestre o emprego dado pela academia coimbrã aos ócios durante a vida estudantil: “os estudantes não

cultivam a equitação nem a natação. Não fazem excursões a pé... não remam, não caçam, não pescam, não esgrimem, não atiram ao alvo. Nos dias feriados ficam na cama até ao meio-dia, ou até à noite. Fumam, lêem romances ou livros de versos; alguns fazem música... noutras canta-se apenas à guitarra, ou arma-se uma partida de monte ou haccarat”.

Embora feita nos finais do século XIX, esta pintura sociológica guarda ainda hoje o frescor e o viço da actualidade. Uma das tarefas do educador está precisamente na *desportização* do ócio escolar; torna –se mister apresentar o desporto como excelente *derivativo* físico – moral para as energias da juventude. Em vez de se afundar nos vícios do jogo e da embriaguez, nas molezas do fado e dos devaneios eróticos impuros, o moço entregar-se-á, pelo contrário, aos virilizantes e fortes prazeres do desporto. “Matará” o tempo, ocupará ou aproveitará os seus recreios dentro da força, da graça, da harmonia e da beleza. Apolo dará a mão a Minerva.

Este papel castificador do desporto não era desconhecido, antes assinalado e louvado pelo claro génio dos antigos. Na mitologia, Diana – a formosa deusa da caça e da pesca – era apresentada como virgem, de pudor imaculado e vigilante (quem ignora a história de Actéon, metamorfoseado por castigo em cervo e devorado pelos seus próprios cães); Diana, “ a eternamente casta”, escreveu um dia Sófocles.

Virgílio, o doce Virgílio, aludindo aos exercícios venatórios, diz que o caçador – enquanto persegue com as suas flechas, por entre as verdes espessuras, os animais – permanece “frígido”, esquecido da “terna esposa”.

Esfolheemos Camões; compulsemos os “Sonetos”.

“Enquanto Phebo os montes acendia

Do céu com luminosa claridade.

Por conservar ilesa a castidade

Na caça o tempo Delia dispendia.”

Aqui, como se vê nesta quadra, a cinegética é apontada como exercício para “dispender” o tempo e conservar “ilesa” a castidade. Mas é no Auto do Filodeno (1555), que judiciosamente se espraia o Poeta em sólidas considerações pedagógicas:

“Aprovada antigamente

Foi, e muito de louvar,

A ocupação de caçar,

E da mais antiga gente

Havida por singular.

É o mais contrário ofício
 Que tem a ociosidade;
 Mãe de todo o bruto vício,
 Por este limpo exercício
 Se preserva a castidade.”

Pode o leitor generalizar, extrapolar o pensamento camoneano: não é apenas a caça (a montaria, a falcoaria, a altanaria) que é limpo exercício; todos os desportos, sem excepção, desde a esgrima ao bola-pé, desde a cinegética ao remo, desde o alpinismo à patinagem, desde a carreira ao hipismo, são limpos exercícios que limpos mantêm a alma e o corpo do adolescente.

Em resumo: o desporto, quer pelas condições higiénicas em que se realiza, quer pela disciplina de movimentos e emoções a que obriga o jogador, quer pela ocupação viril que permite dar aos ócios individuais, representa um papel importante dentro da complexíssima evolução moral e sexual do homem.

23/03/1939

DESPORTO E PÁTRIA

Foi o genial Pasteur quem disse, nos finais do século passado: “ a ciência não tem pátria; é apátrida; os cientistas, porém, esses têm uma pátria: a sua”.

São exactíssimas tais palavras. Com efeito, a ciência – por definição – é obra colectiva, impessoal, universal, grandiosa empresa (jamais acabada) de todos e para todos. Que importa que Galileu fosse italiano, Descartes francês, Newton inglês, Ramon y Cajal espanhol, Gramme belga, Hertz alemão, Edison norte-americano, Pavlov russo, Bohr dinamarquês, Schrödinger austríaco?

O que importa para a humanidade é, em si mesmo, o contínuo avanço da razão, o maravilhoso progresso da ciência e das técnicas, o senhorio mental do “mundo” realizado pelo homem. A ciência transcende as pátrias e as raças, o tempo e o espaço. Os cientistas, porém, esses vivem enquadrados numa certa grei, numa determinada morfologia histórica e social: são afinal homens de carne e osso, são cidadãos, são “filhos” duma certa mãe: a sua Pátria. Quem esquecerá, ao lado da científica obra universal de Pasteur, o seu fulgurante, prospectivo e forte patriotismo de francês?

Pois bem; parafraseando a doutrina de Pasteur, poder-se-á dizer: “o desporto não tem pátria, é apátrida; os desportistas, porém, esses têm uma pátria: a sua”. Meditemos estas palavras.

O desporto, por definição, transcende as pátrias, as raças, o tempo e o espaço. Que importa que o campeão olímpico do ténis seja francês, que o do “crawl” seja japonês ou australiano, que o do tiro à pistola seja alemão, que o do disco seja norte – americano ou argentino?

O que importa para o desporto em si mesmo é a “performance” atingida, e dentro dela a capacidade psicofísica demonstrada, a elegância, a destreza, a perfeição harmoniosa do exercício. Sem dúvida: a coroa de loiros do “record”, ao cair sobre a cabeça do desportista, implicitamente recai sobre a cabeça da nação de que o jogador faz parte integrante. Mas é um “recair” indirecto, um reflexo emprestado como aquele que ilumina a face branca da lua, no espaço azul.

Nada mais perigoso para a dignidade do desporto, e, digamos até, para a harmonia moral humana, do que a desregrada rivalidade entre as nações, de que o alucinado e bélico “chauvinismo desportivo”. Será preciso recordar os episódios miserandos, não raros, da desordem corpo a corpo que se estabelece entre os jogadores e espectadores internacionais e até inter-urbanísticos da mesma nação? Insultos, clavículas partidas, rótulas rasgadas, punhos agressivos no ar.

O “chauvinismo desportivo” tende a degradar o desporto de jogo pacífico em guerra bruta, de convívio em caos; o que para ele importa é “ganhar”, “vencer” através de tudo e de todos, fazer morder e engolir o pó à outra nação ou cidade, sofra muito embora o código do “fair-play”. Os fins justificariam os meios. Mas o desporto, como é notório, visa estruturalmente, não tanto a vitória em si mesmo, como o exercício pelo exercício, a disputa pela disputa, o simples jogar pelo jogar, o ócio pelo ócio. Compreende-se que cada jogador sinta o anelo de ver trepar no mastro olímpico a flâmula esvoaçante do seu amado lar nacional; é belo, é comovente, é digno e é humaníssimo. Esse anelo, porém, não deve fazer-nos olvidar – sob pena de traição – que o jogo desportivo, longe de semear e fazer frutificar a hostilidade entre os homens, tem por nobre escopo apertar sempre, e sempre cada vez mais, os vínculos da fraternidade nacional e internacional.

Que cada nação ou grei busque lealmente a glória do seu triunfo, que cada jogador ou equipa busque dignamente para si (e através dele, indirectamente, para a sua pátria) a fascinante coroa de loiros do “record”, mas que, para além das fronteiras e das raças, para além das mil contingências relativas do tempo e do espaço, se possa erguer solene e fecunda nos seus ideais, a comunhão internacional dos jogadores, a universal “República do Olimpo”, a grande Pátria Humana do Estádio.

DESPORTO E SOCIEDADE

99

Que o desporto – quando organizado e realizado sobre bases científicas – gera benefícios de ordem “biológica”, “estética” e “ética”, eis uma verdade de Pêro Grulho, clara como a luz meridiana; agora que o desporto tenha sido e seja um dos agentes mais poderosos da “democratização” social (benefícios, portanto, de ordem política) eis uma verdade que só pela primeira vez vi apontada, embora ao de leve, por Francisco Nitti.

Com efeito, o desporto constitui uma “escola” (ou ginásio) permanente de sã democracia. O desportista baseia o seu prestígio, ou fundamenta os seus méritos, não sobre privilégios de “casta”, de “herança” ou de “riqueza”, mas sobre autênticas, irrefragáveis qualidades “pessoais”, adquiridas laboriosamente mercê dum esforço individual, livre, paciente e disciplinado.

O campeão do salto à vara, do tiro à pistola, do ténis, da corrida a pé, do “crawl”, o equipo vencedor do remo, do barco à vela, do bola-pé, alcançaram as suas posições hierárquicas graças ao aplauso unânime dos seguintes postulados a que chamaremos político-desportivos:

1º, todos os concorrentes são “iguais” em direitos e deveres perante as provas; 2º todos os concorrentes realizarão o “fair-play”, isto é, um jogo limpo, transparente, sem tachas nem véus hipócritas; 3º, só será proclamado campeão o jogador que tiver revelado mais nítidas e sólidas aptidões “desportivas”. A selecção desportiva, orientada por este código (espécie de “Declaração dos Direitos do Desportista e do Cidadão”) é, pois, rigorosamente democrática (as portas do desporto são largas e estão sempre abertas para todos): é o “povo” que concorre, que luta, e é dentro da onda do povo, sem prejuízos de dinheiro, de família ou de posição profissional, que brotará – tal como Afrodite esplendorosa da onda glauca – o vencedor. O desportista faz-se a si mesmo: é uma criação pessoal, uma “conquista” do homem sobre o próprio homem.

Se é certo que todo o soldado guarda invisível na sacola o bastão do possível marechal, não menos certo é que todo o desportista, ainda o mais humilde, tem invisível na cabeça a coroa olímpica do possível campeão.

O desporto moderno assenta sobre uma ampla base “igualitária”; esse igualitarismo contribui para o maior contacto e a maior penetração das “classes” sociais (não será este facto importantíssimo sobretudo numa quadra como a nossa, tão dilacerada pelo choque e atrito das camadas sociais?). O desporto moderno, quanto à sua linha “selectiva”, difere radicalmente do desporto medieval. Os belos jogos da Idade Média, como a péla, a braçaria, a falcoaria, as justas, os torneios, as canas não envolvem, nas suas malhas, ou pouquíssimo envolvem, a classe popular.

São exercícios de nobres, para nobres e gozados por nobres. O desporto dos nossos dias, pelo contrário, galvaniza as “massas”; faz abalar de emoção rumorosas multidões; dissolveu, anulou as “castas”.

O papel democratizante e universalista do jogo desportivo é eloquentíssimo na organização das “Olimpíadas”. Com efeito, a selecção nos jogos olímpicos opera-se entre centenas de concorrentes de várias pátrias, quer dizer, os elementos rácicos (tão exaltados no confuso momento coevo) e nacionais não são distribuídos, valorativamente, como títulos positivos ou negativos. O campeão mundial do “hockey” em patins, como o sábio detentor do prémio Nobel de física ou química, tanto podem ser portugueses como belgas, tanto argentários como proletários, tanto budistas como católico-romanos, tanto dolicocefalos como braquicefalos, tanto arianos como semitas, tanto aristocratas como plebeus.

Amemos, pois, o desporto, mas com amor clarividente, sério e militante. Amando-o, implicitamente estreitamos mais ainda os vínculos de “solidariedade” que sempre devem existir entre os homens, “irmãos” que somos no mundo pela origem e pelo destino.

04/05/1939

O DESPORTO, REFLEXO DE DEFESA VITAL

Nos finais do século XIX, aí por 1876, escrevia a pluma cintilante de Eça de Queiroz: “Quando chego a Portugal, depois de um ano de Inglaterra, além de tanta, tanta, tanta cousa que estranho, há uma cousa que me deslumbra, e outra que me desola: deslumbra-me as fachadas caiadas, e desola-me a população anémica. Que figuras! O andar desengonçado, o olhar mórbido e acarneirado, cores de pele de galinha, um derramamento de rins, o aspecto de humores linfáticos”.

Apesar de “antigas”, estas palavras queirozianas conservam ainda, até certo ponto, o fresco viço duma verdade sociológica; nada mais confrangedor do que o “contraste” entre a paisagem lusa (com as suas árvores e os seus rios, os seus campos e as suas casas, as suas praias e as suas colinas) e os adolescentes das cidades; dum lado, uma paisagem faiscante de sol, gritante de luz, transbordante de cor; do outro lado, bandos de adolescentes tímidos, gerações criadas na bafagem morma e tórpida dos ambientes, claustrados, fugindo do contacto com a madre-natureza. Entre um lado e o outro lado dir-se-ia que se estabeleceu, com o lento rodar dos séculos, uma parede ou cortina filtrante, que só deixa coar a luz exterior depois de

lhe ter absorvido ou captado as suas propriedades dinamogénicas; os raios solares transformam-se lá dentro em lampejos de lamparina morta. O próprio vento, que o mar traz de longe, salgado e puro, faz-se hálito de subterrâneo. Criou-se assim um “divórcio” entre a “natureza” e o “moço”; a cultura unilateralizou-se; em vez de ser integral, e de abranger o homem “tout entier”; tornou-se em extremo livresca, intelectualística (coisa diferente de intelectual).

Decerto. A cultura do espírito é bem precioso e necessário; mas nada mais perigoso do que o menosprezo biológico, a posposição dos “interesses” do físico humano. Como há-de agir a alma, cumprir a sua “missão” sagrada, se o seu instrumento de acção no real, o corpo, é deficiente e fraco? “Um bom servidor deve ser robusto” escreveu J. J. Rousseau. E o que é pior: “quanto mais o corpo é fraco, tanto mais ele exige, quanto mais forte, tanto mais ele obedece”. Estas regras de sã higiene físico-moral olvidou-as a educação lusa dos séculos passados. Temeu-se excessivamente o corpo, mercê de certos preconcebitos ascéticos, para se concentrar “toda” a atenção nas “faculdades” da alma. E o resultado viu-se. Como um pião, assente sobre o bico, mas a que falta bruscamente a sua força giratória, a educação escolar tombou no solo, desequilibrada. Eça de Queiroz viveu vários anos (de 1874 e 1888) na Inglaterra.

Embora não morrendo de amores por certos aspectos da civilização inglesa, o luso escritor soube admirar contudo as qualidades do povo anglo-saxão: o seu espírito de combate e resistência, de tenacidade e de bom-senso, de optimismo e de equilíbrio. Na Inglaterra o homem “enfrenta” a natureza; domina-a, põe-a ao seu serviço; é um lutador construtivo. Pelo contrário, ao reentrar na pátria, Eça de Queiroz sentia, num contraste vivencial, que aqui o homem dir-se-ia “esmagado” pela natureza ambiente; não reage, não luta; deixa-se “derrear”, como ser fraco e mórbido. Porquê? Eça de Queiroz compreendeu que um dos segredos (entre vários) da vitalidade anglo-saxónica estava na atenção crítica prestada às coisas ginástico-desportivas. O jogo, o desporto são “reflexos de defesa vital”. Quando a vitalidade baixou de tensão, quando o organismo se afunda, há que saber despertar esses reflexos defensivos. Não se veja na “renascença desportiva”, uma repaganização materialista; o desporto só se submergirá no materialismo voluptuoso e anárquico se nós não o soubermos nortear dentro das regras do verdadeiro “classicismo” racional. Eça de Queiroz, se hoje fosse vivo, decerto se alegraria com a nova visão das gerações modernas: o interesse pela vida forte, áacre, integral, posta em contacto fecundo com a natureza, e toda ao serviço da cultura.

DESPORTISTA E ESPECTADOR DE DESPORTO

102

Eis um erro grave, que é mister destruir: a confusão – feita por tantíssimo crítico – entre “desportista” e “espectador de desporto”. Ora vejamos.

Muito jovem luso crê-se desportista só porque está presente, como espectador que paga honestamente o seu bilhete, e dá palmas, a toda e qualquer prova; porque assina revistas gráficas e adquire substanciosos livros; porque soletra de cor, e com genuflexo respeito, os nomes faiscantes dos campeões mundiais; porque auxilia, pecuniariamente, certo clube ou grupo local. Mas reparemos: o desportista não é espectador; é “actor”; não está nas bancadas; pisa, intrépido, a arena. Não é um contemplativo, é um activo. Pode-se ser espectador de desporto e não – desportista, até antidesportista. O espectador não raro é um “quietista” sensual, que busca apenas no desporto um pretexto cómodo, fácil, de desenfadamento. Goza vendo e palmeando o rápido nadador, mas não sabe nem busca saber natação. Foge da água como o diabo da cruz; teme-lhe a cor, o brilho, a frescura, a mobilidade, a profundidade. Mas, pode-se objectar: o espectador, mercê do famoso processo psicológico da “intropatia, introjecção, empatia” ou “auto-objectivação” de Teodoro Lipps, identifica-se, funde-se com o jogador; joga “nele” e com “ele”; por isso que o amante, “em virtude do muito imaginar” como verseja Camões, transforma-se no amado. Não. O jogador é o que joga; o espectador o que olha. Se tal não fora, porque não seriam actores todos os espectadores ou assistentes duma obra teatral? E tenistas todos os que admiram uma partida de ténis?

O espectador do desporto é não raro o cábula, ou o iluso, do desporto; finge ou crê sinceramente que faz parte da grei desportiva. Mal de uma cidade onde em cem por cento dos habitantes só dez por cento jogam e noventa por cento sempre assistam. O espectadorismo deve ser ponto de partida para o desportismo. O “ideal” seria transformar cada espectador (depois dum prévio noviciado fisco-científico) em jogador; isto não significa que o segundo pressuponha a supressão do primeiro. Nem todos podem ser desportistas. Mas sentir “entusiasmo” pelo jogo desportivo é viver o desporto na alma e na carne, quer dizer, “amá-lo”. Ora o verdadeiro amor, ainda o místico ou o divino como o de S. João da Cruz, de Teresa de Ávila, ou de Frei António das Chagas, ambiciona a “posse”, a íntima união fruitiva; não se limita a uma estéril e distante actividade espectacular. O estádio existirá “sobretudo” para servir de “escola” (ou “seminário”) e não de teatro ao desporto. Por outras palavras, o papel do estádio será mais “exercicional” que espectacular, mais dinâmico que estático, mais activo do que contemplativo.

Se o indivíduo é jovem, álcere, saudável, e real amante do jogo desportivo, por que razão há-de o espectador continuar sempre lá no alto do tablado, imerso, como cegonha em reumatizante quietismo?

03/06/1939

DESPORTO E INDIVIDUALIZAÇÃO

Comecemos por afirmar, à laia de teorema:

1.º – O “desporto existe para o homem, e não o homem para o desporto”. Por outras palavras: o desporto é, não um fim em si mesmo, mas um “meio”, um “instrumento” vital, uma “ferramenta” ou “órgão” de valorização individual e colectiva. Nada mais erróneo e perigoso para a grei do que a transformação consciente ou inconsciente dos “meios” em “fim”. O homem inculto, de intelecto pouco afeiçoado às distinções ou nuances subtis, a cada passo identifica, mistura, confunde o instrumento de acção com a própria acção, a técnica com o seu objectivo, o rito com o deus. Há pessoas que vivem – escravas – para o dinheiro e não o dinheiro para elas (quem não recorda Harpazão, Goriot, Shylock); outras há que vivem para os lugares e não os lugares para elas. Pois bem; o jogo desportivo deve “servir” o homem, e não o homem o jogo desportivo. Se isto é exacto, o desporto deve ser adaptado rigorosamente aos membros que constituem a grei (não olvidemos que toda a sociedade é constituída por homens, e não pelo homem, isto é, por seres individuais, particulares, cada qual com a sua “fisionomia” própria ou pessoal; os homens não são feitos “em série” como as peças mecânicas dos automóveis).

Esse será o segundo teorema:

2.º – “Cada desportista constitui sempre um “problema pessoal”, um caso, por assim dizer, “clínico” (para empregarmos a terminologia médica).

O desporto – que é tão-só um dos belos ramos da educação física – deve, para ser exercício vivificante, partir das “necessidades concretas” e das “possibilidades reais” de cada individuo em particular. Por outras palavras, importa ao educador, ao pedagogo realizar com sagidade a “individualização do desporto”, como se faz hoje em dia a individualização da pena na psicologia judiciária e a individualização terapêutica na clínica médica. Assim como a traje é “função” do corpo que o veste, o desporto deve ser “função” do jogador que o pratica.

Parafrazeando uma bela fórmula do cientista genebrino Eduardo Claparède, diremos : há que fundar um desporto “sur mesure”; isto é, por “medida”, ou seja, “graduado, ajustado, adaptado”. Se o alfaiate deva atender aos vários “dados” do corpo do cliente, o desportista deve atender aos vários “dados” somáticos, psíquicos, sociais do jogador: sexo, idade, alimentação, resistência nervosa e muscular, capacidade de energia e esforço, profissão, etc. etc..

“Não há desportos; há desportistas” (como não há doenças, mas doentes, não há crimes, mas criminosos, não há educação, mas pupilos a educar). Eis aqui afinal, tudo.

O verdadeiro desporto deve ser “sempre” obra “científico-experimental”; pressupõe o conhecimento exacto, o aprofundamento crítico de certas “leis” biopsíquicas, invioláveis por natureza e a adequação harmónica de vários “meios técnicos” a determinada realidade humana “individual”. Esquecer isto é fazer do desporto não um Apolo de razão clara e vontade recta, mas um Moloch desvairado, ídolo guloso a que teremos de sacrificar essa realidade magnífica, estupenda que se chama – a “mocidade”.

21/06/1939

DESPORTO E AUTOMOBILISMO

Eis um problema que se me afigura curioso e importante dentro da nossa época de tão acelerado progresso mecânico: pode-se qualificar o automobilismo como um autêntico desporto, um “verdadeiro” exercício físico, à semelhança do ténis, da esgrima, do bola-pé, da natação, do pedestrianismo, do remo, da vela? O culto inspector de educação física de Amesterdão – K.H. Van Schagen – pende para a sua negação.

Em primeiro lugar: saibamos discernir entre o automobilista – “trabalhador” e o automobilista – “desportista”. Aquele guia para ganhar a vida; este guia por guiar; aquele faz um exercício mercenário, este um exercício gratuito. O volanteiro de praça (o “chauffeur” de táxi ou o condutor de camioneta) não é – claro está – um desportista. É um profissional que faz do automobilismo um instrumento lucrativo; é um trabalhador como o marceneiro, o carteiro, o chapeleiro. Simplesmente, há que acrescentar o seguinte: é um trabalhador “não-produtor”.

Com efeito, o “chauffeur” de praça e o condutor da camioneta não contribuem “directamente” para a produção. O chapeleiro enche de chapéus o mercado, o

sapateiro de sapatos, e o volanteiro? Esse faz “circular” as riquezas e os homens. O seu papel é o de agente circulatório (como o do maquinista do comboio, o do condutor do paquete, o do piloto de avião comercial, etc.).

Regressemos ao automobilista-desportista.

O automobilista só põe em movimento uma parte restrita, mínima do seu organismo.

Agem os braços e os pés; estão atentos os ouvidos e os olhos. Em contrapartida, a postura do corpo imobilizado artificialmente no assento, e sujeito à trepidação contínua provocada pelo leito da estrada, fadiga, molifica, entorpece; as pernas “enferrujam-se”, escancarara-se a boca num tremendo bocejo precursor do sono (dorme-se ao volante, com é notório); acrescenta-se a atmosfera doce, tépida, em que por vezes segue o condutor (janelas fechadas, ventilação deficiente).

O automobilismo não constitui um exercício “sintético”, “global”, como por exemplo o pedestrianismo, o remo, a natação; viola o principio da totalidade dos movimentos. O esforço permanece localizado, concentrado, limitado. Ao passo que o caminhante se transporta a si mesmo, o automobilista é transportado; o pedestrianista é “todo” ele, dos pés à cabeça, acção, esforço, movimento. O automobilista é em parte acção, esforço, movimento, em parte passividade, repouso, quietação. Verdadeiramente o pedestrianista é que é um “automóvel”, algo que por si próprio se move, e o automobilista, por isso que é transportado num automóvel, um “heteromóvel”.

O primeiro vai, o segundo deixa-se levar. Sob o ponto de vista dinâmico, a bicicleta exige mais esforço que o automóvel (verdade à Pero Grulho, mas que o desportista parece esquecer); e porque o exige, o ciclista é que é o autêntico automobilista, pois move-se por si próprio, pelo seu próprio esforço e arranque (tal como o nadador, este, sem dúvida, o “automóvel” puro, o automóvel cem por cento, como hoje se diz).

Isto explica-nos o facto paradoxal: a possibilidade da coexistência no mesmo indivíduo duma tartaruga e duma águia: tartaruga na marcha a pé, águia na condução do auto.

Pergunta-se agora: é o automobilismo um desporto? Creio que sim; simplesmente é um exercício físico incompleto; cumpre-nos portanto enriquecê-lo – “automobilizá-lo”- com o exercício prestado por outro desporto: por exemplo, o pedestrianismo, o remo, a natação (desportos estes, afinal, “integrais”).

PORTUGAL E A NATAÇÃO

106

A mim próprio tenho dito e redito: é Portugal uma grei de longo e nobilíssimo passado marinheiro; os portugueses, conforme escreve o matemático renascentista Pedro Nunes, “ousaram cometer o grande Mar Oceano” descobriram novas ilhas e novas terras, novos mares, novos povos; e o que mais he :novo ceo e novas estrellas”. O luso nasceu marinheiro, e marinheiro se fez e se perpetua. Graças aos ventos que do largo sopram, a corola da sua alma como que se abriu a “tudo” e a “todos”, flor expandindo-se, gozosa, à luz e à cor. Depois, Portugal é jardim da Europa à beira-mar plantado”. A maior parte das suas costas – de resto baixas e arenosas – são tracejadas a branco pelas vagas. No ritmo do nosso coração – segundo afirma um delicado poeta...auscultador – como que pula, bate, lateja o ritmo incessante das marés. Pois bem. Num país e numa grei assim constituídos, como compreender que a “natação” seja cousa tão menosprezada ou ignorada? Grande parte dos nossos heróicos pescadores – não só aqueles que labutam dia e noite junto à costa, mas até os que sulcam os mares nórdicos em busca do “infiel” bacalhau – só sabem nadar... no barco (como certos caçadores que só sabem caçar... no prato).

Repare-se: esta anomalia é apenas um caso “particular” duma atitude “geral”: o menosprezo ou ignorância dos exercícios físico – desportivos. Não é só o nadar que se não pratica; é outrossim o barquear, o remar, o tenisar, o esgrimir, o cavalgar, o patinar, etc. Como é que os descendentes dum Faleiro, dum Dias, dum Gama, dum Magalhães, dum Cabral, não sabem nadar?

Isto devia fazer-nos ruborizar de vergonha. Compare-se Portugal, por exemplo, com a Inglaterra ou o Japão. Note-se: há desportos que, pela sua estrutura e dinamismo, estão vinculados a determinadas quadras históricas: a falcoaria, a altanaria, o torneio, as canas, os bafordos são exercícios de cunho medievo, são moedas - muito vistosas e bonitas – mas fora da circulação, como os pagens e os almotacés.

De vez em quando, à semelhança de quem areja num museu uma peça de arte para que ela se não trace, o homem moderno – sequioso de pitoresco e enfasiado das sensações do presente – faz ressuscitar por momentos esses exercícios desportivos; engolfa-se nas glórias e prestígios do passado. Outros desportos são filhos da nossa época; são século dezanove ou vinte puros: o automobilismo, o velocipedismo, o motociclismo, o esqui, o sem motor.

“Automobilismo náutico, esse, só o utilizava de vez em quando a escultórica Vénus, montada nos tritões (se não mente Camões).

Pelo contrário, a natação representa um exercício desportivo supra-histórico”, válido para além do tempo e do espaço. Como assim? O crawl, o trudgeon, não são estilos modernos, portanto ignorados dos nossos ilustres avoengos? Não. Os estilos natatórios coevos moldam-se sobre os estilos dos selvagens e primitivos da América do Sul e do Pacífico. O crawl – que se define como natação reptante, hidroplanante, – era já conhecido dos clássicos helenos, e praticam-no instintivamente, espontaneamente, os indígenas de Hawai, Antilhas, Canárias, Bermudas, Austrália, etc. Aprendamos, pois, a nadar. A natação é desporto que transcenderá sempre todos os tempos históricos; não é “anacrónico”, mas “a-crónico”, isto é, sem tempo. Ao saber nadar se deve – segundo referem os cronistas camoneanos – a salvação da “Bíblia nacional” na embocadura do Mecon, na costa do Cambodja.

Não bastaria este motivo para sermos gratos ao desporto, e amigos do desporto, que permitiu a salvação de tão maravilhosa obra de arte, síntese de toda a velha pátria lusitana?

20/07/1939

EÇA DE QUEIROZ E O CICLISMO

Eça de Queiroz foi o primeiro escritor luso a referir-se ao ciclismo. E com que mão descarável! Abra-se a “A cidade e as Serras”, livro tão cheio de sabor rousseano, de humorismo crítico e de forte amor ao torrão pátrio. Zé Fernandes atravessa os Campos Eliseos: “... Corriam, subindo, descendo, velocípedes. Parei a contemplar aquela “fealdade nova” (sic), estes inumeráveis espinhaços arqueados, e gâmbiais magras, agitando-se desesperadamente sobre duas rodas. Velhos gordos, de cachaco escarlate, pedalavam, gordamente. Galfarros esguios, de túbias descarnadas, fugiam numa linha esfusiada. E as mulheres, muito pintadas, de bolero curto, calções bufantes, giravam mais rapidamente ainda, no prazer equívoco da carreira, escarranchadas em hastes de ferro. E a cada instante outras medonhas máquinas passavam, vitórias e phaetons a vapor, com uma complicação de tubos e caldeiras, torneiras e chaminés, rolando numa trepidação estridente e pesada, espalhando um grosso fedor de petróleo.

Segui para o 202, pensando no que diria um grego do tempo de Fidias, se visse esta nova beleza e graça do caminhar humano!”

Nesta “caricatura” existe um largo fundo de verdade estética. Quem pode negar a “fealdade” do tráfico nas grandes artérias citadinas? A fumarada, o pó, o ruído, a balbúrdia das viaturas, etc., etc., tudo isso arrepiaria de facto um heleno do luzento século de Fídias. Quanto mais bela e serena a marcha a pé! Por sua vez, quem pode negar a fealdade dos “tipos” de ciclistas traçados e troçados pelo humor queiroziano?

Simplesmente há que frisar: 1.º, o ciclismo e o automobilismo do hoje já não são o velocipedismo e o automobilismo do passado; quantos avanços na perfeição mecânica e estética das máquinas do pretérito!

2.º, no ciclismo não existem só os tipos desenhados por Queiroz, os velhos gordos, os galfarros esguios e as mulheres pintadas (mesmo a pé não seriam ridículos esses gordos e galfarros?).

Mas suponhamos que apenas esses tipos existiam; não poderia o ciclismo servir precisamente de “instrumento” desportivo para desenxundiar os gordos e engordar os galfarros, embelezando-lhes os tipos somáticos?

As mulheres pintadas, essas, ai de nós! Não as reformaria evidentemente a bicicleta. E quanto à nova maneira de caminhar, porque razão ouviríamos o grego do tempo de Fídias?

Os velhos, em geral, são rabugentos; sofrem de neofobia; o futuro para eles é sempre retrocesso, que não admira o ritmo do andar, o da decadência. Decerto. O caminhar a pé é coisa bela e boa. Quem não admira o ritmo do andar, a graça do movimento, o equilíbrio do corpo?

Mas ah! O ciclismo não tira esses encantos físicos; antes os mantém e consolida. Quem faz ciclismo não deixa, afinal, de andar. Continua a andar, mas com “pés” um pouco mais “velozes”; pois não é isso o que significa velocípede?

O velocipedismo é um pedestrianismo...artificial, mecânico, mas é um pedestrianismo. O mesmo se não pode dizer no tocante ao automobilismo. Aqui, o indivíduo “faz que anda mas não anda”; não marcha “por si”; é raptado pelos “cavalos” da máquina como Europa pelo toiro de Júpiter. O velocipedista, esse anda; o automobilista deixa-se andar.

Ah! O serrano Zé Fernandes – ao caricaturar, rabugento, a “nova fealdade” da técnica industrial – não soube plasmar nova ideia razoável! Jacinto já instalara em Tormes um telefónico. Aberto esse escandaloso precedente, porque não teria Zé Fernandes importado logo para a aldeia lusa – como oferta para o seu Príncipe – um daqueles velocípedes que seria o consolo e a higiene físico-desportiva do seu Jacinto, da prima Joaninha e do pequeno Jacintinho?

DESPORTO E TRABALHO I

109

O que é o desporto? O que é o trabalho? Quais são – ou devem ser – as relações entre estas duas modalidades de exercício? Agora que o desportismo alastra por todo o orbe como vaga poderosa, cumpre ao escol director, ao pedagogo, ao político, ao moralista, ao economista, ao higienista reflectir um ápice sobre a magnitude social deste sugestivo problema. Tentarei aqui, em fugidias linhas, debater o assunto, já por mim versado – como maior vagar – em vários ensaios críticos. Para Marañon, biologista, endocrinologista, sexualista de reais méritos, o desporto distingue-se do trabalho pela sua infecundidade económica. O desporto seria um esforço sem objecto criador. O trabalho, por essência, cria sempre algum bem: o do padeiro, o pão; o do sapateiro, o sapato; o do cavador, os legumes; o do pintor, o quadro; o do mestre, a lição, o do juiz, a sentença. Pelo contrário, o desporto seria, por natureza, estéril. Quando o jogo termina, a eficiência do desporto extingue-se por si mesmo; é efémera, como as cousas efémeras. Daqui conclui Marañon que o trabalho é superior ao desporto, e que este é ociosidade, a fingir de trabalho.

Que pensar desta tese? Sem dúvida, o desporto não é, nunca foi nem jamais será um agente produtivo material como o trabalho. Não é a futebolar, a barquear, a esgrimir, a biciletar, a nadar que o desportista logra “o pão-nosso de cada dia”. A executar toda a vida só exercícios desportivos o jogador faleceria de inanição. O desporto é – intrinsecamente, medularmente – não-utilitário, apecuniário; não constitui um modo instrumental de vida, uma profissão ao mestre. Nesse sentido, Marañon tem razão: o desporto é infecundo, economicamente. Mas saibamos discernir entre o económico - produção e o económico – serviço ou o económico – utilidade.

Embora não produza algo de matéria comerciável, o desporto não deixa de ser útil, de servir a grei e o indivíduo. Se o jogo robustece e valoriza a raça, como é que será estéril economicamente?“Saúde é riqueza”, disse Franklin. Será preciso sublinhar os benefícios de ordem biológica e social (ética, política, estética, etc.) do desporto? do fairplay? do training que está na base de todo o jogo desportivo (sobretudo do colectivo)? Como escreve Carlos Gide, o cirurgião, que amputa uma perna gangrenada, realiza (embora tal não pareça) uma acção produtiva; claro está, não cria uma riqueza material, como por exemplo o sementeiro; mas cria uma utilidade sob a forma dum serviço prestado; ora, economicamente, o fim da produção está sobretudo na utilidade, e não tanto na matéria, à qual se liga ou se pode ligar a produção.

Em resumo, tudo o que desempenhe um serviço (ou desempenhe uma função dentro do quadro vital) é útil, e se é útil, tem valor económico. Note-se: o verdadeiro desporto deve ser integrado dentro da linha geral do viver humano. O mesmo homem, que faz desporto, é o que trabalha. O desporto, para ser fonte de progresso

e valorização, tem de ficar intercalado ou disposto entre um trabalho anterior e um trabalho posterior ao próprio desporto. Por outras palavras, o desporto deve ser espécie de pausa entre dois trabalhos: pausa recreativa do primeiro trabalho, e pausa preparadora do segundo trabalho.

Longe de se contradizerem, o desporto e o trabalho completar-se-ão; serão actividades, não antagónicas, mas complementares.

Apolo une-se a Vulcano, o dardo à força. Mas isso constituirá a matéria do artigo subsequente. Iremos ver que o desporto – em vez de constituir, como afirma Marañon, uma forma astuciosa de fuga covarde ao trabalho – representa, pelo contrário, um processo útil e viril de maior fecundação do trabalho, uma supra – valorização do esforço humano criador.

24/08/1939

DESPORTO E TRABALHO II

Afirmámos já nestas colunas do “Primeiro de Janeiro” que o verdadeiro desporto – o racional e clássico – se quiser ser fonte de progresso e valorização humana, deve constituir sempre uma pausa entre dois trabalhos: pausa recreativa do primeiro trabalho. Exemplifiquemos: o trabalhador que, no domingo, dia de folga, rema no lago, goza no presente a luz musical do céu, a frescura da madrugada em flor, o baloiço e a velocidade do barco, a doce e quente embriaguez da acção muscular, isto é, repousa (o repouso não pressupõe necessariamente a imobilidade) e ao mesmo tempo (como que sem o saber) treina para o dia seguinte o corpo e a alma que actuarão no laboratório, na oficina, no escritório, na mina; isto é, o desporto será espécie de pré-exercício, de prelúdio da ocupação do dia seguinte. O desportista não só mantém em contínua actividade as qualidades postas à prova no trabalho anterior ao exercício desportivo como treina, robustece as qualidades necessárias para o trabalho ulterior. Como se vê, nós não desvinculamos o desporto do trabalho, não consideramos o primeiro – como faz precipitadamente o biologista ilustre que é Gregório Marañon – uma forma astuciosa de “fuga ao trabalho”. Pelo contrário: buscamos associar intimamente, como exercícios complementares, essas duas modalidades de acção. A seguirmos a tese de Marañon, o desporto dir-se-ia ser apenas exercício de aristocratas ociosos, de argentários parasitoides, que se entregam exclusivamente ao culto estéril dos jogos desportivos para não degenerarem sob o ponto de vista físico; não nego, não escamoteio esta espécie de parasitismo

económico-desportivo, brutal corrupção do verdadeiro desporto). Mas o desporto moderno tem um forte carácter popular, democrático, universalizante; já não é monopólio de nobres, para nobres e gozado por nobres. Pelo contrário. O desporto tornou-se o “ídolo” das classes trabalhadoras, da grei laboriosa; é este populismo do desporto coevo que Marañon deixou passar em falso, sem lhe captar o significado sociológico profundo. A maior parte dos desportistas no mundo pertence à classe trabalhadora; são operários, caixeiros, tipógrafos, funcionários, etc. Isto mostra-nos o seguinte: é que o desporto não é inimigo do trabalho; pode e deve associar-se com ele, numa apertada, fraterna, racional conexão e colaboração (esse o papel ou a faina do pedagogo, do político, do higienista, do economista, do moralista). Nada mais erróneo e superficial (e erróneo porque superficial) do que este juízo de Marañon: “a eficácia do desporto extingue-se ao terminar o jogo; a do trabalho perdura na obra construída”. Concepção inexacta. A eficácia do desporto não se extingue no termo do exercício desportivo; projecta-se como frecha de luz e logo no trabalho que sucede ao exercício desportivo. Eficácia físico-moral. O jogo serve de recreio ao trabalhador, de pausa, de evasão higiénica às duras necessidades e brutalidades da oficina. Enquanto joga, a alma “desafoga-se”, olvida por momentos a luta pela vida; com que prazer se exerce o anglo-saxão nos desportos do “fim da semana” (week-end)! Mal termina a semana, embora sobre a secretária se amontoem os problemas, John Bull abandona tudo, “foge” para o campo, rio, floresta ou montanha, tenisa ou nada, rema ou pesca, certíssimo como está de que findo o seu recreio (espécie de cura médica) pode regressar de novo à profissão, agora mais calmo, mais tonificado, mais desanuviado o espírito e robusta a vontade. Deste modo, o desporto – em vez de ser exercício vão e estéril – insere-se intimamente entre dois trabalhos, um anterior e outro posterior ao próprio desporto. Quer dizer, a vida do obreiro assenta sobre esta directriz: trabalho – desporto – trabalho. Aqui o desporto não se substitui – como na tese de Marañon – ao trabalho; enfia-lhe sorridente a mão no braço robusto e sai com ele, lado a lado, para a vida criadora.

05/09/1939

O DESPORTO E A GUERRA

O DESPORTO – se o relacionarmos com a GUERRA – suscita liminarmente vários problemas críticos. Agora que o perfil de Marte, duro e fero, alastra pelo solo europeu, proponho-me tratar nestas colunas do “Primeiro de Janeiro” alguns dos

temas desportivos mais palpantes que se relacionam – ou se podem relacionar – com a sangrenta tragédia contemporânea. Tão complexo e denso é o desporto que bem pode afirmar-se, sem temor de errar, que quase não existe na vida questão humana que não se prenda directa ou indirectamente com a sua estrutura interna. Toda a nossa faina tem consistido precisamente nisto: em mostrar ao leitor desatento a importância ideológica do desporto, em salientar o seu “volume” social, em frisar as suas relações com a moral, a religião, a higiene, a economia, a ciência, a arte, a defesa nacional, etc., etc., quer dizer, em sublinhar o seu profundo valor humanístico. Coloquemos desde já estes problemas: é o desporto uma guerra? Pode considerar-se a guerra um desporto? Sobre que regulamento vital se desenvolve o desporto? Para certos críticos, a guerra é próximo parente do desporto. O combate é espécie de jogo violento, duro; assemelhar-se-ia à cinegética. Na caça do tigre, do elefante, do búfalo selvático, do leão, do porco montesino, do javali, o caçador tem de pôr em jogo brutais energias; sente por vezes roçar-lhe a face o hálito gelado da morte; não raro o sangue espadana e a carne guarda para sempre a cicatriz tatuada das garras e dos colmilhos. Quer dizer, o combate produz no indivíduo a mesma excitação psicofísica (e até o mesmo arrepio de medo e volúpia amarga) que o jogo suscita. O escocês Shaw, durante o famoso assédio do Porto por ocasião das guerras liberais, escrevia à mãe: “positivamente adoro o sport; sinto o mesmo excitação que atirando aos veados ou aos galos do monte”. Em certos casos o soldado identifica a guerra com o desporto. O conde de Menezes comunica em epístola ao Rei D. Afonso V: “Senhor...se quiserdes ver huma fermosa montaria que mandees a gente de pee com besteiros e espingardeiros que metam em aquella mata e que lancem fora os Mouros que jazem dentro”.

A guerra ou cruzada contra a moirama era, pois, uma caçada; e a verdadeira caçada contra o porco montês um treino ou equivalente preparatório da futura guerra contra a moirama. Durante a guerra não se limpam armas; está certo, mas limpam-se na paz com os exercícios militares e os exercícios desportivos. E a guerra moderna? O general em chefe, ao urdir a teia estratégica, combina – como se fossem pedras de xadrez ou piões do jogo das damas – os combates dos exércitos.

O terreno constitui o taboleiro; cada exército é um peão que o dedo do general faz deslocar de “casa” para “casa”. Napoleão ganhava as batalhas na cabeça antes de as ganhar no campo de batalha; antes da luta real operava uma guerra imaginativa, que era afinal um “jogo” de ideias; no qual batalhavam exércitos “sem carne nem osso”.

Pergunta-se: será então a guerra um desporto? Não, de modo algum! A guerra nunca pode ser, por definição, um desporto, nem o desporto uma guerra.

Mas isso constitui a matéria do artigo subsequente: “continua” como se diz nos folhetins dos periódicos ou nas jornadas dos filmes.

16/09/1939

113

DESPORTO E GUERRA I

Opinámos no último artigo, à laia dum teorema geométrico: a guerra “nunca” pode ser, por estrutura e definição, um desporto, nem o desporto uma guerra. Porquê? O mero facto da guerra suscitar emoções idênticas às do desporto (mas serão de facto idênticas?) não permite que se confunda uma coisa com a outra.

A experiência quotidiana informa-nos que o mesmo efeito pode ser gerado por causas diversíssimas, assim como a mesma causa pode produzir efeitos diversíssimos.

Sem dúvida; é de admitir (por isso que certos indivíduos sinceramente o confessam) que vários homens corram para a guerra e lutem com ânimo desportivo, por gosto de dinamismo áspero; lutar por lutar. O caso, por exemplo, do homem alistado voluntariamente como miliciano num país estrangeiro e que não leva para a guerra a defesa de nenhum ideal ou a apetência de nenhum lucro pecuniário. Mas a guerra – de novo o afirmamos – “jamais” pode ser um desporto, nem o desporto uma guerra.

Em primeiro lugar: o desporto “respeita” a vida. A morte nada tem que ver com a essência do desporto; pelo contrário, a morte – provocada na pessoa de outrem – anula “ipso-facto”, o desporto. Decerto.

A morte pode resultar, como acidente inevitável ou como descuido imperdoável, da prática do desporto. Quantos alpinistas e caçadores mortos, quantos nadadores e remadores afogados, quantos velocipedistas e esquiadores esfacelados! Mas as mortes aqui são “desastres, percalços”; são os “ossos” do desporto. Daí o valor indirecto dos exercícios desportivos como permanente escola ou ginásio de coragem; habituar o moço àquilo que Ramalho Ortigão chamava a “familiaridade”, o rude contacto com o perigo. O desporto não habitua à morte (por isso que ele não se faz absurdamente para ela, mas para a vida e para a vida nobre); habitua ao “perigo”, ao “risco”, à audácia reflectida e disciplinada, o que é diverso e benéfico para o homem. O desportista nunca pode nem deve esquecer que o desporto assenta sobre o “respeito” sagrado da vida (da sua própria e da alheia). O desportista que, para ganhar um “rally”, provocasse intencionalmente um desastre mortal ao

seu antagonista, passava de desportista a assassino. Não haveria desporto, senão “crime”. O desporto é cavalheiresco, leal; obedece ao “fair-play”. Está vinculado a certas leis imutáveis de honra aristocrática (a verdadeira democracia pressupõe a aristocracia moral das “elites”).

E a guerra? Aqui se complica agora o problema. Eu sei que através dos séculos se tem procurado “humanizar” ou “civilizar” a guerra; torná-la, apesar de tudo, uma desordem “legal”, uma violência “não-violenta”, um tumulto “ordenado”. Mas aí de nós! Este esforço heróico (digno de louvor e de amor eternos) tem fracassado e fracassa a cada instante. A guerra (ainda que não terrorista) é já por si mesma a triste e brutal negação do humano, do legal, do jurídico, do cristão. Recorrer à guerra, seja embora por motivo justo, é uma calamidade, um “defeito”, um mal necessário, mas um mal. Resolver tudo por arbitragem, por paz e dentro da paz e para a paz, não é isto um maior e melhor bem humano?

Resumamos: o desporto só pode ser desporto se respeitar as leis do jogo e dentro delas a vida humana. Mas a guerra – por mais violadora que seja das regras da humanidade e do direito internacional – não deixa de se apresentar sempre como guerra. Até para a vencer há que fazer contravontade guerra ou aguardar do futuro um maior progresso moral da humanidade.

03/10/1939

DESPORTO E GUERRA II

Termino neste artigo a demonstração do meu teorema: “a guerra “nunca” pode ser, por definição e estrutura, um desporto nem o desporto uma guerra”. O desporto assenta sobre o “respeito” sagrado da vida (da nossa própria e da alheia). A guerra, pelo contrário, representa por si mesma a triste e brutal negação do jurídico, do legal, do cristão, do humano. Continuemos agora.

O desporto pressupõe a “igualdade” dos jogadores. Os pontos de partida (que não os de chegada) ou as condições de luta são idênticas para todos: igualdade de peso, de idade, de número, de sexo, de tempo, de espaço, etc.

Não se colocam como adversários idênticos a disputar ao mesmo tempo certo prémio de velocidade, um varão de vinte e cinco anos e um efebo de doze, uma donzela de vinte anos com um jovem de igual idade. Num “match” de boxe há que discernir “pesados” e “leves”, na natação os “juniores” e os “seniores”(claro que a

aptidão individual pode fazer desaparecer a diferença de idades; o valor ou o génio, não se mede pela certidão do registo civil; mas neste caso a diferença intervalar de idades é aceite voluntariamente por ambos os jogadores e é isso que importa).

E a guerra? Aqui a “desigualdade”, o “desnível” valem como poderosos instrumentos de vitória. O país agressor não atende moralmente às diferenças do seu adversário: que lhe importa a desigualdade numérica dos efectivos, a inferioridade do armamento, a surpresa fulmínia do ataque desencadeado sem prévia declaração de guerra? Pois o “fim” - segundo a fórmula realista de Maquiavel - não justifica os “meios”? Não é Erasmo, mas sim Bismarck, não é Espinosa, mas sim Clausewitz que norteiam a guerra. A inferioridade do adversário, longe de constituir obstáculo moral, é, pelo contrário, mais um motivo aliciante a explorar, um “convite à valsa” ou chamariz tentador.

Em resumo: a guerra é a negação “total” do desporto. A própria civilização se encarrega de escavar - cada vez mais fundo - um abismo intransponível entre a guerra e o desporto.

Quem poderá ver desporto num bombardeamento aéreo ou num ataque maciço de autocarros blindados? A guerra moderna é, sobretudo, “instrumental”. O corpo-a-corpo tende a diminuir. Nas idades média e clássica ainda se poderia vislumbrar - embora erroneamente - certo desporto ou aparência dele na luta braço-a-braço.

Mas o desporto, por mais violento, rude e combativo que seja, nunca deixa de oferecer um saboroso ar de “brincadeira”. O jogador sabe que o jogo não é uma guerra, que não é luta onde se vença agredindo ou matando, mas uma brincadeira séria. Repare-se: o próprio animal distingue por instinto o jogo da luta real. O gato quando brinca ou se diverte com o homem, encolhe, embaíinha ou aveluda as garras; se arranha intencionalmente, o jogo desaparece. Quando o cão brinca, este não crava os dentes na mão que lhe metemos entre as afiadas maxilas. Que é afinal a domesticação (o dressage) dos animais ferozes senão um “jogo” mecânico, aceite por coacção e por hábito reflexo (os “reflexos condicionados” de Pavlov)? O leão não devora a cabeça do domador; sabe que “aquilo” é jogo forçado, ludismo e não guerra. O medo do chicote não deixa que o jogo degenerem em “guerra” (embora algumas vezes tal aconteça com desagrado da cabeça do domador).

Tão diversos e antagónicos são o desporto e a guerra que precisamente o desporto pode (e deve) servir como instrumento organizador de “pacifismo” nacional e internacional. Mas esse ponto será o tema do artigo subsequente.

DESPORTO E PACIFISMO

116

Assentemos, de entrada, neste ponto básico: o pacifismo (melhor diremos, o “juripacismo”, ou seja “a paz pelo direito”, como escreve Ruysen) representa uma faina hercúlea que por isso mesmo requer íntima colaboração de numerosos meios. O pacifismo não é, de facto, um dado espontâneo, bruto, primitivo, mas uma “criação” racional, uma disciplina ético-jurídica, um produto esforçado da vontade esclarecida e crítica. Para a organização do pacifismo devem colaborar entre si não só a escola e a família, mas outrossim o templo e a oficina, o sindicato e o ginásio. O “gimnásio”, sim! Só o frívolo ou o superficial ignoram que o ginásio constitui uma escola permanente de respeito e solidariedade humana. Repare-se: a palavra latina “ludus” significa simultaneamente “jogo” e “escola”. O desporto – pela sua própria estrutura e dinamismo interno – é de conteúdo pacifista; “respeita” a vida e dentro desta a beleza e o trabalho. Na Grécia, durante os jogos olímpicos, cessava a rivalidade política entre as cidades. O historiador Quennel chamou a essa paz, por analogia com a medieval, “trégua de Deus”, a “trégua do desporto clássico”. A essa acalmia darei eu o nome de “a paz olímpica”. Os prémios ganhos pelos jogadores consistiam na coroa de louros ou no verde ramo de oliveira: ora o loureiro e a oliveira são símbolos da paz.

Acrescente-se: o desporto é – no seu rumo ideal – universalista e democrático, ou por outras palavras, social e socializante; transcende as nações, as raças, as classes, as profissões, os continentes. Sem dúvida, o desporto degenera, por vezes, em arma ofensiva nas mãos de pessoas incultas. Há um nacionalismo desportivo bélico e perfurante; o desporto viria acirrar os antagonismos rácicos. Mas isto é a deturpação do verdadeiro desporto, a sua “demagogização”; dela não é responsável o desporto, mas sim o falso desportista. Iremos responsabilizar a religião (ou a moral, a política, a arte, a ciência, o amor) de todos os horrores, traições e crimes praticados em sem nome? Os homens não são a doutrina, mas a encarnação da doutrina. O “fair-play” leva o desportista a tratar o adversário, não como inimigo, mas como “camarada”, e o que é mais e melhor, como “colaborador” ... antagonista. As pautas do jogo, embora tracem “campos” ou linhas fronteiriças, pressupõem a convivência pacífica, democrática, de todos os jogadores. Sem o desportista adversário, como realizar o jogo? O adversário é peça fundamental, necessária, basilar do próprio mecanismo do desporto. Se isto é exacto, a oposição que o adversário me faz, resulta afinal numa colaboração. O adversário colabora na medida exacta em que se me opõe, e portanto joga (“oposição colaboradora”, escreve Madariaga). O próprio adversário não se limita a ser meu colaborador ou complemento; é também o “fiscal” da minha acção desportiva. Com efeito, ambos os campos (por isso que o jogo está subordinado a determinadas regras) têm de fiscalizar-se reciprocamente.

A crítica aqui não é desconfiança, suspicácia, atitude policial, mas isto e só isto: “jogo”. Transporte-se agora, mentalmente, esta concepção do “adversário-camarada-colaborador-fiscal” para a vida colectiva, por exemplo, para o plano político internacional e nacional, e veja-se que formoso “seminário de educação” cívica, humana, pacifista pode ser o desporto quando bem compreendido, amado e realizado.

04/11/1939

O DESPORTO, O ESTÁDIO E A GUERRA

Maurício Boigey, professor francês de educação física, ao doutrinar a necessidade da introdução do “futebol association”, nos exércitos contemporâneos, escreve: “o bola-pé constitui um jogo excelente para educar os soldados na disciplina do campo de batalha mediante a disciplina do estádio”. Como assim?

Não sublinhámos já – em escritos anteriores – que o desporto é funcional e estruturalmente a negação rotunda da guerra? Como pode o estádio, ou o ginásio, preparar para o campo de batalha, se este é um matadouro e aquele uma escola forjadora de vida? Atentemos no seguinte: Boigey não identifica o estádio com o campo de batalha; apenas afirma que a disciplina, que representa sempre a coluna vertebral do desporto, pode servir de base, de instrumento educador da orgânica militar. O desporto não é a guerra, mas pode servir a guerra, porque se esta pressupõe nos beligerantes a ordem, a cooperação, a unidade, a harmonia total, o auto-refreamento, o endurecimento, a tenacidade, a confiança, estas mesmas qualidades psicofísicas são pressupostos indispensáveis do verdadeiro desporto; ou seja do jogo clássico, racional, mesurado, numa palavra, do “fair-play”. Se não, vejamos. O jogador constitui uma unidade actualmente dentro do capital de energias que constitui a equipa; para isso forçoso é que ele esteja em harmonia total com o grupo que o integra. A vitória do grupo (como a vitória da guerra) está dependente da sinergia “orfeónica” de todos os seus membros; todos por um, um por todos. Daqui se conclui: a) a responsabilidade tremenda que cada jogador assume dentro do seu posto; b) “ipso facto” a necessidade de tentar o esforço máximo individual exigido pelo grupo. Responsabilidade! A derrota ou a vitória são colectivas; todos quinhoam do sorriso do triunfo ou do sorriso da derrota (escrevo sorriso aqui também, porque a derrota deve ser sempre alegre, sem amargor, sem ódio, como a vitória). Ninguém pode “sacudir, com gesto fácil, a água do seu capote”. Se o grupo perdeu, tal fracasso deve-se à sua defectiva ciência técnica. Ramalho Ortigão, no “John-Bull”, assinala

com admirável fulgor literário a unidade múltipla ou a multiplicidade una existente no grupo desportivo, seja, por exemplo, nas famosas regatas anuais de Oxford: “o mínimo descuido na justeza cronométrica do conjunto, na distribuição exacta e progressiva da força do impulso e no golpe da remada, compromete e perturba tudo”. – “A tripulação de cada guiga acaba por adquirir a unidade do mais perfeito aparelho mecânico”. – “È entre os remadores tão profunda a absorção que nenhum deles vê nem ouve o que se passa fora da sua guiga, hypnotizados, de olhos fitos, dentes cerrados, pescoço estendido, tendo todos uma só alma – a misteriosa alma do barco que arfa para avante numa palpitação magnética enquanto os tripulantes parecem desfrechados com os remos, como peças duma só máquina, em sucessivos arrancos duma suprema força e duma rapidez halucinante”. Em todo o jogo de equipa a subordinação das partes ao todo, e do todo às partes, é rendosa e imprescindível: “a união faz a força”, como opina a sabedoria das nações. Note-se: a utilização metódica da disciplina desportiva, como poderoso instrumento educador da disciplina guerreira, não é uma novidade “atraente” do século; vem desde a antiguidade até aos nossos dias, desde os remotos tempos dos faraós egípcios e dos hoplitas de Esparta até aos tempos do marechal Von der Goltz e do Colégio de Saint-Cyr (este será o tema do nosso artigo subsequente).

30/11/1939

DESPORTO E GUERRA

Escreve-me certo fiel leitor portuense do “Primeiro de Janeiro”: – “Segundo V. diz, o jogo desportivo serviria de válvula de expansão e sublimação do instinto combativo inerente à natureza humana; jogando, o indivíduo “purgar-se-ia” dos seus instintos bárbaros, a-sociais e anti-sociais; o desporto permitiria a descarga, o escape surdo e inofensivo do guerrearismo ancestral; seria escola treinadora de fraternidade e fraternização. Mas, por outro lado, V. diz que o estádio, graças à sua forte disciplina orgânica-funcional, pode servir de magnífico instrumento educador da vida militar, isto é, o ginásio prepararia para o campo de batalha, para a sangrenta “no man’s land”. Não existirá aqui uma contradição, uma confusão mental?”.

A contradição é só aparente, superficial; para a removermos basta escavar mais dentro o problema. Repitamos: o desporto, por definição e estrutura interna, representa a negação rotunda da guerra; constitui um derivativo do instinto de agressão

inato no homem; o desporto pressupõe sempre o respeito da vida humana, quer dizer, a vida encarada como algo de sagrado e de belo na sua força gloriosa.

Isto não significa que o desporto não possa ser utilizado como arma preparatória da guerra, como prelúdio do futuro combate; tudo depende, afinal, da orientação ideológica imprimida ao edifício desportivo. O caso não deve suscitar espanto. O desporto pode ser posto (como aliás tudo, a ciência, o trabalho, a arte, a riqueza, etc.) ao serviço do belicismo, do imperialismo político, até do crime. Como já escrevi algures: “o escalador de rochedos, o jogador de boxe, o atirador à pistola treinam o corpo e tornam aguerrida a vontade, é certo, mas podem aplicar o seu potencial de energias não em benefício da grei, mas precisamente contra ela: assaltando, roubando, assassinando”.

Isto não destrói o valor social do desporto; apenas indica a necessidade do desporto ser orientado racionalmente em função da grei, da paz humana; É mister socializá-lo, canalizá-lo, pô-lo ao serviço da colectividade. Esta canalização está na “linha” tendencial do próprio “desporto”, pois não se criou este para a vida? O desporto pode servir a Minerva como a Marte, a Atenas como a Esparta, a Cristo como a Maquiavel. Afirmámos que o jogo desportivo desenvolvia qualidades “militares” (endurecimento, coragem, decisão, auto-domínio, etc.); ora estas qualidades não são necessariamente qualidades bélicas, imperialistas, anti-humanitárias. O desporto viriliza o homem; esta virilização pode ser aproveitada de diversíssima maneira, como a electricidade ou a pólvora. Inácio de Loiola, depois do desastre de Pampiona, passa de soldado a jesuíta; as mesmas qualidades militares, que tinham servido até ali para a guerra verdadeira, são postas agora ao serviço do novo Rei, Jesus, da nova bandeira, a Igreja, da nova guerra, a luta contra o pecado. Pois bem. Tínhamos as “qualidades militares”, desenvolvidas pelo desporto, ao serviço da nação e da humanidade, e se um dia for preciso, como um mal necessário, ao serviço da guerra que luta pelo triunfo do direito violado. É este o caso da guerra actual.

19/12/1939

“ESTA BELA PALAVRA... O DESPORTO”

Numa epístola amável pergunta-me certo jovem enamorado do desporto: “donde provém esta bela palavra... “o desporto”? Embora não sendo – como de facto não sou – filólogo profissional, e nada mais censure que o abusivo meter da foice em seara alheia, peço contudo vénia aos sábios para responder, com humildade escolar,

à interrogação acima formulada. A palavra “desporto”, “esporto” ou “esporte” (como escrevem os lusos de Além-Atlântico) não é originalmente – como tantíssimos julgam – de raiz inglesa. Decerto. Desporto é a tradução vernácula, castiça, do vocábulo inglês “sport”. Mas donde provém, por sua vez, a palavra sport? A pergunta pode parecer audaciosa “insolente até, pois não é a Inglaterra a gloriosa pátria moderna dos desportos, a Grécia do século XX”?

E, no entanto, a palavra “sport” não é mais do que a anglização do clássico vocábulo francês “desport”; já no século XVI, o álaque Rabelais escrevia textualmente: “se ‘desportaient’ ès prèes et jouaient à la balle, à la paume”. O verbo “desporter” applicava-se a todo e qualquer exercício físico ou intelectual: fazer desporto era, afinal, pôr em movimento, em “jogo”, as forças do homem, quer se tratasse das forças físicas como por exemplo no pugilato, nas justas, no torneio, etc., quer se tratasse das forças anímicas, como por exemplo na discussão mental, na crítica, na dialéctica. A palavra inglesa “tennis” é outrossim a tradução inglesa do “tenetz” francês, utilizado no velho jogo da péla. Em resumo, a Inglaterra “importou” da França, não só o vocábulo desporto mas também o vocábulo ténis e exportou-os depois já “manufacturados” ou por outras palavras, a França “exportou” esses vocábulos e importou-os depois já inglesados pela hábil tesoura de John Bull. O facto não deve parecer estranho. A história universal está pejada desses exemplos. Pois que é a vida humana entre as nações (e entre os indivíduos) senão um tecido apertado de relações, um câmbio ou troca de ideias, sentimentos, cousas? Viver é conviver. Deu-se com o vocábulo desporto o mesmo fenómeno que aconteceu com a nossa preciosa cortiça. Portugal exporta-a em bruto e importa-a depois já manufacturada em rolhas e bóias de pescar. Claro que este fenómeno económico – por isso mesmo que económico – tem largas repercussões na vida duma nação; põe problemas de balança do comércio. Deve-se aplaudi-lo? Deve-se condená-lo? Já não sucede o mesmo com a importação ou exportação filológicas. Que importa que o termo desporto seja de origem inglesa, francesa ou indiana? O que cumpre ver é, não a palavra, mas a realidade social, que está por detrás dela. Para a humanidade o valioso reside na generalização daquilo que, uma vez nascido em dada pátria, depois se difundiu, como um bem que não conhece fronteiras nem raças, por todo o globo. Ora no nosso caso o que importa precisamente é, não que a “palavra” desporto seja de raiz inglesa ou francesa, mas sim que a “realidade social”, o desporto, se tenha difundido pelo mundo, como um dos poderosos instrumentos educadores e forjadores da mocidade.

DESPORTO, MOCIDADE E VELHICE

Não raro tenho ouvido formular, com ênfase doutoral, este juízo erróneo: “o desporto é cousa boa, boníssima até mas só para a rapaziada, só para os moços de sangue vermelho na guelra, de espinhaço riço, de rins sólidos e coração valente. O estádio – com os seus ares lavados – faz mal ao varão maduro, e sobretudo ao homem dos quarenta, que já principia a grisalhar, a reumatizar...”

Existe, nesta opinião judicatória, uma visão falsa sobre as relações entre o desporto e a idade (idade fisiológica, entenda-se, porque – como se sabe – nem sempre esta coincide com a idade civil). O ser já grisalho não pressupõe necessariamente a braseira, o chinelo de ourela, a botija, a flanela, o lenço de Alcobaça. É preciso desterrar do espírito este espantinho temeroso. Há desportos que, pela sua impetuosidade e esforço físicos, são sobretudo próprios para a “idade heróica” dos vinte anos (por exemplo, a natação de corrida, o crawl, o futebol, a maratona, o boxe, etc). Mas há outrossim desportos admiravelmente adaptados à idade madura; estes (por ex., a pesca, o golfe, a marcha a pé, etc.) pretendem prolongar no adulto – e durante o maior tempo possível – a mocidade dourada que se evola, manter plástico, álcere e juvenil o organismo psicossomático. Por outras palavras, o desporto – tal como Jossué – busca “esticar” o dia, distanciar o crepúsculo, que se aproxima lento e fatal.

Decerto. Faz-se desporto porque se é novo, mas também é-se novo porque se faz desporto. A experiência histórica mostra – acima do tempo e do espaço – como se fora uma inelutável lei biológica, que os povos mais desportivistas são precisamente os que por mais tempo sabem guardar intacta e bela a frescura da mocidade. Ai do adulto que se afaz ao imobilismo preguiçante, que se furta ao dinamismo vital; desprezando o trabalho e o desporto, não tardará a fazer-se um velho precoce, de pele morta, carne morta e alma morta. Um dos segredos da varonilidade prolongada, da “vieillesse verte” do homem nórdico da Europa (facto que surpreende o “homo meridionalis”) reside no seu amor sempre constante, clarividente e activo pelos jogos desportivos. Apesar de velho e precisamente porque é velho, o anglo-saxão, o escandinavo recorrem ao desporto apolíneo, clássico, como uma fonte de Juventa, sempre fresca e jorrante, onde possam rejuvenescer as suas forças depauperadas. O desporto – quando racionalmente conduzido, dentro da sabedoria científica – permite combater com êxito a velhice precoce, ou melhor, retardar a sua hora (será preciso frisar o valor económico deste “atraso” para uma grei consciente do seu destino e do seu papel histórico?).

Em resumo: o desporto – longe de ser exercício exclusivo monopólio da juventude – é para “todas” as idades; simplesmente há desportos para “cada” idade. Tudo está, afinal, em saber “temporizar” o desporto, adaptando-o inteligentemente à idade individual, ou adaptando esta ao desporto. Quer dizer, mais uma vez se faz claro a necessidade sempre forte de individualizar o jogo desportivo, e de saber diferenciar bem os planos, as hierarquias, os valores.

12/01/1940

A GUERRA E OS DESPORTOS

A epopeica resistência da Finlândia perante a invasão brutal e maciça da U.R.S.S. veio colocar a plena luz crítica o valor do desporto como arma ofensiva e defensiva de guerra. Segundo Pedro de Coubertin, os desportos podem reduzir-se, psicologicamente, a dois grupos principais: desportos de equilíbrio e desportos de combate. Dentro destes, Coubertin inclui: “a esgrima, o boxe, a luta, a natação, o alpinismo, o futebol”.

Esta divisão – imperfeita e artificial, como aliás todas as divisões – considera o alpinismo (e isto nos interessa no tocante à Finlândia) como um desporto de combate. Dentro de alpinismo, o ski ou o esqui, a patinagem, constituirão modalidades do desporto alpinístico. Em nosso juízo, todos os desportos – por isso que fortificadores do organismo psicofísico – podem considerar-se desportos e armas de combate. Não que se combata, evidentemente, o inimigo invasor a fazer futebol, a esgrimir, a nadar, a barquear (o “canotage”), a boxar, a esquiar. Não que o desporto seja uma guerra (verdade à Pero Grulho). Mas o jogo desportivo, como “escola” treinadora de energia vital, de disciplina, de autodomínio ou “self-control”, de endurecimento, de combatividade, prepara indirectamente os cidadãos para todas as emergências bélicas possíveis e imagináveis.

O desporto (embora pacifista por natureza e intenção), se o conflito por loucura dos homens estala, porá ao serviço premente da defesa nacional todas as qualidades psicofísicas consolidadas e armazenadas durante a paz. O desporto é a negação total, rotunda da guerra, mas “serve” (se tal for preciso) a guerra. Sabe-se como na Idade Média, a caça do porco montesino, do javali constituía para o fidalgo equitador um treino ou equivalente da possível guerra, do “fossado” contra a moirama; permitia manter – sempre vigilantes, sempre frescos – os reflexos militares. “Guardar o feito das armas que se nom perca”, escrevia o nosso D. João I.

Pois bem. Na Finlândia, paraíso... infernal da neve, o esqui – invenção e desporto nacional por excelência – representa, dentro da paz, um permanente ginásio treinador de combate. Sobre as tábuas fugidias do esqui repousa – firme e invicta – a autonomia pátria. E não só ele endurece, militarmente, o cidadão finlandês; habitua-o ao rigoroso conhecimento geográfico do solo natal. O desporto, considerado “in globo”, possui esta vantagem maravilhosa, tão exaltada por todos os pedagogos e higienistas: rapta por instantes o indivíduo à urbe e põe-o em contacto directo, vivo, com a natureza real.

O finlandês – à força de praticar o esqui desde o berço e os cueiros (assim como o nómada da tundra nasce, por assim dizer, sobre a sela do cavalo, o finlandês nasce sobre o esqui) – adapta-se, como lobo astuto, ao terreno; conhece os meandros labirínticos das florestas: tem o faro subtil da orientação espacial. Àqueles que menosprezam o desporto como esterilidade económica, superfluidade criminosa, passatempo pueril, a resistência da Finlândia veio suscitar surpresa e reflexão crítica. A própria Rússia dos czares brancos e vermelhos parece começar a “compreender” o alto valor do desporto como escola treinadora de paz e de guerra, mormente do esqui, arma de ataque e defesa, veloz como o raio de Júpiter e destruidora como ele.

18/01/1940

O DESPORTO E A GUERRA

(REPAROS ALEGRES AO DR. AGOSTINHO DE CAMPOS)

Num artigo, faíscante de bom-humor crítico (como são, regra geral, os seus) publicado no “Comércio do Porto”, disparou-me há tempos o querido amigo Dr. Agostinho de Campos este dardo sorridente: – Segundo o senhor, a guerra nada tem que ver com o desporto, porque este (pacifista por intenção e estrutura) respeita sempre a vida: a morte nada tem que ver com a essência do desporto. Pois bem. “Apeteceu-me perguntar porque será mais respeitável a vida do homem que a da corça ou da perdiz, vítimas imbeles do desporto cinagético”.

A objecção não colhe. Decerto. O golfe, o futebol, o velocipedismo são desportos incruentos, in-bélicos; a caça e a pesca, pelo contrário, são desportos cruentos, bélicos, matadores... para as perdizes e as sardinhas, respectivamente. Sobretudo a caça, que usa espingardas, pólvora e bolinhas de chumbo. Claro que minha tese sobre a guerra e o desporto se acha posta unicamente sobre a plataforma “humana”,

que não biológica ou animal. É possível (e até certo) que para os coelhos a caça se apresente como uma guerra, e o caçador como um bruto gigantesco, um Átila aniquilador do “coelhismo”. Simplesmente nós, os humanos, os bípedes implumes de Platão, não temos que saber, como “carnívoros” que somos, da opinião – decerto compreensível e justificável – das perdizes e das sardinhas. “La force (“do homem”) prime le droit (das sardinhas)”. Pergunta-me o Dr. Campos: “porque será mais respeitável a vida do homem que da corça, ou da perdiz”. Meu Deus, apenas por isto: porque o homem é homem e a perdiz é perdiz! A interrogação dir-se-ia feita por um vegetariano ardoroso, que na alimentação carnívora descobre um crime e uma podridão; o carnívoro, sendo afinal um cortador de vidas... animais, é um devorador de cadáveres ou necrófago. Repara-se, porém: a pergunta do Dr. Campos podia também ser utilizada por um defensor dos legumes contra os próprios vegetarianos: “porque será mais respeitável a vida do coelho que a do repolho, ou do espargo ou da couve-flor!” Tal pergunta, aparentemente maliciosa, estaria contudo no fio da lógica, porque o argumento do meu ilustre objectador parece ter por alvo não apenas a defesa da vida humana, mas outrossim o da vida em geral. Para o Dr. Campos a vida da perdiz não é menos respeitável que a do homem; está bem; nesse caso porque será menos respeitável a vida do repolho do que a da perdiz. – “Tudo vive, afinal”, como dizia S. Francisco de Assis. Os orientais búdicos receiam pisar as formigas, filtram a água e a luz por causa dos insectos, não esmagam os piolhos e as serpentes: todos estes viventes se integram no todo, no seio imenso do Único e do Eterno. Eu sei que na caça a morte da ave inocente e descuidada fere as entranhas dos sensíveis. Na verdade, a “cousa” é dura. Muitos cozinheiros vacilam, ao degolar um galináceo: “pobre galo, morto à faca, de casaca e paletó”, como diz o poeta. Mas que fazer! Eça de Queiroz, no “Crime”, diz-nos que o padre Ferrão, ao disparar contra as lebres, regressava a casa crivado de remorsos, temeroso de que o tivessem visto, a ele manso apóstolo da paz e da vida, a matar os cândidos leporídeos. Era o nosso padre de alma franciscana: não assim o “Clérigo da Beira” de Gil Vicente; esse, alacrememente, varria as lebres pelas serras fora. Lembrava-se, sem dúvida, de que Santo Humberto, como seu santo, era patrono dos caçadores junto do sólio celeste. Em resumo: o desportista cinegeta, embora matador dos animais caçáveis (mas não há a caça dos animais apanhados “vivos”, hoje expostos nos Jardins Zoológicos e nos circos?) não derruba a minha tese: o desporto é, por intenção e estrutura, pacifista; respeita a vida... humana, e constitui um elo de fraterna solidariedade entre os homens e as nações.

DESPORTOS INTERMITENTES

Por “desportos intermitentes” entendemos todos os desportos que não se podem exercer dum modo contínuo, mas interrupto, intervalado, por estações de épocas. O esqui, por exemplo, é um desporto “invernal”. Pressupõe a neve, as baixas temperaturas siberianas. Aqui o obstáculo é posto pela mão da própria madre-natureza, que traça impassível o seu giro cíclico. A caça do coelho é outro desporto intermitente; pressupõe a suspensão temporária do defeso. Aqui o obstáculo é posto pela mão do Estado, que vigia e protege a riqueza nacional.

E a natação? Dizem alguns: eis o exemplo dum verdadeiro desporto “estival”; a natação – “bela dormente no bosque” do inverno – desperta no tempo cálido... como as moscas e com as moscas. O Inverno seria mau para Neptuno; o frio enrigela o músculo, torna-o mais pesado, desperta os reflexos de defesa, entrava ou entorpece os movimentos natatórios. Pergunta-se agora: estas interrupções são benéficas para os desportos? Sim, pensam vários: os exercícios, durante a pausa, consolidam-se, “imprimem-se” no corpo; há para cada desporto em especial um intervalo óptimo. Eis porque certo humorista germânico afirmava: “nada-se no Inverno, e no verão patina-se no gelo”. O paradoxo seria exacto; a patinagem invernal só “rende” os seus efeitos, só se organiza muscularmente corrido um determinado espaço temporal. Este intervalo óptimo constituiria “espécie” de “lei” para toda e qualquer aprendizagem. Depois, a intermitência dum desporto não implica a intermitência doutro; se não patina agora, o indivíduo pode contudo remar, futebolar, esgrimir ou pedalar (cousa útil para a excessiva especialização desportiva). Alegam outros: não existe a neve, treina-se o esqui em simples caruma ou palha; nade-se no inverno em piscinas aquecidas.

Não pode o homem – tão imaginativo e tão industrioso – vencer a natureza? Em Paris, o “Palácio do Gelo” permite patinar em plena canícula sobre o gelo ... artificial. Que pensar destas duas teses? Em nosso modesto juízo, ambas têm razão. Para cada desporto há sem dúvida “um intervalo óptimo” de repouso e consolidação. As modernas experimentações laboratoriais mostram que o processo mais rendoso para a rápida aprendizagem de qualquer técnica é o processo ou método intervalado, descontínuo; isto não quer dizer que, adquirido uma vez o “plateau” do exercício, o intervalo (sobretudo quando excessivo) não possa prejudicar a sua manutenção. Se o indivíduo, mediante o treino, guardar o potencial adquirido, boa é sem dúvida tal cousa. As piscinas de água quente são magníficas, por exemplo, para combater durante a fria quadra invernos a o destreino do nadador (principalmente em países

de rigoroso e dilatado inverno) e para realizar a aprendizagem sistemática de quem durante o verão, por motivos vários (lugar, profissão, doença, imperícia, etc.), não pôde, ou não soube nadar. De resto, se o nadar é um prazer legítimo e tonificante, porque não buscá-lo quando e onde nos apetece? A intermitência benéfica dum desporto não contraria a sua continuidade desde que ambas sejam olhadas criticamente, sob ângulos mentais diversos; nada mais perigoso para a causa desportiva que a visão unilateral, fanática, cega. Saibamos (esse é o nosso dever de estudiosos) contemplar tudo e todos dentro de uma apreensão plurilateral, ampla, global.

21/02/1940

NATAÇÃO, INVERNO E ENDURECIMENTO

No meu último artigo, sobre os “desportos intermitentes”, escrevi: “as piscinas de água quente são “magníficas” para combater durante o inverno o destreino do nadador (principalmente em países de rigoroso e dilatado inverno) e para realizar a aprendizagem sistemática de quem durante o verão, por motivos vários (doença, profissão, lugar, imperícia) não pôde, ou não soube nadar”. A estas considerações, objecta-me, em carta amável, certo nadador figueirense, verdadeiro tritão do Atlântico: “a água quente é inimiga da natação; amolece o nadador, evita o endurecimento”. Claro que o endurecimento constitui um dos fortes objectivos do exercício desportivo. Deve-se habituar o moço – e desde moço – a enrijecer, a virilizar o organismo em contacto com a madre-natureza. Dentro deste critério, a natação “em água fria” é óptimo e tonificante treino físico, não só para o desporto, mas também para os acidentes da vida em geral. O naufrago, ao cair no mar, não pode suplicar a Neptuno que mande aquecer previamente as ondas arrepiantes. O banho-mar nunca pode ser banho-maria. Mesmo no “Gulf-Stream”, a água é sempre mais fria do que quente. A guerra contemporânea com os seus torpedamentos, veio pôr em relevo o valo “salvífico” da natação, e da natação em água fria. O desportista (que a guerra transforma repentinamente em soldado, como na heróica Finlândia), habituado ao endurecimento da natação, pode realizar proezas bélicas inacessíveis ao desportista, que a brandura amoleceu. Recordemos o célebre episódio histórico do assédio de Lisboa, no século XIV, pelos castelhanos: um almadense, que viera na frota do Porto, atravessou a nado, e de noite, seis vezes o Tejo, a “levar recados e trazer respostas” (Fernão Lopes), entre Lisboa e Almada. Só um homem

– endurecido pelo contacto da água fria – seria capaz de executar tão corajosa... “performance”. Tais considerações não destroem a seguinte tese: a natação é um belo desporto “estival” não só porque é no tempo cálido que melhor se nada, mas também porque é no tempo cálido que melhor “sabe” a natação. Objectam alguns críticos: – “a intermitência da natação destreina o nadador”. Pois bem; executai os exercícios natatórios, em pleno inverno, numa piscina de água quente. – Mas a água quente desendurece, amolenta o nadador, inutilizando-lhe pelo desemprego os seus “reflexos de defesa”.

Pois bem: nadai então em água fria, se assim o quiserdes. Mas não tendes o direito de decretar, ditatorialmente, para todos, a utilização da água fria, sem atender às diversas particularidade fisiológicas de cada nadador. Nem todos podem aguentar, sem perigo próximo ou longínquo, a “rudeza” da água fria. A natação fez-se para os homens, e não os homens para a natação. De resto, uma piscina de água quente não é uma panela de água fervente no fogão. O seu grau térmico deve ser temperado, médio. Em resumo: o ideal para cada cidade progressiva é ter uma piscina, da água fria no verão e de água quente (ou aquecida) no inverno (pelo menos em certos dias da semana ou do mês); na impossibilidade financeira de a aquecermos, ai de nós! Ao menos possua-se uma piscina de água fria para todo o ano. Porque afinal, como dizia o agudo Policarpo Banana, mais vale ter uma piscina do que não a ter.

15/03/1940

DESPORTO A TRÊS DIMENSÕES

O desporto – quando racional ou clássico, estruturado por sólidas ideias científicas – deve, se quiser ser eficiente e benéfico para a grei, assentar sobre “três dimensões”: desporto por “idades”, por “sexos” e por “aptidões”. Clarifiquemos esta fórmula.

Já dissemos um dia que “o desporto é para todas as idades; simplesmente, cada idade tem o seu desporto”. Há jogos desportivos que, pelo seu dinamismo viril, combativo, pelas suas repercussões físico-orgânicas, são admiravelmente próprios da mocidade estuante, da “jeunesse dorée”. Outros, pelo contrário, graças ao seu ritmo calmo, à sua relativa moderação física, convêm ao indivíduo já “mordido” pelo dente do tempo.

Decerto. Que quando o corpo está “em boa forma”, treinado de longe, o jogador pode aguentar sem prejuízos – até certa idade, além da linha normal – o exercício desportivo; o desporto, aqui, como que retarda, milagrosamente, a hora inevitável da queda, da curva descensional. Isto não destrói, porém, a nossa afirmação: por isso mesmo que cada idade tem o seu desporto; o desporto deve ser “graduado, mensurado, hierarquizado”. No tocante ao desporto por sexos: se é certo que o desporto é para ambos os sexos, cada sexo tem, contudo, o seu desporto. Há certos exercícios que, pela sua energia, duração e rudeza, são – por assim dizer – “adâmicos”, próprios do “sexo-forte”; por exemplo, o “boxe”, o pancrácio, o “rugby”, a cinegética, o “cross-country”, etc. A mulher tem uma estrutura físico-orgânica (delicada e frágil) diversa da do homem. Esquecer os seus caracteres “diferenciais” (anatômicos, sexuais, emotivos, volitivos) é fazer irracionalmente do desporto um grave malefício para a comunidade.

O ténis, a dança, a natação, o ciclismo (de passeio) são exercícios magníficos para a mulher.

Quanto ao desporto por “aptidões”: sabe-se como os homens não são feitos “em série”, como as peças estandardizadas dos automóveis. Cada qual tem o seu tipo físico e mental, a sua “fisionomia” particular, o seu perfil característico. A experiência quotidiana revela-nos que certos indivíduos têm uma aptidão natural para determinados desportos, uma espécie de inata “vocação” física (a que o vulgo, no seu pitoresco “argot”, chama “jeiteira”. Ao treinador, ou ao professor de jogos no estádio, compete precisamente realizar a “dépistage” dessa aptidão, e orientar ou canalizar depois o moço para a modalidade desportiva em questão. A tarefa não é tão fácil como à primeira vista parece. Exemplificando: na prática natatória há indivíduos que melhor “se adaptam” à natação de bruços, outros à natação de costas, outros ao “crawl” de frente, outros ao “over-arm-side-stroke”, outros ainda aos saltos acrobáticos do trampolim. Por mais que façam, certos praticantes nunca brilham, ou progridem, na natação moderna hidro-planante. O corpo com os seus reflexos, resiste, parece defender-se. O bom professor de natação adapta o estilo ao corpo e não o corpo ao estilo, isto é, busca a aptidão.

Em resumo: o desporto coevo, em vez de assentar sobre uma base unidimensional, deve assentar sobre uma base “tridimensional”. A tripeça da idade, do sexo e da aptidão. O esquecimento, ou o desprezo, destas três dimensões torna o desporto cousa rígida, irracional e perigosa. Não olvidemos que o desporto é um belo instrumento pedagógico, uma ferramenta de formação do homem, portanto um elemento “maleável”, “plástico”, “vivo”.

DESPORTO E CRIMINALIDADE

129

Eis um problema sugestivo: quais são as relações existentes entre o desporto e o crime! Não raro, certos antropologistas (por exemplo, o professor R. A. Reiss, de Lausana) frisam a enorme atracção do delinquente profissional pelo desporto (boxe, pancrácio, luta, caça, etc.).

Que atractivos brilharão no jogo desportivo para assim aliciem o criminoso profissional? Alegam vários críticos: o desporto – sobretudo o jogo violento, brutal como o boxe ou o pancrácio – satisfaz a “natureza” impetuosa do criminoso; serve de derivativo, de escoadouro às energias represas. Alegam outros críticos: o delinquente, repulsando o trabalho (que é uma disciplina, um método e uma esforço racional construtivo) encontra no desporto um gozo egoísta e fácil. Trabalhar é coisa dura e espinhosa; fazer desporto é coisa deleitosa e ligeira. Alegam ainda outros críticos: o delinquente, estruturalmente narcisista, amante do exibicionismo e erostratismo, busca e acha no desporto o regalo da sua constituição vaidosa (tornado facilímo graças ao reclamo e à publicidade desenfreada das empresas) e ao mesmo tempo o interesse mercantil (o lucro, as chorudas bolsas pecuniárias).

Existem aqui, sem dúvida, grandes luzes de verdade. O que atrai no jogo desportivo o delinquente profissional são precisamente os “vícios” do desporto hodierno, essencialmente exibicionista, romanticoide, especulador e indisciplinado. Se esse diagnóstico é, de facto, rigoroso, preciso, concluamos desde já que o melhor processo “terapêutico” para anular a atracção do delinquente pelo jogo está em o reformar, em o classicizar, em o humanizar, em o socializar; “sublata causa, tollitur effectus”. Suprimida a causa, cessa o efeito. Notemos até o seguinte: o desporto – sobretudo o jogo colectivo por “equipas”, aquele que obriga ao “fair-play”, às regras do bom comportamento social, ao convívio cívico, à cooperação – constitui um “corrector” ou “reductor” da delinquência.

Nos presídios modernos, por exemplo, norte-americanos (que são sobretudo escolas e não só cadeias-penitenciárias) o desporto é utilizado como factor moralizante, regenerativo dos “inadaptados”, além de que o jogo em si mesmo é válvula de descarga ou vasadouro, que permite a purgação (Catarsis) ou a sublimação (Freud) das tendências agressivas a-sociais e anti-sociais latentes no “inconsciente ancestral” (Jung) de todo o homem. Claro que o desporto não pretende “por si só” – dentro dessa pedagogia criminalística – fazer milagrosamente do diabo um anjo (embora o diabo seja um anjo... caído); tal escopo seria risível, dum lado, pela sua excessiva grandeza, do outro lado, pela insuficiência técnica dos meios.

O desporto, quando clássico, racional, estruturado por sólidas ideias científicas, pretende tão-somente servir (em pura humildade) como “um” dos elementos edu-

cativos capaz de se associar a toda uma vasta empresa “psico-orgânico-moral” de reformação do homem-delinquente.

130

É esse um papel nobre e nobilitante, que importa não ser ignorado, ou menos-prezado, dentro do desporto. Quando se busca transformar o delinquente num valor positivo, numa célula viva produtora, todos os instrumentos possíveis e imagináveis de correcção devem ser utilizados metodicamente pelo educador; ora, dentro da série hierárquica desses instrumentos, o desporto – embora num grau modesto – pode e deve fazer ouvir a sua voz.

12/04/1940

O DESPORTO E A GUERRA

Foi Wellington, o “duque de ferro”, segundo uns, foi Taine, segundo outros, quem proferiu a frase célebre: “a batalha de Waterloo foi ganha pelos jogadores de E'ton”. Agora que a guerra esbraseia, como formidável tempestade cósmica, os céus, as terras e os mares da Europa, não será talvez inoportuno meditar criticamente a frase supracitada. Que quis dizer, afinal, Wellington?

Simplemente isto: que em Waterloo foram elementos fundamentais para a vitória as “qualidades desportivas” dos jogadores de E'ton: a disciplina, a tenacidade, o autodomínio ou “self-control”, o arranque, a energia, a confiança, a dureza, etc. Como é notório; E'ton é uma povoação inglesa do condado de Buckingham, junto ao Tamisa; nela, em 1440, foi criado, pelo soberano Henrique VI, o “Kings College”. Os alunos desta velha escola (e entre os quais fulgura o próprio Wellington) são célebres no mundo como exímios desportistas: grandes remadores, futebolistas, jogadores de cricket, etc. Wellington teve consciência plena do valor do “estádio” como escola preparadora do futuro soldado, portanto como instrumento pedagógico da orgânica militar. O ginásio “não é” o campo de batalha, mas “contribui” para a vitória no campo de batalha. Assim, o futebol (espécie de “guerra...incruenta”) pressupõe – tal como o combate – uma disciplina rigorosa; o “team” vencedor é sempre o “team” mais disciplinado: um por todos e todos por um. O cricket, por sua vez, é um jogo desportivo magnífico para desenvolver e treinar o espírito de atenção; pressupõe no jogador a serena concentração mental, a voluntária imobilização muscular, a retenção do ímpeto prestes a disparar-se, a preparação racional do golpe, etc. . Na batalha de Waterloo, as tropas inglesas souberam aguentar – até

à chegada salvadora do marechal Blücher – as três cargas frenéticas de Napoleão. Wellington, aferrado tenazmente ao solo, manteve-se na defensiva, calmo, lúcido, senhor absoluto dos seus nervos de aço.

O que é indispensável admirar na batalha de Waterloo – escreve Victor Hugo, no famoso capítulo dos “Miseráveis” – é a Inglaterra; é a firmeza; a resolução e o sangue inglês”. Debalde o curso genial tentou abalar a imóvel e impenetrável muralha inglesa; os jogadores de E’ton, transformados em soldados, resistiam impassíveis, frios, o estádio fizera-se campo cruento de batalha, e sustentava-o, agora, como as pernas sustentam o corpo, o plinto sustenta a coluna.

Com a intrusão súbita de Blücher, na extrema direita francesa, Wellington passa repentinamente da defensiva à ofensiva; e então, as mesmas qualidades “desportivas” tão necessárias no “football association” e no remo do Tamisa, brilham de novo aqui o arranque, a alacridade, a cooperação harmónica. A nossa época, agitada, confusa e incerta de porvir, veio actualizar a célebre frase do “duque de ferro”: pensemos na campanha epopeica da Finlândia, na resistência maravilhosa dos finlandeses, a arremetida brutal e implacável do urso... moscovita. Parafraçando Wellington, poderemos dizer: “a campanha da Finlândia foi ganha (porque ser assim vencido é, afinal, ganhar) pelos jogadores da Finlândia”. Os estádios de Helsínquia, os campos de neve, os lagos da Finlândia, as florestas verdes, os esquis e as carabinas de caça prepararam e sustentaram o heroísmo dos guerreiros nórdicos. Não se veja, pois, no desporto um simples e vazio recreio ou passatempo, mas uma “escola” formadora do homem, do cidadão e do soldado patriota.

18/04/1940

RAMALHO ORTIGÃO, O DESPORTO E O IMPÉRIO

Ramalho Ortigão é – junto com Herculano e Eça de Queiroz, Antero de Quental e Oliveira Martins – um dos escritores mais vivos, mais presentes, mais hoje em dia do nosso glorioso século XIX. Vivo, não só pelo seu estilo (nítido, fluido, soalheiro, desabrochado, rico de seiva e polifónico de metais) mas outrossim pelo seu ideário, já como pedagogo, já como esteta, já como moralista, já como doutrinário político. Relendo há dias o volume VII das “Farpas” deparou-se-me esta pergunta de Ramalho: – “o que devemos fazer para manter por meio de medidas civilizadoras o domínio das nossas colónias”. A interrogação mantém a sua acuidade, mormente na quadra

histórica que atravessamos, tão arrepelada de inquietudes, tão sacudida de abalos sociais e apetites imperialísticos. Ramalho Ortigão teve, como poucos espíritos da sua época, lúcida consciência do papel do educador humanístico da educação física, e dentro desta, do desporto, considerado seminário de sólidas virtudes patrióticas. “Trabalhar pelo aperfeiçoamento físico de uma raça é trabalhar pelo seu futuro. É pela força física que se reconstitui a força moral”. Num país de tão graves e pesadas responsabilidades históricas – como é Portugal – Ramalho soube voluntariamente tomar para si a apostólica missão do professor da energia, da audácia reflectida, do heroísmo inteligente. Ele aponta, como padrão ou compêndio da arquitectura pedagógica, a estrutura da vida anglo-saxónica, alicerçada toda ela numa concepção particularista, que não comunitária. O jovem luso precisa – tal como o inglês – de ser treinado, educado, desde as fanchas infantis, no culto do “self-control”, do voluntarismo; do espírito de iniciativa pessoal, da autonomia crítica, da responsabilidade, da viril coragem físico-moral; de viver para a grei e não da grei; de ser uma peça laboriosa, actuante dentro do complexo mecânico social, e não um peso morto, parasitário, sempre apoiado ao grupo como a uma muleta.

Ramalho Ortigão vislumbrou no jogo desportivo uma das molas vitais, um dos “segredos” da educação inglesa; na base do gigantesco roble imperial inglês – que alastra pelo orbe as suas ramadas potentes – descobre-se o desporto como uma das suas raízes. John Bull é uma admirável nação colonizadora; através dos séculos sabe dirigir, revolucionar, explorar. Portugal – por excelência nação imperial também – precisa de forjar pacientemente, tenazmente, essas mesmas qualidades activas anglo-saxónicas na rude bigorna da educação física, ou melhor, de recuperar afinal as qualidades que constituíram outrora o radioso apanágio dos nossos avoengos, navegantes e colonizadores. Ramalho Ortigão, por experiência ou vivência pessoal e por cultura, fiava muito (talvez até demais) do ginásio, do estádio como escola regenerada da mocidade. Daí a sua campanha álcere, multímoda, das “Farpas” e do “John Bull”; daí a sua luta mordaz contra a espinhela caída, a carne mole, o andar desengonçado e acarneirado. No volume VIII das “Farpas”, Ramalho sugere ao leitor o título duma formosa conferência a realizar: “da influência do sport no carácter dos povos exploradores”. Ora, aqui está um tema de múltiplas sugestões histórico-ideológicas, susceptível de ser tratado com brilho e profundidade por qualquer moço estudioso dos nossos dias.

Porque não há-de surgir esse moço, mais dotado do que o humilde rabiscador destas regras mal alinhadas?

“PAUL REYNAUD, O DESPORTO E A GUERRA”

133

Não raro tenho escrito nas colunas desportivas do “Primeiro de Janeiro”: “o desporto – quando clássico, racional, mesurado – constitui uma magnífica escola ou ginásio de “coragem”. Graças à prática desportiva, o indivíduo habitua-se ao “risco”, à audácia reflectiva, disciplinada e tenaz, ao autodomínio, ou “self-control”; adapta-se ao real, treina-se na luta contra os obstáculos. Esse contacto experiencial com o rude arcaboço da natureza infiltra, gradualmente, no ânimo do indivíduo, a “confiança” nas suas próprias forças ou capacidade realizadora. Sem dúvida.

Há quem opine que esta tese é errónea e ingénua. A coragem seria inata; nasceria com o indivíduo, como a cor dos olhos. A coragem seria uma pura questão temperamental, idiossincrásica. Querer transformar o poltrão num valente, o indeciso num decidido, equivaleria a querer endireitar – como diz o clássico – a sombra duma vara torta. Como poderia o jogo desportivo operar essa “alquimia” de bruxo? Não. A falta de coragem é um dado invencível, irremovível, uma “fatalidade” perante a qual o indivíduo se tem que resignar passivo.

Nesta interpretação caracterológica existe – creio-o bem – certa dose de verdade. Ela peca, porém, pelo seu unilateralismo. Na base da coragem deve-se pôr sempre – e antes de mais – o elemento temperamental, constitucional. Nasce-se corajoso, como se nasce tímido. Simplesmente, a esse elemento hereditário, acrescenta-se o elemento educacional ou pedagógico, a contribuição – grande ou pequena, maior ou menor – proveniente da nossa vontade correctora. A coragem é um misto desses dois elementos, um doseamento variável de indivíduo para indivíduo.

Note-se até o seguinte: um moço naturalmente corajoso, pode ter sido morigerado num ambiente sufocante de desvirilização e tornar-se tímido; outro moço, naturalmente tímido, pode ter sido criado num entusiástico ambiente de virilização e tornar-se, se não intrépido, pelo menos mais decidido. Pois bem. O desporto pode e deve ser considerado como um – entre vários – instrumentos de “pedagogia da coragem”. Ensina a praticar inteligentemente o risco, a contrariar os defeitos da timidez, quer esta seja filha do temperamento, quer esta seja filha da educação. Digo “contrariar”, que não anular.

Estas reflexões brotam-me da pena, a propósito da leitura recente dum artigo de Alfredo Mallet, publicado em Abril próximo passado no hebdomadário internacional “Tribuna das Nações”, sob o título de “Um homem de decisão – Mr. Paul Reynaud”. Nesse breve estudo de análise crítica das qualidades psicofísicas do actual Presidente do Ministério francês – e entre os quais prepondera a coragem como elemento básico do seu carácter – Mallet considera o desporto “uma” das fontes

alimentadoras da energia reynaudiana. Reynaud é um veemente desportista, um alpinista ou orofilista para quem “a neve já não tem segredos”. Pratica a natação e a esgrima, o velocipedismo e o ténis. “Qualquer que seja o horário do dia – até mesmo neste momento – Reynaud reserva todas as manhãs e todas as noites um quarto de hora para a cultura física”.

Por isso mesmo que a coragem é – como já escrevi – um misto de herdado e de adquirido; não se me afigura errónea ou ingénua esta interpretação de Mallet.

Na alacridade, na tenacidade, no ímpeto ofensivo, no endurecimento, no realismo clarividente de Paul Reynaud, o desporto entra sem dúvida como um dos seus elementos construtivos. O mesmo se poderia afirmar a respeito de Churchill.

17/05/1940

DESPORTO, GUERRA E VIDA

Agora que a velha Europa, com um archote imenso na espessura da noite, crepita e esbraseia, arrastada num torvelinho de ferro e fogo, a muitos leitores se afigurará empresa inadequada, se não estéril e ingenuamente pueril, nossa reflexão sobre os problemas desportivos. Quando a guerra se apresenta – como esta dos nossos inquietos dias – totalitária, centralizadora, absorventíssima, terá o cidadão o direito de “desperdiçar” tempo e de distrair, criticamente, a atenção para outros temas ideológicos que não sejam os suscitados pelo punho brutal de Marte (problemas económicos, políticos, militares, etc.)? O facto da guerra vomitar sangue e fogo para além das nossas fronteiras, não deve fazer-nos olvidar que a guerra é um facto “crítico”, uma catástrofe momentânea; não se trata dum elemento permanente substancial mas de algo episódico que se intercala entre dois períodos de paz: a paz anterior e a paz posterior. A guerra só se compreende (embora nem sempre se justifique) como um esforço violento para a parturição duma “nova ordem” no mundo.

A destruição presente – com o seu fácies de horror – tem de ceder, tarde ou cedo, o passo à construção futura.

Sobre a morte renasce, impetuosa e álcere, a vida, como sobre as estátuas do tempo partido reverdece, teimoso, o acanto. Se isto é assim, se a Guerra há-de levar, necessariamente, à paz (sob pena de ruína do género humano) preparem-se

desde já os alicerces da futura paz, “pense-se” desde já amanhã: ora para essa paz vindoura não pode, e deve, o desporto – quando científico-clássico – contribuir como o seu óbulo? Creio que sim. Demais, repare-se no seguinte facto: o desporto é como que um magnífico “reflexo de defesa vital”. Quando a vitalidade se torna hipotensa, quando o organismo colectivo parece submergir-se já sem remédio nem esperança, a grei – sentindo-se anilhada de morte próxima – reage, desperta num sacão forte e, instintivamente, recorre aos jogos desportivos. É um arranque da vida para a vida, um gesto tão natural como o estremeção de o debater involuntário do naufrago em pleno mar. Escreve com razão Salazar Carreira, no seu voluminho “A necessidade do desporto”: “os desportos são automaticamente inventados pelas raças anilhadas de declínio”. Esta afirmação assume a imperiosidade e a segurança duma autêntica lei biológica. A história, com as suas páginas densas de experiência, o prova. A uma guerra violenta, dura, destruidora, segue-se uma “renascença desportiva”; é o dia a seguir-se à noite, a luz à treva. O desporto dir-se-á triunfante “réplica” da vida à morte: o organismo, calcado, espesinhado pelas duras botas de Marte, refugia-se no seio da madre-natura e aí procura beber a largos haustos, as seivas nutrientes de que precisa para o seu renascimento. É o mito de Anteu, o famoso gigante filho de Neptuno e da Terra, em cada século repetido. Sem querer, pedantemente, envergar a toga de profeta, pode contudo o crítico de hoje anunciar desde já uma futura “renascença desportiva”. Pois bem. Se o desporto é – como acima afirmei – um “reflexo de defesa vital” transformemos esse reflexo de acto medular em acto cerebral, ou, por outras palavras, “pensemos” o desporto racionalizando-o, classicizando-o. Só deste modo o tornaremos eficaz instrumento da organização da futura “paz”, qualquer que ela seja.

02/06/1940

A NATAÇÃO E O “APELO DA ÁGUA”

Eis-nos chegados, finalmente, e com viril alegria, à canícula! Flameja o sol, o calor aperta, a água exerce mais uma vez o seu sortilégio indizível (“water-appeal”, como escreve certo ilustre humorista norte-americano, parafraseando o já estafado “sex-appeal”). Em Portugal, a natação (quem o diria num país estruturalmente “marinho”) é, por motivos vários, um desporto intermitente, interrompido, intervalado,

exercido apenas durante a fugaz estação calmosa. Assim, o jovem desportista, amante dos recreios natatórios, passados os arrepios e os caramelos do inverno, vê chegar de novo, de coração palpitante, o ciclo estival: é o “paraíso de Neptuno” que se reabre, com os seus mil sabores e segredos.

A água – como se fosse voz fresca e pura – solta para o espaço o seu “apelo” ao homem. Nada mais interessante, para o psicofisiólogo, do que a análise crítica dessa atracção “humano-marinha”. Como explicar esse irreprimível e eterno “water-appeal”? Alegam vários evolucionistas, de visão audaz: a vida orgânica teria brotado um dia nas águas quentes dos mares equatoriais. O homem, nas longínquas idades primitivas, seria um minúsculo animal marinho, espécie de infusório flutuante, transformado ao longo dos milénios em peixe reptante em que as barbatanas deram lugar pouco a pouco aos membros articulados. O homem (o “UR-mensch” como escrevem os germânicos) já teria sido peixe; daí o “prestígio” da água. O homem, portanto o desportista, ao sentir-se fascinadoramente empurrado como por invisível mão para a toalha líquida, espelhante ao sol canicular, obedeceria – sem o saber – a um irreprimível instinto ancestral, regressaria biologicamente ao seu próprio ser ou madre original. O nosso corpo – alegam outros críticos – é, no fim de contas, um ambulante vaso de água; 50 por cento do peso do protoplasma é representado pela água. Não nos interessa, como é óbvio, discutir aqui estas explicações científicas ou pseudocientíficas; o que nos importa e cumpre sublinhar é esta fascinação espontânea, natural, inata do homem pela água. Fascinação só humana? Não. O apelo da água alarga-se a todo o vasto mundo biológico; infiltra-se em toda a massa viva. Não é só o bambino, a criança, o adolescente que adoram o “banho”; os animais, os brutos (como escreviam os naturalistas dos séculos passados) gostam de se debater no reino aquático; não é famosa a “pantomina” do elefante no ribeiro? Replicar-se-á agora: “é falsa, artificial, mero produto da fantasia essa atracção do homem pela água, essa “hidrofilia”; não tem o instrutor – ao ensinar a prática natatória – de combater o medo da água? Não existe uma autêntica “hidrofobia”, um “water-fear” espontâneo, natural, reflexo”? O medo da água é 80 por cento filho da educação: é um temor artificial, fictício, posticho. Resulta de enraizados vícios educacionais, de erros de direcção pedagógica. Decerto. O homem tem espontaneamente, receio da água. Mas esse receio não está em contradição com o seu forte amor por ela. No próximo artigo mostraremos que todo o amor é “ambivalente”, feito de atracção e recuo. Mas não confundamos o receio com o medo. O medo da água é já o receio “consolidado”, estabilizado por vícios preconceituais, que importa eliminar para bem do moço.

A NATAÇÃO, O DESPORTO E O MEDO

137

Sentir, ou ter medo não é vileza. O medo é uma reacção defensiva psicofisiológica – espontânea, natural – que se baseia no instinto de conservação. Perante o perigo real, ou o que se lhe afigura sê-lo, todo o homem normal sente o medo invadir-lhe o corpo e a alma sob a forma de perturbações musculares, viscerais, respiratórias, circulativas, glandulares, emocionais, etc.. O heroísmo não está em se não sofrer o medo, mas em se saber domar ou superar o medo – “Tremes, carcassa?” dizia ao corpo o bravíssimo Turenne antes de entrar como chefe no vivo da refrega. E acrescentava: – “Ah! Ainda mais tremerias, se soubesses para onde te vou levar!”. O corpo sente medo, defende-se reflexamente, mecanicamente, automaticamente, mas a vontade – norteada e esclarecida pela razão lúcida – propulsa-o, arrasta-o para o perigo. Turenne sentia ou tinha medo (e com que simplicidade e nobreza o confessava!) mas superava-o. Daí o seu duplo heroísmo: confessar o medo e vencer o medo. Retenhamos esta distinção básica: uma cousa é ter medo (processo tão natural, tão humano, tão vital como o respirar ou o digerir), outra cousa é subjugar o medo.

Em Portugal, o maior obstáculo a pulverizar dentro do apostolado da educação física, quer masculina, quer feminina (e, portanto, dentro do desporto natatório) reside precisamente no “culto do medo”. Logo desde os primeiros passos infantis, o moço, devido a certas aberrações preconceituais familiares é desviado dos exercícios desportivos, porque estes são “perigosos”. Natação? Horror! A água é frígida, e profunda, e traiçoeira, e sem cabelos. Decerto. Já se não vêem sobre as ondas o dorso branco das sereias nem o lombo escamoso dos tritões, mas a água pode engripar, reumatizar e sufocar o moço. Equitação? Horror! O ginete é fogoso, espantadiço, escoiceador. Não vá o moço quebrar a espinha, fracturar o crânio sobre as patas do quadrúpede. Tiro ao alvo? Horror! A pólvora queima, cega; não vá o jovem cortar o fio da vida com perdida bala que ricochete. E assim por diante. Este “culto do medo” – fabricado e nutrido pelo ambiente do lar – explica-nos, a pleníssima luz, a hidrofobia do luxo médio; perante uma toalha de água, espelhada ao sol, fresca e límpida, perante a onda azul, o adolescente sente invadir-lhe o corpo um medo paralisador. Debalde a “carne líquida” da água despede para o espaço o seu apelo incessante. O moço permanece quedo e mudo. Facto paradoxal, porquanto a mocidade ama o perigo, saboreia o risco; sentindo dentro de si borbulhar um caudal maravilhoso e generoso de energias, toda ela arde por expandir-se, alargar-se, dar-se. A educação lusa, estrutural e dinamicamente comunitária, aprisiona esse caudal e abafa-o, a cada passo e instante. Para a generalização e democratização dos exercícios natatórios urge destruir – mediante certa pedagogia tolerante e compreensiva – o “culto do medo”. Mostremos aos pais o “absurdo” e o “criminoso” da hidrofobia,

sublinhemos o valor higiênico, estético, recreativo, social da natação. Tendes medo da água? Pois bem; é nadando que destruireis esse medo. Quanto mais fugirdes do elemento líquido, mais este vos parecerá horrífico, perigoso, matador. O conhecimento traz amor, e o amor o conhecimento. Só amam a água os que dela se abeiram. Ao fanatismo de hidrofobia saibamos contrapor razões críticas, argumentos científicos, filhos da razão e da experiência.

18/07/1940

NATAÇÃO E PISCINA I

Não raro, em diálogo amável, tenho ouvido discorrer certos críticos: – para quê, a superfluidade ricaça duma piscina, num burgo disposto à beira-mar, como por exemplo o Porto ou a Figueira da Foz? Não será pleonástico, irracional, além de criminoso, desperdiçar dinheiro (sobretudo em país de tão minguados recursos financeiros e económicos como o nosso) na construção artificial daquilo que a madre-natureza espontaneamente, gratuitamente, generosamente nos apresenta como dádiva? Não é o mar da Foz, no Porto, ou a praia de Palheiros, na Figueira, uma verdadeira piscina, para mais de água viva, límpida e tónica? Não será disparate económico, opulência de argentário farto, “duplicar” essa piscina? A esta argumentação pode-se contrapor o seguinte: a piscina e a praia não são antónimos; não se excluem, antes se completam. “Ceci ne tuera pas cela”. Claro está que o mar é, de todas as piscinas, a mais útil, bela, higiênica e saudável; o movimento incessante e ritmo das suas ondas, a composição química (dum valor verdadeiramente medicinal) das suas águas, a forte radiação solar da sua imensa toalha líquida, são atributos maravilhosos. Mas atente-se: 1.º Nem todo o mar se presta a determinadas condições natatórias. Há mares ásperos, de cariz feio e revoltos, de fundo traiçoeiro, e extremamente movediço, de correntes perigosas. 2.º Nem sempre as condições meteorológicas (vento, chuva, nevoeiro, etc.) são favoráveis; o tempo, o bom tempo, afinal, não está na mão do nadador. 3.º Durante a fria estação invernososa, a carência duma piscina coberta, de água aquecida, interrompe a natação e torna-a, portanto, um desporto intermitente, intervalado, interrompido, sujeito ao implacável ciclo anual das estações. Em certos países (por exemplo, o nosso) a natação é considerada, não um desporto “de todo o ano”, mas apenas um belo desporto estival. Em Inglaterra, a queda da neve, a recepção festiva do Pai-Natal não corta de modo algum a prática da natação. O homem nada sempre, “para além” e acima do tempo. Deste

modo, o desportista não se destreina, não perde o que ganhou, mantém firme e até progressiva a “boa forma”; quer dizer, a “piscina tapa a solução de continuidade aberta pelo inverno”, ou, por outras palavras, a piscina liberta da garra do tempo a natação. Destemporaliza-a. 4º A piscina permite efectuar certas “performances” natatórias impossíveis, ou difíceis, de realizar à beira-mar: sobretudo, provas de grupo, de “equipa”, provas de competição. Em remo: a praia e a piscina são dois valores autónomos “complementares”. A existência de um não implica a repulsão, ou a condenação do outro. Sem dúvida. Terras há do interior, em que a piscina se torna premente necessidade colectiva. Se tendes praia, deixai que os outros, que nem sequer infelizmente a têm à mão, possam ao menos lograr os benefícios higiénicos e recreativos duma piscina artificial. Isso não pressupõe que à praia não se possa acrescentar, como justo acrescentamento ou coroamento desportivo, a piscina. Esta não é, como tantos críticos julgam, uma superfluidade censurável, uma irracionalidade, mas uma “etapa” dentro do progresso evolutivo da própria natação: corresponde a uma “fase de crescimento”.

05/08/1940

NATAÇÃO E PISCINA II

Pergunta-me em carta amável certo desportista, a banhos na Granja: – “por que razão se chama “piscina” à piscina?” Embora não sendo, como de facto não sou, filólogo profissional, peço vénia humilde aos técnicos para de bom grado responder a este fervoroso devoto das práticas natatórias. Piscina é palavra derivada do latim, sua madre; vem de “piscina”, e piscina, etimologicamente, de “piscis”, peixe. Piscina é, pois, o viveiro de peixes. Dirá agora, surpreso, o meu perguntador: – “não será então erróneo chamar piscina ao tanque onde nada a mocidade? A que propósito se referir, indirectamente, aos peixes?” Mas a palavra piscina não significa tão-só viveiro de peixes. Refere-se a todo e qualquer reservatório de água, seja este uma bilha grande, um charco ou uma lagoa. Assim, a famosa Lagoa Escura da Serra da Estrela é uma piscina ou aquário, como piscina é a pateira de Fermentelos. Não se me afigura, pois, abuso vocabular a denominação de piscina aplicada ao reservatório onde se pratica e se ensina natação.

Decerto. Esta piscina podia chamar-se “tanque de natação, bacia de natação”, fórmula correspondente ao “Swimming-pond” inglês, à “Schwimmbassin” germânica. Mas além de que o vocábulo está já enraizado no húmus popular (e é o povo quem,

despoticamente, “todo lo manda” na gramática) sublinhemos que a palavra piscina é fortemente sugestiva e expressiva dentro das belas artes desportivas.

140

Se a piscina de natação não contém peixes nem serve de viveiro de peixes, “peixes” devem ser no entanto os moços nadadores de ambos os sexos, ou pelo menos dar aos olhos do espectador a gratíssima impressão de que peixes são ou pretendem ser. Ágil, rápido, cortante, flexível, fugidio, longilíneo, silencioso, elegante e plácido como um peixe, eis o ideal eterno do eterno nadador. Que melhor elogio se pode fazer a um jovem nadador do que chamar-lhe “o homem-peixe”, “o homem-tritão”, “a mulher-sereia”? Depois, nos seus movimentos, não imita o nadador o “estilo” do próprio peixe? O batimento veloz das pernas, no “crawl”, correspondente ao movimento propulsivo oscilatório da barbatana caudal do peixe. Simplesmente com esta diferença: no peixe, como observa G. de Villepion no seu formoso livro “Nageons”, o movimento realiza-se num sentido “lateral” (da esquerda para a direita, e da direita para a esquerda); o peixe – sacudindo e ferindo a massa líquida – busca provocar no movimento da água, uma corrente que o empurre para a frente. No “crawl” o movimento opera-se num sentido “vertical” (de cima para baixo e de baixo para cima); batendo rapidamente e sucessivamente as pernas, o nadador exerce uma determinada e constante pressão na água, tal como o peixe. O “crawl” é, por isso, como que a “humanização” do estilo natatório do peixe, ou parafraseando uma fórmula humorística de Eça de Queiroz “o estilo do peixe traduzido em calão humano”. Chamemos, pois, sem receio piscina ao tanque de bacia de natação. Piscina vem de “piscis”, peixe; ora bem, o peixe – de água doce ou salgada – é (e será sempre, até à consumação dos séculos) o nobre “deus tutelar” das artes natatórias, o fecundo poeta “inspirador” dos estilos natatórios, o grande “mestre” da mocidade que rendidamente se entrega aos mil sabores e devaneios da água.

15/08/1940

NATAÇÃO E PISCINA III

É este o terceiro artigo que dedico aos assuntos desportivos relacionados com a piscina. As artes natatórias têm – de há poucos anos para cá – adquirido entre nós tão alto grau de prestígio e fascinação, que importa debater, com rigor crítico e serena objectividade, todos os temas que com elas se connexionem. Na crónica desportiva de hoje dou réplica a uma objecção formulada por certos críticos lu-

sos “anti-piscinários” (permita-se-me o feio barbarismo). Alegam eles: “a piscina é uma construção humana artificial ou artificiosa; não permite a expansão das artes natatórias. Como se fosse um colete de malhas de ferro, a piscina cinge, aperta o sólido arcaboço do nadador. A natação pressupõe o espaço livre e amplo, a “campina” solta, sem prisão nem limites. O verdadeiro nadador, habituado desde cedo ao contacto viril, rude da madre-natura, ao entrar no tanque da piscina (sobretudo da piscina em recinto coberto) sente-se “entalado”, comprimido, aprisionado como que entre as quatro paredes duma sala.

Demais, a toalha líquida – de “corpo” imóvel – dá ao nadador que a sulca a impressão displicente de coisa “mortuária”, cadavérica. Que contraste eloquente entre a água viva, tónica, buliçosa do mar (ou do simples rio que vai fluindo, cantante e fresco sobre as areias) e a água aprisionada, ou semiaprisionada, da piscina! “Melhor é experimentá-lo que julgá-lo”. Nestes reparos luz, sem dúvida, certa verdade. Por mais perfeita que uma piscina seja, ela representa uma hábil construção... defeituosa, “gauche”, artificial.

O mar será sempre a natural, a verdadeira piscina... para os homens e os peixes. A piscina não falseia, porém, a natação; pelo contrário, ela representa um óptimo instrumento de educação e progresso das artes natatórias. Já escrevemos (num artigo anterior de “O Primeiro de Janeiro”) que a “piscina” e a “praia” são valores autónomos complementares. Não se excluem, não se agredem um ao outro, antes se completam, porque cada um fornece, empresta ao outro aquilo de que o outro carece. Como dissemos, nem todo o mar, por motivos vários, se presta a determinadas condições natatórias; nem sempre as condições meteorológicas (vento, chuva, nevoeiro, etc.) são favoráveis à prática da natação; a piscina de água aquecida durante a estação invernososa não interrompe a natação, não torna esta um desporto intermitente, intervalado, interrupto. Embora o mar seja de todas as piscinas a mais útil, bela, higiénica e saudável, aqui a piscina vem completar a praia, vem tornar a natação um exercício finamente plástico, maleável, de poderosos recursos. Decerto. O nadador de alto mar, habituado ao contacto da onda azul, ao abraço húmido, fresco e marulhento do oceano, sente-se dentro da piscina como dentro dum “bolso”. Mas repare-se: a piscina, ainda aqui, longe de furtar ao oceano o nadador, “prepara” pelo contrário este para aquele. A piscina é a “ante-câmara” da praia; é o ginásio primário onde o moço ensaia os primeiros passos (diremos antes as primeiras indecisas braçadas) antes de se lançar na onda; depois, já adulto e afeiçoado pela praia, é o ginásio permanente onde o nadador vem, durante o inverno, manter a sua “forma”, combatendo o destreino tão desvalorizador das qualidades desportivas já conquistadas.

NATAÇÃO E CULTURA

142

Os velhos clássicos gregos e romanos (tão cheios de finura de espírito, de sólido bom-senso e de claríssimo realismo) quando desejavam traduzir a rusticidade ou a bruteza de qualquer varão, utilizavam a seguinte fórmula: “Não sabe as letras nem nadar”. Aqui as letras aparecem vinculadas ao nadar. Porquê? Que tem a natação que ver, de perto ou de longe, directa ou indirectamente, com as letras? Não se poderia apenas ter escrito sobriamente: “Não sabe as letras”? Para que sublinhar a ignorância das artes natatórias onde já bastava sublinhar a ignorância dos estudos?

A razão oferece-se clara e eloquente. E’ que para o clássico – subtil esquadrinhador da complexa “natureza humana” – o nadar e as letras faziam parte integrante, como duas faces inseparáveis ou solidárias, da mesma arquitectura pedagógica. O nadar interessa ao “corpo”, as letras interessam ao “espírito”. Pois bem. O “corpo” e o “espírito”, dentro do sábio humanismo helénico, representam não dois mundos, duas esferas ou províncias autónomas, mas duas realidades vivas que se fundem ou se interpenetram.

O homem é uno, e o homem só cresce, só progride e só verdadeiramente constrói na medida exacta em que o corpo e o espírito – esse binómio eterno! – reciprocamente se cultivam e se depuram. Não um dualismo hostil e perigoso, mas um monismo compreensivo e simpático. Simplesmente o espírito – a razão apolínea – deve pausar o corpo, o instinto dionisiaco. Por outras palavras: o desprezo do corpo – quer dizer, da cultura física – era para o clássico um repulsivo sintoma de “barbarismo”; não cuidar amorosamente do corpo, apurando só o espírito, equivalia a mutilar a “natureza humana”, a realizar uma cultura incompleta, unilateral, desarmónica.

Não saber as letras era tão “bárbaro” como não saber nadar; não saber nadar era tão “bárbaro” como não saber as letras. Pergunta-se agora: mas porque motivo diagnosticou o heleno, entre os vários desportos, a ignorância da natação como o traço revelador do “barbarismo” individual? Porque não a ignorância do disco, ou do salto, ou da corrida, ou do pugilato? A resposta apresenta-se fácil: simplesmente porque a natação é... a grande “rainha” dos desportos. Ela resume, dentro de si, todos os desportos. O nadar pressupõe no varão não só todas as qualidades desportivas existentes, separadamente, nos outros desportos, como também põe em jogo no corpo humano todos os músculos, todos os tendões, todas as articulações, todos os membros.

A natação é o desporto “integral”, o desporto síntese de todos os desportos. Ignorar os exercícios natatórios, ou desprezá-los, era pois para o clássico grego e romano

repelir o mais belo, nobre e plástico instrumento de cultura individual e, “ipso facto”, revelar um espírito de bárbaro, espírito seco e bruto como as pedras do Taigeto.

No momento em que a natação começa a “afirmar-se” entre nós, saibamos volver os olhos (sem medo de cairmos no vício do passadismo) para a luz imorredoura que brota da Grécia antiga. Saudemos os helenos, os verdadeiros mestres do desporto são, inteligente e humanístico.

17/09/1940

O “SONO HIBERNAL” DA NATAÇÃO

Com os primeiros arrepios outonais – manhãs frescas, de neblina errante e esvoaçante – a “curva” da natação começa a descer a mergulhar em “voo picado” (como hoje tanto se escreve nesta quadra de bélicos furores).

Os corpos, receosos do áspero contacto da água fria, retraem-se; as piscinas esvaziam-se. Vai principiar, meus amigos, a longa e triste época da “hibernação natatória”. Porque a natação, nesta terra lusa, é como certos animais que todos conhecemos: vive uma certa vida, vida fugaz e álcere; depois afunda-se, progressivamente, num “sono hibernar”, numa quietação total. Sono de defesa?

Eduardo Claparède, o profundo biologista suíço, estudador da função hípnicar, interpreta o sono (e dentro do sono a hibernação de determinadas espécies animais) como sendo um benéfico “reflexo de defesa”. O animal dorme... para não morrer; não se dorme porque se está fatigado, dorme-se... para que o organismo não se esgote além de certos limites. O sono seria, pois, um espontâneo, natural mecanismo biológico defensivo, uma função finalista de conservação. Pergunta-se agora: e o “sono hibernar” da natação é uma pausa útil ou prejudicial? Respondo: prejudicial.

A interrupção da natação não constitui uma pausa defensiva; não representa uma defesa da natação perante os rigores invernais do clima (como é a hibernação em certos bichos) mas um enfraquecimento, uma carência. O amante da natação deixa, periodicamente, de nadar porque... não pode nadar; aqui, a intermitência forçada da prática natatória, longe de beneficiar o nadador, prejudica-o, destreina-o. O ideal da natação seria que esta se pudesse exercer sempre que o nadador o apetecesse, para além e acima das fronteiras do tempo. Em resumo: “des-hibernizemos” (passe o termo) a natação. Porque se trata dum desporto maravilhoso, tão cheio de benefícios higiénicos, estéticos e recreativos, façamos dela um desporto permanente, ininterrupto.

Não deixemos durante o inverno, tanto quanto possível dentro dos nossos modestos recursos económicos, “dormir” a natação.

Desportivamente, o “sono” da natação, ao contrário do verdadeiro sono biológico, que é um “reflexo de defesa”, só pode ser um reflexo de entorpecimento, de debilitação.

Mas aqui aguça-se o problema: como “des-hibernizar” a natação? Dois remédios se nos deparam; um, de natureza económica: aquecer, evidentemente, a água (verdade indestrutível à Pero Grulho); outro, de natureza biológica: treinar, desde a infância, e sempre dentro duma rigorosa vigilância clínica, o indivíduo no hábito da tónica água fria. Deste modo, os dois remédios conjugados permitirão, dum lado, prolongar os exercícios natatórios em água fria até quase à fronteira do inverno, e do outro lado, limitar o dispêndio (sempre elevado) do aquecimento da piscina apenas a alguns breves meses. Como é óbvio, aqui o económico é “função” do biológico.

Ramalho Ortigão, em Portugal, foi o “professor” incansável da água fria, da ducha áspera, do banho estimulante. Ninguém, como ele, foi o inimigo inteligente do “sono hibernar” da natação.

03/10/1940

DESPORTO E A EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

O título desta crónica decerto soará com tom paradoxal nos ouvidos do leitor. Dirá este: que ligações se poderão urdir entre a actividade desportiva e a Exposição do Mundo Português? Que tem que ver o desporto com a obra cultural ali erguida em Belém, junto do Tejo? No entanto a questão é simples, a uma análise mais fina. A Exposição do Mundo Português representa a demonstração artística desta verdade histórica: a pequena “casa lusitana” desempenhou e desempenha, dentro do quadro geral dos povos, um profundo papel civilizador, humanístico. Ao percorrermos um por um, os pavilhões lusos, o coração dilata-se-nos, num irresistível ímpeto de entusiasmo, admiração e orgulho. Como foi possível, a uma tão pequena raça de heróis, construir ao longo dos séculos uma tão gigantesca epopeia de valores! Insensivelmente, acode-nos ao espírito a comparação, já tantas vezes feita, entre a Hélada clássica e o Portugal de ontem, Portugal foi a Grécia dos tempos modernos, Grécia pela pequenez do seu torrão pátrio e Grécia pela forte irradiação espiritual

que dele brotou. Perante essa irradiação espiritual – ali plasmada, esteticamente, aos olhos do público – torna-se persuasivo que “só um povo de excepcionais virtudes cívicas, morais, intelectuais e físicas seria capaz de erguer, sobre os seus musculosos ombros de atleta, um tão grande mundo”. Não só um atleta na alma, mas outrossim um atleta no corpo: uma “mens” sã unida estreitamente a um “corpo” são. Como seria compreensível e fazível tal mundo espiritual construído sobre uma base biológica raquítica? Os homens de Aviz e de Cabral, de Gama e de Magalhães enraizavam-se, firmemente, na vida, como robles possantes, de nervosos troncos aéreos que o vendaval não torce. Contemplem-se as famosas tábuas de Gonçalves, e analisem-se aqueles varões de linhas austeras e impassíveis.

Como através delas se insinua e estua, palpitante, a “vida”, na sua plenitude moral e física! A Exposição do Mundo Português torna-nos conscientes da nossa missão desempenhada no mundo; faz-nos sentir, através dos mil prestígios sensuais da arte, a responsabilidade do pretérito e a necessidade de reerguermos a grei até á altura cultural que esse mesmo pretérito nos legou.

Um povo com tal passado histórico deve honrá-lo criando um futuro tão digno dele ou mais digno ainda, se possível. Excelsior! Pois bem. Ao desporto, à educação física, cientificamente estruturada e orientada, cabe como já observara, com fina visão judicatória, Ramalho Ortigão nas “Farpas” – um papel relevante dentro da “formação” das novas camadas lusas. Não que o desporto seja “tudo” dentro da campanha forjadora da futura grei, como querem e propagam tantos fanáticos, de turva compreensão unilateral. O desporto não é, nem nunca foi tudo, claríssimo está, mas o desporto é sem duvida alguma um dos instrumentos fecundos que, unido a outros numa harmonia racional, saberá e poderá criar no tempo uma raça de atletas lusos, tão firmes no corpo quão firmes na alma.

24/10/1940

PRECONCEITOS DESPORTIVOS I

Sob este título geral “preconceitos desportivos” enfeixarei todo um vasto conjunto de preconceitos colectivos (ou de prejuízos largamente difundidos entre o público) que importa derrubar para benefício do próprio desporto. Diz-nos a lógica que a primeira condição (a básica) para qualquer proveitoso duelo crítico reside na definição clara do problema a verter. Nada mais vulgar que o sofisma “fallatio

accidentis”, isto é, o erro que consiste em se transformar num atributo essencial aquilo que é mero acidente possível, ou transitório.

146

Imputam-se, por espontânea paixão deformadora ou por vulpina intenção malévola, ao verdadeiro desporto erros ou vícios exteriores à sua essência, e a seguir elaboram-se várias dialécticas, aparentemente finas, destinadas a subestimar, ou a condenar, o desporto como tóxico perigoso “sub specie societatis”. Tal atitude resume-se, afinal, em se pretender acutilar, esventrar... um fantasma, que é só criação arbitrária do nosso perturbado espírito; portanto, atitude estéril, se não risível.

Analisemos, na breve crónica de hoje, este primeiro preconceito: “o desporto é uma escola terrível de violência, de brutalidade, de ferocidade até”. O publicista Jean des Roseaux, no sugestivo folheto “A prática dos desportos” (1931), escreve: “O campeonato de rugby não se coloca abaixo do combate dos gladiadores”. Não se confunda – objectaremos nós – a rivalidade (ou a varonilidade) com a violência. Qualquer indivíduo pode ser robusto, impetuoso no ataque e na defesa, decidido e duro e não ser violento. A violência é uma força... indisciplinada, indomada, sem peias nem limites, porque irracional, quer dizer, uma força não-força.

Ora nós já afirmámos – amiudadas vezes – que o desporto é (como o doutrinaram os velhos gregos e o demonstraram, praticamente, pelo exemplo) um “classicismo”, uma harmonia contínua, estruturada de racionalidade, equilíbrio, serenidade e auto-refreamento. Não é Diónisos, mas sim Apolo – o belo deus de razão clara – quem preside aos desportos e os orienta. Sem Diónisos, Apolo, ou seja o desporto, não daria sequer um passo, faltar de energias; mas sem Apolo, Diónisos marcharia aos tombos e baldões, como um pobre cego ou como um bêbado.

O desporto não é cousa romântica, se pressupõe o músculo, requer outrossim o freio. O pedagogo desportista deve criar no efebo todo um sistema de condução, criar reflexos refreadores, sublimar gradualmente o “instinto combativo” inato na natureza humana. Decerto. Não raro o desporto, quando em mãos inexperientes e incultas, se transmuta em péssima escola de violências, disputas e agressões. Não raro a polícia invade o estádio, a punir o jogador e o espectador. Mas este “belicismo” representa a “corrupção do óptimo”; da prostituição não é responsável o verdadeiro amor, do tartufismo a verdadeira religião, do falso desporto o autêntico desporto.

O mal aqui não reside no acto, mas no actuante; contra essa adulteração deve precisamente lutar o crítico, numa faina incessante de esclarecimento de ideias. A violência é um “parasita” romântico, extrínseco ao desporto apolíneo, que importa expulsar deste sob pena de descrédito e ruína do próprio desporto.

PRECONCEITOS DESPORTIVOS II

“Esclarecer as ideias é pôr em ordem o mundo” (Campoamor). Tentemos, na crónica de hoje, esclarecer (quer dizer, tornar claras) novas ideias sobre o desporto de forma a desenraizar tenazes prejuízos antidesportivos. Escreve certo publicista luso: “entre a violência do desporto que excita e seduz, e a técnica que reclama energias concentradas e atenção calma, há verdadeira oposição e irredutibilidade”. Manifesta-se aqui uma incompreensão total do que seja, ou deva ser, o “verdadeiro” desporto. Sem dúvida que a técnica profissional exige concentração de energias, disciplina de atenção, serenidade racional; mas o mesmo sucede com o desporto.

Já afirmámos que o jogo é uma actividade disciplinada, metodizada, sujeita ao “fair-play”. A violência anárquica do jogo é apenas aparente; no seu âmago o jogo rola sobre um núcleo de forças sabiamente combinadas e equilibradas. Escola de civismo, de auto-refreamento, de coragem, de ascetismo, de precisão matemática. Só o espírito superficial pode iludir-se com o que estremece de impetuoso, de juvenil de álaçre no desporto. Repare-se: a Grécia foi, na antiguidade, a verdadeira pátria do desporto; ali o jogo atingiu a sua perfeição inultrapassável. Porquê? Porque a Grécia foi simultaneamente o país da mesura, da razão, do equilíbrio estético.

O desporto é, por definição, um exercício “clássico”. Supõe-se no jogador a soberania absoluta da razão sobre o instinto bruto e caótico. Só na medida em que o jogo se classifica, isto é, só na medida em que o jogo coordena, esclarece, supera e doma a fúria romântica dos instintos é que o jogo se pode chamar a si mesmo jogo. O desporto é obra “racional”: portanto, entre a técnica profissional e o desporto não existe oposição; muito pelo contrário, existe íntima “colaboração”.

Na Inglaterra, o jogo constitui – como escrevia o nosso Ramalho – “uma espécie de religião”. Pois bem. Em que é que o desporto se opõe à organização e actuação “económicas” britânicas? Em que é que o jogo se opõe à concentração de energias e à calma da atenção voluntária requeridas pela técnica profissional?

Mas argumenta o publicista antidesportista: “em vez de tomarem assento no serviço... os jovens vivem na febre da excitação produzida pelos jogos desportivos”. Esta objecção é improcedente. Aqui diagnostica-se a febre da excitação como fruto directo, espontâneo, natural dos jogos desportivos. Ora isto é erróneo, porque tal febre resulta, não do autêntico desporto, que é obra clássica, mas do desporto aberrativo que para aí vemos desorientar os moços inexpertos, facilmente sugestionáveis.

Longe de enfebrececer, o jogo desportivo possui virtudes gerais “tónico-calmantes”. Se o jovem desportista transporta para dentro da profissão certa febre ou nervosismo, isso deve-se à transviada rota dos seus exercícios. Não é o desporto que enfebrece

e desequilibra o sistema nervoso, que eretiza e desbrida a imaginação (essa “folle du logis”); não falámos já na automatização, na mecanização, na desumanização de muitos técnicos profissionais? Mas continuaremos na próxima crónica.

21/11/1940

PRECONCEITOS DESPORTIVOS III

Longe de ser, como tantos articulistas pregam, o “inimigo mortal” da profissão, o verdadeiro desporto (o clássico, o apolíneo, o humanístico) representa, pelo contrário, o seu boníssimo “colaborador”. O desporto – porque possui, como o mostra um saber “só de experiências feito”, virtudes gerais tónico-calmantes – serve de recreio ao trabalhador, de pausa momentânea, de “evasão” às duras necessidades e brutalidades da oficina. Enquanto joga, e porque joga, a alma “desafoga-se”, olvida por instantes o esgotante “struggle for life”; com que prazer se exerce o anglo-saxão nos desportos do “fim-da-semana”, do famoso “week end”!

Mal termina a semana, embora sobre a secretária se amontoem os problemas, os relatórios e os gráficos, John Bull abandona tudo, “foge” para o campo, rio, floresta ou montanha, tenisa ou nada, rema ou pesca, faz velocipedismo ou caça, certíssimo como está de que findo o seu recreio desportivo (espécie de instintiva cura médica) pode regressar de novo à profissão, agora mais calmo, mais tonificado, mais desnublado o espírito e robustecida a vontade. Por outras palavras, não é o desporto que “leva” a febre para a profissão, mas sim o desporto que – terapêuticamente – a “tira” à profissão.

O verdadeiro desporto é o “quinino” ou a “antipirina” da profissão: um febrífugo. Não se veja no lusismo desportivo “o verdadeiro assassino da perfeição técnica do trabalho” (como escreve certo doutrinador luso), mas sim o seu eficiente e leal auxiliar. Ramalho Ortigão, num dos luminosos capítulos das “Farpas”, sugeriu ao leitor o título de uma bela conferência a realizar: “da influência do sport no carácter dos povos exploradores”. Decerto. Ao formular esta tese, o bom Ramalho pensava (e com razão) no Império, na “Commonwealth” de sua Majestade Britânica, no admirável povo inglês, tão realista e prático, tão equilibrado e tenaz. Ora, se o desporto fosse antagonista, “assassino” da perfeição técnica do trabalho, como conciliar esse facto com o carácter dos povos exploradores, que necessitam precisamente de possuir o domínio absoluto das “técnicas”, o senhorio científico das profissões?

Que povo mais carece de serenidade e exame, numa palavra, de “capacidades”, de que o povo que se dilata pelo orbe e se propõe explorar, colonizar, dirigir? E que povo, na Europa moderna, mais se tem afirmado como “explorador” de que o povo inglês, estruturalmente desportivista e estruturalmente laborista? Repetimos: está errado, porque, precipitado e superficial, o diagnóstico ou a análise que atribui a “febre da excitação” ao exercício dos jogos desportivos. Não é o desporto (o nadar, o barquear, o pedestrianismo, o pedalar, o esquiar) que enfebrecer e “ipso facto” desequilibra o nosso já desequilibrado sistema nervoso. O problema reside mais fundo e mais dentro. O depauperamento físico-mental provocado por vários trabalhos exercidos em péssimas condições de salubridade e disciplina, aliado à automatização e mecanização de muitas técnicas, é que tende a “desorganizar” o obreiro (mal nutrido e enroupado, vegetando em casebres infectos) e a torná-lo um ser inquieto, de alma nevrótica e pupilas ansiosas.

07/12/1940

A OCIOSIDADE, O ÓCIO E O DESPORTO

Não raro, nas entrelinhas de vários publicistas, se deixa entrever, insinuar esta tese: “o desporto é uma ociosidade parasitária, infecunda como as areias desérticas, próprio para aristocratas de mãos finas e plutocratas de burra farta. Como pode o povo trabalhador, que moureja o áspero e incessante pão de cada dia, entregar-se aos devaneios dos jogos desportivos? Decerto, o barquear e o ténis são cousas formosas e deleitantes, o patinar e o biciletar constituem exercícios doces, mas para as massas proletárias representam encantos inacessíveis; como oferecê-los ao operário, calejado na enxada, no alvião, no tear, na serra, no torno, no volante? E ainda que possível fosse oferecê-los, valeria realmente a pena malbaratar o preciosíssimo tempo – já de si tão velozmente fugidio nesta vida tão trepidante – com essas ociosidades do homem rico?”.

Enovelam-se aqui, nesta dialéctica, certas confusões que importa aclarar, desfazer. Em primeiro lugar, os jogos desportivos não são “ociosidades”, mas “ócios”. Não confundamos, por ignorância ou intenção malévola, ócio com ociosidade. A palavra ociosidade é interpretada pelo vulgo (e com razão) como sinónimo de parasitismo vagabundo, de preguiça toscanejante. O ocioso não vive, vegeta, submerge-se na

moleza, deixa-se aprisionar pelos instintos. Nesse sentido opina a sabedoria das nações: “a ociosidade é a mãe de todos os vícios”.

É que “nada fazer é fazer mal”. Mas a palavra ócio tem um significado “neutro”: lazer, vagar, tempo livre ou desafogado. O ócio não pressupõe, necessariamente, uma valorização ética; ou antes, se o ócio é o tempo livre, a aplicação desse tempo livre é que imprime coloração moral (positiva ou negativa) ao ócio. Assim, a ociosidade é a “má” aplicação ou utilização do ócio.

O obreiro, que se entrega aos delírios do álcool, aos mercenários deleites de Vénus, à especulação do jogo, malbarata o ócio dominical. Torna o seu ócio ociosidade, vício, esterilidade. Mas o artista, que gasta o tempo livre na escultura, na poesia, na música, o cientista que trabalha no laboratório, o filantropo que ajuda os órfãos e visita os presos utilizam nobremente os seus ócios; servem o universal humano.

A palavra “ocioso” é, pois, susceptível de ser valorizada bipolarmente: há o “bom” e o “mau” ocioso. O desporto – quando racionalmente compreendido e executado – representa “uma” das boas formas de utilização do ócio. Simplesmente, o desporto (como todo o ócio) deve supor sempre uma profissão “prévia”: é esta profissão que servirá de alicerce ao viver do desportista. E não se afirme que os jogos desportivos são realidades “inacessíveis” ao povo trabalhador.

Precisamente um dos deveres da nossa época renovadora está na “democratização” gradual do desporto; torna-se mister melhorar, subir o nível económico do trabalhador, de forma a que este possa lograr conquistar ócios (que não ociosidades). Não é o aristocrata parasitário, que foge ao trabalho, que precisa do desporto. Do desporto precisa, justamente, aquele cidadão que “vive” do trabalho, e que “ama” o trabalho.

19/12/1940

O DESPORTO, ÓCIO INTELIGENTE

Afirmámos na nossa última crónica desportiva: “não é o aristocrata ocioso, e por isso mesmo parasitário, quem necessita dos jogos desportivos, mas sim o cidadão que vive do trabalho e que verdadeiramente ama o trabalho. Na aparência, esta fórmula simples dir-se-ia paradoxal, escandalosa até; vincular ao trabalho, ao esgotante exercício do “pão nosso de cada dia” o desporto, parece atitude frívola de

quem nunca soube (porque não quis) compreender qual a “essência” do trabalho. Nada mais surpreendente para o crítico actual de que esta carência de reflexão sobre as relações existentes entre o desporto e o trabalho. Devem-se ao biologista e ao endocrinologista espanhol Gregório Marañon os primeiros vigorosos ensaios sobre a “compreensão” e a “importância económica” do desportismo. É a nossa quadra histórica, criadora da máquina, essencialmente caracterizada pela importância gigantesca do “factor” económico: as reivindicações das massas obreiras, a organização científica e moral do laborismo, o contacto e a penetração das classes e dos ofícios, etc., etc.

Pode-se lá porventura compreender que o desporto – tão derramado e cada vez mais derramado entre o povo – escape à atenção clarividente do economista, do pedagogo, do político, do higienista, do moralista? É o desporto uma ociosidade ou um ócio? Um desperdício ou uma concentração de energias humanas? Um adversário ou um colaborador do trabalho? Um caudal a secar, ou um caudal a regularizar, a disciplinar, a racionalizar, a sublimar? Por outras palavras: é o desporto um valor ou um contravalor? Claríssimo está que a orientação e o porvir do desportismo dependem substancialmente da resposta dada a estas várias perguntas. O fundamental é encarar desde já o desportismo como “coisa” séria, grave, de enorme volume e repercussão. O verdadeiro crítico sabe descobrir em tudo, ainda naquilo que à primeira vista parece frívolo e efémero, problemas, inquietações, temas a esclarecer e desenredar. Pois bem. O verdadeiro desporto, quer dizer, o clássico, o humanista, representa um “ócio”, um lazer, um aproveitamento de tempo livre, o que os franceses chamam um “loisir” e os alemães “eine Musse”. Ócio de profundo significado biológico-social. Simplesmente este ócio deve constituir não um privilégio egoístico ou monopólio de certas classes (como a senhorial no mundo feudalístico do “ancien regime”, ou como a burguesa no mundo capitalístico do século XIX), mas uma dádiva “geral” da civilização moderna. O ócio tende a democratizar-se, a generalizar-se; e sendo o desporto um ócio, implicitamente o desporto tende a difundir-se como um bem ou conquista de carácter universal. Mas essa difusão tem de ser feita com prudente saber, clara visão crítica e forte disciplina.

Eis porque a França, em 1936, soube criar o “Subsecretariado de Estado para a organização dos ócios e dos desportos”, sob a direcção de Leo Lagrange. Criação revolucionária, de audacioso passo. O ócio precisa – tal como o trabalho – de ser utilizado com inteligência, para bem da própria humanidade. O ócio não se opõe ao trabalho, nem este àquele. O ócio é, afinal, o trabalho criador que repousa para novos trabalhos.

O DESPORTO E O ENDURECIMENTO I

152

O “endurecimento”, eis um dos grandes benefícios (por todos os críticos louvado) dos jogos desportivos. Mas que se deve entender por “endurecimento”? Não é a vida – estrutural e funcionalmente – flexibilidade, plasticidade, maleabilidade? Repare-se desde já: a dureza não repugna à flexibilidade. Pode-se ser duro e flexível. Numa bem temperada lâmina de aço de Toledo coexistem, em íntima harmonia, essas duas qualidades físicas. Quanto maior o grau de flexibilidade, tanto maior o coeficiente de dureza. A dureza “não flexível” redundava em triste fragilidade. Pois bem. O endurecimento desportivo (a famosa “endurance”) representa a varonilização, o robustecimento do indivíduo mediante a ascese.

O endurecimento constitui o fruto natural da ascese desportiva. Digamos que o verdadeiro endurecimento não se opera somente em relação ao corpo, mas outrossim em relação ao espírito. A verdadeira “endurance” é psicofísica; pressupõe a actuação sistemática sobre o homem como um “todo”, o homem integral, o chamado “composto humano”. O endurecimento ascético – desportivo assenta sobre um regime especial, uma disciplina (verdadeira higiene): o moço adolescente deve, sob orientação científica, treinar-se na habituação e na superação voluntária de todas as privações. Treinar-se no auto – refreamento, na posse resoluta de si mesmo, no senhorio dos seus apetites, na maceração ou mortificação dos seus instintos.

Já escrevemos que o autêntico desporto, longe de ser obra fácil, devaneio lânguido, abandono macio, constitui pelo contrário empresa severa, tarefa árdua. Quem diz endurecimento, diz ascese, e quem diz ascese diz esforço, tensão. Ascese vem do grego “askesis” e “askesis” de “askein”, exercitar-se, combater. A designação de asceta era aplicada, na antiguidade helénico – romana, a todo o varão que se exercitava, se adestrava, se preparava para os jogos do estádio ou os labores da vida militar. Asceta significava atleta (de “athlos”, combate).

O endurecimento disciplina o moço para o “combate”; busca torná-lo forte, duro como o aço e ao mesmo tempo flexível como ele. Tal como a lâmina de Toledo, que sabe aparar e responder a todos os golpes do antagonista, o desportista deve estar apto a aguentar e a replicar a todos os golpes dos homens e das coisas. Duro, sim, mas flexível, flexível sim, mas duro.

“Queres ser vencedor nos jogos olímpicos?” pergunta Epitecto. “Haverás de pôr-te em regimento, e comer muitas coisas que te não sabem bem; guardar-te de viandas delicadas; a certo tempo excitar-te por calma e por frio, não beber senão por medida, assim água como vinho, entregar-te nas mãos do mestre da luta como nas de um médico. Depois disto vir ao combate e porventura desconjuntar uma

mão ou uma perna, beber muito pó e às vezes darem-te muitas pancadas e depois de tudo ser vencido”.

No século XIX, Ramalho Ortigão, ao traçar diante da rapaziada lusa (derrancada e de espinhela caída, como ironizava Eça de Queiroz) o painel colorido do desporto anglo-saxónico, não se olvidou de prudentemente assinalar o cariz ascético dos jogos desportivos. Ortigão comparava o “training” dietético das regatas de Oxford e de Cambridge ao dos “jejuns de trespasse” da Igreja Católica, tal a severidade e tal o rigor ascético daquele.

O desportista deve endurecer o corpo e a alma, torná-los tão fortes quanto flexíveis.

22/01/1941

O DESPORTO E O ENDURECIMENTO II

Doutrinámos, no artigo anterior, que o “endurecimento” desportivo não significa rigidez bruta, dureza granítica, mas flexibilidade, maleabilidade, plasticidade. Quanto mais flexível aos multiformes golpes dos homens e das coisas, tanto mais “endurecido” se revela o verdadeiro desportista.

Acrescentámos a seguir: o “endurecimento” é o fruto natural e voluntário da ascese desportiva. No coração do desporto reside, intrinsecamente, uma virtude, uma forte disciplina ética. Essa disciplina, ou ordenação, importa muito frisá-la na quadra actual. A mocidade contemporânea parece encarar superficialmente o ludismo do estádio como recreio neutro, como diversão sem altura nem profundidade, e não como “esforço humanístico”. Ora o desporto deve ser interpretado e utilizado como instrumento de cultura formadora do homem, como escopro criador da “estátua interior e exterior”, como autêntico ginásio de socialização.

O desporto clássico deve ensinar ao moço o viril autodomínio dos seus instintos e reflexos, o pleno senhorio dos seus nervos e músculos, em resumo, deve endurecê-lo, mas endurecê-lo (repare-se bem) dentro de uma séria disciplina ética. Suportar de alma sorridente e confiada as intempéries, as sedes e fomes, encaixar “en bon joueur” as vitórias, os empates e as derrotas, afrontar sem medo as fadigas e as resistências, eis sem dúvida objectivos difíceis e bons de lograr; simplesmente, tais objectivos precisam de ser orientados à luz clara de certos valores éticos.

O “sportman” deve ser sempre um “gentleman”, nunca um pirata; o pirata (ou o gangster) constitui o símbolo eloquente do homem “endurecido” pela rapina: endu-

recido no corpo e na alma. O endurecimento, considerado em si mesmo, representa uma arma bigúmea; tanto pode ser utilizado para o bem como para o mal. Faz-se mister que o “endurecimento” desportivo seja, por assim dizer, a réplica ou o eco do endurecimento do verdadeiro trabalho, quer dizer, que o trabalho e o desporto “endureçam”, em íntima colaboração “moral”, o homem.

Endurecer progressivamente o organismo, está bem, mas endurecer aqui não significa petrificar, esclerosar o moço nas suas cálidas virtudes humanísticas, antes saber pôr o corpo e a alma, tornados “duros” (isto é, flexíveis, maleáveis) pelo trabalho e pelo desporto, ao serviço de generosos valores universais.

O apóstolo missionário, um Anchieta, um Nóbrega, um Vieira, um Francisco Xavier, o estóico à Epicteto, o sábio à Pasteur, o filósofo à Espinosa, eis os exemplos do varão “duro” ao serviço de humaníssimos ideais de beleza, verdade e virtude.

06/02/1941

O DESPORTO E A BELEZA I

Os jogos desportivos, quando clássicos, apolíneos, humanísticos, e orientados sob o controlo das ciências biológicas, constituem instrumento magnífico de aformoseamento físico. Por formosura deve o leitor compreender aqui a harmonia total do corpo humano, a graça esplendorosa de todo o nosso ser plástico, e não exclusivamente a beleza da face, do rosto, daquilo que o vulgo chama o “palmo de cara”. A civilização moderna, materializada e unilateral, olvidando o sábio preceito helénico, parece ter escravizado o corpo ao rosto.

“Facializou-se”, despoticamente, a beleza; desequilibrou-se “ipso facto” o conjunto, o arranjo arquitectónico do corpo; a parte absorveu, eclipsou o todo. Esta atitude exclusivista, longe de favorecer a beleza humana, pelo contrário, aniquila-a; o rosto faz parte integrante do todo, vive do todo, e o prejuízo do todo reflecte-se necessariamente (tarde ou cedo) em cada uma das suas partes. O amor da “bela forma humana”, como escrevia Camões, pressupõe a perfeição plástica de toda a estátua viva; como aceitar a beleza facial num corpo afeado pelo sedentarismo voluntário, pelo desprezo dos exercícios livres, pela repugnância invencível do esforço? Acrescentemos agora: por formosura entenda-se não a “boniteza” artificial, química, do “boulevard”, filha da cosmética e da ilusória indumentária, mas a autêntica beleza natural, o que ressalta do simples jogo das funções da vida no seu quadro próprio

e eterno. A beleza viril que não teme o ar livre, o sol, a cor, a luz, o vento, a chuva, o pó, o frio, o suor, a fadiga, a luta, o trabalho. Pois bem.

O estádio (no rigoroso sentido clássico) representa uma grande “oficina” de beleza física: sob o escopro dos jogos desportivos, o barro humano, modelado desde a mocidade, adquire gradualmente o seu nobre esplendor natural. A “planta humana” de que fala Michelet, cresce com a graça esbelta do fuste da palmeira que sobe para a luz.

O desporto racional imprime ao corpo o desembargo dos movimentos, a segurança ou equilíbrio da postura, a agilidade de toda a máquina, feita elástica, sensível e flexuosa. Porque espanca a gordura, e trabalha ou cinzela harmoniosamente as massas musculares, o desporto dir-se-á tornar “leve” o peso do moço. Que poderosos instrumentos de beleza plástica não são certos desportos, como por exemplo, a natação, o remo, a corrida, o salto, o ténis, a luta! O estádio foi o berço natural da estatuária, da inexcelsível escultura grega. A arte, filha do desporto, o belo, filho de Apolo. Foi do contacto dos modelos “vivos” dos ginásios helénicos que brotou e floresceu o génio dum Praxiteles, dum Miron, dum Scopar, dum Fidias, dum Lysippo, dum Polyeletes.

23/02/1941

O DESPORTO E A BELEZA II

Foi na velha Grécia – “essa terra-mãe de todas as harmonias”, como escrevia outrora esse feiticeiro do estilo que foi Renan – que brotou, verdadeiramente, a estatuária.

Como compreender tal “milagre” estético? Muito simplesmente porque o escultor teve ocasião de surpreender e amar a beleza das formas orgânicas do corpo humano exposta sem véus e sem temores nos ginásios e palestras helénicos. O efebo, dirigido pelo pedótribo, treinava-se no “pentathlum”, isto é, nos cinco jogos desportivos da corrida a pé, do salto, da luta corpo-a-corpo, do arremesso do dardo, do lançamento do disco; sob a acção gradual dos exercícios gímnicos, a argila humana – como que maneada pelo escopro invisível de Apolo – ganhava esplendor, força, garbo, euritmia; as linhas recortavam-se mais puras, os movimentos mais desembaraçados e elásticos, as formas corpóreas modelavam-se mais harmoniosas. Perante essa beleza “expressiva”, vibrando toda em plena acção livre, o escultor, o pintor, o poeta sentiram despertar dentro do peito o génio alado da arte. O ginasta tornou-se o

“modelo” do artista, não o modelo estático, artificial, congelado, por assim dizer, morto das oficinas hodiernas, mas o modelo “vivo” enquadrado no “vivo” cenário da natureza. O realismo da arte grega, tão exaltado através dos séculos pelos técnicos e críticos, deve-se ao desportismo. O estatuário pôde, ao contacto do arrebatador espectáculo do estádio olímpico, definir um “cânon” ou padrão de beleza, adquirir um conhecimento rigoroso, exacto das proporções humanas; porque assentava firmemente no real, como raiz tenaz, a imaginação (como salientou Taine, na “Filosofia da Arte”) não se submergiu nos delírios do vago, nos fumos do fantástico e do irreal. O artista fez certo porque viu certo. A escultura firmou as suas bases eternas na verdade do desporto. O mármore era “carne viva”.

Os jogos desportivos (quando clássicos, apolíneos) representam uma grande oficina de aformoseamento físico. O homem medieval, apesar da tendência geral ascética, teve consciência deste “axioma” biológico. O príncipe D. Duarte, no famoso “Livro de ensinança de bem cavalgar”, recomenda insistentemente a prática dos exercícios físicos como instrumento plástico de beleza: “o fazer fremoso”. A formosura e o garbo do rei D. Fernando deviam-se, em parte, aos jogos desportivos: “avia bem composto corpo e de razoada altura, frenoso em parecer e muito vistoso”, como escrevia o genial Fernão Lopes.

09/03/1941

O DESPORTO E A BELEZA III

Os jogos desportivos ou ginásticos, quando profundamente compreendidos, e executados dentro das mais rigorosas leis biológicas e do mais puro classicismo racional, criam beleza e força, suscitam graça e eurtmia. O estádio torna-se uma maravilhosa oficina de estética. O desporto acorda e afina o sentido, o instinto da beleza do corpo humano.

Ao contacto da natureza, e sob a acção do polimorfismo desportivo, o galho humano faz-se mármore vivo; a “forma” – expressiva e sugestiva – constitui o símbolo animado, o claríssimo espelho da harmonia interior, da beleza moral que está invisível para além dos sentidos.

A nossa civilização, não obstante os seus pergaminhos de orgulho, parece ter esquecido a eloquente e impercível “mensagem de beleza” legada pelo classicismo helénico. Através dos séculos, o ideal da educação clássica (o famoso “Kalòs Kai

Agatòs”, ou seja o Belo e o Bem unidos) como que se sumiu. Perdeu-se a sábia harmonia da antropologia platônica: o homem é um ser composto de alma e de corpo; ora o desprezo ou o desamor da bela forma corporal representa uma mutilação aberrativa, um desequilíbrio perturbador do próprio viver anímico. Para compreender e medir o valor plástico do desporto como vital instrumento de formosura, o moço contemporâneo necessita de operar um ingente esforço de limpeza crítica: expulsar do campo da consciência um certo número de “espectros” hereditários.

O “culto” da forma humana não significa uma rude profissão de fé materialista. Pelo contrário. O autêntico espiritualista, aquele que verdadeiramente cultivava as graças do espírito, do “logos” criador, vê no interesse amoroso da forma humana uma forma de “respeito” pelo próprio homem.

Dizia Herbert Spencer: há uma moralidade “física”. Ora essa moralidade consiste na dignificação da argila humana, argila que é o sacro templo do espírito.

A nossa civilização, seduzida pelas fáceis aparências, substituiu o “culto da plástica humana”, pelo culto do trapo. O vestuário matou a plástica corpórea; a “toilette”, ou seja o artifício, o postigo da beleza, sobrepôs-se ao corpo, ou seja o natural da beleza.

Para o heleno de Péricles o vestuário era um mero acessório; a túnica não afogava o corpo. Simplicidade, naturalidade, realismo são, porque lúcido. Era aos jogos desportivos, à natação, ao remo, ao salto, ao disco, ao dardo, à luta, à corrida, numa palavra, ao ginásio, que o grego clássico ia pedir a formosura física. Porque não há-de fazer o mesmo o nosso luso adolescente, desde menino e moço intoxicado no culto desvairado e perigoso do trapo industrial?

07/03/1941

DESPORTO E CIÊNCIA

Logo após o sangrento cataclismo de 1914 a 1918, como se fora perante a morte espontânea, orgânico “reflexo de defesa vital”, operou-se não já na Europa se não em todo o mundo o que se chamou a “Renascença desportiva” contemporânea. A mocidade sem espírito reflexivo, mas com vitorioso ímpeto instintivo, lançou-se nos jogos desportivos. Apolo substituiu Marte.

O desporto, porém, é uma arma bigúmea; tanto pode matar como vivificar. O desporto, quando não disciplinado, racionalizado, científico, é susceptível de

causar, no decurso do tempo, estragos tão destruidores no “material humano” como a própria guerra.

Intervieram então o médico, o biólogo, o higienista. Publicaram-se manuais, tratados, monografias. O desporto foi sujeito a um implacável exame crítico; e como verdadeiramente não há desporto mas desportos, submeteu-se cada um dos jogos desportivos (o remo, a natação, a esgrima, o ténis, o golfe, a equitação, o futebol, o ciclismo, a corrida, o boxe, o salto, etc.) a uma subtil desfibração anatómica.

Quais são as vantagens e as desvantagens deste exercício desportivo? Do jogo transitou-se depois para o jogador. Não há o desportista, mas desportistas. O desportista não é um ente abstracto, metafísico, perdido fantasticamente nas nuvens, longe da terra e do estádio, mas um ser composto de corpo e alma, um homem real, vivo, localizado no tempo e no espaço, um ser particular com certo peso e forma, certas tendências e gostos, certas características especiais de idade e de sexo.

Pode o desporto ser analisado independentemente do desportista? O desporto, se quisermos fazer dele instrumento fecundo de educação humanística, tem de basear-se não apenas numa só dimensão, mas em três dimensões: isto é, ser hierárquico, diferencial e progressivo. Encarar o desporto consoante a idade, o sexo, o estado geral psicofisiológico, o perfil caracterológico, etc. Por outras palavras, o desporto (como já repetimos aqui, no “Janeiro”) deve ser individualizado. Não é o indivíduo que vive para o desporto, mas o desporto para o indivíduo.

O recente livro do Professor Dr. M. Ferreira de Mira, “Os Desportos em Val-de-Giestas” (Lisboa, 1941), vem “integrar-se”, com raro brilho, no movimento que procura metodicamente racionalizar, classificar a romântica balbúrdia desportiva que para aí vemos alastrar como onda perturbadora. É o livro dum biólogo, dum pensador, dum cientista, a quem o estudo laboratorial não faz esquecer a pulsação da vida real, cá fora vibrando e gritando ao sol.

Sob a forma romanceada e dialogada (a que não falta o molho saboroso duma novelazinha amorosa, sem “pickles” irreverentes), Ferreira de Mira faz uma revisão crítica ou parada médico – biológica dos principais jogos desportivos, encarando-os à luz de uma concepção pluridimensional. O estilo flui claro e atraente, duma nudez clássica, as ideias encandeiam-se com segurança e força. Do livro irradia uma luz geral de optimismo, ao mesmo tempo tónica e sedativa.

A páginas 62 e 63 do seu livro, o Dr. Ferreira de Mira aflora o problema do desporto, relacionado com o trabalho ou a economia. Pena é que o ilustre autor não tivesse aí aprofundado o assunto, de tão enorme interesse e volume social.

DESPORTO E ECONOMIA

159

No seu recente e formoso livro “Os Desportos em Val-de-Giestas” (Lisboa 1941), o Sr. Prof. M. Ferreira de Mira, ao frisar a incompreensão do nosso campónio pelo culto dos jogos desportivos, põe na boca dum dos seus personagens, o Dr. Macedo, estas palavras: – “O povo tem de memória a velha maldição bíblica: ganharás o pão com o suor do teu rosto. Não compreende que o Meneses ponha os seus rapazes a suar sem ser para ganhar pão”.

Eis aqui posto, embora não tratado, o curioso e inquietante problema das relações entre o desporto e o trabalho. Em primeiro lugar: não é verdadeiramente exacto que o nosso povo só compreenda que o homem sue para ganhar o pão quotidiano. O povo, quando baila a canta no arraial, sua... para se divertir. Já Eça de Queiroz definia a dança como “o meio de suar com elegância em sociedade”!

O que o nosso povo não compreende (e veremos adiante as razões disso) é o “interesse” do desportista pelos jogos desportivos ou gímnicos; que gosto pode haver em jogar o ténis, o golfe, em pagaiar, em boxar, em esgrimir? Compreendido ou aceite o interesse do desportista, já o suor vertido no desporto não parecerá coisa inútil e até mal empregada. O campónio, dentro seu espontâneo critério utilitarista ou pecuniário, vê no desporto um esforço sem objecto criador, uma infecundidade económica. O trabalho, por essência, cria sempre alguns bens: o do cavador, os legumes, o do padeiro, o pão, o do sapateiro, o sapato. Mas qual a produtividade do desporto?

Daí a impressão de ociosidade, de parasitismo fútil que o campónio sente perante os exercícios lúdicos do desportista. A este juízo económico deve-se replicar que o desporto, por isso que robustece e valoriza a grei, por isso que distrai, higienicamente, o obreiro do carregamento do labor diário, por isso que infunde hábitos de autodomínio, de solidarismo, de “fair-play”, contribui, embora indirectamente, para o mecanismo da produção nacional. Se o desporto não gera bens materiais de utilidade económica, cria bens espirituais e fisiológicos de utilidade social.

Os desportos não são ociosidades; são ócios. Ora o ócio, longe de ser o inimigo do trabalho, é antes o seu volante regulador e equilibrador, a sua condição vital. É o ócio que torna eficiente o trabalho. O mesmo homem que trabalha é o que faz desporto, ou vice-versa.

Já escrevemos um dia que o verdadeiro desporto, para ser fonte de progresso e valorização, tem de ficar intercalado ou disposto entre um trabalho “anterior” e um trabalho “posterior” ao próprio desporto. Por outras palavras, o desporto deve ser espécie de “pausa” entre dois trabalhos: pausa “recreativa” do primeiro trabalho, e pausa “preparadora” do segundo trabalho.

No fundo da “incompreensão” do obreiro pelo desporto existe não propriamente (se quisermos escavar mais fundo e mais dentro a questão) uma incompreensão derivada do seu espírito utilitário, mas um ressentimento social de classe, um protesto contra o desigualitarismo. Como há-de o obreiro fazer desporto, ele que vive grilhetado a um hipertrabalho esmagador, e que mal ganha para sustentar a prole? “É que ginástica demais fazem eles a cavar”.

Só uma reforma humana da organização económica pode fazer desaparecer a chama de ressentimento que se ergue aqui, justa e ardente.

20/04/1941

DESPORTO, ALEGRIA E DISCIPLINA

O famoso escritor gaulês Henrique de Montherlant, no seu livrinho “O Paraíso à sombra das espadas” (Paris, Grasset, 1924), escreve: “a alegria que dá o desporto é uma embriaguez que nasce da ordem” Temos aqui uma fórmula sintética que importa esmiuçar para maior claridade e, portanto, para mais fina consciência do que são e valem os jogos desportivos. Em primeiro lugar: o desporto é, estrutural e funcionalmente, alegria saudável. Alegria, não porque o desporto constitua uma fuga ociosa ou parasitária ao trabalho, uma libertação do trabalho considerado este erroneamente como grilheta, mas sim porque no jogo desportivo ou gímico o indivíduo praticante persegue e alcança um objectivo desinteressado, um fim puro ou inutilitário. O verdadeiro trabalho, o criador, o que não pressupõe a criminosa exploração capitalista do homem pelo homem, respira também alegria e optimismo tónicos; simplesmente o trabalho do obreiro é sempre uma acção forçada, exigida ou imposta com mão dura pelas irrefutáveis necessidades vitais. Trabalhar para lograr o pão-nosso quotidiano. O desporto, pelo contrário, representa um exercício libérrimo, uma recreação voluntária, um “gosto”, um querer e um fazer espontâneos, que se deliciam no seu próprio querer e fazer. Eis porque no jogo desportivo lucila e triunfa sempre um menor de maior clarão estético; o jogador (veja-se o discóbolo, o remador, o hipista, o saltador, o patinista, o esgrimista, o dançarino, etc.) sugere, para quem supera as ilusórias aparências, a ideia do artista que se entrega, amorosamente, ao livre culto da sua bem-amada arte. Não olvidemos que foi no ginásio, na palestra helénica que a estética descerrou os olhos para o mundo. Como nenhum outro povo, os gregos foram sensíveis à radiosa beleza dos jogos desportivos; eles souberam eternizar na estatuária as formosas atitudes dos jogadores.

Em segundo lugar: o desporto é uma ordenação, uma disciplina, uma soberania nacional. Esta verdade cumpre martelá-la a cada instante; pois não vivemos nós numa quadra de tão frenética exaltação romântica, de tão áspero combate ao primado da razão, de tão generalizada glorificação às forças obscuras do reino do inconsciente? Note-se: a palavra “embriaguez”, empregada por Henrique de Martherlant na fórmula supracitada, é algo incorrecta, imprecisa, portanto susceptível de equivocação.

A embriaguez pressupõe a desordem, a indisciplina, a submersão do eu, voluntário perante as solicitações prementes dos instintos. Ora não é Díónisos, mas sim Apolo quem preside aos jogos desportivos; Apolo, paterno dos archeiros, lançador do disco, praticante do pugilismo, amante da carreira. A “embriaguez” é incompatível com o verdadeiro desporto; ai do desportista que se furta voluntária ou involuntariamente aos ditames marcados pela razão ordenadora! E depois, como confundia a falsa e inconsciente alegria da “embriaguez” com a vibrante alegria da ordem intrínseca ao próprio desporto?

Digamos, com verdade e experiência: no desporto autêntico – no desporto clássico, apolíneo, humanístico – a alegria jorra, clara e pura da disciplina interna e externa do mesmo desporto. Não se trata duma embriaguez, mas duma harmonia filha do pleno autodomínio, da consciência presidindo a todas as suas funções e actos e por isso mesmo tornada luz e força.

05/05/1941

REFLEXÕES SOBRE NATAÇÃO I

Está aberto – finalmente! – o novo e efémero ciclo estival da natação. O sol vai enrijando pouco a pouco, a canícula aperta e fadiga o corpo, a água – límpida, espelhada e tónica – faz ouvir o seu apelo, como voz de irresistível encanto.

O banho já “apetece”, a onda marinha oferece ao homem o seu dorso fresco. Por todo o país luso, a mocidade principia a estuar de alegria perante a água. Mas ai de nós! A natação – apesar de todo o estímulo pedagógico – permanece ainda, por motivos vários, exercício desportivo raro para a maioria dos nossos compatriotas. Tal como no ano transacto, queremos aqui de novo iniciar uma “campanha ofensiva pró-natação”. O deserto não se inflama, não acorda do seu imobilismo e sono seculares à primeira voz; é preciso soltar de quando em quando, com coragem e esperança, o mesmo grito insuflador de vida. Não me recordo quem opinou

um dia que as ideias são, afinal, como pregos; só batendo-lhe repetidas vezes, a golpes certos, elas penetram no duro tecido das cousas. O leitor encontrará, nesta página desportiva de “O Primeiro de Janeiro”, um punhado leve de leves reflexões, lançadas ao fugir da pena como sementes aladas que o semeador, num baloiçado gesto rítmico, tira e atira do saco, suspenso à cinta, para a terra-mãe. Semeemos o nosso trigal, confiados sempre no porvir. Porque não há-de um dia rebentar a seara, se o nosso arado não cansa, a gleba foi lavrada e o sol, glorioso no arco do céu, esplende em toda a altura?

Há quem raciocine e argumente assim: “- para quê, a natação? No mar, quando se dá a fatalidade do naufrágio, afoga-se quem sabe e quem não sabe nadar. O saber nadar serve apenas para isto: prolongar, dilatar horrorosamente a agonia. Morre-se, afinal, mais devagar”. Este juízo encerra muita confusão. Decerto, a natação não se pratica para se vencer o mar. Que pode o homem – “bicho da terra tão pequeno” – contra o mar? Abandonado em pleno oceano revolto, sob um céu implacável de chuva e vento, sem dúvida que o náufrago acaba por desaparecer no fundo e gelado turbilhão das águas. Mas quem sabe nadar pode mais facilmente ser salvo do que quem não sabe nadar. Enquanto nada, pode aguardar e depois facilitar o salvamento. A história de todos os tempos confirma a verdade deste facto (inclusive a história desta nova grande guerra com os seus dramáticos torpedeamentos). Neste sentido, a natação é um magnífico desporto utilitário, cheio de recursos e possibilidades; constitui uma arma de defesa individual, na áspera luta pela vida.

22/05/1941

REFLEXÕES SOBRE NATAÇÃO II

— O quê? Consentir que o meu filho aprenda as artes natatórias? Livre-nos o Senhor de cousas tão sérias e perigosas. Para ele morrer afogado? A água – já previne a voz popular – não tem “cabelos”.

Mas ai de nós! Precisamente para que o moço não morra afogado, ou possa mais facilmente livrar-se da morte por afogamento, é que o jovem deve aprender, e desde cedo, as práticas natatórias. Não é por saber nadar que Pedro se afoga; afoga-se porque nadar não sabe. Claro. Quem sai à rua arrisca-se à chuva; quem mergulha na água profunda arrisca-se a morrer. Mas a morte aqui resulta como brutal acidente, percalço imprevisível que a todo o exercício pode suceder.

Simplemente a natação, como qualquer desporto, deve ser sempre coisa reflectida, inteligente, metódica. A natação não pressupõe a cega aventura, a louca ignorância do perigo, mas a consciência clara do perigo. Nadar, sim, mas em certas circunstâncias determinadas de tempo, espaço, estado, etc.

Não se objecte que a natação é um exercício “perigoso”. É-o, sem dúvida, mas como todos os exercícios. A simples corrida a pé, se for praticada sem regra, pode ser fatal; fractura das pernas, infecção pelo tétano. Decerto. Há desportos uns mais “perigosos” que outros; repare-se porém que o “perigo” não reside propriamente no desporto em si, mas no desportista que abusou do desporto. Se o nadador foi um dia tragado pelo abismo marinho, é porque, vaidosamente confiado nas suas forças ainda mal treinadas, se arriscou em demasia, expondo-se ao perigo. O mal não foi da natação, mas do temerário nadador. E o abuso não pressupõe a abolição do uso, mas o uso com peso, conta e medida.

Pedro não ama a natação, porque teme os resfriamentos, a gripe, a pneumonia, o reumatismo. Mas não é habituando Pedro ao “quente”, que Pedro resistirá ao “frio”; é habituando-o ao “frio” que Pedro arrostará o “frio”. Mordedura de cão cura-se com pêlo do mesmo cão. “*Similia similibus curantur*”. Homeopatia.

A natação, praticada desde cedo e com esclarecido método científico, permite educar os reflexos de defesa contra o frio; treina gradualmente o organismo, endurecendo-o.

Alexis Carrel, no seu formoso livro “O Homem, esse desconhecido”, escreve: “Utilizamos as nossas funções adaptativas muito menos do que os nossos antepassados”. A civilização científica, longe de fortalecer o homem perante as variações do seu meio físico, enfraquece-o; não põe em trabalho os mecanismos automáticos reguladores da temperatura do corpo e dos humores. Ora, como opina Carrel, “o exercício das funções adaptativas parece ser indispensável para o máximo desenvolvimento do indivíduo”. Acomodemo-nos ao frio pela natação.

05/06/1941

REFLEXÕES SOBRE NATAÇÃO III

Temes a água? Dizes que ela é “hostil” e “pérfida”? Mas só a temes porque... a desconheces. O conhecimento gera a confiança, e a confiança o amor. No medo da natação o principal culpado é a imaginação, essa terrível “folle du logis”. Refreia a

imaginação, ilumina-a por dentro e por fora, “esclarece-a”, afinal, e o medo da água desaparecerá como a névoa matinal perante o sol.

164

A hidrofobia, o medo da água, o “water-fear” sentido pelo adulto é 80% filho da educação; temor artificial, postiço, fictício. Resulta de enraizados vícios educacionais, de erros de direcção. A sociologia demonstra-nos, claramente, como um teorema: quanto mais próximo do homem natural, do homem primitivo, do selvagem (do “Naturmensch”) está o indivíduo, tanto mais vivo, espontâneo e irreprimível é o impulso do homem para a água.

Pergunta-se agora: curável, esse medo de água? Decerto: questão de vontade, de robusta decisão pessoal. Segundo conta Voltaire, o famoso czar Pedro I da Rússia, ao atravessar uma simples ponte sobre um riacho, empalidecia, sentia tremores, vertia suores frios. À força de vontade tornou-se nadador exímio. Para salvar a tripulação dum barco, que naufragara no rio Neva, arroja-se heroicamente à água, em pleno inverno. Daí a sua morte prematura, aos cinquenta e três anos, vitimado por uma pneumonia.

Não tens (ou julgas não ter) habilidade, “queda” para a natação? Não és “hidrodinâmico”? Mas não confundas o simples nadar com o “nadar bem”, incluindo neste nadar bem o nadar “olímpico”. Nem todos sabem, ou podem, nadar com arte; nem todos são, ou podem ser, uns Weissmuller, uns Cavill, uns Ederlé, uns Koike, uns Mário Simas.

Deves já ter reparado: poucas pessoas sabem pisar bem o solo. Ramalho Ortigão procurou toda a vida ensinar o português a saber andar, isto é, a andar bem. Pois não o conseguiu. Eça de Queiroz, por exemplo, trotava, não andava. Mas bem ou mal é preciso andar. Aplicando “el cuento”: mal ou bem é preferível saber nadar a não saber nadar.

Tens trinta anos? Alegas que já é tarde para aprender a nadar, “burro velho não aprende línguas... ou natação”. Erro. Se gozas de saúde e ainda não és um velho, nunca é tarde demais para aprender uma... utilidade. Depois, dás um vigoroso exemplo aos moços. Mostras que procuras tapar uma lacuna da tua educação incompleta. Ofereces, por outro lado, uma prova da tua firme energia, do teu voluntarismo, da tua verde mocidade.

REFLEXÕES SOBRE NATAÇÃO IV

165

Aquela piscina – aberta, frescal, espelhante ao sol do estio – tenta-te. Apetecia-te aprender as belas e úteis artes natatórias. Então porque não ousas fazê-lo? Receias o ridículo? Temes os sorrisos dos “mirões”? Mas repara: o ridículo não existe no reino do desporto. É palavra que não logra direitos de cidadania dentro do estádio. O ridículo, a existir, está na tua recusa da aprendizagem, no “voluntário” da tua ignorância. Se o adulto analfabeto, que busca aprender as letras, te não parece ridículo, antes simpático e louvável, por que razão te parecerá ridículo o aprendiz, ainda que adulto, das artes natatórias?

“O querer saber” nunca pode ser risível, mas o “não querer saber”; esta atitude mental, sim, é por essência a atitude beócia, casmurra e ininteligente. Sê libérrimo perante os preconceitos, e audacioso e forte.

Disse um dia Rabelais, o grande trocista da Renascença, o grande pregador da alegria de viver e da confiança racional na natureza: “o homem é o único animal que ri e sabe rir”. Definição rigorosa, por género próximo e diferença específica. Queres outra definição? “O homem é o único animal que nada de costas, ou sabe nadar de costas”.

Se é verdade que no homem (ao contrário do que sucede no irracional) a natação não constitui um instinto, um dom espontâneo, senão uma aprendizagem filha da técnica e do esforço, o homem pode alcançar contudo o que o irracional jamais conseguirá: a natação de costas. Só o homem pode voltar-se sobre si mesmo, estender-se sobre o macio, elástico e líquido colchão das águas e nadar tranquilamente de face voltada para a abóbada celeste onde flameja o sol ou brilham as estrelas.

Ramalho Ortigão, o nosso persuasivo professor de energia nacional, escrevia, aí por 1887 no seu “John Bull”: “os estudantes não cultivam a equitação nem a natação”. Sobre este diagnóstico, exacto e doloroso, de Ramalho transcorreu já meio século. Qual a sua verdade nos tempos de hoje? Quanto à equitação, ele permanece idêntico a si mesmo. Ai de nós! A época não vai propícia para os ginetários ou os cavalgantes, como escreviam os nossos avoengos clássicos.

Estamos na novíssima quadra da mecanização “a outrance” das unidades motorizadas e blindadas. O estudante liceal ou universitário prefere hoje ao cavalo o automóvel (embora este seja um veículo de cavalos também, mas de cavalos-vapor). Quanto à natação, o juízo de Ramalho sofre de anacronismo. O moço escolar moderno já nada, e o que é mais, gosta imenso de nadar e quer nadar. Reclama piscinas, praias artificiais, estádios, etc.. A natação é hoje, ao lado do bolapé, um dos desportos mais popularizados e mais fascinadores das gerações escolares.

REFLEXÕES SOBRE A NATAÇÃO V

166

Não há desporto mas desportos; não há o desportista, mas desportistas. O desporto deve ser “individualizado”, adaptado, moldado rigorosamente sobre o desportista como a vestimenta sobre o corpo do cliente (desporto “por medida”, se quisermos parafrasear a educação “por medida” do professor Eduardo Claparède). Atenda-se à idade, ao sexo, ao estado fisiológico, ao temperamento, à especialização profissional. Pergunta-se: é a natação um desporto “misto” sob o ponto de vista sexológico? Sem dúvida que sim.

Ao contrário de tantíssimos desportos, próprios ou exclusivos do verão, a natação constitui um exercício físico maravilhoso para ambos os sexos. O boxe, o rugby, o pancrácio, a luta greco-romana, o bola-pé são desportos “uni-sexuais”; pelo seu rubro-dinamismo, pela sua espontânea violência, pelo seu largo esforço muscular e nervoso estão por assim dizer, fora da órbita vital feminina. Sujeitar tiranicamente a mulher a estes exercícios é ignorar, e portanto magoar, a compleição delicada da estrutura orgânica feminina e do seu especial funcionalismo. Na natação, a mulher alcança até, sobre o homem, uma manifesta superioridade. Porquê? É que a natação não assenta sobre o músculo, mas sobre a flexibilidade (a célebre “souplesse” de que falam os franceses), a plasticidade, o ritmo. O atleta, treinado no culto da força, do peso, julga que para se nadar bem se torna mister exercer, puxar rudemente o “bíceps”. Puro erro. Se tal juízo fora exacto, a frágil adolescente de ambos os sexos jamais alcançaria aquele subido grau de perfeição fácil e de elegância harmoniosa (pensei nas sereias da lenda clássica!) nas artes natatórias.

– “Esquecei que tendes músculos!”, preconiza G. de Villepion aos novatos da natação. Acrescente-se: a mulher – que representa o triunfo plástico da linha curva, como escrevia certo fisiólogo italiano – encontra na sua particular morfologia anatómica (toda delineada sem arestas nem rigidez geométrica) sólido apoio para a natação. Depois, o ádipo feminino, pela sua abundância, distribuição e moleza especial, ainda aqui é elemento valioso para a natural aptidão natatória feminina. O músculo, quanto menos mole mais pesa e mais se afunda. Em Portugal, a mulher – embora lentamente – vai-se deixando aprisionar pelos encantos da natação. Como névoas espessas, liquefazem-se enraizados preconceitos: o horror da água fria, o temor da opinião pública, a “pruderie” de olhar oblíquo e nariz hipócrita, o perigo de certos exercícios físicos, etc.

Natação, paraíso de todos, para todos e onde todos podem rejuvenescer o corpo e a alma quebrados pelo atrito da vida social!

DESPORTO E TRABALHO

167

Confesso o meu engano. Não fui afinal eu quem primeiro entre nós, nos “Ensaio sobre o Desporto” (1937), instigado pelos estudos de Gregório Maraño, o célebre biologista espanhol, desfibrou as questões existentes entre o desporto e o trabalho. Venho de ler agora um curioso livrinho do Dr. Jaime de Magalhães Lima, “Vozes do meu lar”. É uma obra, publicada em 1902, de efusiva inspiração tolstoiana, toda repassada de religiosismo evangélico e até de um vago panteísmo lírico. Ao esfolheá-lo, cheio de encanto, um capítulo especial me cativou a atenção: “As demências do sport”. Aqui o bom do pensador do Eixo analisa o desporto relacionando-o com o trabalho. O que primeiro o surpreende é a infecundidade económica do desporto (característica já traçada por Maraño).

“O sport é um trabalho desnecessário, movimento pelo movimento, sem fim nem outro intento que não seja este inteiramente vão -mover-se”. Quer dizer, o desporto seria afinal um esforço sem objecto criador, uma espadeirada no vazio, uma esterilidade, bonita sim, mas uma esterilidade. Pelo contrário, o trabalho – por essência natural – criaria sempre algum bem: o do padeiro o pão; o do sapateiro, o sapato; o do cavador, as batatas; o do pintor, o quadro. Magalhães Lima vê assim no desporto um “trabalho de luxo”. Daqui, logicamente, segue-se o corolário imediato: “sendo o sport trabalho de luxo, a perversidade psíquica é sua natural consequência, pela simples razão de que, sendo de sua natureza ocioso, há-de trazer todas as funestas consequências da ociosidade”. E portanto, como remate incontestável, “não tendo utilidade alguma social, redundando em um modo de dissipação de energia e bens, que corre parelhas com o tabaco e o álcool”.

Que pensar desta dialéctica de Jaime de Magalhães Lima? Ela assenta sobre uma análise superficial e precipitada dos problemas; não atinge o núcleo real da verdadeira vida desportiva; por outro lado, desfigura, torce a face do assunto. Decerto: o desporto é infecundo, economicamente não constitui um agente da produção. Entre o patinador, que patina sobre o gelo, e o cavador, que sacha o milho, quantas diferenças! Que desperdício estúpido, e até criminoso, de forças vivas no jogo desportivo! – reflectirá o utilitarista. Não seria melhor aplicar esse caudal a uma obra séria, útil, de valor comum?

Mas repare-se: esse desperdício não é tão desperdício como parece: o desporto, quando clássico, tonifica o indivíduo, flexibiliza o corpo, disciplina os reflexos, distrai o espírito lasso. Longe de ser uma ociosidade (embora possa sê-lo na sua corrupção ou degenerescência), o desporto representa um ócio, que se intercala entre dois trabalhos, um anterior, outro posterior ao próprio desporto.

Desporto, trabalho, desporto, eis o ciclo vital do desporto são, humanístico. E nem se afirme que o intento do desporto é vão: o desporto satisfaz um apetite do jogador, corresponde a uma necessidade interna, que busca expandir-se. O inutilitarismo do desporto não constitui uma “perversidade psíquica”, como pensava Lima, mas uma afirmação de liberdade ou de autonomia perante a matéria. Equiparar o “gasto” de energias do desporto com o do tabaco e o do álcool é confundir o são com o doente, o normal com o patológico. O discóbolo de Miron está infinitamente longe do borracho de Velásquez; o primeiro volta-se para a vida, o segundo para a ruína e a morte. No desporto não há gasto de energias, mas ganho.

28/08/1941

O CICLISMO E O DESPORTO

Não há que dar-lhe: o ciclismo (ou o velocipedismo, ou a velocipedia, como se escreveu no século transacto) foi recebido com duas pedras na mão pelos obreiros das letras. A literatura rabujou; torceu o venerável nariz. Achou o velocípede um instrumento mecânico inestético, sem graça, indigno do homem, esse nobre “bípede implume” platónico, ferido há pouco por Darwin na sua vaidade antropocêntrica e que agora – escarranchado sobre umas hastes de ferro – ainda mais se assemelha ao chimpanzé equilibrista das feiras e dos circos. Eça de Queiroz, em “A Cidade e as Serras”, instaurou o processo do ciclismo: “fealdade nova” chamou-lhe o genial humorista. O que “diria um grego do tempo de Fídias se visse esta nova beleza e graça do caminhar humano!” O livro de Queiroz surgiu em 1901, já depois da morte do romancista. Pois bem. Em 1902, no seu sobrinho “Vozes do meu lar”, o Dr. Jaime de Magalhães Lima, todo repassado de evangelismo tolstoiano, escrevia outrossim sobre o ciclismo: “Uma feia coisa! Não sofre dúvida. Feia para homens e mulheres; não há meio de pôr esses pedaços de ferro esguio, em linhas rectas quebradas por ângulos agudos, de harmonia com a flexibilidade ondeante e graciosa do corpo humano”.

Para este pensador, só uma coisa salvava o feio velocípede: o ser afinal um “transporte cómodo, rápido, barato, da maior independência, convindo a quantos precisem de ser transportados, homens ou mulheres”. O que fazia entretanto o respeitável público perante a nova invenção? Esse, indiferente às flechas dos literatos, entregava-se com delírio aos prazeres do ciclismo. Em 1891, fundava-se em

Lisboa o “Clube Velocipedista de Portugal”; em 1893 no Porto o “Real Velo Clube”. Em 1895 inaugurava-se em Algés o famoso Velódromo D. Carlos. Começavam, por essa ocasião, a brilhar os primeiros “ases” do pedal: os Benedito Ferreirinhas, os Minchins, os José d’ Oreys, precursores dos actuais Nicolaus, Trindades e Faíscas.

Em 19 de Abril de 1899, profunda revolução: a rainha D. Maria Pia, e o infante D. Afonso, acompanhados do seu séquito, jornadeiam de bicicleta de Mafra a Calabredo. Segundo refere José Pontes, “um dos primeiros, se não o primeiro velocípede que rodou nas estradas de Lisboa e talvez em terras portuguesas, pertencendo a portugueses, era de indústria nacional”. Que pensar da crítica dos literatos e do furor do público luso perante o ciclismo? Notemos o seguinte: a bicicleta hodierna – tão leve e rápida, tão flexível e fina – representa o coroamento duma série triunfal de esforços mecânicos: que distância medeia entre a bicicleta e o celerífero de Sivrac, e draisiana de Saverberonn, e o velocípede de Michaux! O arrepió estético de Queiroz justificava-se, em parte. À medida que a bicicleta ganhava em valor prático, o construtor procurou também “desenfeia-la”, alindar-lhe a face. Depois, o instinto popular bateu certo. O ciclismo, quando praticado racionalmente, além de diversão fácil e barata (não falando já no seu utilitarismo económico) constitui um magnífico exercício físico. O pedalar desenvolve a função respiratória, desperta os músculos dos membros inferiores da bacia, activa as combustões, põe em jogo o sentido do equilíbrio, cria a flexibilidade, a resistência à fadiga, etc. E depois, que prazer o do movimento em plena estrada, sob um céu azul e um sol cheio de luz e calor!...

19/09/1941

O ESPÍRITO DESPORTIVO E A VIDA

Pergunta-me certo jovem estudioso, com louvável apetite de saber: – “que significa isto, aceitar os acontecimentos ou os sucessos da vida com sincero espírito desportivo, ou por outras palavras ‘un bon joueur’?”

A resposta, prezado amigo, apresenta-se fácil e dá-nos grata ocasião de alinhar-mos aqui um punhado de reflexões breves. O que caracteriza o espírito desportivo é precisamente a “serenidade da alma” que sabe receber, aparar e responder aos pluriformes golpes da realidade com o mesmo inalterável sorriso moço e confiado. Vitórias e derrotas, dias fúlgidos de sol e dias turvos de névoas, tudo isto faz parte

integrante da vida, sempre fluente e sempre complexa. O verdadeiro jogador não se deixa nunca azedar pelo fel da derrota, nem tão pouco embriagar-se com o álcool espresmente da vitória.

A azedia da alma seria uma prova de inferioridade moral perante o adversário e perante a própria consciência judicatória, e uma ofensa ao “fair play” do nosso adversário; por sua vez, a embriaguez da alma traduziria uma inconsciência total da fragilidade de tudo quanto é humano e uma humilhação indirecta para o antagonista prostrado. O espírito desportivo, que é sempre musculado de fino espírito crítico e moral, manda-nos encarar a luta e os seus resultados com visão alta, ativa e ampla: nunca ceder aos inferiores e inferiorizantes instintos da “besta”, mas antes tentar vencer, superar pela espiritualização o primitivismo ancestral. Eis porque, prezado amigo, a serenidade desportiva é feita de “tensão” e de “elasticidade”. Tensão, e não apatia, moleza; elasticidade, e não rigidez, dureza granítica. A tensão pressupõe o autodomínio ou o senhorio da psique sobre as forças instintivas em vibração e choque.

Os estetas modernos, voltados para a contemplação da imortal estatuária antiga, mostram que a famosa serenidade ou o equilíbrio helénico (tão glorificado por um Renan, um Goethe, um Heine, um Antero) assenta sobre uma arquitectura hierárquica de funções: o cérebro dominando a víscera, o espírito colaborando fraternamente com o corpo, mas transcendendo-o e dirigindo-o. O espírito desportivo nutre-se dessa serenidade intelectual, desse classicismo vivo, dessa reflexiva tensão permanente. E de elasticidade, escrevemos nós atrás. Para resistir eficientemente aos vaivéns incessantes da luta, torna-se mister guardar certa flexibilidade, certa frescura juvenil, que não significa de modo algum invertebração. O espírito desportivo, pelas suas doutrinais qualidades éticas, a cada passo é invocado – e arvorado como código – entre os pedagogos dos vários ideais. O estóico grego como Epicteto e Marco Aurélio, o apóstolo cristão primitivo como S. Paulo, o reformador moral à Fichte ou Rukin ensinam o varão idealista a portar-se na dura e vasta “arena” do mundo perante o “combate” da vida (qualquer que este seja) “como bom jogador”, a saber conquistar a “coroa” da glória ou a receber a “palma” de martírio com o mesmo inalterável sorriso de fé e esperança na imperecibilidade ou invencibilidade dos ideais. Na viragem histórica, que atravessamos, tão cheia de borrascas e angústias, que belas lições e reflexões não oferece à mente a análise do verdadeiro espírito desportivo!

VALORES DESPORTIVOS

Foi o penetrante Montesquieu quem disse (se não me iludo): os portugueses descobriram o mundo; deram ao mundo novos mundos; simplesmente, não descobriram ainda o próprio país. Este juízo tão cruel quão justo, perdeu já hoje muitíssimo da sua exactidão. No século XVIII era ele rigoroso como um axioma. O “mot” de Montesquieu não abrange apenas a zona geográfica; alarga o seu raio de acção crítica à república das letras. Os portugueses coevos, na sua maioria (uns por lastimoso analfabetismo, outros por incúria relaxada, outros por superficialidade analítica) não conheceram ainda, ou conheceram pouco e mal, os valores literários do seu próprio país. São como operários, que desconhecem as jóias cosidas por outros nos forros dos próprios trapos. Cumpre à crítica – àquela que busca e pretende ser íntegra, séria e laboriosa – inventariar os verdadeiros valores estéticos, apejar os falsos ídolos, desfazer os preconceitos, corrigir os desvios, enfim, obra de saneamento e reformação. Nestas colunas do “Janeiro”, sob o ponto de vista desportivo, interessa-nos frisar o seguinte: D. Duarte, o da “ínclita geração, altos infantes”, foi por assim dizer ignorado durante vários séculos como o eloquente professor nacional da energia físico-moral, ou, por outras palavras, como o doutrinário por excelência da coragem lusa, ou – se o quisermos ainda – como o português que mais fina e profunda consciência teve da pedagogia desportiva. Era D. Duarte, por dotes temperamentais e por cultura livresca de carácter ético-religiosa, um espírito propenso às pesquisas esmiuçadoras do mundo afectivo. Com que luciferina pupila não desce o monarca até às camadas mais fundas da psique humana! O “Livro da Ensinança de bem cavalgar toda a sela” de D. Duarte, bem como aliás o “Livro da Montaria” de seu pai D. João I, interessam no mais subido grau ao verdadeiro desportista. Já Gabriel Pereira, nos finais da centúria passada, escrevia pelo que toca ao “Livro da Montaria”: “se neste país houvesse gente de gosto, homens de “sport” a valer, o velho manuscrito de há muito estaria reproduzido em edição de luxo...” Estas incitadoras palavras aplicam-se com mais justa razão ao “Livro da Ensinança” de D. Duarte. Porquê? D. Duarte, sentindo embora o mesmo entusiasmo áacre pelos exercícios desportivos que seu pai, e ensinando com idêntico talento magistral as técnicas de equitação, não olvidou, contudo, antes colocou em plano dianteiro, o “aluno” a doutrinar. Toda a doutrinação pressupõe três dados: o doutrinador, o doutrinado e a matéria a doutrinar. D. Duarte sobreleva ao seu paterno predecessor na consciência crítica do que deva ser a pedagogia. D. Duarte compreendeu que toda a pedagogia – seja a desportiva, seja a moral, seja a religiosa, seja a política

– tem, para ser eficiente, de assentar solidamente os seus alicerces sobre a psicologia. “Nemo pedagogus nisi psychologus”. Como doutrinar o moço sem conhecer a sua alma? Como fazer cirurgia sem conhecer anatomia? Como fazer horticultura sem conhecer as plantas?

O “Livro da Ensinança” de D. Duarte é – cronológica e valorativamente – o nosso primeiro tratado, completo, perfeito, científico, de pedagogia desportiva.

09/10/1941

O MEDO, O DESPORTO E O REI D. DUARTE

O “medo”, eis um dos principais empedros da difusão ou exercício dos jogos desportivos. O moço, perante a execução de certos actos desportivos, sente natural e compreensivo temor, espécie de reflexo mecânico, automático de defesa. A água por exemplo, com o seu frescor, brilho e movimento, exerce nele um sortilégio captante, mas simultaneamente um receio paralisador, Ambivalência emotiva. O mesmo se poderá escrever da patinagem, do esqui, do tiro ao alvo, da equitação, do alpinismo. Decerto. Há jogos desportivos que, por natureza, oferecem perigo. Simplesmente, o desporto – quando científico, clássico, mesurado e esclarecido pela razão crítica – reduz esse perigo a um nível mínimo, vizinho do zero. O rei D. Duarte, o da “ínclita geração, altos infantes”, no seu “Livro da Ensinança de bem cavalgar toda a sela” (que já afirmámos poder ser – cronológica e valorativamente – o nosso primeiro tratado completo, perfeito, científico de pedagogia desportiva) analisou, com profunda mestria de psicólogo e sociólogo, o fenómeno do medo, não só dentro da restrita esfera desportiva como também dentro da geral esfera humana. Essa análise – tão cheia de observações subtis, próprias de quem sempre soube mergulhar nos abismos do mundo interior – passou despercebida aos médicos, psicologistas e pedagogos do nosso país. Já o professor Dr. Rodrigues Lapa, nas “Lições de Literatura Portuguesa” (Época Medieval) chamava em 1934 a atenção do público para as páginas críticas de D. Duarte, que – no juízo do ilustre filólogo e historiador da literatura – “mereciam figurar numa Biblioteca de Educação, em voluminho, com este título: a pedagogia do medo”. Essa pedagogia interessa sobremaneira o praticante dos jogos desportivos; eis porque escrevemos esta nótula nas páginas de “O Primeiro de Janeiro”. O rei D. Duarte verifica:

1.º Existem homens que, por temperamento, são intemeratos; nascem audazes, “por nascença”.

2.º Existe uma curiosa especialização paradoxal do medo em vários homens; há quem tenha medo de certas cousas e quem tenha audácia para outras cousas. “Veemos huñs recearem os perigos das pellejas, e sem receo sofreren os do mar: e outros non se atrever a pellejar nen hir sobre o mar, e muyto sen medo estaren en alguas grandes pestellencias”.

3.º Existe um medo, que deriva da timidez perante o público, ou do excesso de autocrítica. O indivíduo receia o espírito crítico do espectador; prefere arrostar grandes perigos a expor-se, como actor, “coram populo” (todos conhecem a inibição ou paralisia motriz do desportista noviço). Outros homens, pelo contrário, não sofrem “embargo” da presença do público, antes dela colhem estímulo.

4.º O medo pode achar-se em nós, quer por excesso, quer “per myngua”.

Para D. Duarte, a virtude reside, segundo o preceito clássico, “no meo”. Posto isto, o régio tratadista afirma, como crente cristão e homem de madura experiência, à maneira de tese, a possibilidade do corregimento relativo da própria constituição natural; adversário como é dum rígido determinismo ético-biológico, D. Duarte crê que, mediante a ciência educativa, a força de vontade e a graça de Deus, “os honees emmendam muyto” na natureza humana. No próximo artigo veremos as principais “cousas” capazes de “tirar” ou reduzir o medo.

23/10/1941

A PEDAGOGIA DA CORAGEM E O DESPORTO

O rei D. Duarte – o da “íclita geração, altos infantes” – foi o nosso primeiro pedagogo desportivo a destrinçar, no “Livro da Ensinança de bem cavalgar toda a sela”, as raízes psicofisiológicas de medo dentro do desporto e a seriar quais os instrumentos terapêuticos capazes de “tirar” ou reduzir o medo. D. Duarte, como crente primeiro e depois como homem de experiência, entende que, mediante a graça de Deus, a ciência educativa e a força de vontade, podem mudar muito “as coisas

da natureza”. O monarca não é partidário dum rígido determinismo ético-biológico. Note-se: esta mesma afirmação – puramente ortodoxa, fielmente cristã – di-la-á também, séculos depois, o genial Descartes. A ciência moderna, estribada na endocrinologia, na psicologia, na pedagogia, etc., deu-lhes até certo ponto razão.

Quais são para D. Duarte as principais “cousas” capazes de “tirar” o receio? Quatro: “naçon y presunçom, husança e razom”. Por “naçon” deve entender-se a índole, o natural, o que brotou espontâneo da madre-natureza, a personalidade inata. O autor de “Ensinança” sabe que em todo o exercício desportivo se deve ter em conta a estrutura temperamental do desportista. Sem um mínimo natural de natural atrevimento, de espontânea audácia, impossível é actuar com eficiência sobre o pupilo. Eis porque os desportos devem ser praticados (entre outras razões) desde os anos juvenis. Supunhamos que o desportista é, por natureza, tímido. Pois bem. O que se faz mister é despertar nele um grande e nobre entusiasmo; aquecer-lhe o brio; apelar para a vontade. Portanto, na base de tudo, grande desejo de realizar qualquer desporto: “boa e rija vontade”.

A seguir, a “presunçom”, a autoestima que resulta do facto de nós termos feito a aquisição minuciosa dos conhecimentos, das doutrinas, dos avisamentos necessários para a prática eficiente do desporto. Deste modo, graças ao querer e ao saber, chegaremos ao poder.

D. Duarte não crê na incapacidade natural desportiva; pelo contrário, o poder brota naturalmente, como corolário, do querer e do saber. Ao túbio, que hesita, que vacila (todos conhecem o desânimo cruel do desportista noviço), o monarca, fiado da experiência, diz: - “Não desanimes! Quer! Quer sempre! Procura saber! Se quiseres e bem souberes, poderás!”. Eis a tese: “Se voontade e saber ouverem... o poder nom lhe fallecerá”.

Lema de forte valor dinamogénico! Ele mereceria ser colocado (porque não?) na sala de honra de todos os clubes desportivos (o que nos surpreende, e muito, é que nunca o tivesse sido). Nas suas palavras deveriam cravar-se todos os dias, reflexivamente, os olhos dos lusos. Palavras memoráveis, proféticas, que dir-se-ia escritas, não por aquele rei enfermiço, sonâmbulo, passivo, escrupuloso, a que o talento pictórico de Oliveira Martins ilusoriamente nos afez, mas pelo duro e voluntarioso infante D. Henrique!

Como elas servem de flamejante pórtico à obra dos descobrimentos! Que melhor dizer, senão que o “poder” dos portugueses – tão maravilhosamente revelado na epopeia marítima – brotou apenas do “querer” e do “saber”?

DESPORTO E CONVIVÊNCIA

A palavra convivência provém, etimologicamente, de convívio. Convívio traduz não só o “viver com”, o agrupamento, a sociedade, mas outrossim o banquete, o festim à mesa. Este último significado é deveras eloquente. Revela com forte claridade, que a mesa foi, originalmente, a raiz profunda da solidariedade ou sociabilidade entre os homens. À volta da mesa, em torno dos alimentos dispostos sobre a toalha, criaram-se os primeiros fortes elos associativos. O “vinho” e o “pão”, eis os dois pilares do grupo e, dentro do grupo, da família, do lar íntimo. À medida que o estômago se enchia, e as necessidades da nutrição se acalmavam, o indivíduo, já aquecido pelos alimentos, sentia subir e arder em si um grato “calor” de comunicabilidade, de alegria que o levava a “conviver” ou a viver com os outros seres humanos arranchados como ele à mesma mesa. Este “viver com”, assente na comida e na permuta da comida, está (como o mostram as modernas ciências sociológicas) na base eucarística de todos os grandes sistemas religiosos. O devoto oferece sacrifícios aos deuses, tributa-lhe alimentos, e por sua vez os deuses nutrem o devoto com os seus corpos sagrados, que o santificam, o vivificam e o elevam. Pois bem. Entre os vários e multiformes elementos sociabilizadores do homem, citemos os jogos desportivos. O estádio é como que a mesa ou banquete, em torno do qual se agrupam, fraternamente, os indivíduos sem distinção de idade, sexo, raça, casta, profissão, riqueza, opinião. O desporto – quando clássico, racional, humanístico (e só esse é o verdadeiro e o benéfico desporto) – cria o “convívio” democrático entre os homens. O estádio é, afinal, a “terra de todos”, espécie de ilha neutra, pacífica, dourada pelo sol, onde todos os barcos, acossados pela rija tormenta, podem refugiar-se com plena segurança. Esse universalismo ético dos jogos desportivos importa sempre frisá-lo, mas sobretudo numa quadra como a nossa tão ensanguentada pela guerra, tão dilacerada pelos problemas económicos, tão inquieta pelos novos anseios espirituais. Mais do que nunca se torna premente facilitar a “convivência” entre os homens, estabelecer – acima dos particularismos, sempre antagonicos – vastas zonas ou terras de toda a gente. O desporto, pelo seu largo raio de acção universal e democrático, constitui umas dessas terras de “convivência”. Além de que, finda esta guerra, cumpre que o homem refaça a vida, readquira o sentido da vida, torne a sentir em si arder o amor da vida alta e pura. Ao desporto, que é, na sua essência, um reflexo espontâneo de defesa vital, não caberá porventura um quinhão desta gigantesca tarefa criadora?

DESPORTO E RAZÃO

176

A Grécia, a velha Grécia, foi a um tempo o belo país do “desporto” e o maravilhoso país da “razão”. Foi na Hélada que brotou verdadeiramente um dia o pensador, o varão sedento de claridade racional, o filósofo que busca explicar e compreender o encadeamento necessário dos fenómenos. Foi na Hélada, outrossim, que brotou verdadeiramente um dia o puro desportista, o efebo cultivador dos jogos desportivos, o puro ginasta do pentathlon. Decerto. Muito antes do famoso “milagre grego”, tão exaltado no século XIX por Ernesto Renan, o homem – por isso mesmo que homem era – pensou e jogou (será preciso lembrar o Egipto, a Caldeia, a Índia, a China?). Mas estas actividades só autenticamente surgem desabrochadas – claras e distintas – no reino de Péricles, de Pitágoras, de Sócrates, de Platão, de Xenofonte. No mundo ante – helénico o pensamento crítico surge ainda envolto na ganga impura das artes mágicas, das práticas da feitiçaria, dos mistérios da teologia; só na Grécia ele se despoja dessas vestiduras e se oferece audaz e nu, na sua nudez gloriosa. No mundo pré-helénico o desporto apresenta-se ainda como um todo inorgânico, difuso, mal integrado na linha geral do viver humano; só na Grécia – “a terra-mãe de todas as harmonias”, como escreveu alguém – aparece ao lado da Academia o Estádio, ao lado da Palestra a Escola. O desporto passa a ser encarado sob o aspecto estético, moral, militar e político. O efebo, que se adentra na carreira a pé, no arremesso do disco, na luta corpo-a-corpo, ensina-se para os “jogos” da dialéctica, para o ágil desporto da razão (que é reflectir senão “jogar” as ideias entre si?). O desporto da razão na Grécia é o aspecto interno do desporto do corpo, como o desporto do corpo é o aspecto externo do desporto interno da razão. Um pedia, ou implicava, o outro. O facto da Grécia ser simultaneamente o berço do desporto e da razão não constitui mera coincidência casual, ou acaso histórico feliz; radica numa íntima solidariedade estrutural ou substantiva.

O desporto é sempre obra clássica, racional; pressupõe ordenação, equilíbrio, harmonia eterna do apolíneo e do dionísio. Esta “lição” grega precisa de ser reflectionada pelos nossos moços apaixonados do estádio.

O desporto quer dizer educação, pedagogia, formação do “homem”. O desporto para a vida, e não a vida para o desporto. O desporto só vale como causa instrumental da cultura; é uma técnica hábil posta inteligentemente ao serviço dos “valores”, e não um fim em si mesmo.

O DESPORTO, OFICINA DE BELEZA

Foi o penetrante crítico alemão Stratz quem disse um dia: o germe do florescimento da arte clássica encontra-se nos jogos olímpicos. A arte foi radicar a sua inspiração fecunda – e a sua norma – ao estádio; o efebo, o moço, o adolescente cultor dos jogos físicos, serviu de modelo às artes plásticas.

O escopro do artista, modelando pacientemente o mármore, cingiu-se às linhas do corpo humano; daí o seu realismo eterno. O sentimento da perfeição estética do barro humano despertou ao contacto contemplativo dos jogos olímpicos. Que belo clarão de beleza no gesto alado do discóbolo: o corpo gira sobre o seu eixo e a mão projecta, como bala no espaço, o disco! Que belo relâmpago de beleza na “coulée” do nadador, que rasga a água como seta luminosa e fremente! Que poema de graça, harmonia e cor na pantomina da dançarina! O seu corpo é – todo ele – como que uma voz falante ou como voo leve de ave... O desporto clássico, filho da razão esclarecida, constitui maravilhosa oficina de aformoseamento plástico. Sob a acção lenta dos exercícios físicos, cientificamente combinados num plano global, o corpo ganha agilidade e força, solidez e destreza; desenham-se mais flexuosos os movimentos; modelam-se, sob a pele tostada pelo sol, os músculos; a gordura queima-se. Todo o corpo dir-se-ia trabalhado – arquitectonicamente – por mão invisível de dedos hábeis; o barro humano faz-se “expressivo”. Como compreender que sendo o desporto uma causa instrumental de beleza, uma técnica de apuramento plástico, a mulher – que tem como dever o ser bela (assim o escreveu um dia Eça de Queiroz) – haja desprezado o desporto? Como recorrer à cosmética, se esta nunca pode superar – pelo seu vão artifício – a natureza soberana? Não são o creme e o pó inertes que imprimem beleza à face, mas a saúde e a vida, frutos do desporto: o contacto com a natureza, o esforço viril dos exercícios acendem a cor e a luz no rosto. Não é a cinta das casas mercantis da moda que afugenta a gordura e retrai o ventre, mas a sóbria musculatura desenvolvida pelos jogos ginástico-desportivos. A cosmética, por mais perfeita que valha, é sempre postiça e prejudicial; empresta ao corpo (e com que juros de prestamista descaróavel) uma “lindeza” efémera e, para mais, contraproducente.

A beleza não é química: é natural ou orgânica. Quando a rapariga grega desejava a beleza, aquela ia buscá-la inteligentemente ao estádio, pedia-a com fervor à música, à dança, à corrida, ao salto, à natação, ao remo, ao dardo. Apolo não é um deus do toucador: não vive porque asfixia, nos espaços fechados. Apolo é um deus do ar livre. Apolo, notai-o bem, representa o sol, o famoso astro-rei dos poetas e representa simultaneamente a beleza. Mais. Representa o deus tutelar do desporto.

Apolo presidia aos exercícios físicos. Isto significa, dum modo claro, que o desporto deve ser “solar”, como “solar” deve ser a beleza humana. Se amais e apeteceis a beleza, cultivai pois os jogos à maneira clássica, isto é, racional e humanisticamente.

08/01/1942

O DESPORTO E A MULHER I

Todo o homem, que se utiliza do cálamo para exprimir, graficamente, as suas ideias, pressupõe – implícita ou explicitamente – um público ideal a quem se dirige. O público, o leitor, “está no pensamento como ideia”. Repare-se: pode o leitor ser até um leitor futuro, um homem ainda não nascido para este mundo.

Que importa? Tal verdade não destrói o juízo acima formulado: o escritor envia a sua mensagem a um leitor (real, possível, imaginável ou imaginário). O pensamento significa intercâmbio, sociedade, convivência de espíritos. O solipsismo, o monólogo, o eu totalmente emparedado sobre si mesmo é um erro psicológico; o homem é sempre grupo, cidade. A quem se propõe realizar certa missão pedagógica mais claro se oferece o pressuposto do “público” inerente a todo o acto internacional. Estes meus artigos desportivos de “O Primeiro de Janeiro” destinam-se, evidentemente, à juventude promissora da grei lusa. É com o pensamento centrado no jovem das escolas, no obreiro do campo, no adolescente das oficinas, na rapariga abelha-mestra do lar, que eu sublinho a todo o instante o profundo conteúdo biológico-social dos jogos desportivos como escola de humanismo critico ou ginásio de classicismo puro. O desporto, entre nós, tem sido apenas objecto de estudos médicos ou antropológicos; comportava analisá-lo criticamente sob o ângulo de vista filosófico, integrando-o dentro do complexo viver geral do cidadão; relacioná-lo com o trabalho, a profissão, a corporação, a família, a arte, a beleza, a ética, a pedagogia, a religião, etc. Pouco a pouco, sem jactâncias pedantescas, e tanto quanto o permite o quadro fugaz e febricitante dos periódicos, aqui julgo estar cumprindo uma parte mínima dessa forma pedagógica, que gostosa e voluntariamente tomei um dia sobre mim. A sementeira ideológica não se mostra vã. Pelo contrário. Acabo de receber das mãos do Feminino Atlético Clube portuense (agremiação fundada em Maio de 1936) uma carta amabilíssima cheia de felicitações pela minha obra em defesa do desporto clássico. “Como nos orgulhamos de dirigir a única instituição feminina portuguesa, organizada e orientada como todas deveriam ser; sabemos bem apreciar

a admirável obra de V. Ex^a e dar-lhe o valor que ela tem”. Excluindo por merecido o encómio acima expresso, causou-me dupla alegria a recepção inesperada desta carta. Em primeiro lugar, porque tal escrito revela a possibilidade de em Portugal ainda se poder despertar, apesar do derrotismo e inércia do ambiente, certos ecos de simpatia e acolhimento. Em segundo lugar, porque tal escrito revela o interesse cálido e sempre crescente da rapariga lusa pelos jogos desportivos.

Durante longos séculos, mercê de preconceitos ético-políticos, a mulher portuguesa manteve-se alheia ao universal movimento desportivo. Não propriamente anti-desportivo, mas a – desportivo: não porque a moça sentisse repugnância físico-moral pelos jogos, mas porque o seu natural fogo entusiástico por eles era sistematicamente asfiziado e reprimido como perigo, desvario ou aberração. Nos próximos artigos de “O Primeiro de Janeiro” faremos uma breve revisão do processo intentado contra o desporto feminino, processo esse tecido de confusões de ideias, sofismas sectários e anacronismos risíveis.

22/01/1942

O DESPORTO E A MULHER II

Foi a dinamarquesa Hellen Key, se não me iludo, quem baptizou o nosso século com o seguinte apelido: “O século da criança”. O título é justíssimo. Durante longos séculos, pode dizer-se, o homem “afogou” a criança. Ignorou-a. Interpretou-a como espécie de adulto em miniatura, um ser idêntico ao homem, com os mesmos interesses psíquicos, morais, semelhante morfologia e estrutura lógicas.

Deve-se a Rousseau a genial “descoberta” da criança. Do século XVIII para cá, a criança ocupa o ponto central da visão humana científica. Pedagogos, políticos, psicólogos, lógicos, moralistas, compreendendo finalmente o quanto de misterioso e de potencial para o futuro encerra a criança, debruçam-se sobre a alma infantil. Reconhecem-lhe direitos, direitos que o adulto deve compreender, respeitar e defender.

Pois bem. O nosso século pode outrossim chamar-se o século da mulher. Mercê de variadíssimas causas (entre as quais sobressaem as causas de raiz económica), a mulher – até ao século XIX reclusa no seu sono letárgico (em parte imposto pelo homem) – despertou e logra cada vez mais plena consciência da sua alma. Ascensão em dignidade e liberdade, em criação e espiritualidade. Afirmação do seu direito à vida, compreendendo-se dentro dessa afirmação o anelo da sua maior valorização física, económica, moral, política, religiosa.

Nas colunas do “Janeiro” interessa-nos apenas, e agora, a valorização física da mulher. Se o desporto (quando clássico, racional) é um instrumento ou técnica de aperfeiçoamento físico, de robustecimento orgânico, ao mesmo tempo que uma escola de humanismo crítico – social, porque motivo deve a mulher ser dele excluída?

Replicar-se-á: a exclusão da mulher de dentro do desporto baseia-se em razões não de sectarismo masculinístico, mas de ordem fisiológica, psicológica, ética e sociológica. A mulher desempenha no seu ciclo vital duas funções: esposa e mãe. A mulher é o anjo do lar, não é o anjo do ginásio. O ginásio, porque masculiniza a mulher perverte-lhe qualitativamente a natureza e, portanto, arruína a sua missão gloriosa.

Diz um crítico: “Para que serve a mulher? Ela é o complemento da vida do homem; ela é a procriadora do indivíduo e multiplicadora da espécie; ela é, no lar, a directora espiritual da vida do mundo. Este papel moral, social e físico é dela; ninguém o substitui”.

De acordo: quem nega tão judiciosos pensamentos? Simplesmente para o desempenho de tão sublimes funções em que é que o desporto pode constituir um veneno ou mito fatal? Não confundamos o verdadeiro desporto (o científico, o racional, o integrado dentro da chamada educação “física”) com o desportismo romântico, espectacular, exibicionista, argentário e sexualoide dos estádios de hoje.

Não queríamos a adolescente nos jogos desportivos para dela fazermos um “ás” da natação (título de vaidade e comércio, de reclamo e guerra) mas queiramos a natação (ou o ciclismo, a patinagem, o ténis, a dança rítmica) como um instrumento racional de robustecimento biológico da mulher.

Precisamente porque a jovem se destina a ser esposa e mãe, trave do lar e tronco de filhos, é que somos defensores do desporto feminino, clássico – científico.

15/02/1942

O DESPORTO E A MULHER III

Escreve o Dr. Jorge Calado: “o problema (da educação física da mulher) é todo ele de qualidade”; e ainda: “toda a actividade física da mulher que implique deformação da sua matéria ou perversão do seu espírito é condenável”. Justíssimo. Simplesmente, o verdadeiro desporto (por outras palavras: o clássico, o científico) deve ser sempre uma escola de “duas dimensões”: o desporto deve ser hierárquico e diferencial. O desporto, nas suas polimórficas variedades, está dependente da idade,

do sexo, da profissão, do equilíbrio físico, do temperamento ou tipo, da resistência nervosa e muscular de cada jogador.

Nos jogos desportivos (quer individuais, quer colectivos) não só se devem discernir, com finura crítica, os caracteres específicos sexológicos, idiossincrásicos, temperamentais, etc. como também hierarquizar os diversos planos condutores dos exercícios, indo do mais fácil ao mais difícil, do mais simples para o mais complexo, do menos pesado para o mais pesado. Quantidade e qualidade, unidade e multiplicidade, igualdade e diferença. Deporto por medida, isto é, graduado, adaptado, individualizado. Não há, propriamente, desportos, mas desportistas.

Atletismo feminino. Estes dois termos, escreve o Dr. Maurício Boigey, na “Educação física feminina” (Paris, 1935), repugnam um ao outro; são contraditórios, ou contrários. Não podem estar vinculados. De acordo. Se por atletismo feminino entendermos a busca da criação da “record – woman”, do ás ou campeão, ídolo efémero do estádio e mina de lucros capitalísticos das empresas, afigura-se-nos justo o reparo acima feito. O desporto criou-se como técnica ou instrumento racional de cultura físico – moral; visa o equilíbrio somático, a saúde, a destreza, a graça, a beleza na ordem e na medida. Valorização total do ser. O atletismo feminino seria então o “demagogismo” desportivo, a corrupção do óptimo.

Escreve certo crítico: acusam as estatísticas notável decrescimento de fecundidade na mulher desportiva. Aceitemos, por hipótese, como exactíssimos esses dados estatísticos. Mas que significam tais dados? Que o desporto seja a “causa” da queda demográfica em certos grupos populacionais? Nada mais difícil e perigoso que o interpretar dos resultados estatísticos. Os factos sociais são eminentemente complexos; não deve o crítico precatar-se contra as “interferências” dos fenómenos, as falsas “correlações”, os “unilateralismos” deformadores? Decerto; grande número de exercícios desportivos, considerados “varonis”, podem – pela sua violência, dinamismo e esforço – causar graves deformações estruturais e funcionais no “sono” da mulher, portanto perturbar e até anular a delicada função reprodutora. Quem o nega? Simplesmente, não atribuamos ao desporto, como a fácil bode expiatório, os males que são afinal o fruto de certo condicionalismo sociológico. O desporto é o espelho fiel da sociedade, que nele se reflecte com todos os seus defeitos e virtudes. É o desporto ou o neo – malthusianismo, a raiz profunda da infecundidade? É a infecundidade da mulher desportiva igual, superior ou inferior à infecundidade da mulher in – desportiva? Não simplifiquemos os problemas e procuremos destrinçar, com dados subtis, os múltiplos fios dessa complicadíssima teia que é a vida social.

O DESPORTO E A MULHER IV

182

Opinam certos críticos, adversários intransigentes do desporto feminino: os jogos desportivos masculinizam a mulher; o estádio é espécie de forja vulcânica, onde a mulher se transforma lentamente em virago, antipática, de silhueta inter-sexual, indecisa, ambígua. O desporto, além de técnica deformadora da “forma” feminina, causa-lhe graves modificações estruturais e funcionais, (na arquitectura óssea, nas glândulas endócrinas, nos órgãos reprodutores, na musculatura torácica, abdominal, pélvica, no sistema nervoso, etc., etc.) A “virago” desportiva é um monstro, um ser de artifício, que leva à ruína da própria mulher, portanto, e “ipso facto” um malefício para o equilíbrio e o progresso da grei. Que pensar desta argumentação? Pura caricatura, afinal. Em vez de se analisar, com imparcialidade, método e calma, os factos e sobre eles formular, objectivamente, o juízo, começa-se por torcer voluntariamente ou involuntariamente a realidade sob a força passional do preconceito. Como não há-de deduzir-se errónea a conclusão, se as premissas erróneas são?

Comecemos por afirmar, à laia de teorema, o seguinte: a mulher da nossa quadra, filha da “modernidade” do século XX, já não se coaduna com o famoso tipo idealizado pelo “pathos” romântico. Como estão longe, e para mais rasgadas, as sonoras saias de Elvira, já tão sacudidas pela troça de Eça de Queiroz!

Quem pode hoje achar “poesia” na clorose, “romance” na tísica, encanto musical no passeio de Cassandra, enroupada de cassa alvacentas, mostrando ao luar funéreo as suas olheiras de paixão e insónia? Garrett, no seu livrinho “Da educação”, embora queira a jovem “ágil e desembaraçada de porte como senhora”, sacrifica ainda a preconceitos como estes: “nem se queime do sol ... sua tez deve ser mimosa e fina. A educação dá graça e doçura a olhos de pouca luz, faz interessante a face pálida, e afáveis os lábios descorados”. Não; isto reflecte morbidez, prejuízo aristocrático de salão. As pátrias fortes só vivem e prosperam quando os seus filhos são fortes. “A mulher forte cria a raça forte”, escreve Tissiê. Porque não há-de a mulher buscar com inteligência humanística nos jogos desportivos aquela incomparável riqueza que é saúde físico-moral?

Para quem vislumbra a mulher moldada dentro do tipo romântico, olheirento, esqualido, atrás marcado, o desporto pode parecer instrumento masculinizador (porquê masculinizador?); mas abençoada masculinização essa que faz da mulher um ser robusto, desabrochado, vivo, todo seiva criadora. O verdadeiro desporto feminino não assenta no culto do músculo, na irracionalidade do campeão, no frenesi da “performance”; assenta no equilíbrio, no ritmo, na mesura, no classicismo científico. Longe de perturbar a forma, os jogos afinam as linhas mulherís;

infundem-lhes harmonia e pureza radiosas. E nem se alegue que o desporto causa distúrbios na economia orgânica feminina; essa tragédia biológica é o fruto natural do desporto não pautado pela razão e pela ciência, tragédia que tanto pode ser gerada pelo desporto como pelo trabalho, quando este se apresenta explorativo, rude, anti-higiénico e anti-social.

15/03/1942

MEDICINA DESPORTIVA

A cada passo, e com sinceridade, tenho repetido aqui: o desporto, se quisermos que ele não seja fogueira diabólica onde a mocidade queime, imprudente e irremediavelmente, as suas belas asas douradas, deve tornar-se “cousa científica” e “clássica”, isto é, deve tomar plena consciência de si mesmo como instrumento de cultura ou órgão humanístico.

O pior vício, e portanto o maior perigo para a grei, reside no erróneo juízo popular que considera o desporto actividade sem importância nem grande significado, algo que não merece nem justifica a atenção do “homo sapiens”.

Os jogos desportivos? Deixemos essas cousas frívolas, boas decerto para rapazes que – pagando o natural tributo da sua idade – se divertem nos campos, estádios, piscinas, rios e montanhas.

Em vez da nataçã e do bola-pé, do remo e do ténis, da esgrima e do voleibol, estudemos (pois não é verdade?) cousas mais sérias e nobres como o trabalho e a economia, a ciência e a arte, a ética e a política, a sociologia e a história. De resto, não vemos agora todo o planeta envolto em chamas? No momento em que Marte abala, com a sua lança pesada, toda a superfície da terra, não será estúpido, já não digo irrisório, centrar a atenção nos assuntos desportivos?

Mas ai de nós! Na casa de Júpiter tudo se prende e enlaça; nada existe separado, em rígidos compartimentos estanques, mas tudo se relaciona com o todo e se integra no todo. O desporto é e será cousa séria se “nós” o quisermos tomar como cousa séria.

Pergunto: porque não será sério (e nobre) tudo o que se prende – de perto ou de longe – com a mocidade, com os seus interesses psicofísicos, a sua estrutura mental?

A mocidade “adora” os jogos desportivos; lança-se neles com o ardor, o arranco e a paixão do ser instintivo. Pois bem; não deve por isso mesmo o “homo sapiens”, o cientista, estudar com calma e objectividade esse “objecto” amado pelo jovem, analisar a sua essência, definir claramente o seu conteúdo, rastrear os seus efeitos?

E pode, porventura, o Estado moderno, com os seus deveres e direitos, alhear-se ou distanciar-se sequer do movimento desportivo, cada vez mais vasto e profundo, sem procurar torná-lo orgânico, disciplinado, raciocinado?

Não se trata duma tirânica estatização do desporto, mas duma integração consciente do desporto, dentro da vida “social” e do seu reconhecimento jurídico pelo Estado. O desporto é cousa séria, e séria porque nele se cria e se desenvolve o porvir da própria grei.

Ao visitar há dias a Sala Brasil da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, caiu-me sob os olhos a tradução brasileira do livro do Dr. Arno Arnold, – “Exame Médico nos Esportes” (S. Paulo, 1936). Eis aqui um manual, de enorme valor médico-desportivo, redigido por um culto professor de medicina desportiva na Universidade germânica de Lípsia.

Neste volume, que é um sólido guia teórico-prático, Arnold traça as directrizes básicas para o exame médico nos desportos; distingue os vários “tipos desportivos” encarados sob os múltiplos ângulos da biotipologia; estuda o grau de esforço nas diferentes espécies de desporto, e relaciona esse grau com as condições físicas, morfológicas do examinando (a chamada “individualização do desporto”); sublinha os principais desportos femininos, integrando-os dentro da constituição particular da mulher; gradua e seria os exercícios consoante os períodos de idade; ministra conselhos higiénicos aplicáveis a todos os jogos, etc..etc.

Que mais dizer para atrair a atenção dos nossos estudiosos sobre este voluminho tão claro, sugestivo e útil?

02/04/1942

DESPORTOS FEMININOS

O verdadeiro desporto, quero dizer, aquele que se fundamenta em sólidas bases científico – humanísticas, apresenta-se como hierárquico e diferencial. Sabe relacionar o desporto, em visões múltiplas e facetadas, com os variados factores da vida humana: a idade, o sexo, a profissão, o tipo constitucional, a morfologia, o estado biológico, etc. À fácil confusão, resultante do baralhamento dos elementos, o estudioso desportista, porque tem consciência do profundo papel social instrumentalista dos jogos físicos, prefere a distribuição e clareza dos conceitos, a análise metódica e gradual dos problemas.

Hoje queremos aqui tratar do facto sexológico no desporto. Os desportos podem classificar-se em masculinos, femininos e mistos.

Desportos há que, pelo seu rude dinamismo psicofísico, pelo seu alto “fogo” energético, pelo seu abalo orgânico ou repercussão em certas e delicadas funções específicas (as reprodutoras por exemplo) são contra – indicados para a mulher. O boxe, o pancrácio, o futebol, a maratona, os saltos em comprimento e altura, eis exercícios físicos “varonis” por excelência. A natação, a patinagem, a dança, a esgrima, o “hockey”, o ciclismo, o esquí, o remo, o ténis, eis exercícios físicos “mistos” por excelência, próprios, eficientes e agradáveis para ambos os sexos, e nos quais não raro (por exemplo, a natação, a patinagem e a dança) a mulher logra irrecusável vitória sobre o sexo oposto.

A dança é, sem contestação, um desporto mais feminino do que propriamente misto. Graças à sua natural, espontânea flexibilidade e maleabilidade, ao seu fino sentido de ritmo, à leveza e graça estética dos seus movimentos (“même quand l’oiseau marche, ou sent qu’il a des ailes”), à pureza plástica do seu galho, a mulher dir-se-ia fadada, desde o berço, para o mundo paradisíaco de Terpsicore! A dança, a sublime dança, encarnou-se em Isadora Duncan, como a corrida maratónica em Nurmi.

A mulher não sabe (porque não pode, alegará o fisiologista) correr; sabe dançar, como respira, se a dança, ou o bailado, é a poesia do movimento e a música das atitudes, a mulher é a rainha da dança e a sua legisladora invencível. Baseados nestes dados, Popard funda a sua ginástica harmónica, Ronsay a sua ginástica rítmica, Duncan a sua ginástica helénica, Kintzel a sua ginástica – dança, Dissart a sua ginástica artística e racional. Através da dança, do ritmo, da mesura, busca-se a formação física e moral da jovem, a espiritualização da vida.

E que dizer da natação, exercício desportivo completíssimo e eclético, onde a mulher – já pelo modelado suave do corpo, já pelo acentuado panículo dos movimentos – se encontra, como “sereia”, no seu próprio elemento? Ramalho Ortigão, no “John Bull” (1887), foi entre nós o defensor entusiasta da equitação feminina. Com que fascinação humorística não estabelece Ramalho o paralelo crítico entra a autêntica “horse – woman” de Hyde – Park e a tímida amazona lisboeta! Não é, afinal, a menina que anda a cavalo, mas o cavalo que anda a menina.

Antes de Ramalho, já Garret no seu livrinho “Da Educação” prègara o alto valor desportivo – educativo da equitação: considera-a, porém, exercício varonil e não de aconselhar “ao geral das mulheres”, mas antes às princesas que têm de segurar um dia, como soberanas, as rédeas do governo da grei.

CORAÇÃO E DESPORTO

186

No Salão Nobre dos Hospitais da Universidade de Coimbra, e a convite amável do Instituto de Cardiologia, o professor Doutor Rocha Brito realizou no passado mês de Abril uma sugestiva conferência intitulada “Coração e Desporto”.

E’ o senhor Professor Rocha Brito um dos professores mais “vivos” da nossa Universidade. Vivo porque, consciente do posto que ocupa, procura sempre, a cada passo, dilatar para além do restrito “campo operatório” catedrático o seu raio de actuação científico – pedagógico. A sua voz tenta fazer-se ouvir junto de todos os portugueses, mas dentro destes é preferentemente à mocidade estudantil que o Dr. Alberto da Rocha Brito dirige a mensagem culta do seu saber.

Convidado a dissertar sobre o coração físico, e sabendo quanto a juventude de hoje, ambissexual, palpita enredada no sortilégio do ludismo desportivo, que melhor tema escolher, de profunda ressonância médico-social, do que esse das polimórficas relações entre o coração e o desporto?

Se há víscera que, pela sua importância fisiológico-vital, mais sinta e se ressentida do forte dinamismo desportivo, essa é, sem embargo, o delicadíssimo músculo cardíaco. Não existe verdadeiro desporto sem bom coração e... sem coração bom.

À integridade estrutural e funcional do coração físico deve ligar-se, em concatenação permanente, a integridade estrutural e funcional do coração ético: só assim se obterá o “fair-play”, ou seja, o jogo leal, transparente e generoso, de que falam Taine e Madariaga. O coração físico desempenha papel primordial na execução do ludismo, mormente nas provas de competição, de prélio, de “record”; basta fixar os olhos no espectáculo do futebol, do ténis, do ciclismo, da natação, do remo, da corrida a pé, do pentáthlon, etc. Com que ímpeto e fogo vivos, com que alacridade e nervura não se lança o moço nos combates do estádio! E, por sua vez, com que sugestão indirecta, pelos seus aplausos e febre, a multidão não sobreexcita o moço, reflectindo e centuplicando – como em espelho gigantesco – o entusiasmo dos próprios jogadores!

Mas ai de nós! O desporto é “cousa” cerebral, sujeita a mesura, disciplina, regra. Não é delírio, mas construção architectónica, racional e científica. O romantismo, pela sua expansividade e tendência centrífuga, eis o inimigo do autêntico desporto, e portanto do coração físico.

Repare-se: para o heleno, Apolo – e não as Fúrias – presidia aos jogos desportivos, o que revela quão clássico deve ser o ludismo, e quão médico! Pois não representava Apolo a poesia e a música, as artes e a medicina?

Já aqui o dissemos, e o professor Rocha Brito repetidamente assim o pauta: não há desportos, mas desportistas. Cada desportista constitui um problema pessoal, um

“caso clínico”. O desporto deve, para ser vivificante, partir sempre das necessidades concretas e das possibilidades reais de cada indivíduo em particular. Por outras palavras, temos de realizar, com sagidade, a individualização do desporto, como se faz hoje em dia a individualização da pena na psicologia judiciária, a individualização pedagógica na escola moderna, e a individualização terapêutica na clínica médica.

Assim como o traje é “função” do corpo que o veste, o desporto deve ser “função” do jogador que o pratica. Desporto por medida, graduado, ajustado, cientificado, desporto fonte de vida e não Motech devorador da saúde e do equilíbrio social.

14/05/1942

CORAÇÃO E FUTEBOL

Fiel à sua benemérita campanha em defesa do verdadeiro ludismo desportivo (desporto clássico, humanístico, científico, racional) o Senhor Professor da Faculdade de Medicina de Coimbra, Dr. Rocha Brito realizou mais uma conferência, agora na Casa dos Estudantes e perante largo auditório, intitulada “Coração e Futebol”. Ao escutar o verbo fluente de Rocha Brito, pensei outrossim na propaganda feita, no transacto século XIX, por esses dois apaixonados sinceros da educação física como alicerce da educação cívico – moral: Garrett e Ramalho Ortigão.

Ambos esses espíritos souberam compreender o “valioso” do desporto quando este se desenvolve dentro duma clarividente estruturação orgânica, como é o caso nos países de raça anglo-saxónica. Ramalho, mais do que Garrett, quer em tenacidade doutrinária, quer em fulgor expositivo, quer em auto – exemplificação prática, pode ser apresentado como professor de energia humana.

No seu famoso “John Bull”, Ramalho – a despeito de certa antipatia por determinados aspectos sociológicos do cidadão britânico – aponta, como padrão ou compêndio da arquitectura pedagógica, o tipo de vida anglo-saxónico alicerçado todo ele numa convenção particularista, que não comunitária.

O moço luso precisa de ser treinado, educado, desde as fanchas infantis, no culto do “self-control”, do voluntarismo, da iniciativa pessoal, da responsabilidade, da coragem físico – moral.

Ramalho descobriu no jogo desportivo (tal como Taine) uma das molas vitais, um dos “segredos” da educação inglesa; na base do gigantesco roble imperial – que alastra pelo mundo as suas ramadas potentes – descobre-se o desporto como uma das suas raízes.

Para combater a espinhela caída, a carne mole, o andar desengonçado e acarneirado da juventude lusa, o bom Ramalho prega os benefícios tónicos da ducha fria, os entusiasmos da natação e da equitação, os castos prazeres da carreira, do salto, do ténis, do cricket, do pedestrianismo, etc.

Com que orgulho de pedagogo e de autêntico varão dos séculos antigos não ostenta Ramalho a sua própria, inconfundível “Ramalhal figura”! Quem não recorda aquele maravilhoso retrato de Ramalho, traçado pelo finíssimo lápis queiroziano? “Tem a saúde, a firmeza, a força, a linha desempenada, a marcha sólida, o movimento ágil”.

Ao louvar o desportismo inglês, Ramalho – com inteligente visão crítica - não olvidou a “ascese”, a disciplina psicofísica jacente no âmago dos jogos físicos (o training, por exemplo, das regatas de Oxford e Cambridge).

Mas o pendor natural do seu espírito amoroso da caricatura, ao exagerar o individualismo saxão, levou-o a negar essa mesma ascese, e até louvá-la na sua áspera negação: “de tempos a tempos há um ou outro (remador) que sucumbe ao chegar, pela ruptura de algum vaso essencial à vida. Esta espécie de solução acha-se prevista na lei geral da educação inglesa e faz parte das preciosas liberdades de que goza todo o cidadão britânico. Quem não pode, rebenta. Ninguém lho proíbe”.

Mas não é para “rebentar” cardiacamente que o desporto se deve fazer (mostra-o e prega-o o Dr. Rocha Brito). O jogo serve a vida, como instrumento criador. Não se diga, com Ramalho, que o rebentar seja “para o aperfeiçoamento fisiológico da espécie”, o método mais “proífico” e mais “sábio”. Esse desporto, matador do coração, mataria a espécie.

28/05/1942

DESPORTO E PATOLOGIA

Segundo curioso relato jornalístico publicado (se a memória não me atraiçoa) há dois anos em “O Primeiro de Janeiro”, na cidade de Bilbau certa equipa de futebol constituída por onze “enfermos mentais” pertencentes ao sanatório de Santa Águeda, venceram por seis bolas contra quatro uma selecção bilbaína de pessoas normais. Ora aqui tem o leitor um assunto, na verdade rica mina de saborosas variações humorísticas para engenhos superficiais e apressados. Com efeito, que o “anormal” possa alinhar ao lado do normal e superá-lo até num exercício lúdico competicional,

afigurar-se-á, a muitos, resultado desprimoroso para os normais e sobretudo forte descrédito para os tão louvados jogos desportivos. No desporto até os “doidos”, os varridos do juízo vencem ou podem vencer (pelo que se vê) os mais ajuizados. Tal conclusão crítica, estribada em sólida base experiencial e experimental, confirmaria a tese que reduz o desporto a espécie de “loucura” mansa (quando não furiosa e bélica) colectiva, boa para ociosos argentários ou para desequilibrados de “lumen naturalis”. E, no entanto, o relato jornalístico acima dito só acentua, por outra via demonstrativa, as grandes virtudes educativas dos jogos desportivos quando orientados e executados dentro das regras do classicismo e ciência. Da notícia não transluz a que espécies de enfermos mentais pertenciam os jogadores. A expressão nosográfica oferece-se ambígua, vaga, indecifrável. Seja como for, o certo vai que o desporto constitui esplêndida arma terapêutica para certos desequilíbrios biopsíquicos. O desporto (sobretudo o colectivo ou o de grupo) assenta sobre uma disciplina rigorosa, um arranjo orgânico que o jogador deve respeitar e defender. Não há verdadeira competição sem “fair-play”.

Ora, precisamente, este “fair-play” obriga à fidelidade impecável das regras. A disciplina constitui a coluna vertebral do jogo. À semelhança do esqueleto que define e sustenta o corpo do ser vivo, a regra define e suporta o arcaboço do torneio desportivo. O primeiro dever do desportista reside na aceitação livre (livre porque consentida pela razão) das regras desportivas: liberdade pela obediência. Na submissão voluntária à estrutura funcional do jogo está o forte valor educativo, cívico, do desporto.

Segundo as finas experiências de Miss Reaney (efectuadas em rapazes de oito a dezoito anos) existe entre a inteligência social e a aptidão para o jogo colectivo uma correlação positiva: 0.32. quer dizer, quanto mais inteligente é o indivíduo, tanto mais difícil é a sua adaptação ou ajustamento ao “fair-play”. Acrescente-se: “no jogo de equipa as partes devem subordinar-se ao todo: a vitória do grupo está dependente da energia musical, orfeónica de todos os seus membros; todos por um, um por todos. O desporto sublinha a responsabilidade que cada jogador assume dentro do seu posto; “ipso facto”, revela a necessidade de cada jogador tentar o esforço máximo exigido pelo grupo. Mais: o “fair-play” leva o desportista a tratar o adversário, não como inimigo, mas como camarada e colaborador... antagonista. Pelo seu classicismo intrínseco, pelo seu humanismo vivo actuante, pela sua disciplina a um tempo firme e elástica, o desporto revela-se como bom instrumento terapêutico de certos desvios biopsíquicos.

DESPORTO E TOTALIDADE

190

Furtwaengler, célebre regente alemão da Orquestra Filarmónica de Berlim, executava – logo após cada espectáculo sinfónico – um grande e calmo passeio a pé, dizendo: – “Durante a direcção e realização das peças sinfónicas faço um grande exercício com os braços; preciso de dar agora uma... compensação às pernas!”

Falava como autêntico sábio, este músico; e como higienista e fisiologista de penetrante intuição. O verdadeiro desporto, se o quisermos encarar como instrumento plástico de valorização humana, deve ser total, global, sintético; buscar a plena harmonização corporal do indivíduo. Isto sem prejuízo da posterior, ou até simultânea especialização desportiva, da preferência pessoal por este ou aquele ramo particular do ludismo desportivo. O nosso corpo, que é máquina viva, constitui – sob o ponto de vista funcional – um “todo”, um arranjo equacional de partes, que importa manter em perfeito equilíbrio orgânico. Nada mais perigoso para a economia somática de que a hipertrofia ditatorial” de um órgão ou função: o desequilíbrio funcional acarreta, por reflexo ou repercussão, o desequilíbrio morfológico, a monstruosidade das formas e linhas do galho humano.

A Grécia clássica (essa “terra-mãe” de todas as harmonias” como escreveu Ernesto Renan) ainda aqui é a nossa clarividente conselheira. O desportismo helénico assentava sobre o pentáthlon, conjunto de jogos físicos constituído pela corrida, o salto, a luta, o disco e o dardo, quer dizer, por uma sábia combinação de exercícios que visavam a formação integral e harmónica do indivíduo. O desporto coevo, orientado pelas modernas ciências biológicas, deve manter-se firme na firme linha desta metodologia clássica.

Certos desportos, sejam por exemplo o remo, a natação, o ténis, a dança (esta julgada por todos os tratadistas o exercício “total” por excelência) ressaltam como preciosos exercícios sintéticos, globais. Isto não só à luz da própria especialização desportiva, mas outrossim à luz da própria especialização profissional do trabalho.

Expliquemos. As práticas natatórias, porque põem em jogo todo o organismo, “compensam” funcionalmente os “unilateralismos” de vários outros jogos, por exemplo, o futebol. Por sua vez, o funcionário – imobilizado durante a semana no seu serviço oficial de secretaria – encontra na natação um óptimo equivalente compensatório do seu nocivo sedentarismo. Compreende-se assim o papel do desporto como agente auxiliar do trabalho e como alavanca indirecta da máquina económica nacional.

Já em tempos afirmámos, ao discutir a tese de Gregório Marañon sobre a “essência” do desporto, que este deve ser sempre uma pausa entre dois trabalhos: pausa recreativa do primeiro trabalho e pausa preparadora do segundo trabalho. Agora

acrescentaremos: o desporto, quando compreendido e executado sob orientação científica, pode compensar, e portanto equilibrar harmoniosamente, certos unilateraisismos profissionais.

Se o maestro Furtwaengler, ao executar o “footing”, “desenferrujava” as pernas imobilizadas durante os espectáculos sinfónicos, o carpinteiro, o sapateiro, a modista, ao biciletarem, ao nadarem, ao remarem, podem compensar (e com que proveito e alegria!) os sedentarismos próprios e inevitáveis das suas profissões.

09/07/1942

DESPORTO E CULTURA

Não há que duvidar. Depois desta guerra, verdadeira tormenta cósmica que tudo revolve, e tudo abrasa, o trabalho reivindicará os seus irrefragáveis direitos. A vida, como planta vivaz, renascerá por sobre os escombros, e à técnica – ao maquinismo, economicamente pautado pela razão esclarecedora – caberá o papel de instaurar, de vez, o “reino da abundância e do universalismo”.

Nesse quadro do futuro, cujas tintas e linhas vemos já desenharem-se, o desporto terá o seu lugar como instrumento humanístico da cultura. Graças à máquina, o homem – liberto já das necessidades primárias e prementes dos instintos – poderá senhorear o tempo, que lhe escasseia agora para os seus ócios de enriquecimento espiritual. Dedicar-se-á ao culto desse mundo invisível aos olhos da face, mas substantivo aos olhos da razão – o mundo eterno dos valores estéticos, lógicos, científicos, éticos, etc.

Ao espírito, porventura ressequido nos livros das bibliotecas, poderá parecer estranho (quicá estúpido) que o ludismo desportivo mereça o louvor dos intelectuais puros. Pois quê? Não vemos o desporto ser acusado, a todo o instante, da “barbarização” progressiva da mocidade, cada vez, ao que parece, mais alheia do jogo das ideias e cada vez mais amante do jogo das bolas e das luvas de boxe?

“Civilização do joelho para baixo”, gracejava, cáustico, certo humorista luso. “Musculomania”, escrevia, acerado, outro ironista sociólogo. Mas a acusação peca, falha por superficial. Decerto. O pensador de gabinete, o cientista de laboratório, o artista de oficina, o moralista, o pedagogo, o médico, têm (quem o negará?) razões para alarme ao contemplar a onda de desportismo cego que para aí vemos arrastar, no seu dorso perigoso, a mocidade irreflectida. Apreensões compreensíveis, de quem

tem da vida experiência rica e exacta. Mas esse desporto é, precisamente, a viciação ou desnaturação do verdadeiro desporto, escola de vida e não oficina de morte.

A nossa época, intoxicada pelo vírus de Mamona, petrificada a alma pelo pragmatismo capitalístico, dir-se-ia postada – numa resolução fria – a diminuir tudo o que é ou pode ser grande, a enfeiar tudo o que é ou pode tornar-se belo. O desporto, maravilhosa herança da Grécia antiga, apresenta mascarado o seu rosto puro. Quem descobrirá, na máscara hodierna, o imortal esplendor do Apolo clássico?

O jogo clássico, perdida a sua racionalidade, comercializou-se; tornou-se instrumento fabricante de lucro; já não é educação, poesia, arte, civismo, religião até, mas “mercadoria”. Por outro lado, romanticizou-se; fez-se instinto, ímpeto desordenado, desequilíbrio, invertebralismo; daí os seus vícios anti-higiénicos, anti-educativos, anti-sociais.

Acrescente-se, por último: os exercícios desportivos degradaram-se em exibicionismo teatral ou teatraloide, em funambulismo a um tempo risível e lastimoso. O estádio deu lugar ao palco, ao circo, ao espectador sensual que “paga” o desporto dos outros como matéria comerciável.

Mas confiemos no futuro. Do próprio abismo negro há-de surgir a aurora do novo renascimento; já a treva começa a ser menos espessa, e pressente-se em tudo algo que vai nascer, algo que em breve fará da noite dia.

23/07/1942

DESPORTO E NATAÇÃO

“Todo o português, que for verdadeiro patriota – dizia-me um dia certo pedagogo – deve amar, e praticar amando, a natação. Sem a natação, que teria sido dos ... “Lusíadas”? Segundo relatam os camonólogos, Camões naufragou na embocadura de Mecon, na foz do Cambodja. Nadando com o braço direito, e erguendo por cima das ondas o manuscrito da “Bíblia nacional” (como escreviam, gravemente, nossos avós), Camões pôde salvar o seu canto eterno. Naufragara Camões; anos depois (habent sua fata libelli) é a pátria que, por sua vez, naufraga em 80 no mar de areia de Alcácer-Kibir. E são os “Lusíadas”, que salvou Camões, que agora salvam a alma da pátria, mantida dilacerada, sangrenta mas viva, durante a longa noite filipina.”

Camões salvou das águas o canto imorredoiro das glórias da sua pátria! Que admira, pois, que o escritor alemão Sieburg interprete, no seu livro “Das Neues

Portugal”, este episódio da acidentada vida camoniana como sendo o “símbolo” por excelência de Portugal? Quem se revolve nas ondas não é um simples luso, fidalgo – cavaleiro, mas a própria pátria, tentando salvar-se da borrasca e erguendo ao alto a “luz” do espírito encarnado nas estrofes dos “Lusíadas”.

Na linha das minhas leituras caiu-me há dias, sob os olhos, em nova apreciação crítica, “As Praias de Portugal”, de Ramalho Ortigão. É um livrinho escrito em 1876, subtintulado “guia do banhista e do viajante”, e ilustrado com desenhos de Emílio Pimentel. Livrinho quase ignorado das gerações de hoje (e injustamente, porque com ele se abre sob o ponto de vista histórico-literário, no nosso entender, a propaganda do turismo) e que – digamos a verdade – encaneceu bastante. Não pelo estilo, sempre fluido, luminoso e claro, como é a prosa ramalhal, nem pelo intuito pedagógico, que é o de ensinar aos lusos a amar o torrão pátrio e a afervorar o culto do banho frio e dos jogos desportivos. Mas velho pela crítica sociológica aos hábitos dos banhistas e aquistas do seu tempo, às instituições já gastas e roídas pelo dente implacável de Cronos.

As praias ramalhianas ficaram, mas as gentes mudaram, a cadeia das gerações não interrompeu o seu curso. A respeito da Figueira da Foz, dada hoje por todos, ou quase todos, como a rainha das praias lusas, escrevia no final do século XIX o bom Ramalho: “nenhuma outra praia em Portugal possui as condições desta para tornar agradável a estação dos banhos”.

Verdade crítica, inabalada ontem e hoje. Se geográfica e climaticamente isto é exacto, quão diverso é o quadro humano pintado por Ramalho: “o viajante sente ao entrar na Figueira, no tempo dos banhos, uma impressão semelhante à que se experimenta penetrando nos gerais da Universidade em dia lectivo. É a impressão do lente, do pedagogo da aula”.

E ainda: “há uma atmosfera especial de pedantaria, de rigor e de troça... A Figueira participa do carácter que tem Coimbra, um pouco para pior, porque os estudantes que frequentam a Figueira são ordinariamente os piores, os mais brancos.”

Ah, querido Ramalho! depois de ti, sumiu-se para sempre o chapéu de coco e democratizou-se a borla, vieram o Ford, o turismo e o “maillot” americano. Aquele velho lente, “com a sua sobranceria catedrática”, enterrou na areia o novo tempo, que por aqui veraneia agora, sem chapéu, de meia manga, camisa aberta, calça branca e pés sem meias. A Figueira de Ramalho e a Figueira dos nossos dias “quam mutatus...”.

FUTEBOL E TOUREIO I

194

De todos os jogos desportivos contemporâneos o futebol é, sem embargo, aquele que mais soube e pôde afundar raízes vitais na alma da massa popular. Desporto por excelência democrático, universal, público. A sua infiltração atinge já hoje quase todos os sectores da vida lusa, ainda os mais impermeáveis ou rebeldes ao ludismo e seus entusiasmos.

Quem quiser seguir, com mão erudita e precisa, a marcha evolutiva do futebol entre nós, recorre, “verbi gratia”, à “História dos Desportos em Portugal” fascículo V. publicada por Tavares da Silva, Ricardo Ornelas e Ribeiro dos Reis.

O leitor verá aí como o futebol, introduzido timidamente em Portugal nos fins do século transacto (1888) por uma falange heróica de rapazes lusitanos educados na Inglaterra (entre os quais salientamos os três irmãos Pinto Basto, regressados de Londres), conquistou, através de vicissitudes várias, um lugar proeminente que nenhum desporto dir-se-ia conseguir arrebatou ou sequer abalar na sua glória. Neste artigo de “O Primeiro de Janeiro” não nos interessa traçar a história do ludismo futebolístico. Interessa-nos, sim, verificar e sublinhar – como sociólogo e pedagogo – o curioso eclipse (não total, mas parcial) que o futebol – qual astro rutilante – produziu indirectamente sobre outra espécie de jogo desportivo, esse enraizado fortemente há já séculos no seio popular. Refiro-me ao toureio, às artes tauromáquicas. Um primeiro problema se põe: o lidar toiros (como de diz e escreve no calão próprio) é desporto ou ofício? Jogo desinteressado, puro, apecuniário ou profissão, instrumento económico? Pode-se responder assim: pessoas há que lidam toiros por simples prazer desportivo. Tourear por tourear, como nadar por nadar, biciletar por biciletar, remar por remar.

Outras pessoas há que fazem do toureio um estilo especial de vida: ganha-pão perigoso, mas ganha-pão. Actualmente, como o leitor sabe, o desporto profissionalizou-se, ou parece (o que se me afigura coisa gravíssima) profissionalizar-se. Neste caso o problema atrás suscitado desaparece “ipso-facto”. Seja como for, para o nosso caso interessa-nos saber apenas que o toureio pode ser simples jogo puro, isto é, amadorismo, ou ofício, isto é, profissionalismo que paga imposto e rende lucro. O que importa dizer é que, quer como jogo, quer como ofício, o toureio enraizou-se – com força e alacridade – na alma do povo. Porquê?

Uma razão se apresentou sempre, e essa explorada a fundo pelos nossos escritores artistas. Citemos o nosso Eça de Queiroz, que fala pela boca do velho Afonso da Maia: “tenho esse fraco português, prefiro touros. Cada raça possui o seu sport próprio, e o nosso é a touro... É ser uma grande escola de força, de coragem e de destreza”. Fialho em “A Esquina”, exalta o valor épico das pegas. “Pela pega realiza o toureiro o mytho de Hércules”. E pergunta: - “porque não faremos das pegas um certâmen

de vida máscula, uma inscrição facultada a todos os rapazes destemidos, aos clubes de desportismo atlético, aos jovens ginastas e traga-balas da cidade?”. O futebol nas gerações do após-guerra venceu em parte o toureio. A juventude magnetizada pelo dinamismo futebolístico prefere o sol do estádio ao sol da arena. Porquê? Dir-se-á: questão de afinamento da sensibilidade perante o “barbarismo” do toureio. O moço coevo repulsa o sangue, “descobriu” o animal, espiritualizou-se. Mas será isto exacto? Eis aqui um problema sugestivo, mais fino do que aparentemente se mostra e que pedimos vénia para ser desfiado no próximo artigo de “O Primeiro de Janeiro”.

27/08/1942

FUTEBOL E TOUREIO II

O futebol – todos os críticos assim o sublinham – suplantou, ou parece ter suplantado na alma popular, em atracção e encanto, as velhas artes tauromáquicas, o “lidar toiros”. O sol do estádio dir-se-ia ofuscar, e eclipsar, o sol da arena. As multidões da urbe, num clamor entusiástico, inundam em caudal nunca visto, ou sequer sonhado, entre nós, as bancadas do estádio. Porquê este fenómeno desportivo? Como compreender que o toureio tão louvado e apregoado sempre através das sucessivas gerações como escola de coragem lusa, como ginásio de destreza física, de garbo escultural, de força imitadora e imortalizadora das façanhas de Hércules, tenha assim perdido, se não erramos, o seu “sport-apeal” junto da álaçre mocidade, amante do perigo e da valentia? Porquê esta desvalorização, não sabemos se temporária ou definitiva? À primeira vista dir-se-á «tout passe, tout casse et tout se remplace». Tudo muda, no mudar no tempo. No desporto, como em tudo o que é humano, há “modas” que a modos se sucedem.

O gosto, sensível ou melindroso como é, embota-se com a repetição monótona, incessante do saborear da mesma iguaria; na espécie, de vez em quando, dir-se-ia fatal o variar porque “omnis varietas delectat”. Todo o variar deleita e todo o deleite vive do variar. Está certo, mas repare-se: não é o mesmo indivíduo, Pedro, Paulo, António que permanece; os velhos, segundo a lei inflexível de Cronos, vão dando lugar aos novos. O jovem, que hoje adora futebol, não era o mesmo de ontem, que adorava o toureio. Se ainda não existia como poderia adorar o passado? Não repitamos a dialéctica astuta do lobo ao cordeiro: se não foste tu, foi teu pai. Dir-se-á: a sensibilidade moral do moço afirmou-se, depurou-se, ganhou em profundidade e extensão valoradoras. O horror do sofrimento, a repulsa do sangue, a

visão do toiro, que sofre inutilmente, levariam o jovem coevo a minorar o prestígio do toureio. A tauromaquia, no juízo de Charles Féré, seria um sadismo revoltante; a libido recalçada no inconsciente pela consciência ética e religiosa, satisfazer-se-ia indirectamente com o espectáculo barbárico, violento e cruento da “luta” entre o homem e a besta. Será isto exacto? Poder-se-á aduzir, sobretudo nesta quadra de tão cruciantes e longos sofrimentos provocados pelo “bípede implume” de Platão, que a sensibilidade do jovem tenha melhorado?

Outros acrescentarão razões de ordem “económica”: a tauromaquia é polvo absorvedor de grandes fundos; é desporto caro, caro para quem goza como espectador e caro para quem o pratica como actor.

Não me parece convincente este argumento, sobretudo para uma época como a nossa tão pouco atenta às contas correntes do deve e do haver, ávida de luxos e prazeres. Para certos críticos, o prestígio crescente do futebol seria efeito do desprezo da cultura; civilização do músculo, do joelho para baixo; o desportismo, projecção natural do inintelectualismo. Mas porque se concentraria o inintelectualismo só no futebol? Porque não no disco, no dardo, na corrida, na natação? E como explicar a íntima e profunda união do desporto com o intelectualismo, por exemplo o da Grécia, tão fino e claro? Não. O gosto da mocidade coeva pelo futebol é um exemplo típico (entre vários) do crescente amor pelos “jogos de conjunto” ou colectivos.

No futebol a “associação” dos desportistas constitui um reflexo brilhante da “associação” da vida; jogo de disciplina, de solidariedade, de estratégia e tática. Metido, como elemento actuante, na malha elástica do grupo, o indivíduo dir-se-ia sentir através do dinamismo do jogo o sabor agridoce da vida, que o desporto imita e até certo ponto prepara.

24/09/1942

A ESCOLA DO DESPORTO

A Associação de Futebol de Coimbra, filiada na Federação Portuguesa de Futebol, acaba de celebrar durante uma semana cultural – com festivo brilho e álcere entusiasmo – o vigésimo aniversário da sua fundação. Tal certidão de idade desportiva, que representa afinal a sua maioridade, constitui ao mesmo tempo um exemplo vivo e uma demonstração experimental. Um exemplo vivo de quanto pode e vale a boa vontade de umas tantas boas vontades desejosas de acertar e progredir. E uma demonstração experimental de que o desporto, quando bem compreendido e executado, pode constituir uma escola ascética de disciplina, de tolerância recíproca e de fraternidade.

Nestas colunas de “ O Primeiro de Janeiro” temos sublinhado, repetidas vezes, o alto papel cívico dos jogos desportivos (sobretudo do jogo colectivo que implica “équipes” ou “teams”) como treino educativo de associação e de actuação em grupo. Essa “vis” social e socializante (digamos assim) do ludismo desportivo é um dos nervos da formação integral da raça anglo-saxónica. Não são apenas Hipólito Taine, Salvador de Madariaga, Demolins e Ramalho Ortigão que o assinalam nos seus escritos sobre a arquitectura do sistema educativo do povo inglês. Todo o estudioso, que penetre na análise sociológica da educação inglesa, conhece o valor moral (já não escrevemos físico – biológico) que John Bull atribui à prática inteligente dos jogos desportivos, como por exemplo, a cinegética, o remo, a natação, o ténis, o golfe, o boxe, o cricket, o futebol, etc.. Quem não leu alguma vez aquelas famosas páginas de Ramalho no “John Bull” tão cheias de fulgor literário, em que o escritor nos descreve as regatas académicas de Oxford? A tripulação de cada guiga, pelo seu conjunto sabiamente distribuído e concluído, constitui uma unidade múltipla ou uma multiplicidade una. Cada jogador, mercê de uma disciplina ascética, foi treinado para a “vida” da guiga, isto é, para a subordinação das partes ao todo. “Os tripulantes parecem desfechados com os remos, como peças de uma só máquina” escreveu Ramalho. E, por sua vez, Jaime, nas “Notas sobre a Inglaterra”: “Todo o corpo, desde as ances, trabalhando com a regularidade de uma máquina”. Não se veja neste símile da máquina o ideal corporizado do jogo desportivo, ou seja, a mecanização, a maquinização bruta da vida biológica e social: o símbolo da máquina aflora ao espírito tão-somente como ilustração ou um exemplo concreto da última união das partes que compõem o todo do grupo desportivo. No século transacto, certos biologists à Herbert Spencer ou René Worms, apoiando-se nas muitas analogias existentes entre a sociologia e a biologia, identificaram a “polis”, a urbe, a sociedade, como um organismo vivo extremamente complexo e vasto, um “hiper-organismo”; a circulação das riquezas seria a corrente sanguínea, as linhas telegráficas formariam o sistema nervoso, os polícias representariam os fagócitos, etc.

Essa sociologia biológica fracassou, porque era falsa. Mas teve o condão de fazer notar como a sociedade se “assemelha” a um organismo, e de pedir a colaboração de todos os órgãos para o funcionamento total do “corpo” social. Pois bem. O desporto por equipas, por exemplo, o futebol, ou o remo, apelando para o símbolo da máquina, frisa outrossim – pedagogicamente – a necessidade da participação de todas as unidades no funcionamento do grupo; energia inteligente; todos por um e um por todos. A cooperação do jogo treinará o moço para a futura cooperação na vida da grei; o jogo será escola, ou ginástica, isto é, cultura.

O DESPORTO E O “GENTLEMAN”

198

Escreveu em 1937, num periódico lisboeta, certo ilustre publicista: “o desporto é mais ensejo de se mostrar gentleman do que se fazer um cavalheiro”. Ou, por outras palavras: “nos desportos, nos campos de jogos, os ingleses mostram as suas qualidades de gentleman que adquirem na família desde a “nursery”, e continuam no colégio e na sociedade”. O que se pretende concluir destas linhas críticas? Coisa muito simples: ajuizar que os jogos desportivos não contêm, em si próprios, qualquer seiva moralizante.

O estádio pode “fazer”, fisicamente, o animal humano; dar força, esplendor plástico, elasticidade muscular, calor orgânico, destreza, ímpeto, endurecimento. Mas isto não basta; são valores puramente biológicos, corpóreos, somáticos, que se passam no domínio do “ser”: ora a moral, que pertence ao “dever ser”, assenta sobre o culto do carácter, sobre o aprofundamento da alma aberta para o espírito. Afigura-se-nos confusa esta dialéctica; devemos tentar esclarecê-la para ordem da própria razão. O desporto, alega-se a cada passo, constitui uma escola ou ginásio cívico. Educa o moço para a futura grei, treina-o gradualmente para o convívio social, pois viver é... conviver. Mas o que se entenderá aqui por escolar? Claro que o emprego deste vocábulo é metafórico; o estádio não é propriamente aquela escola onde o pupilo, sob a direcção magistral, se instrui e se educa: é uma escola no sentido figurado de que o jogador, pela prática racional de vários exercícios físicos, vai deixando-se penetrar pela disciplina inerente aos próprios jogos físicos.

Não há desporto sem “fair-play”, quer dizer, sem o cumprimento correcto, limpo e leal dum certo regulamento interno. Estruturado pelas regras, ou pelo código convencional do jogo, o desporto desenrola-se no relvado como um teorema geométrico num quadro de ardósia; apresenta-se como algo de consistente e simultaneamente de elástico. O publicista, que atrás apontamos, parece ter esquecido o seguinte: no coração do desporto (e quando falo no desporto refiro-me sempre aos jogos físicos, orientados pelas ciências médicas) reside, intrinsecamente, uma virtude, uma ascese, uma disciplina ética. Sem essa ordenação o jogo redundaria em puro instinto, força indomada e, portanto, caótica. Só o apressado mental imagina que o desporto pressupõe abandono; pelo contrário, o auto-refreamento, o “self-control” freme, continuamente, na raiz dos jogos físicos. O jogador é, tem de ser um “cavalheiro”: exige-o a orgânica, a estrutura do jogo. Claro: fora do jogo, o indivíduo pode revelar-se incavalheiresco, mas esse incavalheirismo não é fruto natural do jogo, antes rude negação do jogo como “escola” de cavalheirismo. O próprio lar e a própria escola de que fala o publicista, se não assentarem sobre uma disciplina

interna, longe de fazer o gentleman podem fabricar o “gangster”, o bruto selvagem, que não aceita peias nem regras. No fundo, e ao cabo de tudo, vamos sempre desembocar e topar com os problemas dos “valores”. A “nursery”, o lar, a escola, a oficina, o estádio têm de ser harmoniosamente integrados num todo, num bloco indecomponível: são instrumentos vários, orfeónicos, duma grande partitura musical, que é o viver em sociedade. Tudo que for disciplinado pode constituir “escola”, se esta respeitar, defender e realizar os “valores” morais.

19/11/1942

CAÇA E CAÇADORES

— Se estivesse na minha mão – dizia-me certo amigo, amigo de discorrer – proibia expressamente a caça como desporto. Diana, a linda caçadora, de flechas na mão, eis um símbolo clássico a apagar da retina.

— Homem, porquê? Desporto tão louvado como útil, e prestigioso até pela sua sempre jovem ancianidade.

— Será velhíssimo, como V. afirma. Mas veja a cadeia horrível de acidentes, todos os anos, registados pela pena dos jornalistas. Caçadeiras que se disparam bruscamente (o diabo deu fogo com uma tranca), caçadores que cegam ou cegam os outros, quando não se tornam homicidas involuntários...

— Mas, ilustre amigo, esses acidentes não são filhos da caça, mas dos caçadores. Imprevidência umas vezes, imperícia, outras vezes, quando não é a fatalidade, o próprio e implacável determinismo físico dos factos, ou o acaso, entendido este como a interferência de séries causais, na definição de Cournot. Acidentes existem afinal a cada instante, não só na caça, mas outrossim na natação, no ciclismo, no automobilismo, no hipismo, etc. Isto não significa a necessária supressão de tais desportos, mas sugere apenas a vigilância, a prudência, o autodomínio nos desportistas. E que dizer dos acidentes no trabalho?

— Acrescente os prejuízos que às próprias terras causa a cinegética, quando o caçador vai com fúria na perseguição da presa.

— Esses abusos são restringidos e condenados pelas leis. Não se caça, aliás, em toda a parte. Depois, se o caçar prejudica, o não caçar ainda mais prejudica as terras. A multiplicação das espécies inundaria o terreno...

— Seja. Mas que valor económico tem a caça para uma nação? Não é isso que resolve a negra carestia da vida.

— Tudo é “valor”, dentro do quadro dinâmico da oferta e da procura. A caça, que se apresenta vendável no mercado, representa uma riqueza como a pesca ou a agricultura. Mata a fome a uns tantos. Parece-lhe legítimo, razoável, pescar robalo, sardinhas e bacalhau? Plantar couves ou semear feijões? Porque não caçar então perdizes e galinholas? A caça (ao contrário do ténis, da patinagem, do ciclismo) tem valor pecuniário: “produz”, se é legítimo utilizar aqui o verbo produzir.

— Produz quando produz. Não raro o caçador regressa da caça com o cinturão vazio. Não traz caça; traz apetite... para os alimentos que no lar lhe confeccionaram.

— Mas, ilustre amigo, o seu critério utilitarista pega-lhe o intelecto para a compreensão da “essência” da caça. Esta, como todo o verdadeiro e clássico desporto, é desinteressada, pura, inutilitória. O caçador gosta de caçar por caçar: o seu deleite limita-se ao fruimento do exercício em si mesmo, ao gozo vital do dinamismo pelo dinamismo.

A peça de caça vem, se vier, como acréscimo. Sucede até que são os outros e não o cinegeta, que saboreiam a caça, dada como regalo. Repare no seguinte: sabe qual é o símbolo que Francisco Bacon apresenta como representando o cientista? É o do caçador. O cientista lança-se na “caça” das verdades, a investigação crítica é uma dramática “caça de Pan” por entre a emaranhada floresta do real.

10/12/1942

DESPORTO E ECONOMIA I

O desporto moderno – pelo seu raio de acção e difusão crescentes na vida popular – interessa sobremaneira à “economia”. Interessa-a, em primeiro lugar, como indústria, e, em segundo lugar, como espectáculo.

Assim o pensa e o escreve, dentro dum critério sociológico, o publicista francês Jean Dauven, no seu recente volume “Le Sport”, publicado em Paris no ano corrente de 1942.

Tal afirmação dir-se-ia soar falso, ou ser errónea. Pois não temos aqui, repetidas vezes, nestas colunas do “Janeiro” ajuizado que os jogos desportivos são, por essência, inutilitários, desinteressados, puros? O jogador clássico, que se entrega ao culto e à prática apolínea do desporto, não visa o lucro, a bolsa pecuniária; o verdadeiro desporto representa um amadorismo; não constitui uma profissão ou mester. Como opinam Baldwin e Grosse, o jogo tem o seu fim em si mesmo; é “autotélico”.

Bem sabemos que certos indivíduos – sob pretextos vários como a necessidade de treino progressivo e sistemático para a obtenção da “coroa” do campeonato – fazem do desporto um instrumento profissional, mercenário. Neste breve artigo não nos interessa analisar agora tal desportismo salariado, que julgamos conducente à ruína do próprio desporto e constituir um perigo ético-social, pelo seu parasitismo exemplar.

Quando afirmámos que o desporto interessa à “economia” como indústria, quisemos referir-nos apenas, não ao jogador mas ao jogo em si próprio, ou melhor, às condições materiais do exercício desportivo. Para fazer desporto (e sobretudo certos desportos, os chamados mecânicos, como o automobilismo, o motociclismo, o barco-automóvel, o avião de corrida, etc., etc.), o desportista mobiliza “capitais”; se não o desportista, o “clube” a que o jogador pertence ou representa. Não falemos já do automóvel ou do barco-automóvel, mas do simples velocípede, hoje tão espalhado como instrumento desportivo e como instrumento de transporte, dadas as pressões brutais da guerra mundial. E que dizer do ténis, com as suas bolas, raquetes, redes; do futebol, com as suas bolas de couro; da patinagem com os seus patins metálicos?

“Foram precisos o pós-guerra e as restrições para nós sabermos as imensas manadas de bois que a simples confecção de bolas necessárias ao exército dos desportistas necessita. Essas manadas contam-se por dezenas de milhares e se não esquecermos que em cada bola posta em serviço batem 22 a 30 pares botas, como não conceberemos algum respeito por jogos que favorecem a um tal ponto o gasto pacífico do coiro e a circulação do dinheiro”... (Dauvan).

Se certos jogos pressupõem dispendioso equipamento, certos jogos pressupõem também dispendioso “terreno” para a sua execução: estádios, piscinas, ginásios, espaços livres arrancados pela compra a terrenos já de si caros, etc.

Será preciso sublinhar o impulso comercial e industrial vibrado pelo desporto “branco”, os jogos da neve exercidos a rarefeitas altitudes? Chamonix, Mégève... Teleféricos, hotéis de luxo, pousadas... No vértice das montanhas “o terreno das pastagens de inverno vende-se tão caro por metro quadrado como o que se estende ao longo dos “boulevards” parisienses”. (Dauvan).

O desporto anima a indústria; faz rodopiar a moeda; dá salários a muitas classes; mas produz, economicamente?

É um agente de produção como o trabalho? Não. Os únicos factores da produção são a terra, o trabalho e o capital; o desporto apenas consome, directamente, mas pela saúde contribui indirectamente para o sustento e progresso da máquina económica.

DESPORTO E ECONOMIA II

202

Estamos, como diagnosticaram Rathenau e Ortega y Gasset, na época da invasão das “massas”, no ciclo do “kolossal”; o desporto moderno exerce sobre as massas um atractivo ou fascinação imensos. Este facto, verificado dia a dia por todos nós, suscita vários problemas, de ordem múltipla; não só desportiva, como também moral, económica, artística, etc.

Ora analisemos, de passagem, alguns desses problemas. Economicamente, já vimos no nosso último artigo, de 24 de Dezembro findo, que o desporto interessa à economia de qualquer grei sob dois pontos de vista: como indústria e como espectáculo.

O ludismo desportivo, pelo seu condicionalismo (equipamento dos jogadores, indumentária, espingardas, bolas, raquetas, barcos, remos, bicicletas, automóveis, criação de estádios, piscinas, campos de jogos, espaços livres, teleféricos, hotéis, pousadas quanto ao chamado “desporto branco” ou da neve), movimenta os negócios, faz rodopiar o ouro dentro do círculo da produção, circulação e consumo.

O desporto, embora exercício puro, desinteressado, não-lucrativo ou inutilitário, na feliz expressão de Ortega y Gasset, actua contudo sobre o volante da máquina económica; se fosse preciso uma verificação experimental, a guerra mundial contemporânea, com a sua crise de matérias primas, justificaria a validade assertórica do juízo acima expresso.

Como espectáculo (e é esse aspecto aquele que neste momento nos prende o lápis crítico) o desporto moderno, porque galvaniza as massas, e suscita a progressiva nivelção das classes sociais, mobiliza fortes interesses económicos.

Os estatísticos, ao debruçarem-se sobre os números com a curiosidade do cientista, pasmam dos resultados obtidos: por Apolo e Hércules, por Diana e Ajax! 20.000, 30.000, 40.000 espectadores para contemplar um jogo de boxe ou futebol, 12.000, 25.000, 90.000 escudos de rendimento bruto nas bilheteiras de um estádio, velódromo ou autódromo! E quantos mais escudos no transporte dos espectadores, no aumento dos comensais dos restaurantes, hotéis, na tiragem das revistas e jornais desportivos!

Esta “turgescência” económica natural é que provoque apetites crematísticos; ela está na raiz do profissionalismo desportivo.

Porque não há-de o jogador, que brilha e rebrilha como estrela perante os olhos extáticos dos seus adoradores, participar nas receitas do seu clube? Porque não há-de este, por sua vez, fazer-se banco, fábrica produtora de dividendos, comercializar-se, industrializar-se? Perante tal economismo desportivo (melhor, anti-

desportivo) compreende-se a dialéctica violenta dum Georges Hébert: “O desporto contra a educação física” (Paris, 1925).

O jogo desportivo, que devia ser sempre espécie de exercício ritual sacro, à maneira helénica, transvia-se no fácil esportarismo, no exibicionismo, no pecuniarismo; os seus fins humanísticos, de cultura e valorização, degeneram e aberram.

Pergunta-se: iremos então fulminar o desporto como espectáculo? Não pode, ou não deve, o jogo desportivo ser “contemplado” e apenas “exercido”? Esse é um delicado problema, que a escassez do espaço, neste jornal, nos leva a discutir só no próximo artigo do “Janeiro”.

14/01/1943

DESPORTO – ESPECTÁCULO

Um dos vícios, ou defeitos, do desporto contemporâneo, sublinhado por vezes com rara violência pela pena de grande número de pedagogos e moralistas (citamos, por exemplo, o nome autorizado de Georges Hébert) é o chamado “esportarismo” ou exibicionismo. O que se deve entender por estes dois vocábulos? O esportarismo (do latim “spectare”, olhar, contemplar, observar atentamente) pode e deve ser examinado sob um duplo ângulo óptico: o ângulo do espectador, ou seja, do assistente ao jogo, e o ângulo do desportista, ou seja, do jogador. O esportarismo só se aplica, evidentemente, ao caso do jogo desportivo colectivo, ao futebol, ao ténis, ao hockey, etc. O desporto individual, quando não filtrado pela razão crítica, suscita ou favorece o narcisismo, quer dizer o auto-amor; o indivíduo torna-se o objecto da sua própria libido; deixa-se namorar, como Narciso, pelo seu perfil reflectido na toalha líquida da fonte. O esportarismo, olhado do ângulo das bancadas do estádio, significa ou traduz a confusão, consciente ou inconsciente, do “desportista” com o “espectador do desporto”. Já num artigo publicado há anos num jornal lisboeta, o “Diário de Lisboa”, chamei a atenção para essa fácil e perigosa confusão. Muito jovem luso crê-se, e dá-se como desportista, só porque sempre está presente nos “partidos” de jogo, a que assiste, pagando honradamente o seu bilhete. Outro, porque assina, lê e discute (com que facúndia e entono magistras, por vezes) muitas revistas gráficas, ou importa, nas livrarias da baixa, substanciosos livros doutrinais. Outro ainda, porque soletra de cor, e com genuflexo respeito, os nomes faiscantes dos campeões nacionais e internacionais. Mas advirta-se: o desportista não é

espectador: é actor. Não está imobilizado nas bancadas, regra geral: pisa a arena. Pode-se ser espectador do desporto e ser não – desportista, até anti-desportista.

O espectador, não raro, é um “quietista” sensual que busca apenas no desporto um pretexto fácil, cómodo, de desfadamento. Goza vendo e palmeando o rápido nadador, mas não sabe nadar, nem busca sabê-lo, porque não quer. Foge da água; teme-lhe a cor, o brilho, a frescura, a mobilidade, o ruído, a profundidade. Não se objecte que o espectador, mercê do famoso processo psicológico da intropatia, se identifica, se funde mentalmente com o jogador; que joga nele e com ele; por isso que o amante, “em virtude do muito imaginar”, se transforma no amado. Não.

O jogador é o que... joga; o espectador é o que... vê jogar. Coisas diversas, atitudes diversas. O espectralismo, olhado do ângulo da arena para as bancadas, traduz a vaidade exacerbada do jogador pelo aplauso do público; o desporto, em vez de instrumento educativo, de humanismo, de cultura, torna-se ferramenta de exibição. Sob o sol glorioso do estádio, e sob a convergência simultânea de milhares de olhos, o “eu” do jogador dilata-se, hipertrofia-se como a rã da fábula; ei-lo feito “estrela”. Contra esta modalidade aberrativa do ludismo ergue-se com razão Georges Hébert. A imprensa diária é, em grande parte, responsável deste espectralismo vazio.

O estádio não foi criado para espelho de “toilettes” exibicionistas, mas para espaço de exercícios puros, que visam a formação do cidadão, exemplar harmonioso de formosura física e moral. O desporto não se criou para alimento malsão de vaidades irritantes e irritadas. Quantos esquecem esta regra, base do verdadeiro ludismo desportivo!

05/02/1943

DESPORTOS POR PROCURAÇÃO

Na nossa última crónica desportiva, inserida em “O Primeiro de Janeiro” de 5 do corrente, frisamos o vício do espectralismo, que consiste na confusão (voluntária ou involuntária) feita entre o “espectador do desporto” e o “desportista”. Não é desportista o indivíduo que apenas contempla ou saboreia o jogo, mas o que joga, o intervencionista do próprio jogo, numa palavra, o participante.

Intimamente relacionado com o fenómeno do espectralismo apresenta-se aquilo que o crítico francês Jean Dauven chama, com fino humorismo parisiense, o desportismo “por procuração”. A fórmula é feliz. Por ela entende-se o desporto praticado,

não pelo próprio indivíduo, mas por outrem, a quem se remunera, parca ou perulariamente, o serviço prestado. O indivíduo tem outrem “por conta desportiva”, espécie de funcionário particular, com suas horas de “trabalho” e férias pagas. Nesse caso estaria, por exemplo, a corrida de cavalos.

Pergunta-se: há aqui desporto? Não, mas especulação pecuniária, negócio, lucro, “Monte Carlo” desportivo. Quando muito, a admitirmos sombra de desporto, o único desportista seria meramente o cavaleiro, o “jockey”, visto este realizar uma prova física de esforço e de audácia, de perícia técnica e de energia.

Note o leitor: a prova faz-se, porém, “por conta” de outrem (pomos de lado, claríssimo está, o caso especial em que o papel do cavaleiro é desempenhado pelo próprio dono ou proprietário do cavalo). De resto, a simples cupidez, o interesse do lucro, viciando o “amadorismo” da prova, anula-a automaticamente como desporto. Este, na sua essência profunda, é exercício inutilitário, desinteressado, puro.

Isto não traduz que a corrida hípica não tenha, socialmente, o seu valor, se exceptuarmos o “jogo” nela existente, no sentido especulativo, mercantil ou crematístico. A corrida leva o dono a querer aperfeiçoar a raça pelo cruzamento, selecção, a supervalorizar as qualidades biológicas do animal (zootecnia).

Mas a equitação ou gineta, como desporto, é uma coisa, e a corrida de cavalos é outra coisa (esta representa a comercialização da primeira). Compare-se, embora em paralelo rápido, o desporto hípico inglês, entre nós tão louvado pela pena de Ramalho Ortigão, ou o “jogo de andar ao monte de ussos ou de porcos”, descrito no “Livro da Montaria” de D. João I, com a corrida de cavalos parisiense, “rendez-vous” de elegâncias e vaidades, de invejas e negócios!

Outra modalidade de desporto por procuração, sublinhado por Jean Dauven, é o da corrida de pombos, o apregoado “desporto columbófilo”. Existe aqui desporto? Não. O columbofilismo constitui, sem dúvida, uma magnífica e prestimosa ocupação: serve como matéria de estudo no tocante ao desenvolver das raças e à investigação científica do problema da orientação longínqua; permite aperfeiçoar as qualidades voadoras do pombo, considerado este como instrumento vivo de comunicação postal (sabe-se como a guerra contemporânea, a despeito da sua forte motorização e mecanização, tem confirmado a “actualidade” deste sistema de intercâmbio).

Mas o columbofilista não é desportista; desportista seria quando muito o admirável pombo, que voa, como uma flecha, no espaço, por conta ou procuração do seu dono. Mas já o “voo sem motor” representa um desporto, e dos mais belos para o moço luso.

DESPORTO E LINGUAGEM

206

Quem diz linguagem diz vida, quem diz vida, diz evolução, quem diz evolução diz história. A linguagem não é um dado estático, uma pedra, um ser, mas um ir – sendo, um devir; como corrente vai ondulando, imparável, e reflectindo a “paisagem” social.

O desporto, dada a sua crescente difusão, espalha-se na linguagem, quer escrita, quer oral, quer erudita, quer popular. Para designar jogos novos, para marcar didáctica, pedagógica e disciplinarmente certos passos dos seus exercícios, para estruturar a sua composição, o desporto vê-se obrigado – pois não é verdade? – a “fabricar” continuamente vocábulos, isto é, sinais convencionais e intencionais. O vocabulário desportivo! Pergunto: causará pasmo que a terminologia desportiva seja ainda, nos nossos dias, um caos? Como não sucederia tal facto, se o próprio desporto – a despeito de o que se diz e faz – está ainda numa fase de incipiente organização, de vertebralização, de “prise de conscience” ou consciencialização gradual? O “caos” terminológico na república do desporto é o reflexo directo, ou a projecção inevitável, do “caos” ideológico desportivo. Digamos, parafraseando Séneca: “*oratio vultus animi est*”. À medida que a problemática do desporto se aclarar e se aprofundar, à medida que a broca da análise mergulhar mais fundo, nos alicerces do estádio, à medida que o desporto ganhar plena inteligência de si, a linguagem irá – num movimento paralelo – tomando corpo mais preciso, mais definido. Em primeiro lugar: o nosso vocabulário desportivo está inçado de anglicanismos. Explica-se o fenómeno: a Inglaterra, ainda hoje, é a grande pátria dos jogos desportivos. Como escrevia Taine, no século XIX, o “Sport” representa uma verdadeira religião da Inglaterra; ela exporta os desportos como exporta o carvão, o algodão, as máquinas, os alfinetes.

E sendo assim, como não devíamos nós, na nossa língua, deixar de reflectir essa influência nórdica? Não há desporto sem “fair-play”, isto é, sem lealdade, clareza, cumprimento das regras; ora não revela esta fórmula toda a essência do espírito inglês? Analisem-se os vários desportos e note-se a longa teoria de vocábulos já consagrados pelo uso: “golf, cross-country, tennis, basket, rugby, football, handball, hockey, cricket, squash-racket, goal, shoot, back, off-side, keeper, match,” etc.

Num gesto de autodefesa, tocam sinos a rebate os vernaculistas, os puristas, os recta-pronúncia; não se trata, afinal, tanto de opor aos jogos estrangeiros os jogos nacionais, como de “aportuguesar”, de vestir a carapuça lusanesses vocábulos bárbaros e barbarizantes. Porque não escrever bola em vez de goal, porteiro em vez

de keeper, pedibola por futebol, fora de combate por knock-out, desafio por match, jogador por player, escorregamento por derrapage, árbitro por referee? Faça-se a polícia da linguagem, estabeleça-se um posto aduaneiro linguístico. Decerto: nessa invasão pacífica de vocábulos espante-se forte dose de pedantismo e exibicionismo; mas não vemos que a grei corra perigo ao importá-los, juntamente com os próprios jogos. Faça-se, no entanto, por comodidade, melhor entendimento inter-mental, a “lusitanação” dos vocábulos, sem que nesse ofício se ponha certo belicismo extravagante, impróprio de gente culta.

11/03/1943

DESPORTOS NA MONTANHA I

Em três dias sucessivos (se a memória não me traiçoa) publicou “O Primeiro de Janeiro”, num intuito de divulgação e pedagogia, algumas belas fotografias do desporto do esqui praticado entre nós na Serra da Estrela. Sugestivas fotografias foram essas, sem dúvida alguma.

Simplemente... O desporto do esqui, por mais que certos apóstolos ferventes o preguem, o doutrinem e o tentem demonstrar... experimentalmente, será sempre em Portugal (não sei se escreva feliz ou infelizmente) um pobre desporto de importação. Um esqui “de trazer por casa” caricatural, linfático, sem raízes de vida forte e autónomo.

Não sou eu (pobre de mim) que o decreto, do alto da minha pseudo-sapiência desportiva. É a senhora corrente do Golfo, a famosa “Gulf-Stream” que, nascida junto do México, e depois de ter atravessado o mar Atlântico, nos aquece a todos – homens e coisas – no seu abraço líquido.

O esqui implica, verdadeiramente, neves eternas, ou, pelo menos, de relativa duração; mais, pressupõe espessas toalhas de neve capazes de aplanar grande parte do relevo do solo de forma a serem traçadas pistas longas e largas, onde os patins voam vertiginosos. O nosso país, de perfil climático suave, tende mais para a relva do que para a neve; ao branco prefere, picturalmente, o verde.

A neve, que de vez em quando entre nós tomba, sugere um pouco os “confetti” do Carnaval; simples amostra, para gáudio do rapazio, da autêntica neve nórdica.

Quem escreve estas linhas teve já o gosto de assistir não só à inauguração do esqui na Serra da Estrela (inauguração há anos realizada, em Janeiro de 1932 ou 1933)

como também o gosto de presenciar os desportos de inverno na Suíça e na França. Sem dúvida. Dignos de louvor, atenção e admiração são os esforços dos simpáticos covilhanenses (de ambos os sexos) desejosos de transformar as suas Penhas da Saúde, por toque de varinha mágica, numa pequenina Chamonix.

Mas aí dos nossos esquiadores e esquiadoras! O esqui não é desporto que se importe pelo caminho-de-ferro, nem a neve é fenómeno que se faça descer da atmosfera às ordens meteorológicas da Comissão do Turismo. Quando o nevão cai, e o telégrafo o anuncia, o esquiador lisbonense, portuense ou conimbricense que logo parte, de patins alvoraçados, para a serra, vai já encontrar a neve em pleno derrete.

Que se há-de fazer, meus Amigos, senão culpar o nosso “determinismo geográfico”, esse maroto? Não se faz esqui com neve de dez centímetros e pistas de duzentos metros. Cada terra com o seu uso, cada roca com o seu fuso, cada nação com os seus desportos.

Se o esqui é bicho difícil de “aclimação” na Serra da Estrela, o mesmo não diremos a respeito do alpinismo – ou se o quiserdes – do herminismo (como alguns vernaculistas escrevem, lusitanizando a expressão). O alpinismo, na Estrela, compreendendo dentro deste a trepagem dos rochedos, a excursão pedestre a longas distâncias, os exercícios ginásticos a elevada altitude, etc., etc., tem diante de si um futuro promissor. É o que veremos no próximo artigo.

03/04/1943

DESPORTOS NA MONTANHA II

Na nossa última crónica desportiva opinámos que o “ski” – ou esqui, à portuguesa – seria sempre entre nós um pobre desporto de importação, “linfático”, sem raízes de forte desenvolvimento. E compreende-se. O nosso país, de perfil climático suave, graças à corrente do “golfo” (verdadeiro presente de “chauffage” oferecido pela mãe-natura), não pode garantir as condições meteorológicas necessárias para a prática eficiente desse magnífico exercício físico. Portugal não é, positivamente, o paraíso da neve, ou das neves. Em compensação, a Serra da Estrela constitui para nós e para os nossos vindouros uma esplendorosa escola, um verdadeiro ginásio de alpinismo (ou herminismo, como escrevem certos rabugentos vernaculistas).

Nenhuma outra serra contém em si tão promissoras virtualidades. Pela sua enorme extensão geográfica, pela variedade multimoda do seu relevo, ora delicado ora brutalmente áspero, pelas facilidades modernas do seu acesso ou penetração, a Estrela torna-se de ano para ano a “estrela” das serras portuguesas.

De quando data – perguntará o leitor curioso – a descoberta desportiva da Serra da Estrela? Note-se: a interrogação é ingénua só na aparência. Com efeito, saibamos distinguir: primeiro, a descoberta da montanha como motivo “estético”; segundo, a descoberta da montanha como motivo “médico”; terceiro, a descoberta da montanha como motivo “desportivo”. O leitor culto sabe como o sentimento estético tem a sua história; como este parte dum antropomorfismo estreito, isto é, do humano, do pessoal, para um naturalismo imenso, isto é, para o cósmico. Dirige-se ao homem e ao animal antes de incidir sobre o inanimado ou o inorgânico. Desumaniza-se gradualmente no tempo.

Pelo que toca ao gosto da montanha, ao chamado “orofilismo”, as investigações críticas mostram que tal deleite é uma conquista moderna da civilização. Os clássicos (Julio Cesar, Cícero, Sílio Itálico, Séneca, Tito Lívio, Claudiano, etc.), ignoram as belezas dos Alpes. O primitivo e o clássico, por motivos vários que não temos aqui espaço para expor, foram insensíveis esteticamente à natureza selvática: sentiam arrepios de horror perante a montanha gelada, o pico agreste, o deserto ardente, a penedia torturada; o que lhes capta o coração é a natureza idílica, exuberante de fertilidade, propícia ao amor, à poesia bucólica e à especulação filosófica. O gosto da montanha deve-se a Petrarca, Gesner, Schencher, Rousseau, Goethe (vid. entre nós o livro de Ferrand Pimentel de Almeida. “O sentimento da natureza no Fausto de Goethe”, Coimbra, 1918). A descoberta “estética” da Serra da Estrela foi, em Portugal, precedida pela sua descoberta “médica”; só depois desta, e indirectamente, se fez a sua descoberta “desportiva”. Em 1881, a Sociedade de Geografia de Lisboa organiza uma expedição científica à Estrela (Manteigas); dela fazem parte, como membros da secção médica, Serrano e Sousa Martins. Quatro anos depois, este último médico, acompanhado pelo conselheiro Emídio Navarro e Carlos Tavares, “ataca” de novo a Serra, mas agora pelo flanco de Gouveia. Movia-o o interesse médico: o estudo da Serra da Estrela como possível futuro sanatório para a luta contra o bacilo de Koch. Desta jornada famosa traçou Emídio Navarro a crónica jornalística; ela marca o início do despertar da opinião pública, perante o valor “terapêutico” e o valor estético da Serra da Estrela. Em torno desta crónica escreveremos o nosso próximo artigo.

DESPORTOS NA MONTANHA III

210

A descoberta propriamente “estética” da Serra da Estrela (com os seus polimórficos encantos geográficos, os seus abismos, as suas torrentes, os seus cântaros, as suas naveas, os seus espinhaços, os seus poentes, as suas neves, as suas relvas), foi em Portugal precedida pela sua descoberta “médica”: por sua vez, só depois desta e por um processo reflexo ou indirecto, se fez a sua promissora descoberta “desportista”.

Historiemos a história. Em 1881, por simpática iniciativa da Sociedade de Geografia de Lisboa, organiza-se e realiza-se a primeira grande expedição científica à Serra da Estrela. Dela faziam parte médicos como Serrano e Sousa Martins, botânicos como Júlio Henriques, arqueólogos como Martins Sarmento. O incruento “ataque” foi lançado pela brecha de Manteigas. Quatro anos depois, Sousa Martins, Carlos Tavares e Emídio Navarro investem o monstro “serrano” mas agora pelo flanco de Gouveia. Desta jornada famosa, Emídio Navarro tornou-se o cronista popular.

Ao escrever os “Quatro dias na Serra da Estrela” (obrinha editada no Porto, em 1884), o conselheiro propunha-se ferir dois alvos: primeiro, despertar e chamar a sonolenta opinião pública nacional para o magnífico valor da Serra da Estrela como sanatório na luta contra o bacilo de Koch (aqui Navarro desempenhava o brioso papel do apóstolo S. Paulo na defesa do credo Sousa Martins); segundo, revelar que a Serra da Estrela, longe de ser um desterro de pavor, um antro arrepiante de tédio, constituía, pelo contrário, um motivo estético onde o pintor, o músico, o escultor, o cientista, o arqueólogo, o botânico e até o crente e o filósofo poderiam encontrar doçuras incomparáveis e inexprimíveis. Mais ainda: a Serra da Estrela representava um motivo “desportivo”; eis porque Emídio Navarro se pode e se deve considerar, em minha opinião, o nosso primeiro pregador “montagnard” da causa desportiva da Serra da Estrela. “O meu empenho, confessa o conselheiro, foi principalmente este: vulgarizar uma ideia altamente humanitária, e mostrar ao mesmo tempo... que a Serra da Estrela tem belezas, que adoçarão de sobejo os rigores do quase desterro...”.

Emídio Navarro é, entre nós, o primeiro propagandista da Lagoa Escura, como soberba piscina de natação na época estival e de campo de patinagem na estação invernos. Quando da expedição de 1881 “cinco ou seis membros da expedição saltaram dentro da lagoa, esbracejando nela a nado como no mais pacífico tanque”.

E acrescenta: “com o termómetro a alguns graus abaixo de zero poderá patinar-se nela com toda a segurança”. E num suspiro, remata: “é pena que fique longe!”.

Note-se: Emídio Navarro não restringe, mediocrementemente, a sua pregação desportiva apenas ao sexo masculino; o seu gesto de tribuno conselheiral abraça o mundo feminino, sobretudo esse mundo postiço da sociedade lisboeta, roído pela clorose e o convencionalismo estiolador: “não seria bello, como um protesto contra a anemia e a chlorose, que são o ornamento da nossa sociedade feminina, ver um formoso rancho de damas portuguesas, trepando alegremente por este fragedos, bebendo da natureza a vida e a saúde em troca do riso argentino das suas boccas, num exercício bem mais salutar para o espírito e para o corpo do que os entretenimentos convencionais a que de preferência se dá um “high life” mais convencional ainda?”

03/06/1943

OS HOMENS-PEIXES

Agora que o período natatório, depois de longa “hibernação” de Novembro a Maio, reabre triunfalmente sob o chicote ardente deste sol de Junho, afigura-se-me curioso para o leitor de “O Primeiro de Janeiro” escrever duas breves linhas acerca dos homens-peixes. Não vá pensar-se que por homem-peixe entendemos o desportista extremamente perito nas artes da natação; um Webb, um John Weissmuller, um Kahanamoku, uma Miss Ederlé, uma Miss Gleitz, etc... etc. Não. Quem nada com flexibilidade, viveza, agilidade, destreza, quem no elemento líquido se agita e sente como em sua ilustre casa, ora subindo na vaga azul ora mergulhando no seio do rolo marinho, decerto se apresenta à nossa imaginação como espécie de peixe... humano. Mas peixe aqui, claríssimo está, é metáfora noética, simples analogia sem consequências da maior.

É peixe o nadador, como é pássaro o aviador e galgo o corredor de Maratona: no fundo, comparações “mal comparadas” como diz o povo. Por homem-peixe entenda-se o homem que, biologicamente, é de facto homem e peixe, monstro de natureza anfíbia. Pois quê? Teria havido no mundo, nos séculos passados, seres assim organizados? Fantasia supersticiosa, lenda ou realidade científica? Pois bem. Ainda que tal nos pareça inacreditável para a nossa razão, hoje tão aguçada na sua análise crítica, os nossos avós aceitaram a existência desses monstros anfíbios. Apresentemos um exemplo. Na sua admirável monografia sobre “As ideias biológicas do padre Feijó”, o Dr. Gregório Maraño (célebre endocrinologista espanhol) faz a revisão da história de um desses extraordinários homens-peixes: o senhor Francisco

de la Vega, famoso nadador natural de Lierganes, perto da cidade de Santander. Consoante a tradição, e o testemunho convergente de variados historiadores, este nadador Santanderino não só realizava espantosas proezas aquáticas, como gigantescas travessias, permanências dilatadíssimas nas águas, mas também se submergia nos oceanos e lá “habitava” como verdadeiro peixe. Morfologicamente, o corpo de Francisco de la Vega apresentava escamas; o seu cabelo era vermelho.

Como interpretar estes dados? O Dr. Gregório Maraño, à luz da biologia moderna, entende que Francisco de la Vega devia ter sido simplesmente isto: um cretino, um hipotiróideo. Com efeito, o nadador Santanderino oferece todas as características do cretinismo: a imbecilidade, a mudez, a glotonaria. No tocante à pele, áspera, “a modo de lixa” (como escrevia Gaspar de la Riva), Maraño entende que o seu aspecto traduzia sintomaticamente lesões da glândula tiróidea: seria a “ictiosis”. A imaginação popular convertia a aspereza da pele em escamas de peixe. Quanto à longa submersão, sabe-se com as experiências de Asher e os seus colaboradores demonstraram, a escassa necessidade de oxigénio nos hipotiróideos relacionados com os organismos normais. O hipotiróideo resiste, por esse facto, mais longamente à asfixia.

Esta superioridade (afinal baseada numa “inferioridade” glandular) permitiria a de la Vega realizar mergulhos prolongados: em torno dessa anomalia a imaginação do vulgo urdiu a curiosa lenda da “habitabilidade” marinha do homem-peixe.

24/06/1943

A PISCINA DA FIGUEIRA

Ramalho Ortigão, que foi entre nós, portugueses, o S. Paulo dos jogos desportivos, o decidido professor da energia nacional, soube valorar e valorizar, como ninguém, a praia da Figueira da Foz. Dentro da riquíssima gama das nossas estâncias balneares, Ramalho outorgou à Figueira a palma da vitória.

Já em 1876, no seu curioso voluminho “As Praias de Portugal” (guia do banhista e do viajante), escrevia: “nenhuma outra praia em Portugal possui as condições desta para tornar agradável a estação dos banhos”. E no primeiro volume das “Farpas” opinava: “não tem outro remédio senão vir à Figueira quem quiser ver a mais linda praia de banhos de Portugal”.

Pela amplitude da sua linha de areia dourada, pela excelência do seu condicionalismo climatológico, estudado pelo Dr. Celestino Maia, pela doçura da sua toalha marinha que dir-se-ia mediterrânica e sulcada pelas velas de Ulisses, pela vastidão acolhedora do seu estuário, pela horizontalidade da sua topografia, que praia pode oferecer melhor e maior arranjo natural para a prática de certos desportos como o remo, a vela, a natação, o water-polo, o esqui náutico, o ciclismo, o “camping”?

A existência e a florescência dos vários clubes da Figueira (aos quais rendo aqui, pela sua tenacidade e cultura, a expressão sincera da minha homenagem) são provas irrefutáveis de como essas condições desportivas foram de há muito descobertas e têm sido aproveitadas pela gente moça. Simplesmente seja-me lícito afirmar que, em relação ao progresso desportivo de outras praias, a formosa eleita de Ramalho necessita de estugar um pouquinho mais a sua andadura de deusa. Pois se ela foi escolhida como rainha, “noblesse oblige”.

Uma lacuna (entre muitas) existe na Figueira, que importa urgentemente preencher: “a criação de uma piscina municipal, com os seus balneários e solário. Não me cabe ponderar nesta nóvula os múltiplos empecos, uns de ordem local, outros de ordem nacional, outros até de ordem internacional, que se têm acumulado contra a realização de tal desiderato. Aqui pretendo apenas frisar a premente necessidade de uma tal criação, benéfica para o surto de desportos e para a supervalorização turística da Figueira.

Todos quantos, e são muitos, muitíssimos, amamos esta praia, devemos unir os nossos esforços para a próxima obtenção desta conquista de cimento e água. Não se alegue que na Figueira a piscina é uma superfluidade irracional de ricaço, que o seu mar, de água límpida viva e tónica, representa a verdadeira piscina natural...

A piscina e a praia não são cousas antónimas; não se excluem, antes se completam. “Ce ci ne tuera pas cela”. Nem todo o mar se presta a determinadas práticas natatórias: nem sempre as condições meteorológicas (vento, chuva, nevoeiro, etc.) são favoráveis.

A piscina é o “estádio” marinho ideal para a aprendizagem da natação infantil. A piscina permite efectuar certas “performances” natatórias impossíveis, ou difíceis, de realizar, sobretudo provas de grupo, de “equipa”, provas de competição.

Demais, a piscina, em praias cosmopolitas como a Figueira (que são cidades – praias, mais cidades do que praias, e mais salões de mundanismo do que cidades) constitui um centro de diversões, de recreios e passatempos. A Figueira da Foz sem piscina, e apesar da praia que possui tão bela e clara, tem ainda o ar de dama provinciana, tímida e pesadona.

EPICURISMO DESPORTIVO

214

Desfaçamos uma ideia errónea corrente no espírito de muitos indivíduos: o desporto é apenas um divertimento, um passatempo, um “gosto” inofensivo. O fazer desporto, sobretudo quando este se segue a um labor contínuo que foi executado durante a semana na fornalha da cidade, constitui um admirável prazer físico. Quem não conhece, por vivência própria ou por contemplação, o entusiasmo do nadador, do tenista, do remador, do ciclista, do patinador, que se entregam aos jogos desportivos? Todo o corpo, irradiando ao sol alegria pelos músculos, pela pele, pelos olhos, dir-se-ia em festa rija: com que gozo não mergulha o nadador no seio do rolo marinho, com que delícia não trepa o esquiador até ao vértice da montanha onde rebrilha a pista nevada, com que prazer não pedala o ciclista por essas veredas solitárias, cheias de frescura e mudez! O desporto, aqui, representa uma “evasão” ou fuga ao clima da urbe; o jovem desportista, liberto por instantes da oficina, do escritório e da aula, relaxa o arco retesado do trabalho e busca, como que movido por processo vital de defesa, um derivativo biológico na piscina, na floresta, na montanha, no estádio, no campo. Este prazer sensual do ludismo desportivo, justo e necessário, é que o sublinhemos e o favoreçamos. O desporto é alegria sã e deve sê-lo sempre, quando o desporto se executa disciplinadamente dentro das regras traçadas pela razão científica. Ao lado da escola “atraente”, do trabalho “atraente” criamos o desporto “atraente”, isto é, tecido de estímulos, de atractivos; que o desporto seja sempre, e através de tudo, um verdadeiro jogo. Repare-se: escrevemos propositadamente jogo e não diversão. É que a diversão, conveio com finura Eduardo Claparède, implica uma ideia de facilidade, de passividade, ao passo que o jogo é um processo essencialmente activo, um interesse. Esta actividade, inerente ao próprio jogo desportivo, leva-nos agora à compreensão do seguinte: se o desporto é prazer, e deve ser sempre prazer, não é, contudo, apenas prazer: É mais algo do que prazer. Restringir o desporto a mera vivência sensual equivale a desvalorizar o desporto, a degradá-lo, a inferiorizá-lo num epicurismo fácil. O desporto, além de alegria natural, representa uma escola de beleza, de aformoseamento, de fina estética; o moço, de ambos os sexos, busca no estádio a perfeição das linhas, a harmonia dos movimentos, a graça das atitudes, a força dos músculos. Mais ainda: o desporto é ginásio de civismo; treina o moço na cooperação, na obediência voluntária, na disciplina colectiva, numa só palavra, no “fair-play”.

Se o jogo desportivo é prazer, é prazer educativo, formativo e informativo. O valor do ténis, por exemplo, não está apenas no prazer de atirar e aparar bolas, de vencer ou ser vencido pelo antagonista, mas também, e acima de tudo, no facto

real de o ténis ser uma “escola” de atenção, de vontade, de formosura, de coragem, etc. O desporto é a educação pelo prazer, a educação pela alegria, enfim, para resumir, humanismo.

215

05/10/1943

O DIREITO DESPORTIVO

Ao compulsar há dias, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, diversos textos, caiu-me sob os olhos, por mero acaso, um interessante livro de Jean Azéma, intitulado “La responsabilité en matière des sports”. Publicado em Lyon, em 1934, o livro constitui uma tese de doutoramento em direito na Universidade de Montpellier.

Ora aqui está, se não me iludo, uma pedra violenta de escândalo para muitos dos nossos leitores antidesportistas: o desporto, como peste contemporânea, até agora invade heterodoxamente o belo templo de Minerva e vem sentar-se, de face descarada, no banco dos doutorandos, perante um areópago sapientíssimo e soleníssimo.

Em primeiro lugar, replicarei que Apolo, o célebre deus das artes, da poesia, da música e da medicina, era outrossim o deus patrono dos archeiros; Apolo exercia o pugilato, amava a carreira, lançava o disco. Apolo, deus dos desportos, ao pisar a sala doutoral da Faculdade de Direito, entra, pois, não como tolerado ou fugitivo, mas como senhor da casa que vem ocupar o seu legítimo posto. Em segundo lugar, a tese de Jean Azéma representa mais uma inteligente contribuição para a estruturação racional do desporto, para a sua conversão, de aventurismo perigoso, em instrumento formador do Homem. Se queremos elevar os jogos desportivos até ao plano humanístico da verdadeira cultura, devemos estudá-lo sob diversos ângulos ópticos: o científico-experimental, o estético, o ético, o económico, etc. O livro de Azéma trata da regulamentação do direito desportivo. Porque há um direito desportivo. Todo o jogador, quer perante o seu adversário, quer perante o espectador está sujeito a um triplo código: disciplinar, civil e penal. O jogador, ora pela sua brutalidade, ora pela sua imperícia, ora pela sua negligência, ora pela sua cupidez, pode não só violar (consciente e inconscientemente) as regras intrínsecas e legalizadoras do próprio desporto e infligir, portanto, danos ao seu antagonista, que podem ir até à morte imediata ou mediata, mas também lesar gravemente o espectador. Os jogos desportivos levantam subtis problemas de direito. O tenista pode, com uma bola mal disparada, cegar o espectador ou o seu adversário; o automobilista, saindo fora do

trilho oficial, esmagar a multidão; o futebolista inutilizar, com um pontapé, a perna do seu antagonista. Onde começa, e onde termina, a culpabilidade do agente? Qual o grau da culpa? Qual o da sanção? O jogador, que se entrega ao exercício de certo desporto, seja o rugby ou o boxe, conhece por antecipação os riscos normais do próprio jogo; consente “ipso-facto” nesses riscos eventuais; ora, se algum incidente se dá, pergunta-se: pode a máxima “volenti non fit injuria” justificar a pretendida criminalidade da acção e, portanto, apagar a pretendida culpabilidade do agente? Se não apaga, atenuará essa responsabilidade? A eficácia do consentimento da parte lesada não dependerá da natureza social do acto? Não existirão direitos indisponíveis que a lei penal protege, e que representam o interesse público da grei? E no tocante às associações desportivas, quantos problemas de responsabilidade a solicitar o exame analítico dos juristas!

25/11/1943

(Página deixada propositadamente em branco)

Série

Documentos

•

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

2010

